

VILLA DA FEIRA

TERRA DE SANTA MARIA

ano III • número 7 • junho 2004



O CEO ABERTO NA TERRA

P. Francisco de Santa Maria

CAPITULO XLI.

*Do convento do Espirito Santo da Feira,
nono, & ultimo da noffa Congregação*

Santos: outra, em q̄ fe expõem o Sacramento, q̄ não céde em feitio, & grandefa às melhores, & mais ricas de q̄ temos noticia. Ha tãbem aqui tres fepulturas, dignas de memoria; a primeira fe vê embebida na parede da cappella mòr, levantada em excellente tumulo de pedra da parte do Evangelho cõ efa infcripção: *Sepultura de D. Manoel Pereyra, terceiro Conde da Feira, & do nome o fegundo, filho do Conde D. Diogo Pereyra, & da Condeça D. Brites de Menefes, filha de D. Joaõ de Noronha, irmão do primeiro Marquez de Villa Real, & de D. Joãna de Castro, Condeça, & fenhora de Monfanto. Faleceo a 4. de Outubro de 1552. fepultoufe na Parroquia de S. Nicolao com fua mulher D. Ifabel de Castro, donde fe trasladaraõ para este mosteyro. A fegunda fe vê em correſpondencia da primeira, & o epitafio diz affi: Sepultura de D. Diogo Forjaz, quarto Conde da Feira, filho do Conde D. Manoel Pereyra, & de D. Ifabel Castro, filha de D. Joaõ de Menefes, Conde de Tarouca, Prior do Crato, & de fua mulher D. Joanna de Vilhena. Foi caſado com D. Anna de Menefes, filha do Regedor Jorge da Sylva, & ambos os primeiros fũdadores deſte mosteyro. Lançaraõ a primeira pedra da Igreja em o anno de 1560. A terceira fe vê no cruzeiro, & he do noffo P. Rodrigo da Madre de Deos, cujo epitafio*



AVACO, S.A.

25 Anos



, A BOM PORTO!



APCCER
CERTIFICADO N.º 88/CEP.1969
SISTEMA PORTUGUÊS
DA QUALIDADE
NP EN ISO 9002



ÂMBITO: EXPLORAÇÃO DE AGREGADOS BRITADOS

VILLA DA FEIRA

TERRA DE SANTA MARIA

ano III • número 7 • junho 2004



“Villa da Feira - Terra de Santa Maria” sabia, desde o primeiro momento em que nasceu em nossa vontade, que contava com a dedicação telúrica do Senhor Dr. Henrique Veiga de Macedo.

E nós sabíamos por entre o emaranhado de Raízes, umas profundas, outras superficiais, por entre a copa de árvores e arbustos, umas frondosas, outras frágeis, que o Senhor Dr. Henrique Veiga de Macedo estaria connosco em todo o gesto de Amor à Terra Mãe.

Neste momento, em que o Ilustre Santamariano Comemora o seu 90.º Aniversário, com a Alegria e o Prazer de Haver Vida, agradecemos a Deus a Graça de o vivermos e podermos cantar: Parabéns a Você nesta data querida...

LAF - Liga dos Amigos da Feira

VILLA DA FEIRA

TERRA DE SANTA MARIA

Ficha Técnica

Título: Villa da Feira - Terra de Santa Maria

Propriedade: LAF - Liga dos Amigos da Feira

Director: Celestino Portela

Director Adjunto: Fernando Sampaio Maia

Colectivo Editorial - Fundadores LAF:

Alberto Rodrigues Camboa • António Luís Carneiro

Carlos Gomes Maia • Celestino Augusto Portela • Joaquim Carneiro

Revisão Gráfica:

Álvaro Faria • Anídio Casals d'Azevedo

J. M. Costa e Silva • Orlando Silva

Tratamento de texto:

Juan Carlos Correia

Periodicidade: Quadrimestral

Assinatura anual: 30,00 euros

Número avulso: 15,00 euros

Capa: Dr. Henrique Veiga de Macedo - dois bustos.

Um colocado em Santa Maria de Lamas e o outro em Santa Maria da Feira

Arranjo Gráfico: Joaquim Carneiro

Fotos: Óscar Maia, Biblioteca Municipal, Comissão de Vigilância do Castelo da Feira e Cooperativa Agrícola da Feira e S. João da Madeira.

Redacção e Administração: Apartado 230 • 4524-909 Feira

Publicidade: Telef.: 256 362 028 • 256 379 604 • 935 516 999 • Fax: 256 379 607

Tiragem: 500 exemplares

Edição: N.º 7 - Junho 2004

Pré-impressão: Publíbis - Artes Gráficas, Lda. • 4520-616 S. João de Ver

Impressão e Acabamento: Empresa Gráfica Feirense, S.A. • Ap. 4 • 4524-909 Feira

Sede Social: Largo de Camões, 9 • Apartado 230 • 4524-909 Feira

Correio Electrónico: villadafeira@mail.pt

Depósito Legal: 180748/02

ISSN: 1645-4480

Reg. ICS: 124038

 **LAF** LIGA DOS AMIGOS DA FEIRA
Associada da Rádio Clube da Feira, 1983 - 03 - 09

Apoios: Câmara Municipal - Vista aérea da cidade de Santa Maria da Feira *contra-cap*
Irmãos Cavaco, S.A. *verso da capa*
Zoo Lourosa - Parque Ornitológico *verso da c/ capa*
Termas das Caldas de S. Jorge - Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira *página última*
Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira *página última*

Pórtico

Quanto faças / Supremamente faze

F. Pessoa

No percurso de dois anos e já no início do terceiro, com esta sétima edição, tem vindo a revista "Villa da Feira - Terra de Santa Maria", a manter a sua periodicidade normal, com algum sacrifício é certo, o que é normal em revistas do género, mas vamos tentando dar o nosso melhor, seguros que mantendo esta dinâmica dentro das linhas editorial e gráfica traçadas, não estaremos sós.

Por isso, aos nossos Assinantes, Patrocinadores e Amigos, um muito obrigado, pois fazem parte integrante do sucesso que é patente nos manifestos e testemunhos que têm chegado até nós.

Aos nossos generosos Colaboradores um também muito obrigado, pois são eles quem animam e dão vida às páginas que antes eram "só" brancas e onde agora animadas e com vida, estão impressos os seus estudos que são, com certeza, subsídios para a História do Concelho e da Terra de Santa Maria; os **Eventos**, que levarão os vindouros a conhecer, factos que de alguma forma poderão vir a ter interesse por serem de facto históricos; a **Poesia**, onde os nossos poetas têm um espaço próprio para a sua criação; as **Efemérides** onde são recordados acontecimentos e personalidades.

"Alguns aspectos da vida e acção de Henrique Veiga de Macedo"

É o tema de capa a qual dedicamos em forma de Homenagem e onde se assinala a importância da vida e obra literária deste insigne santamariano, nascido em Santa Maria de Lamas.

Ainda de salientar os três sectores que são um contributo no domínio do coleccionismo e de temática feirense que referimos:

"Postais do concelho da Feira"

"Para além do estudo dos postais a Cartofilia é também uma ciência auxiliar da História, na qual surpreendemos os costumes, o vestuário, o trabalho, os serviços..., em suma a evocação do Homem, das Terras e das Coisas".

"O Castelo da Feira e a Filatelia"

"O Castelo da Feira, esta maravilhosa obra de arquitectura, pela sua singular beleza tem tido um tratamento muito especial por parte das Administrações dos CTT, tanto nacional como estrangeira..."

Aqui iremos apresentar as várias edições de selos, carimbos, postais, sobrescritos, pagelas, carteiras, flâmulas e *bandelettes*, que deram origem às «Séries Comemorativas», «Aposições de Carimbos», «Exposições Temáticas» nacionais e estrangeiras, sempre que de alguma forma esteja representado o Castelo da Feira.

"A medalhística no concelho de Santa Maria da Feira"

"Neste estudo, que nos esforçamos por ser o mais exaustivo possível, trataremos apenas das medalhas cunhadas comemorativas, evocativas de factos, personagens e monumentos, relativos ao concelho de Santa Maria da Feira, agrupadas de acordo com os Escultores e Designers que as executaram".

Começámos, no número anterior, pelo Escultor José Aurélio do qual apresentámos e descrevemos as dez medalhas que executou para o concelho.

Neste número damos a conhecer Celestino Alves André, escultor a quem a LAF encomendou a execução da medalha de Homenagem a Mestre António Joaquim, ilustre pintor feirense, medalha que nesta edição reproduzimos e descrevemos.

E uma nota final.

Fomos surpreendidos pela morte de António Carneiro / António Luso.

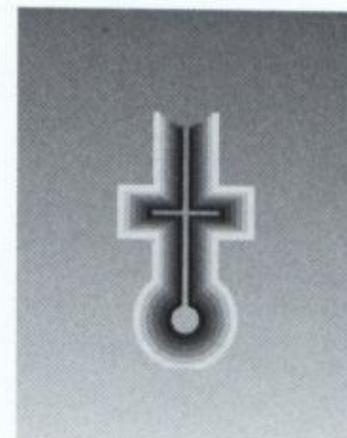
A morte e a vida continuam...

Bem-hajam, pela «Villa da Feira - Terra de Santa Maria», bem-hajam.

Joaquim Carneiro

Joaquim Carneiro
Fundador LAF

V.F. n.º 7, 2004 - p 3.



Sumário

Frontispício	1
<i>Executivo LAF</i>	
Pórtico	3
<i>Joaquim Carneiro</i>	
Mensagem do Presidente do Clube Feirense - Associação Cultural	5
<i>Artur Brandão</i>	
Poesia	6
<i>Maria de Jesus</i>	
Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo	7
<i>Maria Adelaide Pires</i>	
Poesia	34
<i>António Rebordão Navarro</i>	
Nome da Freguesia de Escapães - II	35
<i>Domingos A. Moreira, Pe.</i>	
A visita de D. Manuel II às Terras de Santa Maria	43
<i>Serafim Guimarães</i>	
A Propósito da Segunda Invasão Francesa	53
<i>Manuel Leão, Pe.</i>	
Misticismo em Manuel Laranjeira: o autodiagnóstico de um médico doente de santidade	59
<i>Anthero Monteiro</i>	
Fernando Pessoa e o movimento saudosista	67
<i>Fernando Guimarães</i>	
Poesia	74
<i>Maria Fernanda Calheiros Lobo</i>	
Platão à luz da sua <i>Ideia</i> sobre o Estado e o Direito - III	75
<i>Henrique Veiga de Macedo</i>	
Poesia	84
<i>Ilda Maria</i>	
Crianças do Passado	85
<i>Joaquim Máximo</i>	
Poesia	88
<i>Edgar Carneiro</i>	
Evocações de uma Era V: Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História - Aveiro	89
<i>Jorge António Marques</i>	
Poesia	102
<i>Domingos de Oliveira</i>	
O cartão de visita de Pena Gabriel	103
<i>Celestino Portela</i>	
Índia terra mãe, das mil e uma noites aos contrastes chocantes	107
<i>Augusto Santos</i>	
Em memória de "António Carneiro / António Luso"	111
<i>Executivo LAF</i>	
Monumento a Fernando Pessoa - IV	115
<i>Executivo LAF</i>	
Gastronomia e Vinhos na obra de Eça de Queirós	119
<i>Alvaro Faria</i>	
Poesia	122
<i>Manuela Correia</i>	
Efemérides: Passagem do Senhor General Ramalho Eanes e esposa pelo Monumento a Fernando Pessoa	123
<i>Executivo LAF</i>	
Poesia	126
<i>Maria Virginia Monteiro</i>	
O Castelo da Feira e a Filatelia	127
<i>Celestino Portela e Joaquim Carneiro</i>	
A medalhística no concelho de Santa Maria da Feira - II	129
<i>Celestino Portela e Joaquim Carneiro</i>	
Postais do Concelho da Feira: A - Postais Ilustrados	131
<i>Ceomar Tranquilo</i>	

Mensagem

Liga dos Amigos da Feira

*Amizade - Nobre sentimento de ligação, amor,
compreensão e solidariedade;*

Feira - Terra que me viu nascer

Que me faz pulsar

Me leva por ela lutar

Como objectivos que me fazem viver

Misturando aquele substantivo a este sentimento, um grupo de conterrâneos com o dinamismo que é apanágio desta terra, consolidado em amor à cultura, tem enriquecido o património cultural feirense, cujas iniciativas a seguir descritas são bem o exemplo:

- Pavilhão Gimnodesportivo da Lavandeira;
- Homenagem a Fernando Pessoa;
- Reconhecimento público a prestigiadas figuras públicas feirenses, como Roberto Vaz de Oliveira, Belchior Cardoso da Costa e Henrique Veiga de Macedo e outros;
- Revista periódica;
- Peças literárias sobre pessoas, factos e obras da nossa terra.

Foi-me solicitada a mensagem para este número e faço-o não só com grande satisfação, mas também com enorme orgulho, pelo facto de nele se evocar a grande e prestigiada personagem feirense - Henrique Veiga de Macedo.

Não tendo tido o privilégio do estreito relacionamento com esta personalidade de grande prestígio nacional, quer como homem de Estado, quer como poeta, mas apenas fugazes contactos circunstanciais, tive contudo, a honra de conviver de perto com familiares seus cuja educação, bondade e solidariedade eram substantivos permanentes em relacionamento respeitoso, apanágio dessa família, que recordo com grande saudade.

A Liga dos Amigos da Feira, tem sido o veículo cultural de reconhecimento e homenagem destes homens, que transmitiram por esse país e mundo fora o nome da nossa querida Santa Maria da Feira.

Artur Brandão



Presidente do Clube Feirense - Associação Cultural

V.F. n.º 7, 2004 - p 5.

Poesia

Maria de Jesus



Marc Chagall, 1887-1985.

Tempo

Tempo

... o que eu criei

Mas porque o criei

Já não sei ser sem ele

Já não sei ser sem tempo

Nem como será sem ele

Nem nunca soube

Mas sinto que ele é ilusão

E que é possível ser sem ele

Não eu

Mas que é possível

Talvez quando eu deixar de dizer eu

Quem sabe...

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo*

I

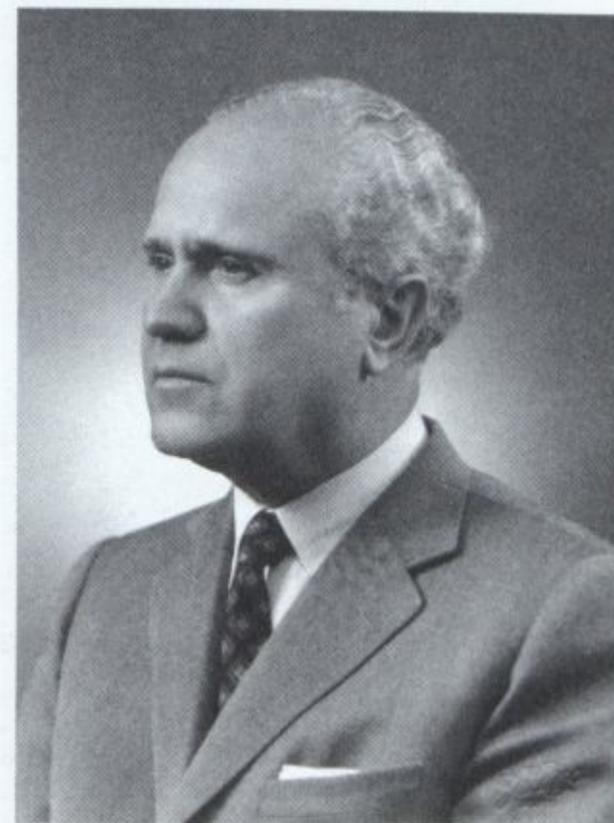
1 – Henrique Veiga de Macedo, filho de *Henrique Francisco de Macedo* e de *Palmira Alves Ferreira da Veiga*, nasceu em 27 de Abril de 1914, em Santa Maria de Lamas, concelho de Santa Maria da Feira.

Formou-se em Direito, com distinção, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1939, onde foi sócio do C.A.D.C. - Centro Académico de Democracia Cistã e frequentou a Faculdade de Letras - Secção de História e Filosofia. Antes, frequentara o Seminário de Vilar, no Porto, o Colégio de Ermesinde e o Colégio Almeida Garrett, naquela cidade, tendo feito, com distinção, o 7.º ano, no Liceu D. Manuel II. Neste período da sua vida escolar, dedicou-se ainda a diversas actividades desportivas, mormente ao atletismo e ao futebol, tendo sido campeão de corridas de velocidade e de saltos em comprimento e, durante alguns anos, avançado e capitão do “União de Lamas”.

2 – Em 1940, após haver cumprido o serviço militar e feito o curso de oficial miliciano no *R.I.6*, Porto, em *Caçadores 5*, Lisboa, e no *R.I.9*, Lamego, ingressou no Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, tendo desempenhado os cargos de Subdelegado na Covilhã e de Agente do Ministério Público junto do Tribunal do Trabalho da mesma cidade, donde transitou para a Delegação do I.N.T.P. do Porto. Neste Distrito, exerceu as funções de Subdelegado daquele Instituto e de Inspector do Trabalho e organizou a Caixa Sindical de Previdência e a de Abono de Família das Indústrias Têxteis, das quais foi o primeiro presidente.

Em 1946, foi nomeado Delegado do I.N.T.P. em Braga e Presidente da Caixa Regional de Abono de Família do mesmo Distrito e, em 1947, passou a chefiar a Delegação do I.N.T.P., no Porto, onde foi também Delegado da Federação dos Serviços Médico-Sociais da Previdência, Vice-presidente da Federação das Habitações Económicas, Delegado da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (F.N.A.T.), (cargo este que aceitou com a condição de o exercer sem qualquer remuneração), e, por inerência de funções de Delegado do I.N.T.P., Membro da Junta Consultiva dos Portos do Douro e Leixões.

Nos Distritos do Porto e de Braga, em que foi intensa a acção que desenvolveu nos diversos domínios da política social, desempenhou ainda as funções de Delegado do Comissariado do Desemprego, e presidiu a numerosas Comissões Arbitrais emergentes de convenções colectivas ou de despachos ministeriais de regulamentação



Henrique Veiga de Macedo.

* Estas Notas Biográficas foram organizadas com a cooperação de ex-colaboradores de *Henrique Veiga de Macedo* e ulteriormente actualizadas pela *Doutora Maria Adelaide Pires*, ex-professora do Ensino Primário e agora professora da Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

- Esta professora universitária é autora de um livro, já publicado sobre *O Plano da Educação Popular ou a Legislação de 27 de Outubro de 1952*, cujos elementos, em grande parte, se aproveitaram para as presentes Notas Biográficas -.

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo



"Aos meus bons Pais, como testemunho da maior gratidão, ofereço esta foto, recordação do meu último dia de estudante.

Henrique
Coimbra, 25 de Julho de 1939"

do trabalho.

Entre 1942 e 1949, exerceu, em diferentes períodos, a função docente em estabelecimentos de ensino liceal - 3.º ciclo - da Covilhã, do Porto e de Braga.

II

3 – Em Junho de 1949, o Presidente do Conselho de Ministros, *Salazar*, propô-lo para Subsecretário de Estado da Educação Nacional, em carta dirigida ao Presidente da República, *General Óscar Carmona*, na qual se referia ao Dr. Veiga de Macedo como pessoa "modesta, inteligente e de grandes qualidades de trabalho." (Ver o livro "Salazar", volume IV, página 152, de *Franco Nogueira*).

Assim, em 23 desse mês, iniciou a sua actividade no Governo.

Neste novo posto, dedicou-se, durante seis anos, ao estudo e resolução dos problemas do ensino universitário, liceal e técnico-profissional, e ao dos desportos, educação física e medicina escolar, e foi prestante colaborador do titular da Pasta da Educação, *Prof. Doutor Fernando Andrade Pires de Lima*, em importantes reformas no vasto campo da educação e da cultura.

Os problemas do ensino particular e da educação infantil mereceram-lhe especial atenção, e alguns deles foram então enfrentados com êxito.

A sua acção naquela Secretaria de Estado ficou assinalada sobretudo nos domínios do ensino primário e da educação popular. Após um conjunto de providências preparatórias, elaborou o Plano de Educação Popular (Decreto-Lei n.º 38 968 e Decreto n.º 38 969), que veio a ser promulgado em 27 de Outubro de 1952.

O Plano teve como principal objectivo dar efectivação prática ao princípio da escolaridade obrigatória, há mais de um século enunciado na Legislação, mas longe de estar devidamente executado, e lançar o movimento de recuperação cultural dos analfabetos, o qual a própria Lei designou de "Campanha Nacional de Educação de Adultos".

Da eficácia destas providências, - que de começo muitos consideraram utópicas -, falam impressivamente as estatísticas.

O número de matrículas de crianças e adultos atingiu quase o dobro nos primeiros anos de vigência do Plano.

Nos períodos de ponta, o ritmo de entrada em funcionamento de novas unidades escolares para menores chegou a atingir o número de 8, por dia lectivo, em média. Bem mais acentuado foi o ritmo verificado nos cursos normais de educação de adultos e nos cursos específicos da "Campanha" propriamente dita e cujos regentes eram retribuídos por avença, em função do número de aprovados no exame final.

No campo da assistência escolar, fez decuplicar, em poucos anos, o número de

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo

cantinas e de caixas escolares, destinadas ao fornecimento gratuito de refeições e de livros e agasalhos aos alunos do ensino primário.

Já em 1955, estava a receber ensino a quase totalidade das crianças sujeitas à obrigatoriedade escolar, quando em 1950 era ainda superior a 156 mil, ou seja a 20,3% da população respectiva, o número de crianças ausentes da escola. Em 1949, data da posse do Dr. Veiga de Macedo como Subsecretário de Estado, o índice de menores não frequentando o ensino era de cerca de 30%.

4 – Na verdade, os resultados obtidos foram, logo de início, de tal forma animadores que, no fim do primeiro ano de execução do Plano de Educação Popular, o Instituto Nacional de Estatística, em nota introdutória do volume “*Estatística da Educação - Ano de 1952/53*”, pôde alinhar estas conclusões gerais:

“... O leitor surpreenderá nos números que deste modo se apresentam os efeitos alcançados através de tão notáveis medidas legais [Decreto-Lei n.º 38 968 e Decreto n.º 38 969, de 27 de Outubro de 1952], que marcam o início duma época nova do ensino primário em Portugal.

Dentre esses números que oferecem reconhecido interesse pelos factos que revelam, cumpre destacar aqui, pela sua extraordinária importância, o relativo às inscrições.

Só ele basta para exprimir a modificação operada porque na comparação com o número idêntico do ano anterior acusa um aumento de 35% no número de alunos inscritos no ensino primário.

A diferença para mais em número absoluto é de 241 548.”

Registe-se que, posteriormente, o volume “*Estatística da Educação de 1953/54*” abre com uma nota introdutória em que, além do mais, se diz:

“A situação apresentada pela Estatística da Educação de 1952/53 encontra, logo no ano lectivo seguinte, a confirmação esperada quando naquele volume se assinalava tão justamente o início de uma época nova na evolução do ensino primário em Portugal.

À semelhança do relevo que então se deu às inscrições, cumpre agora chamar a atenção para o número de aprovados que, no conjunto das 3.ª e 4.ª classes, subiu de 219 para 292 milhares. Estes dois factos - o número de inscrições e o de aprovações no ensino primário -, ao lado dos reflexos de carácter social que podem suscitar, vieram, com o maior peso do ensino primário, alterar o condicionalismo dos vários ensinamentos.

Ao revelar, por esta forma, o acrescentamento de aptidão aos restantes graus de ensino a que esses factos deram lugar, cumpre igualmente salientar

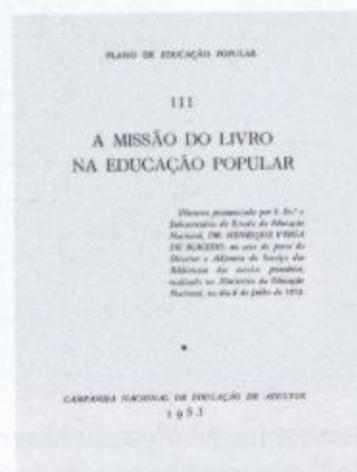


31/8/1978 - Dr. Henrique Veiga de Macedo e esposa D. Ália Campos Neves, no S. Paulo Hilton Hotel, durante a Homenagem em que lhe foi outorgada a medalha Euclides da Cunha, e entregue o diploma de representante de Brasília no Clube dos Estados, sediado na cidade de S. Paulo.

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo



«A Educação Popular no Progresso Económico do País» - 1953.



«A Missão do Livro na Educação Popular» - 1953.



«IV Reunião Anual dos Funcionários Superiores do Ensino Primário» - 1954.

que eles possibilitarão por sua vez a resolução do problema do analfabetismo posto há 120 anos em Portugal com o estabelecimento da obrigatoriedade do ensino primário.

Difícilmente se poderão alinhar na moderna história da instrução portuguesa, factos estatísticos de tão largas repercussões”.

Mais tarde, no n.º 10 (Outubro de 1962) do “Boletim Mensal” do mesmo Instituto Nacional de Estatística, ao apreciarem-se os números relativos a “alunos matriculados segundo os graus e ramos de ensino”, chamou-se a atenção para o facto de a importante “... diferença na intensidade da variação do total de alunos matriculados se ficou a dever ao reforço que o Decreto-Lei n.º 38 986, de 27 de Outubro de 1952, deu ao princípio da obrigatoriedade do ensino primário e às repercussões que, em consequência, se vieram a fazer sentir inevitavelmente nos demais ensinos”.

Concluindo, o Instituto Nacional de Estatística, no mesmo Boletim, acrescenta mais as seguintes observações:

“1.ª - O número de menores que frequentaram o ensino primário subiu de uma média anual de 563 mil, nos 16 primeiros anos lectivos considerados, para uma de 834 mil, nos últimos 9 anos;

2.ª - Do ano lectivo de 1951/52 para o imediato de 1952/53, esse aumento foi de 90 milhares;

3.ª - O número de menores frequentando o ensino primário ultrapassou os 800 milhares em 1954/55 continuando a subir regularmente de ano para ano e atingindo os 887 mil no ano lectivo de 1960/61;

4.ª - No que diz respeito aos adolescentes e adultos, de uma média anual de cerca de 33 milhares, também nos 16 primeiros anos, passou-se nos últimos 9, para uma de quase 182 mil.

5.ª - Mais ainda que para o ensino de menores, é de assinalar que, enquanto o número de adolescentes e adultos que frequentara o ensino primário no ano lectivo de 1951/52 fora de 27 mil, logo no ano seguinte esse número subiria para perto de 173 mil.

6.ª - Mas se esse número continuou a subir até 1955/56 (257.204), passou logo a diminuir por forma a reduzir-se a menos de metade em 1957/58 e cerca de um terço em 1960/61.

— Por último, e tendo em conta a frequência média anual antes e depois do Plano de Educação Popular - Decreto-Lei n.º 38 968, de 27 de Outubro de 1952 -, pode avaliar-se em 1.300 000 - um milhão e trezentos mil - o número de adolescentes e adultos que por força daquele diploma frequentaram a mais o ensino primário.”

5 - Ao longo deste período, foram postos ao serviço do ensino primário e da educação popular, em larga escala, os mais diversos meios de acção pedagógica e cultural. A estas actividades se referem as publicações editadas ao abrigo do Plano de Educação Popular e, em especial, as dos livros “IV Reunião dos Funcionários Superiores do Ensino Primário” e “Grandes e Pequenos

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo

Problemas da Educação Primária Portuguesa”, contendo as “Directivas” dadas aos Serviços e aos professores pelo Dr. Veiga de Macedo, as quais são consideradas na matéria obras de mérito, pela riqueza do conteúdo e pelo sentido realista das soluções para que apontam.

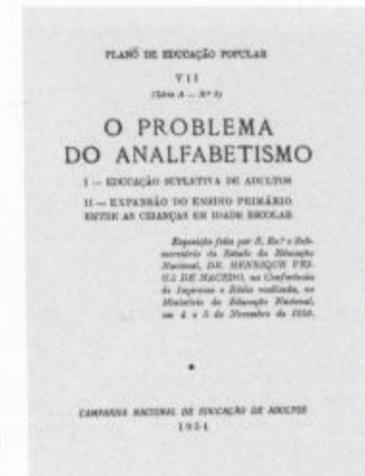
Este multifacetado labor de extensão cultural, para além e em complemento da alfabetização propriamente dita, haveria de ser reconhecido, nestes termos, no ano seguinte ao da passagem do Dr. Veiga de Macedo para outro sector governativo, no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 40 994, da iniciativa do *Ministro Leite Pinto*.

“ Durante os quatro anos de actividade da Campanha Nacional de Educação de Adultos, fizeram-se muitas experiências novas no nosso País; ensaiaram-se métodos de acção; puseram-se à prova processos de divulgação de conhecimentos ou instrumentos de propaganda que, no seu conjunto, constituem empreendimento notável sob o ponto de vista da renovação dos métodos que hão-de presidir à acção docente.

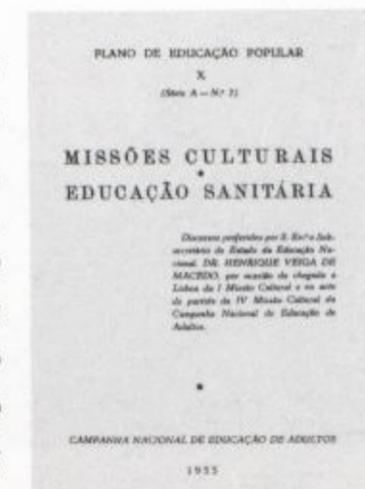
O teatro, o cinema e a produção de filmes próprios; a projecção fixa; as bibliotecas itinerantes; a instalação de bibliotecas fixas constituídas por livros criteriosamente seleccionados; as numerosas edições de extensão cultural, sobre temas de história, geografia, arte e etnografia, literatura, educação física e familiar, saúde, higiene, desportos, agricultura, pecuária, artesanato; o jornal ilustrado “A Campanha”; a preparação e distribuição de livros-tipo pelos centros de instrução; os ciclos de conferências e as sessões de leitura; o estudo e a distribuição de instrumentos audio-visuais; a organização de discotecas móveis; as exposições fixas ou circulantes sobre educação sanitária, história de arte; as visitas colectivas a museus e monumentos nacionais; a instituição de prémios; as missões culturais - tudo isto forma a estrutura através da qual se iniciou uma vasta obra. Representa, mesmo com os erros que comporta qualquer inovação, uma aquisição relevante sob o ponto de vista da metodologia geral do ensino, e especialmente valiosa por constituir a nossa grande experiência em matéria de educação popular”

6 – Sublinhe-se que o Subsecretário de Estado da Educação Nacional de 1949 a meados de 1955 deu vida a um novo estilo de actuação governativa, caracterizada pelo dinamismo e pela presença pessoal em toda a parte em que se fazia sentir a necessidade de consolidar e impulsionar a política educativa. Entre as inúmeras visitas de trabalho às diferentes regiões do País, - destinadas à observação directa dos problemas e ao diálogo aberto com as entidades locais, com os professores e com as próprias populações, e à criação, mediante despachos exarados no local, de escolas e de cursos de adultos, e milhares foram assim criados, - pode destacar-se a deslocação à Madeira dias antes de ser investido na Pasta responsável pelos assuntos do Trabalho e da Previdência Social.

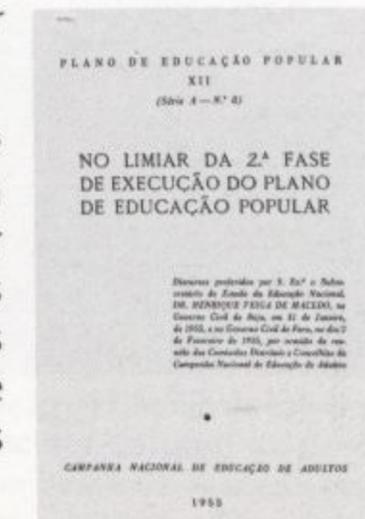
No decurso desta última visita, promoveu a imediata criação de 150 escolas e postos escolares, tendo instaurado, como fizera no Continente, um clima novo, propiciador da dissipação da “nuvem sombria” do analfabetismo, “o mais velho, enraizado e complexo problema do Arquipélago”, como acentuou num dos seus discursos, então editados pela Junta Autónoma do



«O Problema do Analfabetismo» - 1954.



«Missões Culturais • Educação Sanitária» - 1955.



«No limiar da 2.ª fase de execução do Plano de Educação Popular» - 1955.

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo

Distrito do Funchal.

Este modo de agir foi uma constante nos seus mandatos governativos. Logo em 3 de Novembro de 1950, *“O Correio do Ribatejo”*, em editorial, dizia, ao referir-se à sua visita a Santarém, durante a qual o Dr. Veiga de Macedo, num dia, criou 106 escolas primárias:

“Desta forma se fez num só dia, em proveito da instrução no nosso Distrito, o que por ele não se havia feito em dez anos”.

Ao deixar o Ministério da Educação Nacional, milhares de ex-analfabetos de todos os concelhos do País quiseram distingui-lo publicamente com a entrega de numerosas pastas contendo as suas assinaturas, mas o Dr. Veiga de Macedo pediu o escusassem de aceitar tal distinção. Só anos depois, receberia esse acervo de assinaturas, em acto meramente privado.

A lista, embora incompleta, dos alfabetizados no concelho da Feira foi enviada em 3 de Agosto de 1955, ao promotor da iniciativa, Prof. António Freire Mauricio, com a assinatura do Delegado Escolar Roberto Francisco da Costa e a do Presidente da Câmara Dr. Domingos de Sousa.

Já em 22 de Setembro de 1954, o Presidente *Salazar*, em carta que lhe dirigiu, enaltecia *“o êxito da Campanha”* contra o analfabetismo, com palavras como estas:

“... é uma obra magnífica, ... o que na máxima parte se lhe deve, e pela qual merece as melhores felicitações”.

Um ano antes, já o Presidente do Conselho de Ministros adiantara que *“as duas realizações que contribuíram para o favorável ambiente político que, nos últimos anos, a Situação tem vivido são a Campanha contra o Analfabetismo e o Plano de Fomento”.*

Por sua vez, em 29 de Junho de 1953, o *Engenheiro Cancellata de Abreu*, ex-ministro e então Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, em discurso proferido em Setúbal, afirmava:

“... o Dr. Veiga de Macedo tem realizado ... uma obra valiosíssima denunciante de uma tenacidade, de uma dedicação, de um espírito de servir como raras vezes se terá igualado nas cadeiras do Poder”.

No mesmo espírito se pronunciariam, nos seguintes termos, os *Professores Fernando Andrade Pires de Lima* e *Francisco Paula Leite Pinto*, no acto público da passagem do testemunho ministerial da Pasta da Educação Nacional, em princípios de Julho de 1955:

– “... Dei uma pequena colaboração a essa obra gigantesca do meu Subsecretário de Estado, Dr. Veiga de Macedo, que levou a todos os recantos do País, com o calor da sua palavra e com a sua inteligência, o entusiasmo pela cultura popular e pela luta contra o analfabetismo. Já não sei de cor quantas centenas de milhares de alunos que foram chamados à instrução e quantos milhares de escolas se tiveram de abrir”.

– “Teve V.^a Ex.^a, Senhor Professor Pires de Lima, a gentileza de evocar a colaboração que lhe prestou o seu Subsecretário de Estado, o Dr. Veiga de Macedo. A obra pelos dois

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo



Inauguração das instalações da Consulta Dispensário da Tuberculose em Vila da Feira.

realizada no campo da instrução primária e da educação de adultos, e tão vivamente impulsionada pelo Dr. Veiga de Macedo, será continuada, embora eu não venha a assegurar-lhe o mesmo ritmo. Neste sector haverá, apenas, que manter o gradiente que o Dr. Veiga de Macedo conseguiu imprimir ao Movimento. É a maior homenagem que posso prestar à acção do actual Ministro das Corporações e Previdência Social, cuja presença muito me desvanece."

São ainda do *Ministro Leite Pinto* estas outras palavras que, em Dezembro de 1955, cinco meses após o Dr. Veiga de Macedo ter deixado as funções de Subsecretário de Estado, proferiu durante uma reunião das Comissões Centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos:

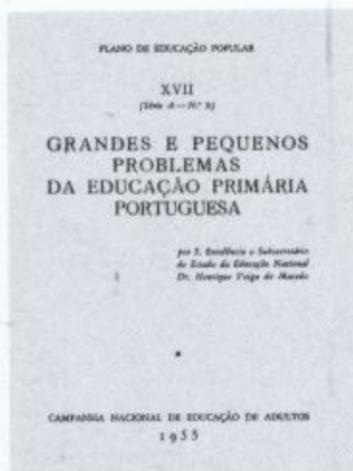
"Não há dúvida de que o Plano de Educação Popular constiui uma das providências de maior alcance da História do Ensino em Portugal e uma das realizações mais eficazes e úteis do Estado Novo."

Mais tarde, o *Ministro Galvão Telles* promoveria a publicação de diploma legal (Portaria n.º 23600, de 9 de Setembro de 1968) que atribuía o nome de *Veiga de Macedo* à recém-criada Escola Preparatória de Vila da Feira e convidá-lo-ia para fazer parte do Grupo incumbido de proceder à elaboração do projecto do Estatuto da Educação Nacional.



Inauguração do Grémio da Lavoura.
• Dr. Belchior Cardoso da Costa e Dr. Henrique Veiga de Macedo no uso da palavra.

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo



«Grandes e pequenos problemas da Educação Primária portuguesa» - 1955.



«Espírito Renovador» - 1958.

No trabalho que então apresentou, o antigo Subsecretário de Estado da Educação propunha a remodelação geral das Escolas do Magistério, a criação de uma Secretaria de Estado para a Educação Popular e, como veio a ser feito, a passagem de quatro para seis anos da escolaridade obrigatória.

Já alguns anos antes, o *Doutor José Hermano Saraiva* quisera, “em respeitosa homenagem”, referir-se ao movimento cultural desencadeado pelo Dr. Veiga de Macedo como “*inestimável obra por si bastante para revelar um dos maiores Portugueses do nosso tempo e de quem todos os que amamos a Pátria e prezamos a Civilização tanto esperamos*”.

7 – Sobre esta obra, a “*Revista Portuguesa de Pedagogia*”, (Ano XXIV - 1990 - páginas 477 a 571), da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra, insere um importante ensaio (logo editado em Separata), da autoria da *Doutora Maria Adelaide Pires*, Professora da Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação, de Lisboa, do qual, aliás, se aproveitaram alguns elementos para a elaboração deste currículo.

Nesse estudo, intitulado “*O Plano de Educação Popular ou a Legislação de 27 de Outubro de 1952 nos Primeiros Anos da sua Execução*”, regista-se que, na década de 1950/60, puderam formar-se 14 000 professores em 23 Escolas do Magistério, 8 das quais Escolas Normais privadas, cuja criação o Dr. Veiga de Macedo promovera logo a partir do início do seu mandato.

Aí, depois de se acentuar que, no campo do ensino e da educação popular, não houve, entre nós, até ao presente, qualquer outra acção que se lhe pudesse comparar “*em vivacidade e resultados*”, transcrevem-se as seguintes afirmações de *Baltazar Rebello de Sousa*, sucessor de *Henrique Veiga de Macedo* no cargo de Subsecretário de Estado:

“*Pode considerar-se praticamente alcançado o objectivo de todas as crianças em idade escolar frequentarem a escola*”.

“*...Desde os 71%, ou mais, (taxa de 1890 a 1930) passando pelos 20% de 1950 aos 2% de hoje (e só 0,7% por infracção à lei), vai percorrido um longo caminho vitorioso que importa reconhecer*”.

Refira-se, a propósito que, pouco tempo depois, em 29 de Outubro de 1959, o *Dr. José Hermano Saraiva*, na sua qualidade de Deputado, diria no Parlamento que

“*quem hoje quiser ocupar-se destes problemas, não pode deixar de proferir com respeito o nome do Dr. Henrique Veiga de Macedo, que no Ministério da Educação Nacional deixou uma obra cujo saldo é o da extinção do analfabetismo infantil: - hoje frequentam a escolas todas as crianças normais em idade escolar.*” “*E isto*”, concluía o *Dr. Hermano Saraiva*, então colaborador directo do Subsecretário de Estado da Educação *Dr. Rebello de Sousa*, “*não precisa de retóricos adjectivos para ser reconhecido como um serviço nacional do mais alto valor*”.

Regista a mesma Professora *Adelaide Pires* o que o Ministro da Educação Nacional, Professor

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo

Doutor Leite Pinto, recordava no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 46 964, de 31 de Dezembro de 1956:

“Desde a publicação do Plano de Educação Popular (1952 até 1955/56), foi possível pôr a funcionar 4 600 escolas e postos escolares...”, pelo que considerava esse Plano e essa Campanha *“importante experiência pedagógica”,* e prestava *“homenagem a quem delineou e executou um dos maiores esforços realizados ultimamente no nosso País”.*

A este número de 4.600 unidades escolares a mais em 1952 e 1955/56, haverá que acrescentar 1224 lugares docentes que, a partir da sua posse como Secretário de Estado, o Dr. Veiga de Macedo pôs a funcionar, entre Julho de 1949 e 27 de Outubro de 1952, data em que foram instituídos o Plano da Educação Popular e Campanha Nacional da Educação de Adultos.

A concluir, Adelaide Pires observa:

“Por isso, eu alinho inteiramente ao lado dos que, como o Professor Joaquim Ferreira Gomes, da Universidade de Coimbra, consideram esse movimento cultural uma verdadeira Cruzada”.

São da mesma Professora estas palavras:

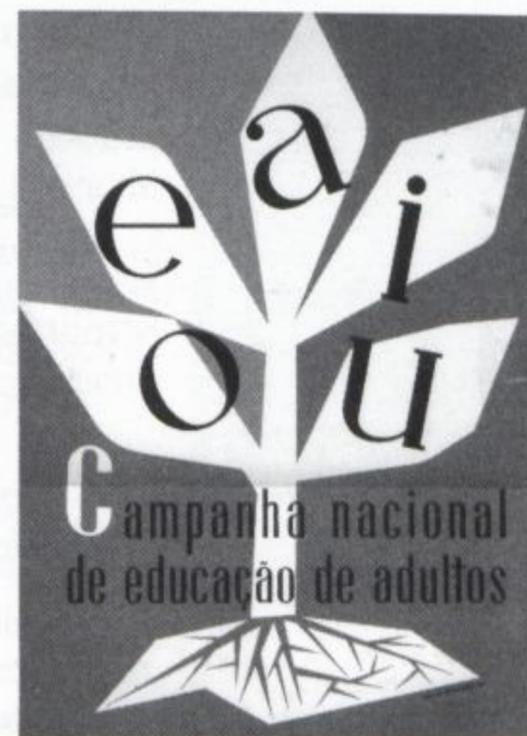
«De entre os muitos editoriais e notícias que pude ler em jornais e revistas que consultei, chamaram-me a particular atenção os do Jornal “O Século”, e o que escreveu no “Diário de Lisboa”, em Julho de 1955, o seu Director, Dr. Joaquim Manso, quando o principal responsável pelo Plano de Educação Popular deixou o cargo no Ministério da Educação para ocupar outro posto governativo. É do Dr. Joaquim Manso esta palavra:

“A passagem do Dr. Veiga de Macedo pelo Subsecretariado de Estado da Educação foi assinalada por uma acção que não poderá esquecer-se, pois os seus efeitos perdurarão em definitivo na vida portuguesa. [...] A Campanha... poderá vir a inscrever-se algum dia como das mais positivas realizações da nossa geração”.

Outras figuras de vulto na vida portuguesa escreveriam igualmente palavras expressivas sobre a acção governativa do Dr. Veiga de Macedo, sendo estas as do Professor Doutor Francisco da Gama Caeiro:

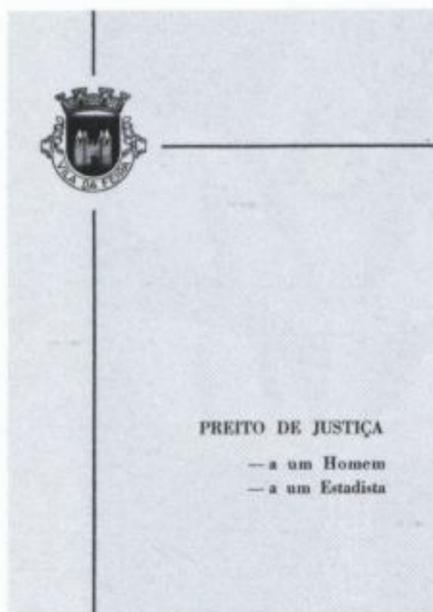
“Ao Dr. Veiga de Macedo, o País deve o mais lúcido, vasto e eficiente Plano de Educação, o único até hoje executado de alcance e dimensão verdadeiramente nacional”.

Bastantes anos depois, neste mesmo sentido, se pronunciava, na entrevista de 15



Cartaz da “Campanha Nacional de Educação de Adultos”.

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo



«Preito de Justiça
- a um Homem
- a um Estadista».



«Grandeza do Sacerdócio
Glória do Episcopado» - 1967.

de Março de 1974, concedida ao Jornal "A Capital", o Dr. Carlos da Silva Gonçalves, alto funcionário do Ministério da Educação:

"E sobretudo convém destacar a acção do Dr. Veiga de Macedo, notável em qualquer parte do mundo. Notável pela sua ideia inovadora, relativamente aos problemas da cultura básica generalizada: - ele concebeu a Campanha de Educação de Adultos, não como um simples combate contra o analfabetismo, mas sim como uma Campanha de promoção de cultura geral básica, criando uma série de esquemas que ainda hoje são perfeitamente actualizados.

Depois dessa Campanha, deixámos decair a luta contra o analfabetismo. Toda a tarefa foi entregue, como tarefa normal, à Direcção-Geral do Ensino Primário, e a verdade é que houve um certo abrandamento da marcha..."

Aliás, já em 1960, no livro da Unesco "l'éducation dans le monde - II - l'enseignement du premier degré" - se refere -: "... c'est surtout à partir de 1952 que la lutte contre l'analphabétisme est menée d'une façon efficace. [...] Actuellement on peut affirmer que, d'une façon général, tous les enfants d'âge scolaire (7 à 13 ans) fréquent l'école".

Esta preocupação cultural do Dr. Veiga de Macedo continuaria a marcar a sua acção, como Ministro durante seis anos, e, entre 1961 e 1974, como Presidente do Instituto de Obras Sociais - I.O.S., Deputado à Assembleia Nacional e presidente e membro de diversas Comissões parlamentares, permanentes e eventuais, como a da Educação, Cultura, Interesses Espirituais e Morais e, posteriormente, no Brasil, de 1974 a 1985, como professor universitário e um dos fundadores da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, com sede em São Paulo.

III

8 - Não haveria de surpreender, por isso, que o Chefe do Governo decidisse entregar Pasta de especial responsabilidade ao Subsecretário de Estado da Educação Nacional Veiga de Macedo, funções em que, como assinala Franco Nogueira, no livro "Salazar" - vol. IV - pág. 385, "promoveu uma bem sucedida Campanha contra o analfabetismo e dera provas de lealdade, trabalho incansável e consciencioso e integridade pessoal".

Convidado para Ministro das Corporações e Previdência Social, o Dr. Veiga de Macedo tomou posse deste Departamento do Trabalho e Segurança Social, em 8 de Julho de 1955, e em breve, se fez sentir a sua acção na protecção aos trabalhadores, na intensificação e expansão da Previdência e no fomento da habitação económica.

Sob o seu impulso, desenvolveu-se a organização institucional das actividades nacionais, contando-se por centenas as novas Casas do Povo, Sindicatos e Grémios, Uniões e Federações, cujos alvarás foram então aprovados.

É da sua iniciativa a publicação do Decreto-Lei n.º 41 286, de 23 de Setembro de 1957, que tornou possível a criação de Federações de Casas do Povo, em ordem à coordenação destas

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo

instituições e a mais eficaz protecção social aos trabalhadores agrícolas.

A pedido das classes interessadas, promoveu a publicação dos novos Estatutos da Ordem dos Engenheiros (Decreto-Lei n.º 40 774, de 8 de Setembro de 1956), e da Ordem dos Médicos (Decreto-Lei n.º 40 651, de 25 de Junho de 1956), tendo-lhe esta dado então significativa prova de apreço e reconhecimento.

O Ministro Veiga de Macedo elaborou ainda importantes Propostas de Lei, aprovadas pela Assembleia Nacional, de que resultaram o Plano de Formação Social (Lei n.º 2 085, de 17 de Agosto de 1956), e o Estatuto Jurídico das Corporações (Lei n.º 2 086, também de 17 de Agosto do mesmo ano).

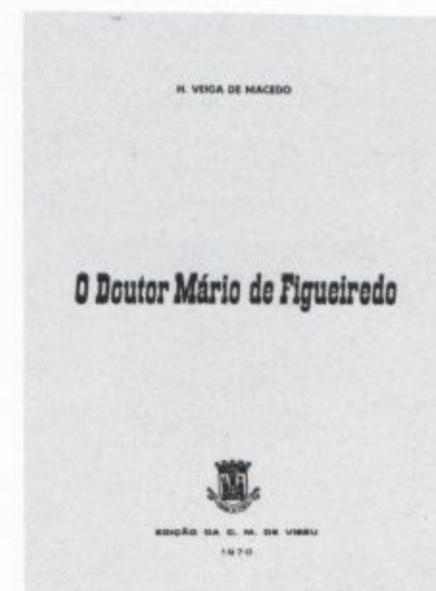
Em execução do primeiro daqueles diplomas, entraram em pleno funcionamento, além da Junta da Acção Social - organismo coordenador do Plano -, o Centro de Estudos Sociais e Corporativos, o Instituto de Formação Social e a Comissão Coordenadora do Serviço Social do Trabalho, tendo sido criadas Missões Itinerantes de Acção Social, estabelecida uma ampla rede de centros de cinema no País, organizadas bibliotecas em empresas e organismos sindicais, e lançadas edições de livros e outras publicações sobre assuntos sociais e de formação e divulgação.

9 – No seu mandato ministerial, surgem as primeiras Corporações: - a da Lavoura, a da Pesca, a dos Transportes e Turismo e a do Crédito e Seguros, em 1957; a da Indústria e a do Comércio em 1958 e, em 1959, a da Imprensa e Artes Gráficas e a dos Espectáculos, instituições que, pelo seu espírito e ordenamento e por sua autonomia jurídica e funcional, eram fundamentalmente diferentes das corporações italianas.

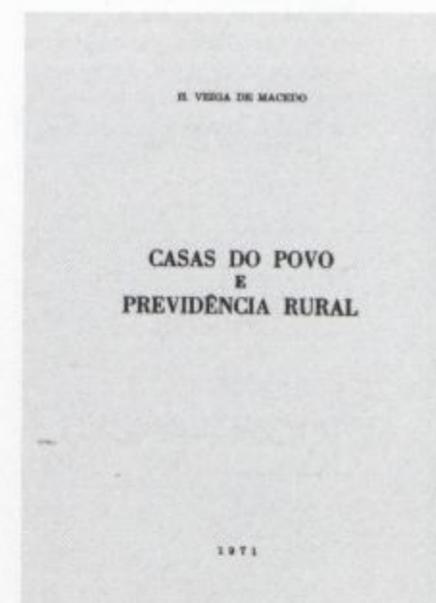
O problema habitacional constituiu um dos fulcros da sua acção governativa. Concebeu um grande movimento para fomentar no País, incluídos os meios agrícolas, a construção de *casas económicas de propriedade resolúvel* e de *casas de renda económica*, bem como a *auto-construção de habitações* por meio de empréstimos a conceder, em condições vantajosas, pelas instituições de Previdência, com o auxílio do Fundo Nacional do Abono de Família. Para tanto, elaborou a Proposta de Lei sobre a cooperação das Caixas de Previdência e das Casas do Povo no combate à crise de alojamento, a qual foi convertida, pela Assembleia Nacional, na Lei n.º 2 092, de 9 de Abril de 1958.

Esta Lei, cujo alcance foi ampliado por outro diploma legal, de 23 de Setembro de 1960, e ao abrigo da qual foram concedidos pelas Caixas de Previdência empréstimos, amortizáveis em 25 anos com juros anuais até ao máximo de 4%, para a construção, aquisição e beneficiação de casas em todo o País, representa uma viragem histórica na política habitacional portuguesa.

Os Serviços do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, agora consultados, estimam em mais de 30 mil os empréstimos concedidos ao abrigo daqueles diplomas legais, para a construção, aquisição ou beneficiação de casas, e em mais de 15 mil as edificadas no regime de *casas de renda económica* em execução da mesma Lei n.º 2 092. Isto, sem falar nos vários agrupamentos das *casas económicas* na modalidade de propriedade resolúvel, do tipo das 1 010 casas do Bairro que o Ministro Veiga de Macedo mandou construir em Olivais-Sul, Lisboa,

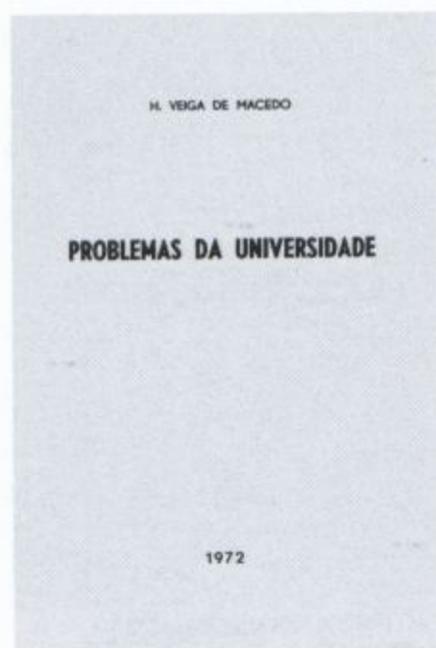


«O Doutor Mário de Figueiredo»
- 1970.

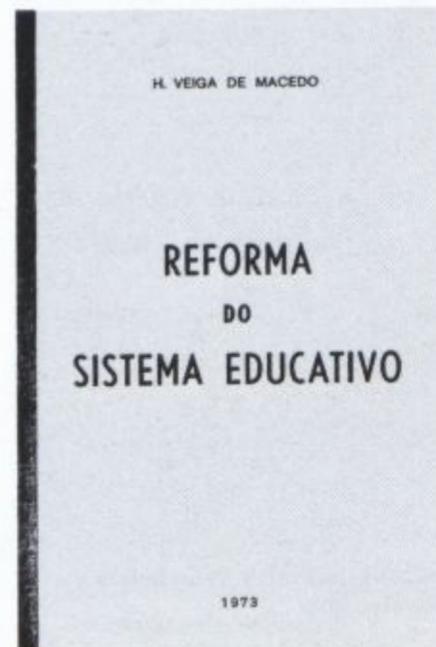


«Casas do Povo e Previdência Rural» - 1971.

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo



«Problemas da Universidade»
- 1972.



«Reforma do Sistema Educativo»
- 1973.

modalidade essa também remodelada naquele diploma legal de 9 de Abril de 1958.

Mais se lhe deve a Reforma Geral da Previdência, a qual visou, em especial, a criação de uma Caixa Nacional de Pensões e de Caixas Regionais de Previdência e Abono de Família, a instituição do *seguro-tuberculose* e do *seguro-maternidade*, a aplicação do princípio da compensação nacional de encargos aos seguros de doença, velhice e invalidez, e a sensível atenuação da rigidez do método financeiro de capitalização da Segurança Social em favor de um sistema misto de capitalização e de repartição.

Foi esta mudança das estruturas orgânicas e dos esquemas de protecção social que, pela primeira vez, em plano nacional, consagrou o princípio da regionalização geral da Previdência.

Outra reforma sua foi a dos Tribunais de Trabalho, através da Proposta de Lei que subscreveu, convertida na Lei n.º 2 091, de 9 de Abril de 1958, seguida do Decreto-Lei n.º 41 745, de 21 de Junho do mesmo ano, que aprovou o Estatuto desses órgãos jurisdicionais. Dois anos depois, em face da experiência colhida, procedeu a nova remodelação desses Tribunais, o que deu origem a uma homenagem pública prestada, já após ter deixado o Governo, pelos magistrados e servidores da Justiça do Trabalho que, então, lhe outorgaram uma medalha de ouro para o efeito especialmente cunhada.

Por outro lado, avultam, entre outras realizações sociais a que se votou, as convenções colectivas de trabalho que, no seu mandato ministerial, acusaram um impulso extraordinário.

Neste domínio, o Ministro, - *“dotado de rara energia... inquieto... insatisfeito... de ânimo dúctil no convívio do povo... cujas necessidades compreendia, sentia e vivia”*- (Editorial, de Mário Azenha, *“Um Homem de Fé”*; 27/7/1959, no Jornal Republicano Independente *“O Despertar”*, de Coimbra) -, usou, até ao último dia do seu mandato, dos latos poderes que a Lei lhe conferia para fixar, por despacho normativo, as remunerações e as condições de trabalho, sempre que não se tornava possível consegui-lo através da contratação colectiva.

10 – A renovação dos Serviços do Ministério, o alargamento dos seguros sociais a mais largos sectores populacionais, a consolidação financeira da Previdência e a salvaguarda intransigente dos valores das Caixas, a protecção do trabalhador agrícola, a defesa do trabalho feminino e a aplicação gradual do princípio de salário igual para trabalho igual, as relações humanas na empresa, a prevenção dos acidentes de trabalho e doenças profissionais e a ocupação dos tempos livres dos trabalhadores foram objecto de profícua e sistematizada actuação.

São fruto deste esforço a constituição de uma Comissão Coordenadora Permanente dos Serviços Médico-Sociais, a criação de um Serviço para inquéritos habitacionais e de Comissões de Segurança nas empresas, a inclusão, no esquema dos benefícios do seguro-doença, do internamento hospitalar para intervenções de cirurgia, e outras melhorias nas prestações da Previdência Social, como a assistência medicamentosa, a qual foi estabelecida em moldes amplos, tendo passado, além disso, a abranger os próprios familiares dos beneficiários das Caixas.

A instalação de novas Colónias de Férias Infantis e de Centros de Férias para trabalhadores e suas famílias multiplicou-se pelo País, o que, também se verificou nos diversos esquemas de

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo

acção da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho - F.N.A.T.

11 – Ficou especialmente conhecido o “*Diário do Governo*”, de 23 de Setembro de 1960, todo dedicado aos diplomas legais dimanados da sua Pasta: - 11 Decretos-Leis, 3 Decretos e 16 Portarias, transcritos na Folha oficial do Ministério com outros dispositivos normativos e mais algumas convenções colectivas de trabalho.

É então aprovada, pelo Decreto-Lei n.º 43 189, a primeira Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, que veio substituir a desajustada e desactualizada Tabela francesa de *Lucien Mayet* aplicável, entre nós, desde 1932 com algumas ulteriores adaptações.

São remodeladas as Comissões Corporativas e Arbitrais, Decreto-Lei n.º 43 179, que alarga e reforça as atribuições destes órgãos de conciliação pré-judiciária, aos quais passou a caber a interpretação e integração das Convenções Colectivas de Trabalho.

É estabelecido o novo regime do exercício das actividades ligadas aos espectáculos e divertimentos públicos, e criado, na Direcção-Geral do Trabalho, um Serviço específico para tratar dos assuntos relacionados com tais actividades, o que foi ao encontro de antigas aspirações dos artistas teatrais, líricos, musicais, tauromáquicos, de circo e dos restantes profissionais dos espectáculos.

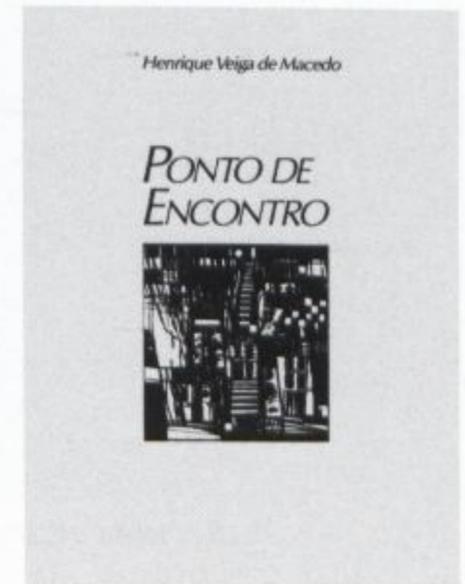
São revistos, pelo Decreto-Lei n.º 43 182, diversos preceitos da legislação do trabalho, da protecção ao trabalho feminino e da prevenção de acidentes e doenças profissionais.

Nessa data, além de anunciar a aquisição, e sua adaptação, de um grande edifício, na Praça de Londres, para a sede do Ministério (a actual sede), subscreveu o Ministro Veiga de Macedo uma Proposta de Lei sobre o regime do Contrato Individual do Trabalho, na qual se incluíam preceitos sobre as formas de cooperação de patrões e trabalhadores na empresa e se previa a constituição, neste âmbito, de órgãos para apreciar as questões directamente relacionadas com os interesses dos empregados e assalariados. Nessa Proposta, alargavam-se os períodos de férias e robustecia-se a estabilidade do emprego.

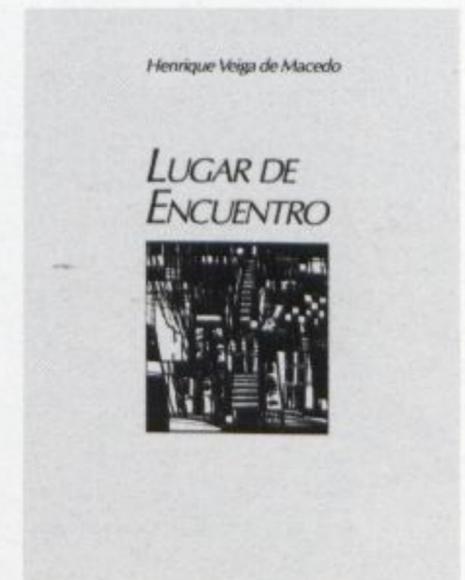
Dava-se ainda ao Governo a faculdade de estabelecer para os trabalhadores sistemas de participação nos lucros das empresas em que estivessem investidos capitais do Estado ou da Previdência, ou noutras de reconhecida capacidade económica. (Esta última providência, que logo suscitou fortes reacções em certos meios, acabou por não vingar, quando, anos mais tarde, a revisão do contrato geral individual do trabalho, prevista naquela Proposta de Lei, veio a ser debatida na Assembleia Nacional).

Simultaneamente, amplia-se o esquema do abono de família através de outro Decreto-Lei, fixam-se pensões mínimas aos reformados por velhice ou invalidês e atribui-se-lhes o direito ao abono de família e à assistência médico-farmacêutica e estabelece-se para os trabalhadores o direito a subsídios de casamento, nascimento e aleitação.

Instituiu-se também a Federação das Caixas de Previdência - Obras Sociais (Estatutos

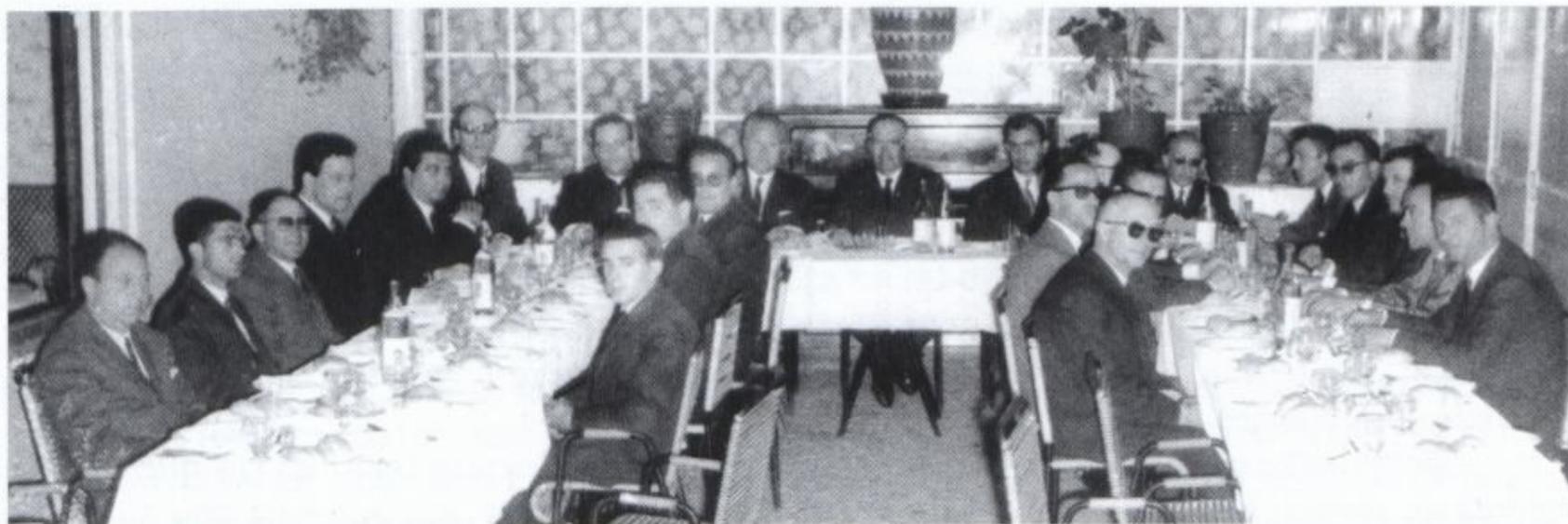


“Edição em Portugal do livro de poemas «Ponto de Encontro», cujo lançamento se efectuou, em S. Paulo, Brasil, em 13 de Fevereiro de 1985 e da sua versão em castelhano sob o título «Lugar de Encuentro», destinada então a países da América de Língua Espanhola e, em especial, ao Chile e a Argentina”.



-Edição em castelhano sob o título «Lugar de Encuentro».

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo



9 de Junho de 1966 - almoço em Lisboa, aquando da ida ao Ministério das Obras Públicas e Direcção Geral dos Desportos, solicitando financiamento para obras no campo do Lusitânia Futebol Clube.

Pe. Joaquim Silva; Henrique Veiga de Macedo; o Governador Civil de Aveiro Santos Lousada; Domingos da Silva Coelho Presidente da Câmara Municipal da Feira; Joaquim de Almeida Lima, sócio n.º 1; Eng. Themudo Presidente da Junta Distrital e Carlos José Almeida Lima, Presidente do Lusitânia.

aprovados pela Portaria n.º 17 967, de 23 de Setembro de 1960), destinada a instalar e manter casas de repouso, colónias de férias para os trabalhadores e famílias e colónias infantis, a criar infantários e centros de educação infantil, centros de acção social e educação familiar, e a fomentar o acesso ao ensino liceal, médio e superior, através da concessão de bolsas de estudo, aos filhos dos beneficiários das Caixas e a estes que, pelo seu aproveitamento escolar, o merecessem.

Na mesma altura, o Dr. Veiga de Macedo reorganiza o Conselho Superior da Previdência, que é transformado em Conselho Superior da Previdência e Habitação, remodela as instituições mutualistas (Decreto-Lei n.º 43 185, de 23 de Setembro de 1960) e, prosseguindo no combate à crise de alojamentos, amplia, através do Decreto-Lei n.º 43 186, da mesma data, o campo de aplicação da Lei sobre fomento habitacional, estabelecendo, entre outras medidas, que os empréstimos para construção de casa própria passassem a atingir 100% do custo da construção e que a concessão de alvarás para a instalação de empresas implicasse, para estas, em certos casos, a obrigação de edificarem habitações destinadas ao pessoal. Neste diploma, prevê-se ainda que a Previdência, para além dos empréstimos destinados à auto-construção previstos na Lei n.º 2 092, de 9 de Abril de 1958, passe a conceder empréstimos, a 80% do valor da compra, para a aquisição ou beneficiação de habitação própria.

Também na mesma data, foi instituída a Medalha de Mérito Corporativo e do Trabalho e foram publicados outros diplomas que mostraram ao País, uma vez mais, a capacidade do estadista que, após ter enfrentado o problema do analfabetismo, pôde realizar obra relevante na ascensão social das classes trabalhadoras, junto das quais conquistou vivas simpatias pela coragem e isenção e pelo seu espírito dinâmico na aplicação dos ditames da justiça.

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo

12 – Pode ainda referir-se, como empreendimento de projecção, a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, instituída pela Portaria n.º 17 118, de 11 de Abril de 1959, que alertou a opinião pública para os graves perigos da sinistralidade do trabalho e criou nos empresários e trabalhadores mais viva consciência das suas responsabilidades perante os riscos profissionais e fez baixar sensivelmente os índices desses acidentes, como reconheceram as entidades seguradoras. É de salientar que a luta organizada contra a silicose e as outras doenças profissionais se ficou a dever ao Dr. Veiga de Macedo.

Antes, pelo Decreto-Lei n.º 41 820, de 11 de Março de 1958, fora encarado o problema dos acidentes de trabalho nas obras da construção, data em que, pelo Decreto n.º 41 821, foi aprovado, o Regulamento de Segurança na Construção Civil.

Fomentou também relações proveitosas para o País com a Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.), e representou o Governo na Conferência Internacional do Trabalho de 1959, em Genebra, onde o seu discurso teve efectiva repercussão.

Anunciou, então, a adesão de Portugal a numerosas e importantes convenções internacionais sobre relações de trabalho, convenções que há anos aguardavam que o Governo Português sobre elas tomasse posição. Neste plano da sua acção externa, é de referir a Convenção Geral sobre Segurança Social firmada entre Portugal e a França, de que advieram expressivos benefícios para os trabalhadores portugueses emigrados nesse País. Esta Convenção foi aprovada para ratificação pela Assembleia Nacional, pelo Decreto-Lei n.º 41 677, de 14 de Junho de 1958. Iniciadas foram também as diligências para a celebração de convenções idênticas com outros países, como a Espanha, a Bélgica, a Holanda, o Luxemburgo, a República Federal da Alemanha e a Suíça.

13 – Quando, em 4 de Maio de 1961, deixou as funções ministeriais, através de cujo exercício *“assegurara a paz social”*, no dizer de *Franco Nogueira*, (ver *“Salazar”* - vol. 5), o Dr. Veiga de Macedo recebeu reais provas de apreço no próprio acto de transmissão de poderes ao novo Ministro, a ponto de declarar então que ficava a dever à Providência *uma graça que julgava rara na vida dos políticos: - a de receber, ao deixar o cargo, provas de consideração e estima mais expressivas do que as dispensadas ao assumi-lo.*

Nesse mesmo dia, a Imprensa pôde dar notícia de outras providências tomadas, na despedida, pelo Ministro Veiga de Macedo, sendo de realçar, além das referentes à melhoria de ordenados e salários para várias actividades profissionais, as seguintes:

- *Fixação de novas pensões mínimas aos reformados por invalidez;*
- *Atribuição do direito ao abono de família aos reformados por invalidez e extensão do mesmo direito a todos os pensionistas por velhice;*
- *Ampliação às famílias dos reformados, por invalidez ou velhice, da assistência médica e da assistência medicamentosa nas mesmas condições em*



“Acto de justiça e amor à Raiz”.



28/11/1966 – Aeroporto de Lourenço Marques, partida para Lisboa.

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo



Visita ao terreno das futuras instalações da Colónia de Férias do I.O.S. em Vila da Feira.



Visita às obras das instalações do I.O.S.

vigor para os restantes beneficiários;

- Autorização às instituições de Previdência para concederem aos trabalhadores e seus familiares as prestações do seguro de doença e do abono de família, com base nos elementos de folhas de férias recebidas, ainda que não tivessem sido oportunamente pagas pelas entidades patronais as correspondentes contribuições;

- Criação de 14 Caixas Regionais de Previdência (regionalização geral da Previdência);

- Integração, no regime da Previdência, das actividades da construção civil dos diferentes distritos e, no regime da Previdência e Abono de Família, dos trabalhadores da mesma actividade do Distrito de Lisboa, beneficiando mais de 200 000 trabalhadores e familiares;

- Plano visando a progressiva extensão da rede de Casas do Povo a todo o Distrito de Bragança, para, através destas instituições de previdência e de representação profissional, se assegurar a assistência médica e cobertura sanitária às populações rurais do mesmo Distrito: - instalação de 121 postos clínicos com financiamento logo assegurado pelo Fundo Nacional de Abono de Família;

- Determinação para que as novas varas criadas nos Tribunais de Trabalho de Coimbra, Leiria e Setúbal, a seguir a outras, como a de Santa Maria da Feira, funcionassem nas sedes das comarcas da Figueira da Foz, Caldas da Rainha e Almada, respectivamente;

- Aprovação do Regulamento relativo à transformação, em casas de propriedade resolúvel, das habitações de renda económica;

- Aprovação do novo Regulamento de empréstimos pelas Caixas para a construção de casas, o qual representou mais um passo em frente, no combate à crise de alojamento...

Ao aprovar estes dois últimos diplomas, exarou um Despacho em cujo preâmbulo recordou estas afirmações que, ao tomar posse do cargo, produzira, em 23 de Setembro de 1955, sobre o problema da crise de alojamentos:

“Há fundadas esperanças de encontrar para o problema habitacional novas e mais naturais soluções. Espera-se poder colocar dinheiros da Previdência à disposição do trabalhador, para que este construa a sua casa e para, assim, ascender à propriedade e viver com os seus em ambiente digno e saudável. Se é lícito a um governante ter um sonho, direi que este é um dos meus maiores sonhos. Com o auxílio dos homens e a graça de Deus, ele há-de ser realizado”.

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo



O Dr. Veiga de Macedo foi, como governante, por inerência gratuita de funções, Presidente do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência - I.N.T.P. -, Presidente da Junta da Acção Social, da Junta Central das Casas do Povo, do Conselho Superior da Previdência e Habitação e da Comissão Central da Campanha Nacional de Educação de Adultos.

Pondo empenho em regressar simplesmente aos quadros do funcionalismo a que pertencia, o Dr. Veiga de Macedo declinou, ao sair do Governo em Maio de 1961, o convite do Ministro da Justiça de então para ocupar o cargo de Procurador-Geral da República.

14 – O Dr. Veiga de Macedo deixou ainda preparadas diversas realizações de carácter social no domínio do trabalho, da previdência e da habitação, e importantes diplomas legislativos, como os respeitantes à Reforma do Ministério, ao Código do Processo dos Tribunais de Trabalho, à revisão do regime Jurídico das Convenções Colectivas de Trabalho e à Lista de Doenças Profissionais.

Deixou também, pronto a seguir para o “*Diário do Governo*”, o Decreto-Lei destinado à criação da Caixa Nacional do Seguro de Doenças Profissionais, no qual há tempos vinha trabalhando, e que viria a constituir o primeiro e decisivo passo para a integração, no regime da Previdência Social, da cobertura dos riscos profissionais ainda a cargo de empresas privadas.

Em 13 de Junho de 1992, os sucessivos presidentes e funcionários da Caixa de Previdência das Indústrias Têxteis, por ocasião do cinquentenário da sua fundação, prestaram, no Porto, homenagem ao seu primeiro presidente, Dr. Veiga de Macedo. Durante esse acto público, o presidente do Centro Regional de



13/9/1970 – Visita do Chefe do Estado, Almirante Américo Tomás, à Colónia de Férias do I.O.S. da Vila da Feira.



1966 - Sessão Solene na Câmara Municipal.
 • Escadório de acesso à Câmara Municipal.
 • Atribuição da medalha de ouro de Mérito.
 • O largo do Montinho no dia da inauguração da Avenida Dr. Henrique Veiga de Macedo.



"Avenida Dr. H. Veiga de Macedo".

Segurança Social, *Dr. Oliveira Ramos*, ao saudá-lo, revelou que mais de 80 por cento do património social então afecto ao Centro e a outras actividades de acção social na região, como o edifício - sede da própria Caixa, se ficara a dever à acção do Dr. Veiga de Macedo no desempenho dos cargos públicos que ocupara.

IV

15 – Tendo solicitado, quando deixou o cargo ministerial, o reingresso nos quadros do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência em que iniciara a sua carreira, foi, no mesmo mês de Maio de 1961, nomeado Presidente da Federação das Caixas de Previdência - Obras Sociais. Três meses depois, é nomeado Director Geral do Trabalho, continuando, porém, em regime de comissão, a presidir à Federação, instituição esta que, mais tarde e por proposta sua na Assembleia Nacional, haveria de passar a designar-se Instituto de Obras Sociais - I.O. S. -, a cujas actividades deu o maior impulso, sendo de assinalar a rede de Colónias de Férias Infantis, de Colónias para trabalhadores, de Colónias Termiais, Pousadas de Férias e Residências para estudantes, como as de Lisboa e de Coimbra (Penedo da Saudade), Centros de Acção Social e de Infantários e "Jardins de Infância".

No tocante a colónias familiares e a colónias infantis, refiram-se estas, devidas ao seu labor governativo e ao de Presidente do I.O.S.:

- Santa Maria da Feira, (Quinta do Castelo), Praia da Torreira, Cabedelo - Viana do Castelo -, (Colónia de Férias e Pousada para Jovens), Apúlia (Esposende), Árvore (Vila do Conde), Matosinhos (centro polivalente de repouso e convalescença e de férias), Aveiro (Barra), Manteigas (Colónia Termal), Praia Azul (Torres Vedras), Sintra (Quinta dos Plátanos), Parede, Sines (Colónia de Férias e Pousada para Jovens), Albufeira (novos pavilhões e Pousada), Tavira (Colónia de Férias e aquisição das Termas de Santo António e dos espaços circundantes), e Lamego, onde destinou uma vasta área para novo "parque florestal", com a plantação de mais 40 000 árvores, em prolongamento do Parque de "Nossa Senhora dos Remédios".- Esta última obra construída apenas com recursos da Previdência Social, sem qualquer participação financeira ou assistência técnica do Estado ou do Município, seria afectada, após 1974, a um Complexo para estágios de futebolistas e outros desportistas -.

Quanto a infantários (crianças até aos 3 anos) e Centros de Educação Pré-primária (dos 3 aos 6 anos), indicam-se, entre outros em diversos pontos do País, já instalados, em construção, com terrenos adquiridos ou com projectos em

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo

elaboração, os dos núcleos populacionais com mais acentuada mão-de-obra feminina, como os de:

- Barcelos, Vizela, Trofa (S. Martinho de Bougado), Pousada de Saramagos, Pevidém, Delães, Riba d'Ave, Bairro, Santo Tirso, Caldas da Saúde (Santo Tirso), Matosinhos, São Mamede de Infesta, Crestuma, Valadares, Valbom (Gondomar), Marinha Grande, Manteigas, Covilhã, (um no centro da cidade e outro no Bairro da Estação), Teixoso, Tortozendo, Unhais da Serra, Os Trinta (Guarda), Caramulo, Aveiro, Gouveia, Cebolais de Cima - Retaxo (Castelo Branco), Portalegre, Minde, Mira d'Aire, Parede, Barreiro, Setúbal, Santo António das Areias (Elvas), Ferreira do Alentejo, Albufeira (a funcionar na Pousada para Jovens, fora dos períodos estivais) e no Funchal (Viveiros dos Louros) e em Lisboa (Olivais-Norte, Olivais-Sul, Alvalade e outras unidades nas Avenidas Novas).

Apontem-se, por outro lado, os infantários e (ou) centros de educação infantil do Norte do Distrito de Aveiro:

- S. João da Madeira, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Santa Maria de Lamas, Lourosa, Fiães, Arrifana, Espinho, e, projectados ou com terrenos adquiridos, o de Ovar, o de Cortegaça, o da Torreira, num dos pavilhões da colónia de férias, o de Arrifana, para as instalações definitivas, e o de Cesar (Oliveira de Azeméis).

Ao mesmo tempo, promoveu a concessão de dezenas de milhar de bolsas de estudo a beneficiários e filhos de beneficiários da Previdência, modalidade de protecção social que criou, em 1960 quando exerceu funções ministeriais, em execução do pensamento, por ele há muito definido, de *concorrer e assegurar o acesso à cultura e ao escol dos melhores, quaisquer que fossem a sua origem ou bens de fortuna*. A projecção desta medida atingiu tais proporções que, independentemente da sua situação económica, *todos os filhos de beneficiários das Caixas e estes, com classificação escolar de Bom*, passaram a usufruir, desde então até 1974, de bolsas de estudo e subsídios mensais.

Na qualidade de Presidente do Instituto de Obras Sociais, integrou a Comissão Interministerial, incumbida pelo Governo de fomentar e coordenar as actividades de protecção social às crianças em idade pré-escolar, cujos trabalhos serviram também de base à elaboração dos Planos de Fomento, no tocante à abertura de novos infantários e centros de educação infantil, o que, na maior parte, (70%) ficou a cargo daquele Instituto da Previdência.



25/12/1962 – Festa de Natal no Infantário de Santa Maria de Lamas.



28/4/1963 – Inauguração da Escola Técnica de Oliveira de Azeméis.



5/2/1972 – Edifício adquirido para o Infantário de Oliveira de Azeméis.

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo



Escritura de aquisição dos terrenos para o Infantário de Arrifana.



Jardim Infantil de Arrifana.



Infantário de S. João da Madeira.

16 – Em Junho de 1961, é nomeado Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, onde desenvolve criteriosa actividade, mormente na preparação e realização da Campanha para a eleição de deputados à VIII Legislatura da Assembleia Nacional, que conduziu com grande respeito pelas “oposições”. Deste período, ficou um livro, *“A Campanha Eleitoral de 1961”*, de que constam os comunicados, as notas, as declarações e os discursos produzidos para elucidação do eleitorado. O Dr. Veiga de Macedo ocupou a presidência da Comissão Executiva até Fevereiro de 1965, pela qual se recusou a aceitar qualquer retribuição, apesar de superiormente lhe ter sido fixado vencimento equivalente ao de Ministro.

O Dr. Veiga de Macedo abria escritório de advogado em Lisboa, que, poucos meses depois, deixaria, por ter verificado que o exercício da advocacia se mostrava incompatível com as suas funções na actividade política.

Eleito Deputado, para a Legislatura de 1961-1965, pelo Círculo de Lisboa, o Dr. Veiga de Macedo teve, na Assembleia Nacional, numerosas intervenções, sendo de salientar as respeitantes ao ataque da União Indiana a Goa, em que pediu ao Governo a revisão da sua política externa, à integração da cobertura dos riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais e do desemprego no regime da Previdência, e à discussão de várias Propostas de Lei, nomeadamente as da Reforma da Previdência, esta da sua autoria quando Ministro, e do Estatuto da Saúde e Assistência. Sobre o problema habitacional, apresentou à Assembleia, em 1964, um fundamentado e longo trabalho.

Logo no início desta Legislatura, em 29 de Novembro de 1961, o *Doutor Mário de Figueiredo*, na sua qualidade de Presidente da Assembleia Nacional, exaltou o Dr. Veiga de Macedo *...como pessoa que tem alguma coisa de “iluminado”, com uma força interior que o não deixa estar quieto sem batalhar pelos grandes ideais.*

No mesmo sentido se pronunciaria o Conselheiro *Albino dos Reis*, antecessor do Doutor Mário de Figueiredo na presidência da Assembleia Nacional, no discurso de 17-11-1963, ulteriormente reproduzido em 16-5-2002, em o “Correio de Azeméis”.

Das suas palavras, transcrevem-se estas:

“O Dr. Veiga de Macedo é um homem raro pela sua perfeita integridade moral, pela dignidade da sua vida pública e privada, pela sinceridade das suas convicções, pelo ardor e eficiência da sua acção [...]. Foi verdadeiramente um traço de luz na selva escura do analfabetismo português [...]. Nunca sofreu a vertigem das alturas nos altos cimos a que ascendeu e nunca esqueceu que o poder existe para servir a Nação e o Povo e sobretudo aqueles que mais trabalham, mais sofrem e mais

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo

precisam. [...] E para mim foi um grande alento e conforto nas crises físicas e morais [...] e naquelas, mais dolorosas, em que até alguns companheiros de luta pareciam afastar-se, a sua solidariedade espontânea foi para mim um fúlgido clarão de nobreza antiga e de perfeita ombridade..."

O Dr. Veiga de Macedo enquanto Deputado, foi ainda designado para as Comissões Eventuais que apreciaram as Propostas de Lei relativas à Lei Orgânica do Ultramar, aos Planos de Fomento, ao Plano Intercalar de Fomento e outras.

Deputado pelo Círculo de Aveiro para a Legislatura de 1965-1969, é eleito, de novo, Presidente da Comissão de Trabalho, Previdência e Assistência Social e membro da Comissão de Legislação e Redacção da Assembleia Nacional.

Reeleito pelo mesmo Círculo de Aveiro para a Legislatura de 1969-1974, nela continuou na Comissão de Legislação e passou a presidir à Comissão de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais, em que a sua acção foi significativa na apreciação de vários problemas de interesse cultural e, em particular, no estudo e debate das propostas de Lei sobre Teatro e Cinema e na Proposta relativa à Reforma do Sistema Educativo que, por sua iniciativa e da Comissão, sofreu importantes alterações de fundo e de forma. As suas intervenções no Plenário da Assembleia sobre a Universidade e sobre esta Reforma estão publicadas em livros.

São de *Marcello Caetano*, em seu "Depoimento", (págs. 156, 157), editado no Brasil, em 1974, estas palavras sobre o debate no Parlamento daquela Reforma:

"Na Assembleia Nacional também a discussão foi renhida no seio da Comissão de Educação presidida pelo antigo Ministro Dr. Veiga de Macedo que, embora muito cioso sempre da independência dos deputados, foi excelente mediano entre a sua Comissão e o Governo".

Nesta Legislatura, interveio na discussão de questões diversas, como as referentes à Liberdade Religiosa e à Revisão Constitucional de 1972, e fez parte da Comissão parlamentar especial que, para esse efeito, foi então constituída, e da que apreciou a Proposta de Lei sobre Liberdade Religiosa. Chefiou também o grupo de deputados que visitou S. Tomé e Príncipe e Angola em representação da Assembleia Nacional.

No Parlamento, o Deputado Veiga de Macedo distinguiu-se pelas suas qualidades de orador e estudioso dos assuntos em debate e pela independência dos juízos e atitudes, tendo, por vezes, mesmo quando Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, votado contra políticas e propostas do Governo.

Nos anos anteriores a 1974, o Dr. Veiga de Macedo foi conselheiro da Ordem Honorífica da Instrução Pública.



10/3/1970 – Escritura e aquisição do prédio e terreno destinados ao Infantário de Lourosa - Fiães.



12/9/1970 – Escritura de cedência, do terreno destinado a um Infantário e Centro de Educação Infantil em Espinho.

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo

V



6/2/1976 – S. Paulo, Homenagem ao Dr. Adolfo Vasconcelos Noronha.



Henrique Veiga de Macedo e o Ministro das Comunicações do Brasil.

17 – Convidado, em 1963, pelo Ministro da Educação Nacional, *Prof. Doutor Galvão Telles*, para membro do “Grupo de Planeamento da Acção Educativa”, com o encargo especial de propor uma remodelação geral da Instrução Primária, apresentou um projecto de reforma desse Ensino e da Educação Popular, em cujas 66 Bases preconizou providências de grande alcance. Entre elas, e no seguimento da orientação que desde há muito vinha defendendo, a prorrogação imediata da escolaridade obrigatória para seis anos, através de um ensino unificado, de dois ciclos:- o 1.º, de 4 anos, e o 2.º, de 2 anos. Sugeriu ainda a criação de um Fundo Nacional de Assistência Escolar, a remodelação das Escolas do Magistério e a dos próprios cursos de educação de adultos, os quais deveriam destinar-se também à iniciação ou aperfeiçoamento profissional e à formação cultural ou artística e à educação familiar, numa perspectiva mais acentuada de educação permanente. No mesmo projecto, previu o lançamento de nova campanha - “Campanha Nacional de Educação Popular”, visando especialmente a preparação dos indivíduos com mais de 14 anos de idade para os exames daqueles 1.º e 2.º ciclos complementares do ensino primário, e advogou a criação, no Ministério da Educação Nacional, de uma Secretaria de Estado da Educação Popular.

18 – Tendo cessado, em Junho de 1974, por decisão do Ministro dos Assuntos Sociais, a sua comissão de serviço na presidência do Instituto de Obras Sociais (I.O.S.), que criara quando exerceu a função ministerial, e havendo sido aposentado compulsivamente, logo a seguir, do seu cargo base - Director Geral do Trabalho - pelo respectivo ministro, *major Costa Martins*, viria a ser exonerado, em 25 de Junho de 1975, por *resolução* do Conselho da Revolução, subscrita pelo *coronel Vasco Gonçalves*. Fora, aliás, o mesmo coronel que, em 2 de Maio de 1974, ordenara que lhe fossem *levadas*, por um sub-tenente da Armada, um agente da Polícia Judiciária e um recruta munido de uma *G3* com uma flor vermelha no cano, numerosas pastas contendo cartas e outra documentação pessoal, sem que até ao presente lhe houvessem sido devolvidas, apesar de, em 1987, como requerera, a Assembleia da República, por despacho conjunto do Presidente e dos Vice-presidentes, ter autorizado a sua entrega.

Reintegrado, em Março de 1982 na função pública, por iniciativa do *General Ramalho Eanes*, então Presidente da República, o Dr. Veiga de Macedo veio a ser aposentado, a seu pedido, em Agosto de 1984.

19 – Em Outubro de 1974, emigrou para o Brasil, em busca do trabalho que deixara de ter no País, e, em São Paulo, após superar penosas dificuldades iniciais,

foi assessor de directoria e promotor de vendas numa empresa de fabrico de material eléctrico, tendo exercido idênticas funções noutra de instalações técnicas. Na mesma Cidade, foi auditor e consultor numa construtora de vias férreas e estradas e na maior empresa de segurança e vigilância do Brasil. Haveria também de ser sócio fundador de uma empresa de instalações eléctricas, de montagem e de saneamento básico, da qual sairia para melhor poder dedicar-se ao ensino na Faculdade de Direito, das Faculdades Integradas de Guarulhos, - F.I.G. - Centro Universitário da Grande São Paulo.

Neste estabelecimento de ensino superior, foi professor e subdirector da Faculdade de Direito, desde 1975 a 1985. Durante esse período, regeu diversos cursos, proferiu numerosas conferências e palestras sobre Direito Constitucional, Teoria Geral do Estado, Princípios Gerais do Direito, Direito do Trabalho, Filosofia do Direito, Doutrinas Políticas e Económicas, Segurança e Previdência Social, Relações Humanas da Empresa, Serviço Social, e ainda sobre História da Filosofia, História de Portugal e do Brasil, Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa e Brasileira.

As Faculdades Integradas tributaram-lhe diversas homenagens, entre as quais, a da atribuição do seu nome a um dos principais edifícios do complexo universitário, que ficou sendo o “Edifício do Prof. Henrique Veiga de Macedo – ex-Ministro de Portugal, Filósofo e Poeta”.

À sua volta gerou-se, no Brasil, um clima de respeito e simpatia, ao qual o Jornal “O Tempo”, de Lisboa, se referia, em 25 de Janeiro de 1979, nestes termos:

- “O Dr. Veiga de Macedo, em São Paulo... vive em paz, e é o anjo da guarda de quantos portugueses arribam à cidade-monstro sem saberem o que vão fazer. É justamente considerado uma das pessoas mais respeitadas da colónia portuguesa. E não mudou nada.”

20 – Foi no Brasil que o Dr. Veiga de Macedo começou a dedicar-se à Poesia. Em 1983, é lançado, em São Paulo, o seu livro de sonetos “Ponto de Encontro”, logo traduzido para Castelhana pelo poeta e intelectual chileno Hugo Montes. Destes dois livros, - “Ponto de Encontro” e “Lugar de Encuentro”-, de que promoveu, em 1985, no nosso País a publicação, num só volume, ofereceu os dois mil exemplares da edição à Comissão de Vigilância do Castelo da Feira, em “sinal de apreço pelas gentes santamarianas.”

O escritor, professor e jornalista João Alves das Neves, que prefaciou aquele livro de poemas, assinala que:

“Veiga de Macedo, já conhecido como projectista, e realizador de sonhos, comeu o pão ázimo do emigrado, mas reconfortou-se na pátria de



Santa Maria de Lamas
13/4/1985 - Homenagem prestada pela Liga dos Amigos da Feira e pela Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas.

- Descerramento do Monumento pela D. Ália Veiga de Macedo.
- Intervenção de Rui Serrano, Presidente da Junta de Freguesia.
- Intervenção do Homenageado.

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo



Dois bustos: um para Santa Maria de Lamas e outro para Santa Maria da Feira.

HOMENAGEM A UM ILUSTRE FEIRENSE

Liga dos Amigos da Feira – LAF
Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas
convidam os Feirenses a participarem
na homenagem a

Henrique Veiga de Macedo

PROGRAMA Dia 13 de Abril de 1985

11,30 horas

SANTA MARIA DE LAMAS

Guarda de Honra pelos Bombeiros Vo-

luntários de Lourosa

Descerramento do Monumento pela

Ex.ma Senhora D.^a Aíla Campos Neves

Veiga de Macedo

Palavras por um membro da Comissão

Executiva.

12,30 horas

VILA DA FEIRA

Guarda de Honra pelos Bombeiros Vo-

luntários de Vila da Feira.

Descerramento do Monumento pela

Ex.ma Senhora Dr.^a D.^a Maria Manuela

Neto Portugal Ramalho Eanes.

Palavras por um membro da Comissão

Executiva.

Cartaz anunciando a homenagem com colocação de dois bustos: um em Santa Maria de Lamas e outro em Vila da Feira, do ilustre feirense Henrique Veiga de Macedo.

adopção - o Brasil da fé, como ele diz, miscigenado, grande como meio mundo, fraterno e esperançoso, sonoro e colorido."

Sublinhava ainda aquele intelectual luso-brasileiro:

Lendo-se Veiga de Macedo pode haver a tentação de o assemelhar a António Nobre, Guerra Junqueiro, António Corrêa d'Oliveira - sabe-se lá!. Mas do que não podem subsistir dúvidas é de que se trata de um poeta que soube aproveitar-se de uma longa experiência de vida e de cultura para cantar, de forma inspirada e pessoal, a pátria comum da Língua Portuguesa: - Portugal e Brasil!"

Foi aliás com João Alves das Neves, e outros intelectuais brasileiros e portugueses, que Veiga de Macedo interveio, como fundador, na criação da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, na qual tem como patrono o Poeta brasileiro *Guilherme de Almeida*, e lhe foi confiado então o pelouro das "Relações Exteriores".

Anos depois, *Alves das Neves*, em "A Comarca de Arganil", num seu artigo sob o título "H. Veiga de Macedo, o poeta português que nasceu no Brasil", haveria de escrever que Veiga de Macedo "era um poeta de verdade, em toda a acepção da palavra - na vida e na literatura [...], um poeta clássico e moderno que não reflecte influências visíveis na sua obra em que o fundo e a forma dos seus textos parecem imunes às escolas literárias, ainda que não despreze o classicismo camoniano, nem a simplicidade de António Nobre ou a modernidade de Fernando Pessoa".

21 – O Dr. Veiga de Macedo é autor de obras e publicações sobre Direito, Educação, Trabalho, Segurança Social, Política e outros temas, podendo citar-se as seguintes:

- A Analogia no Direito Comercial Português
- A Educação Popular no Progresso Económico do País
- A Missão do Livro na Educação Popular
- A Assistência Escolar no Combate ao Analfabetismo
- Despachos e Directivas sobre Educação Popular
- IV Reunião dos Funcionários Superiores do Ensino Primário. - Directivas
- O Problema do Analfabetismo:
 - I - Educação Supletiva de Adultos
 - II - Expansão do Ensino Primário entre as Crianças em Idade Escolar
- Grandes e Pequenos Problemas da Educação Primária Portuguesa
- Campanha Nacional de Educação de Adultos (Comissões Centrais)

- Missões Culturais - Educação Sanitária
- A Política de Educação Popular e o seu Espírito
- No Limiar da 2.ª Fase de Execução do Plano de Educação Popular
- O Problema do Analfabetismo na Ilha da Madeira
- Aspectos da Política da Habitação
- Previdência e Habitação
- A Reforma da Previdência Social
- Casas do Povo e Previdência Rural
- Alguns Princípios da Política Social Portuguesa
- Política de Protecção da Velhice
- Três Campanhas Eleitorais - Um Pensamento
- Bondade e Serenidade ou a Vida de João Duarte
- Grandeza do Sacerdócio - Glória do Episcopado
- O Alferes José Carlos Ferreira de Almeida - Evocação -
- Problemas da Universidade
- Política Social - Doutrina e Acção
- O Doutor Mário de Figueiredo
- Espírito Renovador
- Liberdade Religiosa
- A Pátria não se Discute

- A Revisão Constitucional e o Ultramar
- Reforma do Sistema Educativo
- Discursos
- Missão que se Prolonga (Discursos)
- Euclides da Cunha de "Os Sertões" e o Brasil
- O Melhor Português que Conheci no Brasil:
 - I - Em Louvor das Gentes de Trás-os-Montes
 - II - Homenagem ao transmontano Manuel Correia Botelho (Reedição, em Portugal, na Revista "Villa da Feira - Terra de Santa Maria" - n.º 4, Junho de 2003)
- Aspectos do Ensino Superior Público e Privado no Brasil (Estudo publicado no Brasil, S. Paulo, na «FIG-Cultural», ano I, Dezembro de 1998 - n.º 1, Revista das Faculdades Integradas de Guarulhos)
- Platão à Luz da sua Ideia sobre o Estado e o Direito (Reedição em Portugal, na Revista "Villa da Feira - Terra de Santa Maria")

Ao Dr. Veiga de Macedo fazem referência a "Enciclopédia Lello-Universal", a "Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura" ("Verbo"), a Revista "Quem é Quem em Portugal", a "Gentes Ilustres", da Universitária Editora, e a "European Biographical Directory" - "Who's in Europe".

Em 1992, publicou outro livro, - "Eu Sou de Santa Maria ... A Força da Raiz" - cujos 1 600 exemplares cedeu ao "Jornal Actual", de Santa Maria de Lamas. Neste livro de poemas e discursos, presta homenagem à sua Terra e às suas Gentes.

Em meados de 1992, é dado à estampa novo livro seu de poemas "Trovas...e Saudades", mensagem que do Brasil dirigira aos antigos alunos do Colégio de



Vila da Feira

13/4/1985 - Homenagem prestada pela Liga dos Amigos da Feira e pela Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas.

- Descerramento do Monumento pela Dr.ª Maria Manuela Ramalho Eanes.
- Intervenção de Celestino Portela, membro do executivo LAF.
- Agradecimento do Homenageado.

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo



08/03/2003 - Homenagem prestada pela LAF - Liga dos Amigos da Feira.

• Entrega do Diploma e emblema de Sócio Honorário pelo Presidente da Câmara Municipal.

Ermesinde, seus companheiros.

Em 1999, a Casa do Povo de Santa Maria de Lamas e a Fundação Henrique Amorim promovem a edição de um livro de poemas «Voz da Terra», dedicado a *Roberto Vaz de Oliveira, Belchior Cardoso da Costa e José Valente Pinho de Leão*: - *Homens ilustres entre os mais ilustres que ao longo dos anos serviram e amaram as Terras da Feira e suas Gentes*.

Para publicar oportunamente, além de livros em prosa, como *“Pensamentos”*; *“Homens que Conheci”*; *“Discursos”*; *“Intervenções Parlamentares”*; *“António Corrêa d’Oliveira - Poeta de Deus e do Povo”*, tem, entre outros de poesia:

“Os Sonetos que Tu Escolheste”; *“Poemas de Setembro”*; *“Voz do Sangue”*; *“Crença”*; *“Ritmos de Esperança”*; *“Algarve - Esse Poema”*; *“O Meu Brasil”*; *“Noiva do Mar”*, (Mensagem sobre a Língua Portuguesa), *“Gota d’Água”*; *“Dança das Cores”*; *“Na Hora da Trova”*, *“Sonetos”*, *“Tancas e Haicais”*...

22 – O Dr. Veiga de Macedo foi distinguido com diversas condecorações e louvores.

É Grande-Oficial da Ordem da Instrução Pública e da Ordem de Cristo, e Grão-Cruz desta última Ordem honorífica, e possui a medalha do Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, com que foi galardoado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 40085, de Junho de 1960.

É Académico de Honra da Academia Brasileira de Ciências Sociais e Políticas, membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, da Academia Literária e Artística Tábua Rasa, sócio honorário da Associação Jurídica de Braga e de numerosos organismos sindicais, instituições regionalistas e outras, tendo sido presidente, durante anos, do Conselho Regional da Casa das Beiras. É ainda Sócio Honorário da LAF - Liga dos Amigos da Feira e membro do Conselho Consultivo da Revista Cultural dos Países de Idioma Português das Comunidades de Língua Portuguesa - São Paulo.

Diversas entidades, como a Casa do Concelho de Arganil, e, no Brasil, as Faculdades a que está ligado, renderam-lhe públicas homenagens, e medalhas ou objectos comemorativos lhe foram dedicados por trabalhadores de empresas industriais, pelos ferroviários, motoristas, empregados de escritório, e outros.

Em várias localidades, como em Lamego, Santa Maria da Feira, Lourosa, São Pedro do Sul, Odemira, foi atribuído o seu nome a praças e ruas.

É ainda director vitalício da Fundação Henrique Amorim, integrada na Casa do Povo de Santa Maria de Lamas, membro da Comissão Cultural do Castelo da

Aspectos da vida pública e da acção cultural de Henrique Veiga de Macedo

Feira, e sócio honorário n.º 1 da Associação Cultural e Recreativa “Actual”, de Santa Maria de Lamas.

No Brasil, onde foi distinguido com a medalha “Euclides da Cunha” e a “D. Pedro I” da Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística, é membro honorário da Academia de Letras da Cidade de Guarulhos, da Academia de Letras da Faculdade de Direito a que pertenceu, e do Directório Crispiniano da mesma Faculdade. Fez parte ainda da Congregação Pedagógica da Faculdade de Educação Artística “Mozarteum”, de São Paulo.

23 – Em 1985, o Concelho da Feira prestou a Veiga de Macedo, após o seu regresso do Brasil, uma pública homenagem a que se associaram, individualidades dos diversos quadrantes políticos, a qual se encerrou com um significativo encontro na Colónia de Férias da Quinta do Castelo, obra que inteiramente se ficou a dever ao antigo Ministro e Presidente do Instituto de Obras Sociais - I.O.S.

Nessa altura, foram-lhe erigidos dois bustos de bronze: - um em Santa Maria de Lamas, junto à Casa do Povo e ao Infantário, e outro na sede do Concelho, na Avenida de acesso ao Castelo e à Colónia de Férias. Homenagens promovidas pela LAF - Liga dos Amigos da Feira e pela Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas.

Nessas manifestações, tomaram parte numerosos beneficiários da sua acção no campo da ascensão cultural e social e estiveram presentes casais, cuja regularização matrimonial perante a lei e (ou) a Igreja, ele promovera e patrocinara através de uma “Campanha” que alcançou êxito assinalável e que, entre outros, culminou com solenes actos religiosos na Baixa da Banheira (Barreiro), em Fátima e, sob a presidência do Bispo *D. António Ferreira Gomes*, no Porto, na Sé Catedral, nos quais o Dr. Veiga de Macedo foi padrinho de largas centenas desses casais, muitos já de idade avançada.

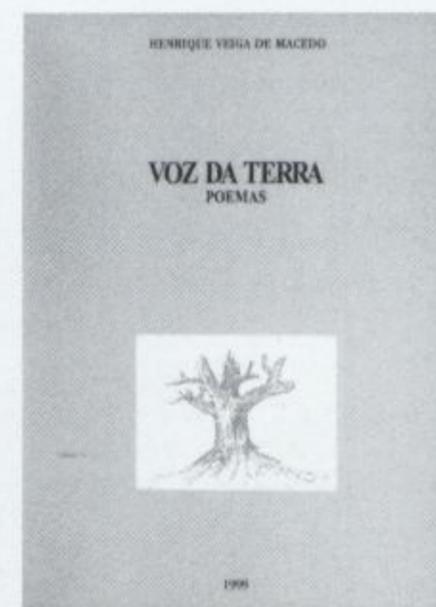
Já antes, em 1966, a Câmara Municipal da Feira, – bem como, por exemplo, a de Manteigas e a de Tavira fizeram –, o havia designado cidadão honorário, com a outorga da Medalha de Ouro de Mérito Municipal. Também então foi dado o seu nome à principal Avenida da Feira próximo à Escola Preparatória que, ao ser criada, ficou tendo o Dr. Veiga de Macedo como patrono.

Por ocasião desta homenagem, o Município Feirense promoveu a edição de um livro, “*Preito de Justiça a um Homem, a um Estadista*”, contendo os discursos então proferidos e o “curriculum vitae” de Veiga de Macedo, o qual, aliás, também serviu de base à elaboração deste apontamento biográfico, entretanto revisto e actualizado.

24 – Henrique Veiga de Macedo, que, em 1938, casou, em Fátima, com *Ália Serra da Silva Campos Neves*, tem quatro filhos: *Maria Filomena, Luís Alberto, José Manuel e Ália*, quinze netos e quatro bisnetos. *Henrique*, seu filho mais velho, faleceu em princípios de Janeiro de 1993.



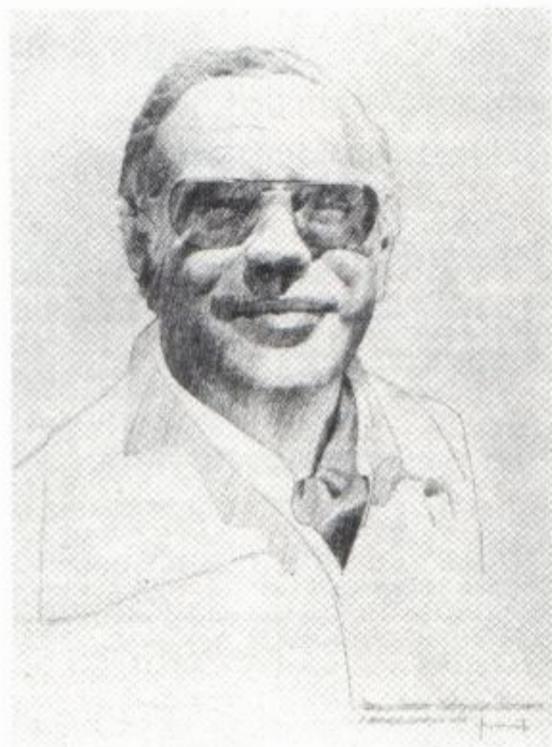
«Eu sou de Santa Maria...
- A Força da Raiz -» - 1992.



«Voz da Terra
- Poemas» - 1999.

Poesia

*António Rebordão Navarro**



A Casa do Pintor-Escultor José Encarnação

À Celestina e ao José Encarnação

A casa está no meio do silêncio.

Nela estão as pedras que nos olham,
as novas pedras tomam formas,
seguem-nos, conduzem-nos
ao trabalho da abelha,
à paciência do apicultor,
juntam-se ao ferro e aos seus enredos.

Para dentro dela a casa trouxe o mar
Com os seus rituais de safira e de esmeralda.
Efectuam-se as metamorfoses
do barro, um poeta deixa
sinais do rosto nas paredes
e uma aranha prepara a sua teia
preocupadamente sobre as nossas cabeças.

Persegue a casa o rastro veloz de Celestina
E o Pintor concede-lhe a paleta.

A casa cresce.

Funchal, 20 de Setembro de 1999

* Escritor.

Nome da freguesia de Escapães - II Santa Maria da Feira

Domingos A. Moreira*

A declinação do participio presente é a seguinte na parte masculina:

		Declinação de dag (ingl. day, alemão tag):	
sing. nom. <u>gaskápjands</u>	plural nom. <u>gaskápjandans</u>	sing. nom. dags	plural nom. e vocativo dagos
acus. <u>gaskápjandan</u>	acus. <u>gaskápjandans</u>	voc. dag	acus. <u>dágans</u>
gen. <u>Gaskápjandins</u>	gen. <u>Gaskapjándane</u>	gen. <u>dágis</u>	gen. <u>dage</u>
dat. <u>gaskápjandin</u>	dat. <u>gaskápjandam</u>	dat. <u>daga</u>	dat. <u>dagan</u>

Aqui nas declinações sublinhamos os casos que aparecem nos textos que apresentamos da Bíblia gótica. Nos próximos textos não transcreveremos a frase completa como fizemos no primeiro texto mas só o mínimo que nos interessa.

b) Carta de S. Paulo aos Efésios, cap. II, versículo 10:

Em gótico: *síjum¹ tauí² gaskápanai³ in⁴ Xristau⁵*

Em português: *somos¹ obra² (de Deus) criados³ em⁴ Cristo⁵*

Gaskápanai é o nome plural masculino da declinação forte do participio passado como vimos na alínea a). *Síjum* é o verbo *wisan* "ser". *Xristau* lê-se, como foi dito acima, "*Christo*" (*au = o*).

c) Carta de S. Paulo aos Efésios, cap. II versículo 15:

Em gótico: *tvans¹ gaskópi²*

Em português: (para que) *faça² dos dois¹*

Gaskópi é o pretérito do conjuntivo (optativo) que se conjuga assim, segundo o modelo dos verbos fortes:

		Declinação da forma masculina do numeral <i>dois</i> :	
sing. 1. ^a pessoa <u>gaskópau</u>	plural 1. ^a pessoa <u>gaskópeima</u>	nom. <u>twai</u>	
2. ^a pessoa <u>gaskópeis</u>	2. ^a pessoa <u>gaskópeith</u>	acus. <u>twans</u>	
3. ^a pessoa <u>gaskópi</u>	3. ^a pessoa <u>gaskópeina</u>	gen. <u>twaddje</u>	
		dat. <u>twaim</u>	

d) Carta de S. Paulo aos Efésios, cap. III versículo 10:

Em gótico: *guthâ¹ thamma² alla³ gaskápjandin⁴*

Em português: *no² Senhor¹ criador⁴ de tudo³*

Gutha é o dat. sing. de *guths* "deus, senhor".

Gaskápjandin é o dativo singular do participio presente (ver acima alínea a) com a declinação). *Alla* é o acus. pl. neutro de *alls* "todo". *Thamma* é o dat. sing. masc. do artigo.

Declinação da forma neutra de *alls*:

sing. n. <i>alls</i>	pl. n. <i>alla</i>
a. <i>alls</i>	a. <i>alla</i>
g. <i>állis</i>	g. <i>állaize</i>
d. <i>államma</i>	d. <i>állaim</i>

Declin. do artigo masc.:

sing. n. <i>sa</i>	pl. n. <i>thai</i>
a. <i>thana</i>	a. <i>thans</i>
g. <i>this</i>	g. <i>thize</i>
d. <i>thamma</i>	d. <i>thaim</i>

Declinação de *guth* "deus":

sing. n. <i>guths</i>	pl. n. <i>guda</i> (neutro)
a. <i>guth</i>	
g. <i>gúthis</i>	
d. <i>gutha</i>	

* Pároco da Freguesia de Santa Maria de Pijeiros.

Nome da freguesia de Escapães - II Santa Maria da Feira

e) Carta de S. Paulo aos Efésios, cap. IV versículo 24:

Em gótico: *mann¹ thamma² bi³ gutha⁴ gaskápanin⁵*

Em português: *ao² homem¹ criado⁵ segundo³ Deus⁴*

Gaskápanin é o dativo singular (declinação fraca), por haver antes o artigo *thamma* (ver acima na alínea a) a declinação). *Mann* é o dat. singular de *manna* (ver supra alínea a). *Gutha* é o dat. sing. de *guths* (ver declinação supra na alínea d), pedido pela preposição *bi* que significa «segundo», *thamma* é o dat. sing. masc. do artigo (ver supra alínea d).

f) Carta de S. Paulo aos Colossenses, cap. I, versículo 16:

Em gótico: *in¹ imma² gaskápana³ wáurthun⁴*

Em português: *em¹ Ele² (=nEle) criadas³ foram⁴*

Gaskápana é o nom. plural neutro do participio passado que se declina assim:

sing. n. *gaskápan*
a. *gaskápan*
g. *gaskápanis*
d. *gaskápamma*

plural n. *gaskápana*
a. *gaskápana*
g. *gaskápánaize*
d. *gaskápanaim*

imma é o dat. sing. masc. do pronome pessoal da 3.^a pessoa (ver supra alínea a) na palavra *im*)

A preposição *in* com dativo significa «em» (com acus. e gen. tem outros significados).

g) 1.^a carta de S. Paulo a Timóteo, cap. IV, versículo 3:

Em gótico: *guth gaskóp.*

Em português: *Deus criou.*

Gaskóp é o pretérito do indicativo de *gaskápjan* e conjuga-se assim:

sing. 1.^a pessoa *gaskóp*
2.^a pessoa *gaskópt*
3.^a pessoa *gaskóp*

plural 1.^a pessoa *gaskópum*
2.^a pessoa *gaskóputh*
3.^a pessoa *gaskópun*

Verificado, através de antigos textos da Bíblia Gótica do séc. IV, o significado de *gaskápjan* no valor geral de *ter actividade* ("criar", "fazer", "produzir", etc.), será de perguntar se este significado de *actividade* serve para a designação de *nomes de pessoas*. Nos nomes pessoais latinos há vários casos disso como se vê dos nomes pessoais latinos: *Activus*, *Diligens*, *Industrius*, *Studentius*, *Studiosus*, *Efficax* e ainda *Cursor*, *Arator*, *Fictor*, etc.^(45b), *Praxedes*, etc..^(45c)

Esta possibilidade teórica de nomes pessoais baseados na ideia ou significado de "actividade" não parece ter sido um *facto* nos nomes pessoais germânicos quanto a *(ga)-skap(jan)*, apesar de haver designações pessoais de sentido não mui afastado, ou seja, de qualidades físicas⁽⁴⁶⁾ como nomes pessoais em *Erm* - ("forte"), *bald* - ("audaz"), *Fram* - ("valente"), *Frum* - ("primeiro"), etc. como *Ermisinda*, *Teobaldo*, *Framuldo*, *Frumaricus* (ou *Fromaricus*), etc. mas o ambiente da "actividade" germânica era principalmente a guerreira.

(Ga)(s)kápjan e outras palavras parecidas (relacionadas ou aparentes)

Quanto à outra sugestão duma possível relação do vocábulo *Schöffe* "vereador, jurado" com o caso de *Escapães*, deparamos com o seguinte.

Nome da freguesia de Escapães - II

Santa Maria da Feira

Acima falámos da passagem de *p* a *f* (chamada lei de Grimm) ou a *b* (chamada lei de Werner), cada uma realizada segundo factores diversos, fenómenos fonéticos estes conhecidos pelo nome de primeira mutação consonântica do germânico, acontecida bastante antes da era cristã⁽⁴⁷⁾, cfr. os casos referidos de latim *páter* e grego ἵπέρ que em germânico são em gótico *fádar* e *úbir* em antigo alto alemão. Mas estes dois fenómenos não aconteciam sempre mas apenas em certas condições (por exemplo *p*, se fosse precedido de *s*, mantinha-se).

Ora aí pelo séc. V depois de Cristo⁽⁴⁸⁾ opera-se a segunda mutação consonântica sobre o *p* (e outras consoantes) que se tinham mantido e não sofreram a 1.^a mutação consonântica por estar precedido de *s* etc.. Esta segunda mutação foi só numa zona, chamada por isso de *alto germânico*, melhor, *alto alemão*, sendo as restantes zonas o chamado *baixo germânico*. E assim é que o *p* germânico (conservado) passa *pf*, *ff* e *f* ou *ph* (depois pronunciado *f*) mas apenas, como se disse, no *alto alemão* e daí resulta que ao lado do gótico *slépan* e *wáirpan*, haja o antigo alto alemão *slaffan* e depois *slafan* bem como *werphen* e depois *werfan*⁽⁴⁹⁾.

Por outro lado, aí pelo século XIII a vogal *a* passou, em certos casos, a *o* na Baviera e em franco oriental, donde resulta haver as formas *äme*, *slat*, *Danubius*, *That* (com *a*) perante *Ohm*, *Schlot*, *Donau*, *Docht* (com *o*)⁽⁵⁰⁾.

Por tudo isto, não admira que Friedrich Kluge⁽⁵¹⁾ compare o alemão *schöffe* "vereador, jurado" (em *o*) com as formas do médio alto alemão *schépf(e)*(*ne*) e *schéffe*(*ne*), antigo alto alemão *skéffino*, antigo franco *sképeno* (formas sem *o*) e compare ainda a referida palavra *Schöffe* com as palavras alemãs *schöpfen* "criar" e *scháffen* "trabalhar, criar" correspondendo a esta as formas do já citado gótico (*ga*)*skápjan*, antigo nórdico *skepja*, antigo inglês *scíppan*, antigo franco *skeppa*, antigo saxónico *sképpian*, antigo alto alemão *sképfen* e *scáffon* "dispor", antigo nórdico *skapa*, havendo, fora do grupo linguístico germânico, mais correspondências em línguas doutros grupos indoeuropeus: lituano *skópti* e *skóbtí* "escavar" e grego σκέπαρνον "machado (para trabalhar) de carpinteiro".

Quanto ao tema *Skap-* do inglês *skapward* "botelheiro", T. F. Hoad⁽⁵²⁾ chega a lembrar o latim *scapus* "cabo, haste", que Winfred P. Lehmann⁽⁵³⁾ compara com todas as palavras anteriores em *Skap*, o que também faz Julius Pokorny⁽⁵⁴⁾.

Em várias línguas indoeuropeias e até dentro da mesma língua há palavras com *s* inicial que noutros casos não aparece, por exemplo latim *tego* e correspondente grego στέγω, latim *crápula* e *scrápula*, etc. etc.⁽⁵⁵⁾, não se conhecendo ainda bem a estrutura linguística deste *s* móvel assim chamado⁽⁵⁶⁾. Mark R. V. Southern⁽⁵⁷⁾ vê acontecer o mesmo com as referidas palavras, germânicas em *Skap*, havendo portanto variantes em *Kap* (que não nos interessa citar). Se o nome pessoal *Scapa* fosse germânico, devia aparecer no meio de tantas palavras germânicas em *scap-*, o que não acontece.

Finalmente anotamos que o nome galo-românico carolíngio *scapinus* nada parece ter com estas palavras em *scap-* pois, como palavra a significar «escravo», pertence à série de palavras como antigo francês *eschevín*, italiana *schivino*, espanhol *esclabín*, etc., ligadas ao latim medieval *sclavus* "escravo"⁽⁵⁸⁾.

Nome da freguesia de Escapães - II

Santa Maria da Feira

III

Carácter moçárabe, mourisco, etc., do nome pessoal «Escapa»

A situação fortemente meridional, aliada à fragilidade dum interpretação linguística germânica, sugeria saber das possibilidades dum nome pessoal “Escapa” de tipo árabe. Realmente Victoria Aguilar Sebastián e Fernando Mediano⁽⁵⁹⁾ acabam de confirmar esta perspectiva com documentação a respeito desse nome pessoal e suas variantes:

«*Escapa, Eskapa, Saba, Sabbe, Sabe, Sape, Scabe, Sciapa, Sciape, Xab, Xabe, Xap, Xape, Xabello, Scabello, Xiab, Xapi y Exabe*. Existe también la forma femenina Šābba, con ejemplos como *Scaba, Scapa, Sciapa y Xaba*. Como patronímico, aparece con las formas *Chabiz, Scapaz, Scapet, Scapez, Scapiz, Scabiz, Escapaz, Ezxapec, Xabez, Xabiz, Xapez, Xapiz y Xapet*.».

Santiago Domínguez Sánchez^(59b) apresenta ainda as variantes *Scape* (p. 112 e 119), *Exape* (p. 135 e 144), *Xabi* (p. 34) e *Xabba* (p. 23). A terminação – *a*, menos frequente nestes nomes pessoais, parece ser uma adaptação moçárabe, mourisca, etc., motivada pela existência dos frequentes nomes pessoais germânicos também terminados em – *a*.

Realmente a quantidade de variantes e o seu aspecto condizem com as características fonéticas de nomes pessoais de origem árabe. Na documentação medieval portuguesa não encontramos as variantes *Scabe*, etc. nem a importante variante *Sciape* que já conhecíamos na forma “*Sciapa*” dum documento leonês do ano 979⁽⁶⁰⁾ que, sendo muito parecida com *Scapa*, nos mostra a razão do som *ç /s /ch (x)* nas outras variantes *Exabe, Xabe, Xape*, etc..

Entre nós o grupo consonântico *sc* antes de *e* ou *i* costuma evoluir para *x (ch)* como se vê do latim *piscis* e *miscere*, em português *peixe* e *mexer*⁽⁶¹⁾. Mas antes de *a*, *o* e *u* o grupo *sc* não tem o som *ch /x* mas sim *sk* (cfr. *cesto, casca*, etc.) Se entre nós *sc* tem dois sons (um antes de *e* ou *i* e outro som antes doutras vogais), noutras línguas já acontece haver o mesmo som *ch /x* em ambos os casos: lembre-se o caso das palavras latinas *cantare* e *cane*, em francês *chanter* e *chien*; *scola* é em alemão *schule*, etc.. Estes casos mostram que é, portanto, possível sempre o mesmo som *ch /x* antes de toda e qualquer vogal. Ora os referidos autores, Victoria Aguilar Sebastián e Fernando Mediano, apresentam outros nomes pessoais de origem árabe em que *sc* tem o som *ch /x* sempre antes de qualquer vogal, e por isso até é curiosa e ilustrativa a citada variante *Sciape* (com *i*). Eis esses casos de nomes pessoais: *Iscam* e *Escam* perante *Examis* e *Xamis* e *Eixeme*; *Aiscon* perante *Aission* (que lembra o caso de *Sciapa*) e *Ayson* e *Exon*⁽⁶²⁾. Foi a variante com esse *i* (de *Sciapa, Aission*) entre a letra *c* e a vogal seguinte que preparou a mudança do som *k* para *ç /s /ch /x*. O desaparecimento do *e* inicial em *Exabe* e *Examis*, depois *Xabe* e *Xamiz*, não surpreende, pois não faltam casos paralelos doutras palavras cuja sílaba inicial é apenas uma vogal como é o caso de *episcopu* e *Emanuel*, depois *bispo* e *Manuel*.

Em certas zonas e dialectos árabes o som forte *ch /x* aparece, por vezes, abrandado no som próximo *s /ç*⁽⁶³⁾. Até em latim moçárabe escreve-se *s* por *x* como em *victris, ausilia*^(63b) em vez de *vitrix, auxilia*.

O árabe não tem o som *p*

É de notar que a forma *Escapa* (com *p*) não é a variante originária, pois o árabe não tem essa letra *p*. Por isso, o árabe transcreve as palavras estrangeiras umas vezes pela letra *f*⁽⁶⁴⁾ como é o caso de *Plato*, escrito *iflatun*⁽⁶⁵⁾ e na maioria das vezes pela letra *b* como se vê de *Baskuwal* por *Pascual*⁽⁶⁶⁾, *Burtugal* por *Portugal*⁽⁶⁷⁾, *gábita* por *cápita*⁽⁶⁸⁾, *al-bitriqal* por *El Petrecal*⁽⁶⁹⁾, *al-Bulinuch* por *el Pollino*^(69b), etc..

Nome da freguesia de Escapães - II

Santa Maria da Feira

Os moçárabes, etc., usando **B** como os árabes, conhecem também o **P**

Como adverte José Pedro Machado⁽⁷⁰⁾ com a sua experiência em estudos linguísticos do árabe, muitas vezes as palavras árabes chegaram até nós *através dos intermediários que são os moçárabes*, isto é, cristãos, que viviam sob o domínio muçulmano e que mais ou menos iam aprendendo a sua língua, certamente de modo muitas vezes imperfeito. Ora os moçárabes, cuja língua materna era latino-românica em que havia *p*, conheciam esta letra e também o *b* árabe e daí aparecer casos de palavras moçárabes também às vezes com *p* como *Porcas*, *Portel* e palavras maternas precedidas do artigo árabe *al* "o" como *al-forno* etc.⁽⁷¹⁾, *expathána* "espadana" e *xappapa* "petisco de farinha"⁽⁷²⁾, *pall* "palo" no moçárabe de Granada e o moçárabe de Sevilha hesitava entre *P* e *B* em casos como *Pulchena* e *Bulchena*^(72b).

Até palavras com *b* originário em árabe chegaram até nós com *p* como *albedane* hoje *Alpeidão*, *albalgat* hoje *Alpergata*, *xabbuta* hoje *xaputa*, *xarab* hoje *xarope*, *az-zebib* hoje *acepipe*⁽⁷³⁾. Pedro Cunha Serra⁽⁷⁴⁾ referiu-se à existência da forma forte (com *p*) ao lado da forma branda (com *b*) na documentação, por exemplo, nomes pessoais *Aucuba* e *Aucupa*, *Abaiube* e *Auaiupe*. Notar ainda *Moheb* e *Mohep*^(74b). Além do caso de *xarope*, *acepipe* etc., referidos, a existência dos topónimos *Maçoude* e *Mazote*, *Soudel* e *Zotes*, nome pessoal *Hamed* e topónimo *Villahámete* (com a consoante forte *t* e a consoante branda *d*) mostram bem *ter sido real* a forma com consoante forte. E assim nada mais natural que a existência de *Scapa* ou *Escapa* (com a consoante forte *p*) na zona moçárabe e na bem conhecida área moçárabe de León⁽⁷⁵⁾. Alguns desses moçárabes devem ter emigrado do sul para o norte, devido às circunstâncias políticas da ocasião.

Escapães: nome misto (moçárabe, mourisco, etc., pelo tema e hispano-germânico pela terminação)

Quanto a Portugal, o grande foco do nome pessoal *Escapa* e topónimo *Escapães* é na zona centro, zona ora de cristãos do Norte ora de árabes do Sul, isto é, zona de contacto que, com os cristãos sob domínio muçulmano (os moçárabes), constituía o elo intermediário entre a cultura linguística árabe e a cultura latino-portuguesa do Norte. Era, pois, uma zona *mista*. E também é misto ou híbrido o próprio topónimo *Escapães*: moçárabe, mourisco, etc., pelo radical (nome pessoal moçárabe *Scapa* e não árabe, por causa do *p*) e terminação hispano-germânica -*ães* bem conhecida no Norte, sobre a qual já falámos no artigo sobre a terra minhota de *Romarigães* (Paredes de Coura) no *Jornal de Romariz* do mês de Setembro de 2003 (relacionada com o nome pessoal germânico *Romarigo*). Também na zona centro, há no concelho de Águeda a terra de *Recardães*, relacionada com o nome pessoal germânico *Recaredo*⁽⁷⁶⁾. Ora, nesta zona centro ou moçárabe, há, além de *Escapães*, outros nomes de terras, tirados de nomes pessoais de origem (directa ou indirecta) árabe, tendo a mesma terminação de *Escap-ães*: nome pessoal *Názar* e topónimo "Nazaraes" em 1258, hoje *Nazarães* em Fontelo – Armamar; nome pessoal *Samut* e topónimo "Çamundanés" em 1130, hoje *Samudães* Lamego⁽⁷⁷⁾.

Para maior desenvolvimento sobre a terminação -*ães* que nuns casos terá um sentido de plural (naturalmente no caso de *Recardães* = os *Recaredos*) e noutros terá o valor dum *genitivo* como é no caso do nome pessoal *Vimara* e topónimo *Vimaranés* (Guimarães) = terra de *Vimara*, remetemos o leitor para o nosso referido estudo sobre *Romarigães*. *Escapães* (antigo "scapanes") deve estar na mesma situação que *Vimaranés*.

Nome da freguesia de Escapães - II

Santa Maria da Feira

Quanto à declinação da terminação *-anes / -ães*, remetemos, para maior desenvolvimento, para o nosso estudo sobre o nome da freguesia de *Fiães* (concelho de Santa Maria da Feira), a publicar na revista *Ulfilanis Villa*. Assim, em forma resumida, vamos dar a declinação na língua gótica em *-a*, *-anis* (masculina) e em *-o*, *-onis* (feminino). Ao contrário, em português a final *-a* é feminina e *-o* é masculino. Não esquecer que em germânico o acento tónico costuma estar no princípio do radical;

Singular		Plural	
em <i>-a</i> :	em <i>-o</i> :	em <i>-a</i> :	em <i>-o</i> :
Nominativo <i>gúma</i>	<i>qíno</i>	N. <i>gúmans</i>	<i>qínons</i>
Acusativo <i>gúman</i>	<i>qínon</i>	A. <i>gúmans</i>	<i>qínons</i>
Genitivo <i>gúmins</i>	<i>qínons</i>	G. <i>gúmane</i>	<i>qínono</i>
Dativo <i>gúmin</i>	<i>qínon</i>	D. <i>gúmam</i>	<i>qínom</i>

Ora os visigodos etc. na península Hispânica foram esquecendo a sua língua germânica, adoptando a latina. Assim as suas declinações foram-se adaptando às declinações do latim vulgar do povo (e não latim clássico dos letrados). Notemos que o acento tónico do latim é diferente do germânico. Em latim, se a penúltima sílaba for longa, aí cai o acento tónico (doutro forma, vai para a antepenúltima sílaba). Assim, era fácil a adaptação do genitivo *qínons* à declinação latina de *leo*, *leónis*: passava a ser *qínón(i)s* e o mesmo acontecia na adaptação do plural gótico *gúmans* a *gumán(e)s* na acentuação latina e, como em latim vulgar havia a declinação *Dánae*, *Danáenis*, etc., foi fácil, por paralelismo com o novo genitivo *qínónis*, haver um genitivo *gumánis* em vez de *gúmins* e assim destes acertos e simplificações apareceram os geniticos acentuados *-ónis* e *-ánis* (depois *-ones/ões*, *-anes/-ães*) bem como os plurais acentuados *-ones* (depois *-ões*) e *-anes* (depois *-ães*).

Significado do nome pessoal árabe *Scabe/Xab* ou *Scapa/Xapa* em moçárabe, etc.

Em letras árabes:



Leitura da direita para a esquerda.

Em letras nossas:

Xabb

Leitura da esquerda para a direita.

(fig. 2)

Victoria Aguilar Sebastián e Fernando Mediano⁽⁷⁸⁾ ligam o nome pessoal moçárabe *Scape* (e variantes *Scabe* etc.) ao árabe *Xabb* (fig. 2) (com *b* e não com *p*) que significa "jovem". Realmente uma palavra com este significado presta-se muito para ser usada em nomes pessoais como se vê dos nomes pessoais latinos *Juvenius*, *Juventinus*, *Juventianus*, *Juventilla*⁽⁷⁹⁾; nomes pessoais portugueses *Juvêncio* Barbosa Fernandes, *Juventina* Monteiro, *Juventude* Dias Ribas; nomes pessoais germânicos em *mag* como *Magufridus*, *Magusinds*⁽⁸⁰⁾.

Por tudo isto se vê que a terra de "scapanes" / *Escapães* procede directamente do nome pessoal moçárabe, mourisco, etc., *Escapa* (com *p*) e indirectamente do nome pessoal árabe *Scabe/Xabe*. Portanto, *Escapães* não significa "terra de *jovens*" mas sim "terra dum *Escapa*" e por sua vez *Escapa* significa "pessoa *jovem*".

Abaixo de "jovem" há o árabe *Walid/Holidi* «filho (menor)» também como nome pessoal que tratamos no n.º 1 da revista *Villa da Feira* a propósito do topónimo *Casaldóido*, etc., a que acrescentamos agora o de "Veigam de *Portulidi*" em 1188 em S. Salvador de Asma – Lugo⁽⁸¹⁾.

Terá sido o fundador de *Escapães* um moçárabe? Que o nome *Scapa* seja moçárabe, tudo leva a crer. Quanto à pessoa com esse nome, pode não ser, pois os nomes pessoais de origem moçárabe acabaram, com o tempo, por ser usados mais tarde por outras pessoas que não eram moçárabes, da mesma maneira que o nome *Manuel*, formado na língua dos judeus (na Bíblia) é hoje usado por muita gente que

A visita de D. Nome da freguesia de Escapães - II

Santa Maria da Feira

não pertence à raça judaica. Mas é bem possível ter sido moçárabe o fundador de **Escapães** (ou descendente de moçárabe).

Demos acima a entender que o nome pessoal árabe **Scabe/Xab** (com **b** foi adaptado pelos moçárabes à forma **Scape/Scapa** (com **p**). Mas a rigor, o caso é mais complicado. Havia então cristãos (os **moçárabes**) sujeitos ao domínio muçulmano e arabizados quanto aos costumes e língua árabe um tanto adaptada à sua língua materna que era a latina que se ia aportuguesando mas continuavam na religião cristã. Havia outros cristãos (os **muladis**) que deixaram a religião cristã para se converter à muçulmana, perfilhando todo esse modo de vida. Havia ainda árabes (os **mouriscos**) que se converteram (verdadeira ou fingidamente) à religião cristã e outros ainda (os **tornadiços**) que, depois de irem para outra religião, voltavam mais tarde para a anterior. Também havia árabes (os **mudégares**) que, apesar de sujeitos aos cristãos, não abandonaram o seu ambiente e religião muçulmana. No meio desta variedade de situações, vale a pena ler-se o resumo sobre a problemática linguística feito por Jean-Pierre Molénat⁽⁸²⁾. A propósito destas inter-influências, lembramos o caso curioso dumas certas pessoas de Travanca (Santa Maria da Feira) que em 1050 roubaram umas éguas, fugindo com elas para o sul, acolhendo-se à protecção dos árabes então conhecidos pelo nome de **mouros**⁽⁸³⁾.

Os topónimos referidos **Gaiate** e **Casaldoído**, a que se pode juntar **Bráfomes** (Ribaul – Oliveira de Azeméis)⁽⁸⁴⁾, mostram a presença, se não directamente árabe, pelo menos indirectamente, isto é, moçárabica, mourisca, etc., nesta região, a que pertence também **Escapães**.

IV

O apelido “Escapeiro”

Nas **Inquirições** de 1258 p. 754 (região de Gouveia – Trancoso) aparece um “Domínico **Scapeyro**”, também com a variante “Dominico **Scapayro**”. O facto de não conhecermos outros casos paralelos de nomes pessoais moçárabes, etc. com terminação **-eiro**, não apoia a hipótese dum suposta ou hipotética relação com **Scapa**. No Alentejo⁽⁸⁵⁾ há a alcunha «o **Escapa**» (indivíduo que sabe sair-se bem em negócios, safando-se ou **escapando** a problemas), o que lembra outras alcunhas baseadas em verbos como o **Esfolia**, o **Esgota**, etc., mas em verbos não costuma aparecer a terminação **-eiro**. Uma mulher de **Valbom** (Gondomar) era conhecida por a **Valboeira**: será que **Escapeiro** será por ser dum terra chamada **Scapa**? A palavra **escapo** “haste” (do latim **scapu**) parece palavra erudita e não muito conhecida do povo. O caso parece ainda problemático.

Suplemento

Acima, ao falarmos da hipótese germânica (naturalmente mais própria no Norte), dizíamos que o **p** entre vogais devia em **Escapa** ser duplo (*Escappa), aliás passaria a **b** como em **lupu** / **lobo**, etc.. Mas no Centro e no Sul, onde há os hábitos da fonética árabe e moçárabe já não é assim (é certo que **Escapa** também procede do árabe **Scabb** / **Xabb** com duplo **bb**).

Esta situação diferente no Centro e Sul já foi observada, com documentação variada, por M. Sanchis Guarner (na **Enciclopédia Linguística Hispánica**, vol. I, Madrid 1960, p. 302, 318, 319, 322) e por J. G. Herculano de Carvalho (nos seus **Estudos Linguísticos**, vol. I, Lisboa 1964, pp. 127-138).

Nome da freguesia de Escapães - II

Santa Maria da Feira

Notas

- (45b) Liro Kajanto, *The Latin Cognomina*, Helsinqui 1965, 259 e 82.
- (45c) Josep M. Albaigés, *Enciclopedia de los Nombres Propios*, Barcelona 1995, p. 209.
- (46) Ver *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol I, Madrid 1960, p. 439.
- (47) citada (na nota 38) *Phonétique...* p. 76.
- (48) citada (na nota 38) *Phonétique...* p. 91.
- (49) citada (na nota 38) *Linguística...* p. 105.
- (50) citada (na nota 38) *Phonétique...* p. 52 e 53.
- (51) Friedrich Kluge, *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*, 22ª ed., Berlim e Nova York 1989, pp. 622, 650 e 651, sub vocilus *Schoffe, Schöpfen, Schaffen*.
- (52) T.F. Hoad, *The Concise Oxford Dictionary of English Etymology*, Oxford- New York 1986, p. 420 sub voce *scape*.
- (53) Winfred P. Lehmann, *A Gothic Etymological Dictionary Leiden* 1986, p. 148.
- (54) Julius Pokorny, *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch*, vol I, Berne e Munique 1959, p. 931.
- (55) Ver nosso artigo nas *I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca* (1986), publicadas em 1987.
- (56) F.R. Adrados, A. Barnabé, J. Mendoza, *Manual de Linguística Indoeuropea*, vol I, Madrid 1995, pp. 220 a 222.
- (57) Mark R. V. Southern, *Sub-Grammatical Survival Indoeuropean s- mobile and its Regeneration in germanic*, ed. Journal of Indo-European Studies, p. 198.
- (58) Ernst Gamillscheg, *Romania Germanica*, I, Berlim e Leipzig, 1934, p. 160; Carlo Battisti, Giovanni Alessio, *Dizionario Etimologico Italiano*, vol V, Florença 1975, sub voce *schiavo* p. 3387.
- (59) [Vários autores], *El Reino de León en la Alta Edad Media*, vol. VI, León 1994, p. 525.
- (59b) Santiago Domínguez Sánchez, *Colección Documental Medieval de los Monasterios de San Cláudio de León, Monasterio de Vega y San Pedro de las Dueñas*, León 2001.
- (60) Archivo Histórico Nacional (de Madrid), *Becerro Gótico de Sahaguín*, folha 212.
- (61) José Joaquim Nunes, *Compêndio* (citado na nota 40) p. 132.
- (62) citado (na nota 59) *El Reino de León...* respectivamente pp. 538 e 531.
- (63) Jean Cantineau, *Études de Linguistique Arabe*, Paris 1960, p. 63; Arnauld Steiger, *Contribución a la Fonética del Hispano-Árabe y de los Arabismos en el Ibero-Románico y el Siciliano*, Madrid 1932, pp. 200 e 201; meu estudo no livro *4ª e 5ª Jornadas Culturais da Vila das Aves*, Santo Tirso 1991, p. 77; Federico Corriente, *Introducción a la Gramática Comparada del Semítico Meridional*, Madrid 1996, p. 20; Eero K. Neuvonen, *Los Arabismos del Español en el siglo XIII*, Helsinqui 1941, p. 282; Jean Cantineau, *Études de Linguistique Arabe*, Paris 1960, p. 63; Álvaro Galmés de Fuentes, *Las Sibilantes en la Romania*, Madrid 1961, p. 103.
- (63b) Fernando González Muñoz, *Latinidad Mozárabe*, Corunha 1996, p. 72.
- (64) citados (na nota 63) *Études...* p. 27.
- (65) citada (na nota 63) *Introducción...* p. 16.
- (66) Ignacio Fernando Frutos, *El Dialecto Andalusi de la Marca Media – Los documentos mozárabes toletamos de los siglos XII y XIII*, Zaragoza 1995, p. 203.
- (67) David Lopes, *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, Lisboa 1968, p. 101.
- (68) *Festschrift Kurt Baldinger zum 60 Geburtstag*, vol. I (1979), p. 152.
- (69) *Revista de Filología Española* 65 (1985), fascículo 1/2, p. 3.
- (69b) Leone Caetani e Giuseppe Gabrieli, *Onomáston Arábicum*, vol. I, Roma 1915, p. 96, n.º 62, que alude à dificuldade dos árabes na imitação de sons das línguas ocidentais.
- (70) José Pedro Machado, *Ensaio Arábico-Portugueses*, Lisboa 1997, pp. 152 – 154.
- (71) citada (na nota 69) *Revista...* pp. 12 e 17.
- (72) Francisco Javier Simonet, *Glosário de Voces Ibéricas y Latinas usadas entre los Mozárabes*, Madrid 1888, pp. 193 e 583.
- (72b) Álvaro Galmés de Fuentes, *Dialectología Mozárabe*, Madrid 1983, pags. respectivamente 228 e 195-196.
- (73) José Pedro Machado, *Influência Árabe no Vocabulário Português*, vol. I, Lisboa 1958, pp. 273, 256, 257, 44.
- (74) citada (na nota 34b) *Contribuição...* p. 125.
- (74b) citado (na nota 59) *El Reino de León...* p. 515.
- (75) citado (na nota 59) *El Reino de León...* p. 506.
- (76) citados (na nota 4) *Os Nomes Germânicos...* p. 238.
- (77) citada (na nota 34b) *Contribuição...* respectivamente p. 67, 72 e 73.
- (78) citado (na nota 59) *El Reino de León...* p. 524; citada (na nota 63) obra de Arnauld Steiger p. 196.
- (79) Liro Kajanto, *The Latin Cognomina*, Helsinquia, índice.
- (80) citados (na nota 4) *Nomes Germânicos...* p. 199.
- (81) *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Lugo*, nº 39 (1953), tomo V, p. 186; José Pedro Machado, *Ensaio Arábico-Portugueses*, Lisboa 1997, p. 174.
- (82) In livro (obra de vários autores) *Les Échanges Culturels au Moyen Âge*, Universidade de Sorbonne (Paris) 2002, pp. 107 - 116; quanto a *Tornadiços*, ver citada (na nota 34b) *Contribuição...* p. 80.
- (83) *Portugaliae Monumenta Historica, Diplómata et Chartae*, p. 231, nº 378.
- (84) citada (na nota 34b) *Contribuição...* p. 27 e 28.
- (85) Francisco Martins Ramos, Carlos Alberto da Silva, *Tratado das Alcunhas Alentejanas*, Lisboa 2002.

Nota final – na p. 21, do número anterior desta revista vem por lapso a palavra *Ouviedo* (no mapa) quando devia de ser *Oviedo*.

A visita de D. Manuel II às Terras de Santa Maria

Serafim Guimarães*

Foi no âmbito de uma visita de apresentação a todo o norte do País e aproveitando a inauguração do caminho de ferro do Vale do Vouga que o Rei D. Manuel II visitou a Feira em 23 de Novembro de 1908.

É com um sentimento de grande ternura que evoco essa visita do nosso último Rei às terras de Santa Maria da Feira, por ocasião dessa inauguração. Primeiro, porque desde a mais recuada infância de que tenho memória, guardo, num recesso muito especial da minha afectividade, uma lembrança de profunda tristeza pelo passo infeliz da história que obrigou esse Rei simpático, esse Rei sem querer, esse Rei coroado pela desgraça, a abandonar a Pátria como se fosse um réprobo, um assassino; segundo porque foi meu pai quem, pela primeira vez, me falou dessa visita, que ele descrevia com tanto entusiasmo, como se a estivesse a reviver, passo a passo. Não perdeu um movimento dos que foram permitidos a uma criança anónima, de 12 anos, que tinha, como única credencial, um entranhado amor ao seu Rei, que venerava: correu atrás do automóvel, gritou com a multidão, subiu as escadas do convento sem ter necessidade de dar passos, levado no ar pelo aglomerado compacto de gente que o comprimia, seguiu, de longe, o cerimonial da visita ao convento e viu-o, depois, partir, um partir premonitor de um partir para sempre!

Uma terceira razão foi a de que pela linha do Vale do Vouga correu, depois, o Vouguinha, que de 1945 a 1952 nunca se recusou, às vezes com um bufar de cansado, a transportar, quotidianamente, da Feira para Espinho e de Espinho para a Feira, a tribo feirense que ia a Espinho aprender e de que eu fazia parte. O nosso destino era o Colégio de S. Luís que nessa época representava a porta aberta mais próxima para quem, destes lados, quisesse



D. Manuel II.
Desenho de Serafim Guimarães, 2003.

e pudesse seguir em frente nos seus estudos. Esse Vouguinha estreado por D. Manuel II em 23 de Novembro de 1908 e entrado, então, na história da Feira e do País, entrou, depois, também, na história desse grupo de rapazes.

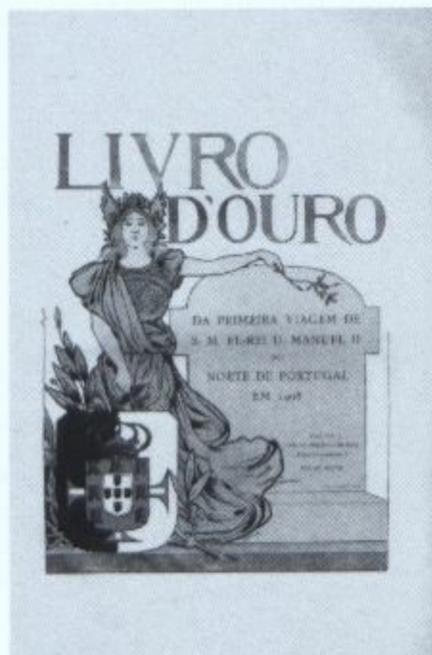
Ocorreu essa inauguração em tempos de grande agitação ideológica que, como sempre na história, é fomentada e conduzida por elites despeitadas que anunciam todas as farturas do Mundo servidas à banca de ideais fáceis de enunciar e ser aceites, como a defesa dos mais

* Professor Catedrático da Faculdade de Medicina do Porto.

A visita de D. Manuel II às Terras de Santa Maria



Sua Magestade D. Manuel II.



Frontispício do «Livro d'Ouro» da primeira viagem de S.M. El-Rei D. Manuel II ao Norte de Portugal, em 1908.

fracos e mais desprotegidos, o abate de privilégios instalados, a realização de ideais de justiça, formas repetitivas e universais de disfarçar desejos desenfreados de poder, ou formas de protesto aceites pelos ingénuos de todas as épocas.

Oito meses antes D. Carlos e o Príncipe D. Luís Filipe tinham sido dramaticamente assassinados no Terreiro do Paço diante da estupefacção do povo, porque o povo dessa altura, queria o seu Rei.

Segundo os jornais da época, D. Manuel chegou ao Porto num *domingo chuvisquento de Novembro*, naturalmente pouco convidativo para manifestações e, se não se receavam desfeitas, também ninguém previa os vivas calorosos que os políticos sabem e costumam preparar. Mas afinal, D. Manuel *não recebeu à chegada o viva decorado, o viva de estilo, mas a comoção de uma cidade que indiferente à intempérie e desatenta dos credos políticos reparou na palidez do Rei e quiz reparar um mal que não praticou.*

Apesar de ter sido grande e demorada a visita real ao norte de Portugal o povo nunca se cansou de o saudar e o carinho renovado com que era recebido em cada praça, em cada acto, em cada paragem, em cada viva, exprimia a amarga perspectiva de o vir a perder! O cheiro a pólvora do Terreiro do Paço tinha-se espalhado por todo o País desassossegando toda a gente!

Não é este o lugar nem a oportunidade para discutir o bem e o mal das instituições monárquica e republicana, mas é sempre oportuno observar serenamente a história, é sempre salutar comparar atitudes, discutir razões, analisar métodos, identificar despeitos, denunciar ambições, louvar o amor e reprovar o ódio.

As recepções apoteóticas querem sempre dizer alguma coisa e são tanto mais significativas quanto mais espontâneas e quanto mais surgem contra o sentido das marés. E o povo estava contra a maré soprada por alguns intelectuais da época que não eram favoráveis à monarquia. O furacão

que atingiu o Rei e o Príncipe Real foi o fruto miserável de uma orquestração de ódio. O 31 de Janeiro tinha ocorrido 19 anos antes e o assassinio do Rei e do Príncipe que lhe deveria suceder foi cuidadosamente preparado por gente intelectualmente de elite, mas de consciência manipulada e de sentimentos perversos.

Vindo de Espinho onde visitou a fábrica de conservas de Brandão Gomes e depois de ter almoçado na Assembleia espinhense, situada onde fica, hoje, o nosso café, a comitiva real embarcou na estação de Espinho Praia e fez o percurso, de comboio, até ao apeadeiro do Cavaco onde desembarcou.

É saboroso seguir, com detalhe, as peripécias desse dia memorável que o jornal *Correio da Feira* de 28 de Novembro de 1908, relata com a minúcia de quem está a escrever história, servindo-se de um estilo que nos transporta à realidade jornalística da época.

Decorrido o meio dia, a enorme massa de povo que aguardava a chegada d'El-rei, começou a manifestar a ansiedade, que até ali jazêra latente, e que foi de subito aumentada pelo queimar d'uma girandola na próxima estação de Paços de Brandão.

Alguns minutos mais, novo estrondear de foguetes na estação de S. João de Ver, indicava a aproximação do comboio real, cuja locomotiva, em breves momentos, rompia os ares com um silvo estridolo próximo da Ponte.

Irrompem então d'aquella vasta multidão as mais calorosas aclamações, por entre o estrondear dos foguetes e os acordes do hymno nacional.

Ao mesmo tempo deixava Sua Magestade a carruagem e era recebido no estrado, posto junto da linha, pela camara municipal, que, com a saudação de boas-vindas, passou a acclama-lo, com todos os circumstantes, delirantemente.

O cortejo

El-rei tomou rapidamente lugar no automovel(), descoberto, que lhe estava destinado.*

À frente já se achava disposta para a partida, em varias carruagens, a camara municipal.

Logo em seguida a El-rei, foram rapidamente organizados varios vehiculos destinados à condução de individualidades da comitiva regia ou de outras que tomaram lugar no cortejo.

Nada se fez sem esperar o desfile deste. E correu por entre alas fechadas de povo, até ao centro da villa, mas aqui era tão espessa a multidão, que impossibilitava qualquer regularidade.

Ao cimo da Estrada Nova, o cortejo desfilou por debaixo d´um arco elegantemente disposto e nos extremos da curva d´este, tomaram assento duas meninas vestidas de branco, que cobriam de flores o jovem Rei.

Em todo o percurso uma chuva de flores cahia das janelas, sobre o automovel regio.

No Largo da Misericordia, d´um arco modulado em cortiça, outras duas creanças deixavam cair flores à passagem d´El-rei.

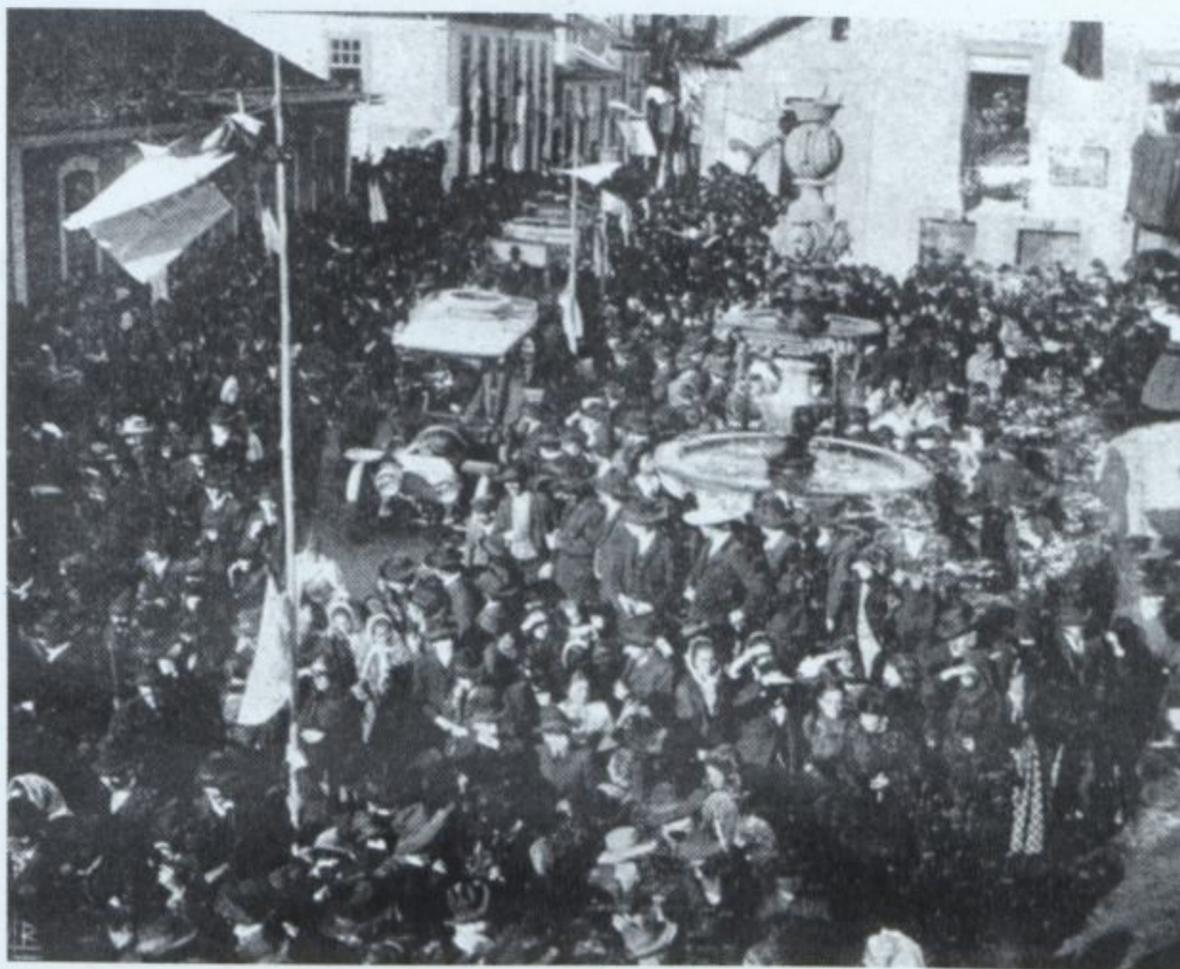
Alguns grupos de creanças das escolas, acompanhadas de seus respectivos professores, aguardavam no Largo Municipal a vinda do cortejo, e acolheram Sua Majestade n´um côro de vivas.

A chegada d´El-rei ao Paço ¹

A guarda d´honra era aqui prestada por uma força de capitão do regimento d´infantaria 23, com a respectiva banda de música.

No Paço esperava o sr. professor official desta villa ler uma mensagem em nome de todos os

¹ Serviu de Paço Real a casa do Sr. Dr. Ignacio Monteiro, situada na Praça Velha e preparada para o efeito pelos Srs. Benjamim de Pinho e Dr. Eduardo Vaz. O edificio é, hoje, propriedade dos descendentes do Sr. Dr. Belchior Cardoso da Costa. (D. Manuel tomou lugar num Panhard alugado e pago pelo pelo centenário Clube Feirense, que tem, hoje, sede em Espargo)



• Villa da Feira - Largo fronteiro à Igreja.
• Subindo o escadório da Igreja Matriz onde se celebrou o *Te-Deum*.
«Livro d´Ouro» da primeira viagem de S.M. El-Rei D. Manuel II ao Norte de Portugal em 1908.

A visita de D. Manuel II às Terras de Santa Maria



Aposentos na Casa da Praça.

seus collegas, o que não conseguiu, por falta de tempo.

Para ali affluíam também, varios membros do clero do concelho, conseguindo desfilarem por diante d'El-rei.

Depois de instalado no Paço, Sua Majestade recebeu a camara municipal, auctoridades judiciaes e administrativas, e os cavalheiros que puderam apresentar-se-lhe.

Imprimiam uma nota alegre à escadaria do Paço, algumas damas que El-rei, gentilmente, convidou a subir.

O sr. presidente da camara leu a seguinte

Mensagem

Senhor! Encontra-se Vossa Majestade adentro da capital das antigas terras de Santa Maria, que sempre primaram pela sua fidalguia e pela sua dedicação à liberdade e ao throno.

E se não é a vez primeira que um rei portuguez se digna poisar os seus olhos sobre as formosas paisagens d'esta terra, como vosso augusto avô o rei Artista em 1852, dignando-se visitar o nosso castello com os então príncipes D. Pedro e D. Luíz, é contudo, que nos recorde, a única em que o chefe do Estado, o rei de Portugal vem honrar-nos com uma verdadeira visita e receber a terras da Feira as homenagens de respeitosa dedicação d'este povo.

Senhor!- Nascida em remotos tempos, mais de 2:000 annos antes de Cristo, a velha Loncobriga atravessou e acompanhou o esplendor romano, descaiu, rejuvenesceu sobre a egide de esforçados cavalleiros, para occupar durante varios seculos logar proeminente entre as primeiras terras portuguezas. Orgulhosa dos seus vastos dominios, que se estendiam do Douro ao Vouga, ciosa das suas tradições e dos seus fastos, ainda hoje, em tão completa decadencia, rememora todo esse brilhante passado e se compraz, com amargura é certo, na recordação d'esses tempos idos.

Aqui nasceram, Senhor, os Infanções de Portugal, honrosa distincção com que reis portuguezes galardoaram os seus vassallos d'esta região.

Tempos houve em que todos os peões eram cavalleiros, demonstração inequivoca da ligação íntima d'este povo com os seus monarcas e prova indiscutivel dos esforçados feitos dos nossos ascendentes.

Ao conde D. Henrique mereceu a terra de Santa Maria a concessão de seu foral em 1092. Mais tarde, em 1270, D. Affonso III lhe deu novo foral.

Mas é, Senhor, a um portuguez que tinha o vosso nome e obteve na historia o cognome de

A visita de D. Manuel II às Terras de Santa Maria

Venturoso, que a terra de Santa Maria mais deve pelos especiais cuidados que lhe mereceu.

Reedificou o vetusto castello, construiu-lhe essa ponte que ainda hoje ahi se ostenta com as suas armas manuelinas e concedeu-lhe o foral, precioso de illuminuras, que aqui conservamos ainda a demonstrar e a recordar-nos sempre quão grata nos deve ser a memoria deste rei feliz, em cujo reinado Portugal foi o grande emporio do mundo.

Hoje, Senhor, somos um povo decaído, que vive apenas do passado. É dessas gloriosas tradições e padrão unico do nosso orgulho esse velho castello que alem se ostenta altivo, recortando com os seus elegantes coruceus o ceu azul da nossa terra. Alimenta-nos, porém, a esperança que a presença de vossa majestade nos avigora, dignando-se assistir à inauguração de um caminho de ferro bafejando estas terras uberrimas nos abra novos horizontes no caminho da civilização e do progresso.

Memoravel ficará na historia da Feira a data de hoje, data feliz em que vemos realizadas velhas aspirações e vem coroa-las a presença do moço rei, que logo no inicio do seu reinado se digna associar-se ao que para nos representa um resurgimento e a estrada aberta a novas e gloriosas emprezas.

Senhor!- Subistes ao trono em bem dolorosas circunstancias, mas na vossa viagem triumphal ao norte do paiz tendes tido occasião de pôr a prova a dedicação e a lealdade do povo portuguez.

Com carinhosa sollicitude temos acompanhado os vossos triumphos e nos temos regosijado com todas estas tão claras demonstrações de alliança intima que em Portugal existe entre o rei e o povo.

Congratulamo-nos e não podemos deixar de o manifestar, nós que muito amamos a liberdade e o progresso com as vossas tão provadas affirmações de serdes um verdadeiro rei constitucional.



- Pormenor dos aposentos.
- A sala do trono.

A visita de D. Manuel II às Terras de Santa Maria

Senhor! – Em nome do município da Feira, que tenho a honra de representar, em nome d'essa constituição que tão preciso se torna fazer ressurgir em todo o seu esplendor, vimos apresentar a vossa majestade as homenagens do nosso respeito e leal dedicação.

E se as galas, com que vos recebemos, não correspondem aos nossos desejos, nem podem traduzir o nosso entusiasmo e a nossa gratidão pela honra da vossa visita, acreditai, Senhor, que no coração de todos nós vai um intenso jubilo e um carinhoso affecto, que tudo vos dedicamos.

Dignai-vos Senhor, como esse outro rei de que usais o nome, ser também um protector d'esta terra, que muito em vós confia.

Senhor! – Os mais ardentes votos por que tenhais um reinado feliz, para gloria do vosso nome e progresso e prosperidade d'este querido Portugal.

Resposta do Rei

Depois de ter ouvido com muita atenção a saudação respondeu que “agradecia immenso a recepção festiva que acabava de lhe fazer o povo d'estas terras de Santa Maria, sempre muito considerado por seus antepassados; que ficassem certos de que continuaria sempre, durante o seu reinado, a dispensar-lhe toda a sua protecção”.

Findas estas palavras foi feita a El-rei uma estrondosa manifestação pelas pessoas presentes. Então D.Manuel relanceou um olhar aos aposentos que lhe foram destinados e após uma pequena delonga, saiu a pé, em direcção à Igreja matriz. Neste momento as aclamações redobraram de intensidade e as flores que sobre ele incidiam, deixavam o pavimento densamente juncado.

Ao fundo da escadaria era Sua Magestade aguardado pelo rev. abbade, capellão da casa real, todos os párochos do concelho e demais ecclesias-

ticos. A illustrada professora official d'esta villa achava-se, também, alli acompanhada das suas alumnas para saudar El-rei, vitoriando-o e deitando-lhe flores.

Sob o páleo, ascendeu o Senhor D. Manuel II ao rico templo da Igreja matriz. Desde os hombrais da porta seguraram as varas do páleo alguns ecclesiasticos, em direcção ao altar do SS. Sacramento, onde Sua Magestade ajoelhou e orou. O Sr. Dr. Aguiar Cardoso executava no órgão o hymno nacional.

Feitas as observações que o aspecto do templo lhe sugeriu, encaminhou-se El-rei para a sacristia, onde deixou o seu nome escripto.

Saindo da Igreja

Era magestoso o espectáculo que dava a vasta escadaria e exíguo terreno próximo associado ao conspecto das janellas fronteiras.

Sempre vitoriado, Sua Magestade, veio descendo lentamente pelo acanhado espaço que lhe podiam obter, no meio da multidão apertada.

Salientou-se também aqui a manifestação por parte do clero, ponto em que em maior numero conseguiu reunir-se.

Daqui seguiu El-rei com uma grande parte da sua comitiva e manifestantes em direcção ao castello, em vehiculos que os aguardavam aprestados.

A sua chegada ao vetusto monumento foi annunciada por uma formidavel girandola de grandes foguetes.

Passaram alem da porta o augusto visitante e pessoas de categoria que o acompanhavam.

Comtemplou o panorama da villa, demorando-se por momentos junto da cisterna. E depois de atravessar em diagonal o grande espaço circunscripto pelos muros da torre, e de novo no terraço,

A visita de D. Manuel II às Terras de Santa Maria

passou a subir a esta com varios cavalheiros que designou para o acompanharem.

Impressionou-o o vasto horizonte que se patenteava.

Terminada a visita, quando Sua Magestade se dirigia para a sahida, parou por instantes em meio do sequito, para satisfazer os desejos do photographo, nosso patricio, Sr. Joaquim Freitas, empregado da casa Biel, o qual, junto à varanda de Pilatos, já tinha a machina disposta para colher um cliché.

No centro do castello teve Sua Magestade algumas palavras para com o pavilhão real que ele viu içado.

A caminho da estação

Os trens dispostos na sinuosa estrada que dá ingresso ao Castello foram immediatamente occupados, e o numeroso grupo, sempre entre calorosas manifestações festivas, tomou o rumo da estação férrea. Em todo este percurso, e muito especialmente ao atravessar a villa, as saudações e vivas a El-rei succediam-se ininterruptamente n'uma confusão que atingiu as raias do delirio.

Uma nuvem de flores pairava por cima do automovel real, em todo o trajecto da Rua Direita.

Pela estrada da Lavandeira e Pombos, até à encosta da Piedade, viam-se densas alas de povo e numerosos grupos nos espaços livres em que podiam reunir-se.

Estabeleciam-se correrias, disputavam-se estes logares como pontos manifestos, da melhor observação.

Galgada a ladeira da Piedade, defrontava-se com surprehendente espectáculo, que apresentava o recinto da estação.

O amplo largo estava coalhado de povo. Todos os terrenos de nascente, sobranceiros à linha ferrea, tinham sido previamente occupados para melhor ser abraçada a grandiosidade do conjuncto.



Visita ao Castello.

Dr. Gaspar Moreira, Governador Civil, D. Manuel II, Dr. João Pereira de Magalhães e Dr. Vaz Ferreira.

Na estação

Aqui esperavam a chegada de El-rei, muitos dos cavalheiros que não tinham descido no Cavaco, engenheiros e pessoal da Empresa. Entre os convidados de distincção notava-se s.ex^a o Sr. Bispo-conde e o Sr. Bento Carqueja.

Muitas senhoras haviam tambem escolhido aquelle local com a necessaria antecipação.

As detonações do fogo atroavam agora os ares, onde explodia uma enorme girandola.

Perto do edificio formava a guarda d'honra, com a respectiva banda. Em curto lapso, El-rei com a comitiva, pessoal e convidados, dava entrada no comboio, após uma rapida visita ao edificio da estação.

A visita de D. Manuel II às Terras de Santa Maria

E, por entre uma ovação geral, troar dos foguetões e notas festivas do hymno nacional, pôs-se o comboio em marcha desaparecendo na curva do Farinheiro.

Eram approximadamente tres horas.

A comitiva real

A comitiva d'El-rei era formada pelos senhores conselheiros Ferreira do Amaral, presidente do conselho de ministros; Campos Henriques e general Sebastião Telles, ministro da justiça e da guerra; dignatarios srs. Conde de Tarouca, coronel Antonio Costa, marquez do Lavradio, D. Fernando d'Albuquerque; os secretários particulares dos srs. Presidente do conselho e ministro da justiça, e os ajudantes do sr. ministro da guerra.

Acompanharam El-rei desde Espinho, os srs. Governadores civis dos districtos d'Aveiro e do Porto; conselheiro Oliveira Costa; professor Candido de Pinho, presidente da camara do Porto, Luiz do Valle Junior e José Pinheiro Mourisca, juiz e delegado d'esta comarca; Roberto Alves, Victorino Sá, Manoel André Boturão, abbade d'esta villa, representantes dos jornais do Porto, e outras pessoas que desembarcaram nesta villa, mas cujos nomes não nos foi dado tomar conta.

O regresso

Ocorreu à entrada da noite. A passagem por esta villa realizou-se, caminharia para as seis e meia. Muito antes, pois ainda de dia, se havia estabelecido uma romagem continua para as immediações da estação, afim de victoriar, pela ultima vez, na sua digressão, o jovem Rei.

A fundada em que assenta o centro da villa, os declives do pequeno valle do Castello, e todos os planaltos desde o Cavaco ao Seixo, estavam profusamente illuminados. Esta vasta superficie e dominada pelo largo horizonte do recinto da

estação, e nella projectava, como em toda a encosta da Piedade e justas, a nitida claridade do prolongamento d'um crepusculo outomnal.

A illumination da torre do castello sobresaia pouco; fazia lembrar um pharol visto a longa distancia.

A despedida

A multidão foi advertida da chegada do comboio, pelo estrondear d'uma girandola na proxima estação de Arrifana. Poucos momentos decorridos, transpunha a ponte do Farinheiro, a locomotiva, silvando arrogantemente.

Junto da estação agrupavam-se, indistinctamente, uma mole enorme de povo, innumeras senhoras, bem como todas as individualidades em evidencia n'esta villa e proximidades.

Os vivas irromperam antes da paragem do comboio, visto que o Senhor D. Manoel vinha já na plataforma da sua carruagem. De toda a parte se erguiam saudações, entusiasticamente correspondidas. Repetiu-se o estalejar das palmas e o acenar dos lenços e todas as expansões em que os sentimentos de alegria, contentamento e respeito das multidões, instinctivamente se exteriorizam.

Fogo de vistas de côres variegadas, illuminava o espaço. N'estas, predominavam os raios, absolutamente brancos, d'um poder illuminatorio intensissimo. O conjuncto d'estas illuminações dava a illusão de que o dia tinha retrogradado.

Mas na realidade, este dia tão cheio para a Feira e toda a região, que Sua Magestade percorreu, extinguiu-se para sempre, e não poderá voltar jamais nem outro como elle. Elle ficará depositario da funda impressão que a viagem regia incutiui no espirito de todos nós, signalando simultaneamente o maior rasgo da moderna Feira.

A visita de D. Manuel II às Terras de Santa Maria



A saída do Castelo.

Notas

Os meninos Joaquim e Roberto Vaz de Oliveira ofereceram lindos "bouquets" de mimosas flores naturais ao Senhor D. Manoel.

Foi assim que se preparou, assim que decorreu e assim que terminou a visita a Santa Maria da Feira do último Rei da quarta dinastia portuguesa. Um ano e onze meses depois derrubaram-no do trono e expulsaram-no da Pátria e, até hoje, nunca explicaram ao povo português em função de que princípios, em nome de que direito, por imperativo de que razões é que o fizeram. Minoritária, mas soberanamente o decidiram. Nas últimas eleições para o Parlamento em tempo de monarquia e realizadas em 28 de Agosto de 1910, portanto, 38

dias antes do 5 de Outubro, os republicanos elegeram 14 deputados, num total de 148! São números indiscutíveis que os livros registam. Menos de 10% da população portuguesa foi a base de apoio que conferiu a legitimidade para a usurpação do poder pelos arautos da república. Em face disto, poderá alguém admitir que a revolução de 5 de Outubro tenha correspondido, ao derrube do despotismo por um justo, desejado e honrado acto de democratas? O que fizeram com o poder assim arrebatado de forma violenta e confusa, viu-se, depois!

Se algumas dúvidas pudesse haver quanto à grandeza heróica do rei destronado, toda a sua vida longe da Pátria foi a demonstração da soberania culta do seu espírito e do seu patriotismo

A visita de D. Manuel II às Terras de Santa Maria

sem limites. Enquanto viveu não teve outra preocupação que não fosse o bem da sua Pátria, que amou para além da morte e à qual tudo legou. Só não pôde ser tolerado por umas dúzias de indivíduos sequiosos de poder que, já estigmatizados pela cumplicidade em dois assassinios, seguiram em frente com os seus desígnios de intolerância e de revolta. Não sei que forma de entendimento, que validade de princípios, que verdade política puderam ter dado cobertura a uma revolução tão indigna.

Vale a pena registar, pelo contraste, as últimas palavras da Rainha D. Amélia antes da partida para o exílio, porque elas demonstram bem a dimensão moral, cívica e patriótica da Senhora que evitou que o seu segundo filho fosse também baleado naquela tarde sangrenta: *“Uma coisa só lhe direi do País ao qual tudo quiz, no qual tudo dei e sacrifiquei e que todas as dores, todas as desilusões, todas as amarguras me fez sofrer, não levo senão uma suprema consolação, a consciência do dever cumprido, sempre e além das forças humanas, Essa consciência que é o meu conforto, a minha força, ninguém ma pode tirar. E isto basta-me”*.

D. Manuel morreu em 1932, com 43 anos, sem ter voltado mais à sua Pátria. D. Amélia, que acompanhou o filho em Inglaterra, enquanto ele viveu, regressou ao seu país natal para aí morrer no castelo de Bellevue au Chesney (Versailles), em 1951, com 86 anos. A convite do governo português, pôde, ainda, voltar a Portugal, em 1945, para uma romagem final que lhe permitiu deixar, em cada canto visitado, uma presença de sorrisos molhados de lágrimas. De 19 de Maio a 30 de Junho, Lisboa, Fátima, Alcobaca, Batalha, Buçaco foram passos duma peregrinação de despedida. Mas foi no Terreiro do Paço e no panteão de S.

Vicente de Fora que reviveu a mais aguda amargura da sua trágica e longa solidão! No Terreiro do Paço, vagueou absorta, talvez buscando ecos longínquos dos disparos ou algum sinal do sangue vertido que persistisse, ainda, no lajedo da rua, como marca de um ódio sem remorsos. Em S. Vicente, onde quis entrar e estar sozinha, foi ajoelhar-se diante dos túmulos do marido e do filho, como quem procura na densidade do silêncio, uma sentença daquele tribunal mudo, que a pudesse ilibar de culpas que não tinha!

Despediu-se de Portugal e morreu, seis anos mais tarde, a dizer em França, mas falando em português: *Sofro tanto! Deus está comigo. Adeus. Levem-me para Portugal.*

É isto a história! E a justiça, que deveria ser o seu norte e o seu sul, o seu nascente e o seu poente? Alguém pensa verdadeiramente em justiça ao fazer história? É difícil ser justo porque ninguém é imparcial, mas não é trancando as portas do passado que se vê melhor o futuro. As páginas dos livros voltam-se não se rasgam!

Bibliografia:

Bern Stéphane: *Moi, Amélie, dernière reine de Portugal*. Ed Denoël, Paris, 1997

Marques Gomes: *Viagem de D. Manuel II ao Norte de Portugal*, 1909

Serrão, J.V.: *História de Portugal, Vol X (1890-1910)*, Ed Verbo, 1988

Correio da Feira, 28 de Novembro de 1908

A Propósito da Segunda Invasão Francesa

Manuel Leão*

As guerras arrastam consigo atropelos de direitos e violações de pessoas. As invasões francesas marcaram a tradição histórica portuguesa por esses aspectos e até por lançarem o Reino numa confusão, que permitiu oportunismos no meio da desgraça que tinha assolado uma grande parte do território.

Vamos percorrer alguns casos, não saindo dos livros notariais do Porto e Gaia, porque já reunem vasta quantidade de peripécias. José Luís de Sousa Monteiro era um professor régio e examinador de primeiras letras do Porto. Tinha publicado um *Methodo*, em 1797. Pois houve livreiros que, sem qualquer respeito, fizeram edições, agravando as suas dificuldades de família “que muito sofrera com a horrorosa invasão francesa”. Consegue alvará de protecção régia para que os seus direitos sejam respeitados⁽¹⁾.

No campo comercial, aparece o britânico, homem de negócio, João H. Noble, representando a firma *Noble Perkins & C.^a*, de que António de Sousa Lobo era devedor, por letra aceite.

“Acontecendo, porém, que, por causa da entrada e invasão das tropas francesas, nesta mesma cidade, no dia 29 de Março de 1809, fazendo pelo direito da força toda a qualidade de hostilidades, ainda aquelas que, em tempo nenhum foram lembradas a tropas vencedoras, semeando em todos os habitantes desta cidade

a discórdia, a desordem e pondo em horrorosa fugida todo o indivíduo, se retirasse para a cidade de Lisboa o filho do primeiro outorgante, desamparando a casa dele dito seu pai. E escolhendo o melhor partido que era o de salvar a sua vida, equivalente a tudo quanto há, por justo temor e receio que concebera ao inimigo comum”, o pai assume a responsabilidade⁽²⁾.

Ainda, em pleno ano de 1809⁽³⁾, o negociante Manuel da Silva Ferreira, da rua da Natividade, aponta um assassinato, praticado a mando.

Ainda em 1809⁽⁴⁾, os credores do falecido Manuel José Lopes Guimarães e seus herdeiros entendem-se na liquidação sobre a alienação da loja de fazendas de lã, na rua das Flores. A entrada das tropas francesas tinha dado a morte ao titular da firma.

A destruição atingiu a viúva de João Bento da Rocha um dos fundadores da Fábrica de Cerâmica de Miragaia. Vende em 1809⁽⁵⁾, terreno das casas “que lhe foram incendiadas pelos Franceses”, na rua debaixo das Virtudes, em Miragaia. Prejudicado por incêndios foi José Ribeiro de Castro, negociante, morador na rua de S. Domingos⁽⁶⁾.

O capitão Manuel Gonçalves de Castro era um homem com bastante importância política e social, em Gaia, embora morasse em Canidelo. Tinha, entre outros cargos, o de cobrar as sisas. Como era homem endinheirado, queixou-se de “arrombamentos que lhe fizeram na ocasião



* Natural de Milheirós de Poiares, concelho de Santa Maria da Feira, fez os seus estudos no Porto, tendo concluído o curso de Teologia e ordenado presbítero, na Sé do Porto, em 1943.

Dedicou-se à educação e ensino, dirigindo o Colégio de Gaia, durante décadas. Esteve ligado à Fundação do Instituto Superior Politécnico de Gaia e Escola Profissional de Gaia, a cujas direcções pertence.

Tem publicado numerosos estudos sobre história cultural do Porto e Vila Nova de Gaia, com incidência nos domínios da arte, da actividade livreira e do teatro portuense antigo.

Tem promovido várias iniciativas de carácter social. Criou, em 1996, a Fundação Manuel Leão, com fins culturais e sociocaritativas.

A Propósito da Segunda Invasão Francesa



Ponte das Barcas.

da entrada do exército francês, em que os mesmos soldados roubaram ao suplicante 16 contos e tantos mil reis, pertencentes a seu recebimento das sisas, além do seu dinheiro próprio e outras coisas, em cujo acto feriram o suplicante, deixando-o em evidente perigo de vida”.

O estendal de roupas desaparecidas, portas arrombadas e caixas partidas era longo⁽⁷⁾.

O coronel Barnabé de Oliveira Maia, que também tinha casa comercial, morreu durante a invasão⁽⁸⁾.

O desastre da Ponte das Barcas, ou não foi mortífero como a tradição local registou ou os cadáveres não apareceram perto, como se sabe, quando foram estudadas as correntes da costa marítima.

Teresa de Jesus morreu nesse desastre⁽⁹⁾.

José de Sousa Melo, um portuense com prestígio na sua época, foi acusado de se ter bandeado com os Franceses. Morava na rua da Cal-

çada dos Clérigos e veio desmentir por documento público tal má fama que lhe tinham lançado. Afinal, a sua casa tinha sido atacada e roubada⁽¹⁰⁾.

A música foi outra para António José de Sousa que era mestre de música, com exame. Foi convocado para a Música do Regimento de Milícias da Maia. O filho tinha sido escalado para músico militar, mas a entrada do invasor lançou a família na miséria. Por isso, agora não quer ir para a segunda mobilização⁽¹¹⁾.

Pedro Pacheco Pereira era um aristocrata ligado às melhores famílias da região. Proprietário da Quinta do Vale, em Loureiro, Régua, queixa-se das avarias praticadas pelos Franceses na quinta e adegas do Vale⁽¹²⁾.

Os nobres ricos, senhores de abastados rendimentos de origem fundiária, ficaram na penúria. D. Ana de Noronha Leme Cernache, da família Campo Belo, contrai empréstimo junto do rendeiro de Canelas, Penafiel, porque

“no tempo da invasão dos Franceses, vendo-se na precisão de se retirar para diferentes partes deste Reino, aonde as suas rendas não chegavam nem acudiam por falta de prontos pagamentos⁽¹³⁾.

Em Amarante⁽¹⁴⁾, é vendido um chão de casa que tinha sido incendiada pelas tropas francesas.

Ainda em 1818⁽¹⁵⁾, o P. Joaquim José de Santana Freire vendeu um chão de casas térreas incendiadas na invasão francesa.

O traumatismo causado por estas circunstâncias trágicas arruinou, por exemplo, Domingos Fernandes Alves, comerciante da rua de S. João, que tinha sido nomeado tesoureiro da Câmara, mas pediu dispensa do cargo, “por ficar muito doente e abatido quando os Franceses aí entraram, pois não só o saquearam de impor-

A Propósito da Segunda Invasão Francesa

tantes cabedais e lhe deram pancadas, mas até lhe mataram um filho que tinha deixando-o em estado de não poder servir emprego algum”⁽¹⁶⁾.

Moradores de Cedofeita tinham suportado a razia feita em suas casas e contraem empréstimo⁽¹⁷⁾. Até a mulher dum degredado de Ramalde, a cumprir pena de cinco anos, foi roubada e saqueada, embora se viesse queixar, em 1821⁽¹⁸⁾.

Parece romanesca a situação em que se viu envolvida a família do tenente de Artilharia Francisco Luis Senra, casado com D. Bárbara Joaquina Nobre Senra. Quando as tropas francesas entraram no Porto, D. Bárbara estava no fim do tempo para dar à luz. Realmente, dentro de dois dias, nos Carvalhos, para onde tinham fugido, deu à luz uma menina chamada Maria Márcia. Receando que nem nos Carvalhos estivessem seguros, pediram ao P. José Pinto, também fugitivo, da Congregação do Oratório, para a baptizar. Foi atendida a petição, mas o baptizante recomendou que logo que regressassem à cidade, procedessem ao registo do baptismo no livro da respectiva paróquia. Nos Carvalhos, nem havia pároco nem nenhum padre. Passados vinte anos, foi precisa uma certidão e foi preciso andar a reconstituir os factos, porque os pais não tinham obedecido à recomendação feita aquando do baptismo⁽¹⁹⁾.

O assalto das tropas francesas mesmo às casas comerciais ficou na memória colectiva por largo tempo⁽²⁰⁾.

Os Barcos nos Portos

Uma presa fácil foram os barcos, já preparados para sair a barra, portanto, com alguma carga de víveres, especialmente vinhos, carnes curadas e frutas. Eram um alvo atingido facilmente em portos desorganizados pela fuga



Rio Douro.

precipitada dos responsáveis. É curioso o “protesto” do patrão-mor do Douro, Bernardo de Sousa Gomes. Conta o que se passou no dia da entrada dos Franceses, em 29 de Março de 1809⁽²¹⁾, quando

“entrou vitoriosamente a tropa francesa nesta cidade a fazer hostilidades e o mais que era permitido por direito de guerra. E neste conflito, todo o povo que pôde escapar à morte foi fugindo para onde pôde, desamparando as suas casas, vários hiates e mais embarcações que se achavam no rio Douro, desta cidade. Entre estes desapareceram o capitão e contra-mestre do bergantim *Graça e Liberdade*, que se

A Propósito da Segunda Invasão Francesa

achava neste mesmo rio, a dezoito braças, pronto a seguir sua viagem para Pernambuco, ficando, desta sorte, o dito bergantim sem viva alma a bordo.

“E passados três dias ou quatro, que foi no dia primeiro de Abril, indo o calafate do dito bergantim Manuel de Sousa Gomes e irmão do capitão da mesma embarcação e filho do caixa, a bordo, achou o dito navio arrombado por várias partes e roubado de muitas coisas que pertenciam ao navio e outras a passageiros; e outras da carga tanto do porão como da coberta e câmara. E dando parte disto a ele outorgante seu pai Bernardo de Sousa Gomes, caixa do dito bergantim, o qual se acha de cama ferido de uma bala.

Foi decidido manter a bordo guarda dia e noite, mas a breve trecho,

“foi um oficial da marinha francesa a bordo e deixou ficar na dita embarcação dois soldados franceses e determinou o calafate Manuel de Sousa Gomes que das pipas de vinho da carga, não só estes todos bebessem, mas também que desse umas tantas rações do dito vinho, todos os dias, para gentes que se achavam a bordo de outros navios e comendo de tudo quanto se achava a bordo. E porque até agora não se sabe nem há notícias do capitão nem do contra-mestre nem dos oficiais, para o que poderá acontecer, respeito a roubos de carga que só se pode saber na descarga do dito bergantim, para poder formar sua avaria onde lhe convier.”

Daniel Bull era cônsul de Holanda no Porto e homem de negócio. Tinha tanto gosto na sua permanência no Porto que formou a mais bela quinta, em Oliveira do Douro, junto do rio, em frente a Campanhã, a Quinta da Pedra Salgada. Pertencia à firma comercial *Daniel Bull & Syl-*

vius, que tinha carregado um navio sueco com dezenas de pipas de vinho, que aguardava tempo favorável para se fazer ao mar. A barra do Douro tinha fraca fama criada pelos muitos naufrágios. Os Franceses tomaram conta do navio, descarregaram o navio para um armazém em Miragaia, no Cais Novo.⁽²²⁾

O navio foi vendido a portugueses cujo nome não é referido. Em todos os tempos, há oportunistas que se aproveitam das dificuldades alheias. Havia, portanto, gente portuguesa no bergantim. Mas, depois da expulsão dos Franceses pelas tropas anglo-lusas, a firma tentou recuperar as pipas: umas estavam roubadas, outras tinham desaparecido. Um navio inglês carregou as pipas que tinham escapado, depois de lhes fazerem atestos.

Nem o açúcar escapou. *Penha & Ribeiro* tinham despachado dez caixas de açúcar para Hamburgo. Apesar de o navio ter saído da barra, em Outubro de 1807⁽²³⁾, “foi tomado pelos Franceses e queimado.”

Houve um navio sueco, o *Manan*, de que era capitão Gabriel Aulin, que, através de intérprete, fez a narrativa do que se tinha passado⁽²⁴⁾. Vindo de Estocolmo, com ferro e outras mercadorias, tinha entrado no Douro, em fins de Fevereiro de 1809, onde foi fretado para carregar vinhos e cortiça para Londres.

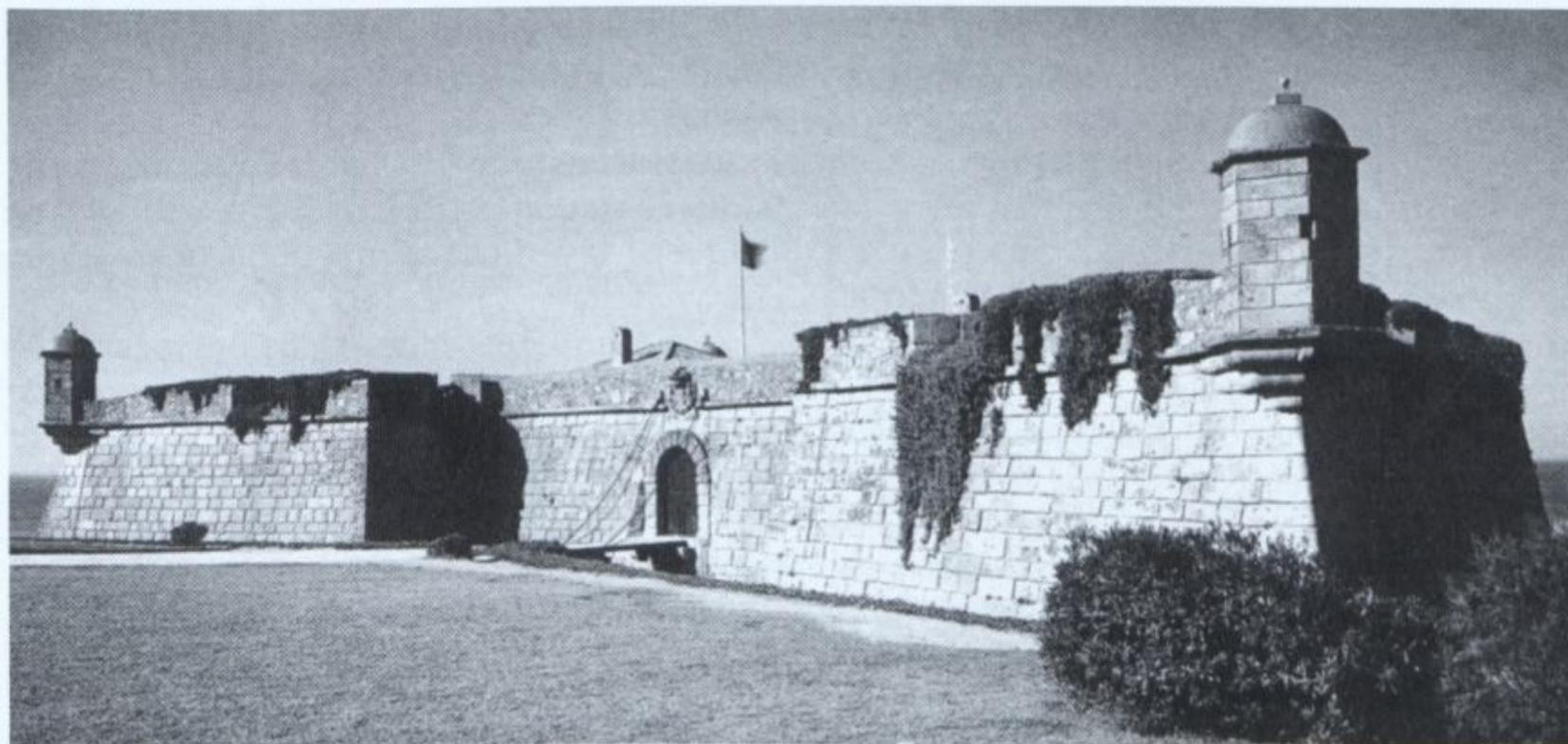
Devia ter saído da barra em 23 de Março ou dias seguintes, “se o piloto da barra pudesse ter lançado fora o navio. Porém, o tempo tempestuoso e o mar alto sobre a barra, continuando até 29 de mesmo mês, não permitiu”.

Com a entrada dos Franceses, o capitão foi autorizado a vir a terra, mas, em terra, encontrado por alguns franceses, foi preso e metido no Castelo da Foz. Saiu em 2 de Abril, mas foi

A Propósito da Segunda Invasão Francesa

o autodiagnóstico de um médico doente de infância

António Soares



Castelo do Queijo.

obrigado a retroceder com o navio até Massarelos, onde ficou até 13 de Abril. Em 11 de Maio, na véspera da expulsão dos Franceses da cidade, um oficial francês com um sujeito português (algum endinheirado intocável perante o público) informou que o navio tinha sido vendido. O relato estava escrito no diário do capitão, mas várias testemunhas foram chamadas a confirmar, entre elas, Daniel Bull.

Não terminou a situação do navio Manan. Em 1810⁽²⁵⁾, houve uma composição amigável. Os compradores apareceram: Luís Rebelo Quintela e outro que o tomou por trespasse a António de Matos Pinto. O barco é entregue ao dono, com ressarcimento de prejuízos sofridos.

Outro navio, o bergantim SIDNEY, de casco inglês, de que era capitão James Shore, tinha sido feito presa de guerra, no Douro. Foi discutida a legitimidade da presa, segundo o direito de guerra. Interveio o cônsul britânico no Porto,

com poderes. O barco foi avaliado e vendido a Lourenço Luís e Rosário Formosa⁽²⁶⁾.

As perturbações foram sentidas ao largo pelos nossos marinheiros e armadores. Os proprietários do bergantim português S. Francisco Diligente passaram procuração para Cádiz. Eram mais de vinte. O seu barco tinha sido apresado, quando ia de Amesterdão para o Porto, em 1807, junto de Vigo. Tinha sido chamado a Sevilha, quando “esta se achava em grande confusão, por causa da dita entrada” dos Franceses⁽²⁷⁾.

Os Vianas, pai e filho, da *Sociedade de Comércio Viúva Viana & Filho*, reclamam o barco e respectiva carga do navio Friend Adventure, passando procuração para Cádiz. Era capitão J. Boyd. Na procuração, conta-se que

“saindo deste porto com destino para Inglaterra, foi apresado na sua viagem pelos Franceses e conduzido, depois, ao porto de Muros, no reino da Galiza, donde sendo depois mandado

A Propósito da Segunda Invasão Francesa

conduzir pela Junta do Porto da Corunha a este mesmo porto” de Cádiz. Agora reclamam a entrega do preço da presa feita⁽²⁸⁾.

Saindo da área documental à guarda do Arquivo Distrital, encontram-se situações registadas nos testamentos cuja transcrição era obrigatória, nessa época na Câmara Municipal. Há alguns casos recordados numa ocasião solene da vida das famílias.

Em Agosto de 1809⁽²⁹⁾, Maria Joana de Jesus, viúva de João Ribeiro da Fonseca, lamenta que os Franceses lhe tenham roubado moedas de ouro ou peças.

António Gonçalves dos Reis Ledo, da rua de São João Novo⁽³⁰⁾, foi saqueado pelos Franceses. Houve também quem quisesse livrar-se da acusação de colaboracionista. Foi o caso de António Teixeira, da rua da Ferraria de Cima. Na sua declaração testamentária, deixa bem claro

que tinha feito negócio com o cônsul francês do Porto, antes da invasão, e tinha as contas saldadas⁽³¹⁾.

O tesoureiro do Tribunal da Relação do Porto, António Luís dos Passos, queixa-se do roubo na sua repartição, mas afirma que a quantia não foi avultada⁽³²⁾.

O P. Manuel Betancourt, da Congregação do Oratório, lamenta terem-lhe roubado um codicilo⁽³³⁾, documento suplementar de testamento que tinha apenas interesse pessoal, mas os saques também causam estragos sem proveito para ninguém.

O conselheiro José Manuel Ribeiro Vieira de Castro, membro duma família de larga projecção durante décadas na cidade do Porto, escreveu no seu testamento, enquanto vítima dos

“repetidos saques dados à minha casa pelas tropas do Duque de Dalmácia”⁽³⁴⁾.

Notas

(1) ADP(Arquivo Distrital do Porto) Po 1º 4ª série, 567, 101-103.

(2) ADP Po 4, 469, 101-102.

(3) Ibid. Po 8, 423, 107-109v.

(4) Ibid. Po 4, 467, 101-104v.

(5) Ibid. Po 8, 424, 8v-9.

(6) Ibid. Po 8, 424, 43-44v.

(7) Ibid. Po 8, 424, 91-92.

(8) Ibid. Po 8, 424, 120v.

(9) Ibid. Po 8, 426, 82v.

(10) Ibid. Po 8, 428, 128.

(11) Ibid. Po 4, 474, 45v-46.

(12) Ibid. Po 4, 480, 9-11v.

(13) Ibid. Po 1º, 4ª série, 559, 25v-26v.

(14) Ibid. Po 8, 441, 207v.

(15) Ibid. Po 2, 422, 1.

(16) Ibid. Po 4, 469, 40-40v.

(17) Ibid. Po 2, 407, 55v-56.

(18) Ibid. Po 2, 429, 199.

(19) Ibid. Po 2, 442, 14-14v.

(20) Ibid. Po 8, 429, 137-138.

(21) Ibid. Po 8, 423, 54-54v.

(22) Ibid. Po 4, 467, 9-10.

(23) Ibid. Po 4, 468, 86.

(24) Ibid. Po 4, 468, 50v-52.

(25) Ibid. Po 4, 469, 2v-3v.

(26) Ibid. Po 4, 470, 116-117v.

(27) Ibid. Po 4, 473, 40v-41v.

(28) Ibid. Po 4, 486, 55v.

(29) Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), cota Lº 363, 509.

(30) Ibid. 370, 117v-118v.

(31) Ibid. 372, 263.

(32) Ibid. 381, 344v-347v.

(33) Ibid. 381, 448v-450v.

(34) Ibid. 407, 50-55.

Misticismo em Manuel Laranjeira: o autodiagnóstico de um médico doente de santidade

Anthero Monteiro*

Capítulo III O Autodiagnóstico do Místico: a coerência de uma obra

Manuel Laranjeira era, assim, um ser místico, para já apenas no sentido etimológico do termo: “místico” passou pelo latim, mas no étimo grego (μυστικός) significa “misterioso”. É, porventura, o carácter algo enigmático do seu percurso que espevita a nossa curiosidade e interesse pela sua vida e obra.

Mas o escritor, que parece ter tido, anteriormente, algum cuidado em não se rotular como místico, assume-se finalmente como tal em duas cartas consecutivas enviadas ao pintor António Carneiro:

«Sinto renascer em mim um pedaço da fé antiga. Decididamente eu hei-de morrer a construir palácios de ilusões, como os crentes fervorosos... Quando se nasce místico – o destino é crer.»⁴⁹

«Afinal, amigo, eu também nasci místico; e, quando se nasce místico, o remédio é satisfazer a sede de ideal. Nos místicos da vida o ideal chama-se virtude; nos místicos da arte chama-se beleza. Virtude e beleza, na essência, são a mesma coisa. A virtude é a ânsia de compor a vida como uma obra de arte; a beleza a ânsia de compor uma obra de arte como a vida.

Sim, meu amigo, é preciso trabalhar, trabalhar, trabalhar, incansavelmente, obsessivamente. Como o santo que jornadaava pela vida em busca de Deus, até viver em Deus, obstinadamente, infatigavelmente. Para nós, místicos desta vida moderna, sem Deus, sem outro ideal, a fórmula prática de realizar o ideal, de viver adentro do ideal, como o santo em Deus – é trabalhar, trabalhar. Trabalhar é o único meio, actualmente, de compor a vida como uma obra de arte e uma obra de arte como a vida.»⁵⁰

Laranjeira estabelece, nesta última carta, a distinção entre um misticismo com Deus (o misticismo do «santo»), e um misticismo sem Deus (mais próprio «desta vida moderna») e localiza-se neste último grupo, acabando, no entanto, por reunir os conceitos numa só forma genérica de misticismo: «virtude e beleza, na essência, são a mesma coisa.»

Quando em Março de 1907 defende, na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, com alta classificação, a tese de *A Doença da Santidade*, embora fazendo incidir a sua atenção essencialmente sobre o misticismo de forma religiosa, escreve, a respeito das leis patogénicas desse fenómeno e das características dos místicos em geral:

«... em todos há a mesma fome e sede de justiça, a mesma ânsia de ideal (Deus, amor, liberdade, anarquia, pátria, quimera, utopia, um zero até); todos perseguem esse ideal de perfeição moral com uma tenacidade mais ou menos intensa, que por vezes, atinge o heroísmo: todos passam pelas mesmas etapas de desenvolvimento progressivo.»⁵¹

Também Roger Bastide, convocando para a sua argumentação historiadores como Rudolf Otto e filósofos como Bergson, considera que, apesar dos quatro tipos de místicos da sua classificação (o entusiasta ou iluminado, o quietista, o místico construtor e o profeta), todos eles atravessam a mesma experiência psicológica.⁵²



Manuel Laranjeira.
Desenho - Diogo de Macedo.

* Licenciado em Filologia Românica pela Universidade do Porto, prepara, para efeitos de Mestrado em Estudos Portugueses, na Universidade de Aveiro, uma dissertação sobre “O Misticismo Laico de Manuel Laranjeira”.

A Propósito da Segunda Invasão Francesa

conduzir pela Junta do Porto da Corunha a este mesmo porto” de Cádiz. Agora reclamam a entrega do preço da presa feita⁽²⁸⁾.

Saindo da área documental à guarda do Arquivo Distrital, encontram-se situações registadas nos testamentos cuja transcrição era obrigatória, nessa época na Câmara Municipal. Há alguns casos recordados numa ocasião solene da vida das famílias.

Em Agosto de 1809⁽²⁹⁾, Maria Joana de Jesus, viúva de João Ribeiro da Fonseca, lamenta que os Franceses lhe tenham roubado moedas de ouro ou peças.

António Gonçalves dos Reis Ledo, da rua de São João Novo⁽³⁰⁾, foi saqueado pelos Franceses. Houve também quem quisesse livrar-se da acusação de colaboracionista. Foi o caso de António Teixeira, da rua da Ferraria de Cima. Na sua declaração testamentária, deixa bem claro

que tinha feito negócio com o cônsul francês do Porto, antes da invasão, e tinha as contas saldadas⁽³¹⁾.

O tesoureiro do Tribunal da Relação do Porto, António Luís dos Passos, queixa-se do roubo na sua repartição, mas afirma que a quantia não foi avultada⁽³²⁾.

O P. Manuel Betancourt, da Congregação do Oratório, lamenta terem-lhe roubado um codicilo⁽³³⁾, documento suplementar de testamento que tinha apenas interesse pessoal, mas os saques também causam estragos sem proveito para ninguém.

O conselheiro José Manuel Ribeiro Vieira de Castro, membro duma família de larga projecção durante décadas na cidade do Porto, escreveu no seu testamento, enquanto vítima dos “repetidos saques dados à minha casa pelas tropas do Duque de Dalmácia”⁽³⁴⁾.

Notas

- (1) ADP(Arquivo Distrital do Porto) Po 1º 4ª série, 567, 101-103.
- (2) ADP Po 4, 469, 101-102.
- (3) Ibid. Po 8, 423, 107-109v.
- (4) Ibid. Po 4, 467, 101-104v.
- (5) Ibid. Po 8, 424, 8v-9.
- (6) Ibid. Po 8, 424, 43-44v.
- (7) Ibid. Po 8, 424, 91-92.
- (8) Ibid. Po 8, 424, 120v.
- (9) Ibid. Po 8, 426, 82v.
- (10) Ibid. Po 8, 428, 128.
- (11) Ibid. Po 4, 474, 45v-46.
- (12) Ibid. Po 4, 480, 9-11v.
- (13) Ibid. Po 1º, 4ª série, 559, 25v-26v.
- (14) Ibid. Po 8, 441, 207v.
- (15) Ibid. Po 2, 422, 1.
- (16) Ibid. Po 4, 469, 40-40v.
- (17) Ibid. Po 2, 407, 55v-56.
- (18) Ibid. Po 2, 429, 199.

(19) Ibid. Po 2, 442, 14-14v.

(20) Ibid. Po 8, 429, 137-138.

(21) Ibid. Po 8, 423, 54-54v.

(22) Ibid. Po 4, 467, 9-10.

(23) Ibid. Po 4, 468, 86.

(24) Ibid. Po 4, 468, 50v-52.

(25) Ibid. Po 4, 469, 2v-3v.

(26) Ibid. Po 4, 470, 116-117v.

(27) Ibid. Po 4, 473, 40v-41v.

(28) Ibid. Po 4, 486, 55v.

(29) Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), cota Lº 363, 509.

(30) Ibid. 370, 117v-118v.

(31) Ibid. 372, 263.

(32) Ibid. 381, 344v-347v.

(33) Ibid. 381, 448v-450v.

(34) Ibid. 407, 50-55.

Misticismo em Manuel Laranjeira: o autodiagnóstico de um médico doente de santidade

Anthero Monteiro*

Capítulo III O Autodiagnóstico do Místico: a coerência de uma obra

Manuel Laranjeira era, assim, um ser místico, para já apenas no sentido etimológico do termo: “místico” passou pelo latim, mas no étimo grego (μυστικός) significa “misterioso”. É, porventura, o carácter algo enigmático do seu percurso que espreita a nossa curiosidade e interesse pela sua vida e obra.

Mas o escritor, que parece ter tido, anteriormente, algum cuidado em não se rotular como místico, assume-se finalmente como tal em duas cartas consecutivas enviadas ao pintor António Carneiro:

«Sinto renascer em mim um pedaço da fé antiga. Decididamente eu hei-de morrer a construir palácios de ilusões, como os crentes fervorosos... Quando se nasce místico – o destino é crer.»⁴⁹

«Afinal, amigo, eu também nasci místico; e, quando se nasce místico, o remédio é satisfazer a sede de ideal. Nos místicos da vida o ideal chama-se virtude; nos místicos da arte chama-se beleza. Virtude e beleza, na essência, são a mesma coisa. A virtude é a ânsia de compor a vida como uma obra de arte; a beleza a ânsia de compor uma obra de arte como a vida.

Sim, meu amigo, é preciso trabalhar, trabalhar, trabalhar, incansavelmente, obsessivamente. Como o santo que jornadaava pela vida em busca de Deus, até viver em Deus, obstinadamente, infatigavelmente. Para nós, místicos desta vida moderna, sem Deus, sem outro ideal, a fórmula prática de realizar o ideal, de viver adentro do ideal, como o santo em Deus – é trabalhar, trabalhar. Trabalhar é o único meio, actualmente, de compor a vida como uma obra de arte e uma obra de arte como a vida.»⁵⁰

Laranjeira estabelece, nesta última carta, a distinção entre um misticismo com Deus (o misticismo do «santo»), e um misticismo sem Deus (mais próprio «desta vida moderna») e localiza-se neste último grupo, acabando, no entanto, por reunir os conceitos numa só forma genérica de misticismo: «virtude e beleza, na essência, são a mesma coisa.»

Quando em Março de 1907 defende, na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, com alta classificação, a tese de *A Doença da Santidade*, embora fazendo incidir a sua atenção essencialmente sobre o misticismo de forma religiosa, escreve, a respeito das leis patogénicas desse fenómeno e das características dos místicos em geral:

«... em todos há a mesma fome e sede de justiça, a mesma ânsia de ideal (Deus, amor, liberdade, anarquia, pátria, quimera, utopia, um zero até); todos perseguem esse ideal de perfeição moral com uma tenacidade mais ou menos intensa, que por vezes, atinge o heroísmo: todos passam pelas mesmas etapas de desenvolvimento progressivo.»⁵¹

Também Roger Bastide, convocando para a sua argumentação historiadores como Rudolf Otto e filósofos como Bergson, considera que, apesar dos quatro tipos de místicos da sua classificação (o entusiasta ou iluminado, o quietista, o místico construtor e o profeta), todos eles atravessam a mesma experiência psicológica.⁵²

* Licenciado em Filologia Românica pela Universidade do Porto, prepara, para efeitos de Mestrado em Estudos Portugueses, na Universidade de Aveiro, uma dissertação sobre “O Misticismo Laico de Manuel Laranjeira”.



Manuel Laranjeira.
Desenho - Diogo de Macedo.

Misticismo em Manuel Laranjeira: a autodiagnóstico de um médico doente de santidade

Como «homem que goza muito em ser espectador de si mesmo»⁵³ e que alia, como vimos, a esse hábito da introspecção assídua profundos conhecimentos de psicologia clínica, Laranjeira aproveita para fazer, na *Doença da Santidade*, o seu autodiagnóstico.

Nuno Júdice partilha desta opinião:

«Laranjeira constitui a exceção de ter sabido esclarecer, com lucidez, o diagnóstico do seu caso e da própria época.»⁵⁴

E Luís Miguel Queirós, ao recomendar a leitura deste trabalho académico, entra no mesmo consenso:

«Manuel Laranjeira foi um espírito essencialmente não positivista a viver e escrever numa época dominada pelas doutrinas de Comte e Littré. E, no seu caso – nisto aproxima-se de Freud –, é mesmo irresistível ler *A Doença da Santidade* como uma espécie de autodiagnóstico.»⁵⁵

Poder-se-á mesmo aventar, como mais provável ou, pelo menos, como algo concomitante, que se tenha aproveitado do seu caso para realizar, com conhecimento de causas e efeitos, a sua tese, que trazia *in mente* há vários anos. Grande parte da sua obra, pelo menos a confessional e a epistolográfica (também de pendor altamente confessional) e os versos de *Comigo*, se afirma como prolongamento auto-analítico deste ensaio psicopatológico. Vejam-se, como exemplos (outros poderiam ser dados sobre outros aspectos, como no caso do problema da fé), algumas referências que ilustram aquela «ânsia de ideal» característica de qualquer místico e, portanto, característica sua também:

Em *A Doença da Santidade*:

«O místico adapta-se ao ideal e não à realidade.»⁵⁶

Nas *Cartas*:

«Você imaginará esta tortura duma criatura que se sente a *morrer a vida* (vá o paradoxo) e não pode tomar uma atitude. Creio que não é um produto exclusivo deste século a tal doença esquisita, que em calão médico tem um nome grego e em linguagem vulgar se chama *não poder talhar a vida ao nosso ideal*. Não poder talhar a vida ao nosso ideal: eis o mal do século, o cancro dos tempos.»⁵⁷

Até nos seus escritos de teoria estética e literária, aludindo aqui a outro místico – Guerra Junqueiro –, mas com uma tal admiração que parece rever-se nele e falar de si próprio:

«Como um místico, que combatia a vida da terra para edificar a vida do céu, como um santo que derrotara o homem carnal para purificar-se e criar o Homem divino, Guerra Junqueiro combate o mal para glorificar o bem, guerreia o injusto e a mentira para erguer a Justiça e a Verdade. Os místicos não se adaptam à realidade; adaptam-se ao Ideal.»⁵⁸

Também em *Comigo*, o poeta fala nesta sede ideal de Absoluto, algo para que tende, sem, no entanto, nele acreditar verdadeiramente:

«E tu, minh'alma louca, tu medita
e considera: a sede é infinita,
...e assim se vive a vida, a vida triste,

Misticismo em Manuel Laranjeira: a autodiagnóstico de um médico doente de santidade

– a desejar aquilo que somente
existe no desejo (que nos mente)
...ou aquilo que nem sequer existe.»⁵⁹

Finalmente, no *Diário Íntimo*, falando de Augusta, a amante, com certa estupefacção por «também» (repare-se no advérbio de inclusão) ela comungar dessa ansiedade de algo sem limite:

«Pobre alma! Também ela tem loucura de absoluto! Também ela sofre de loucura ansiosa do eterno!
Sede do eterno...»⁶⁰

Afinal, essa «loucura» não estava reservada a certos eleitos? Ou eles possuem-na, não apenas em situações esporádicas, mas sempre e num grau mais elevado? E é essa «loucura» uma “loucura” mesmo? Por outras palavras: o místico é um doente ou uma pessoa especial, equiparada aos génios?

Há autores que negam ao misticismo o estatuto de doença. Isso acontece, por exemplo, com Henri Bergson, que escreve a dado passo:

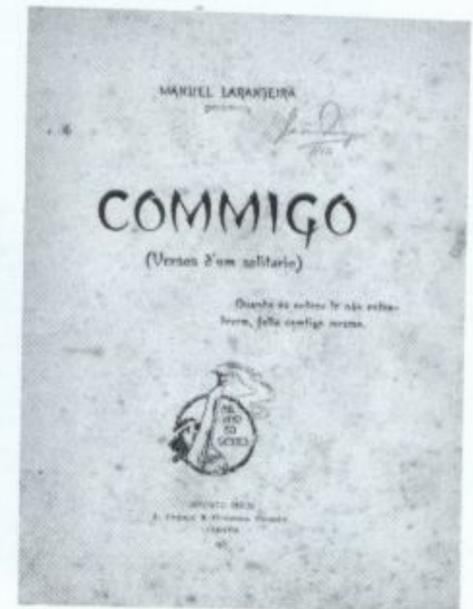
«Quand on prend ainsi à son terme l'évolution intérieure des grands mystiques, on se demande comment ils ont pu être assimilés à des malades. Certes, nous vivons dans un état d'équilibre instable, et la santé moyenne de l'esprit, comme d'ailleurs celle du corps, est chose malaisée à définir. Il y a pourtant une santé intellectuelle solidement assise, exceptionnelle, qui se reconnaît sans peine. Elle se manifeste par le goût de l'action, la faculté de s'adapter e de se réadapter aux circonstances, la fermeté jointe à la souplesse, le discernement prophétique du possible et de l'impossible, un esprit de simplicité qui triomphe des complications, enfin un bon sens supérieur. N'est-ce précisément ce qu'on trouve chez les mystiques dont nous parlons? Et ne pourraient-ils pas servir à la définition intellectuelle?»⁶¹

Laranjeira, porém, no seu ensaio, ainda que discorde dos que atribuem ao misticismo o carácter de degenerescência e o repete até como um fenómeno útil ao progresso da Humanidade e o místico muitas vezes um homem superior, um *representative man*, a quem a História ficou a dever amplos contributos⁶², não o inclui no âmbito da «vida hígida», como algo normal, mas antes o considera do foro da «vida mórbida», patológica, um complexo de funções perturbadas, uma síndrome de um estado psicopático, que designa claramente por «doença», acrescentando-lhe, para a especificar, o determinativo «da santidade». Chama-lhe também «psiconevrose da virtude», expressão que acha preferível a «psicose mística».

Na etiologia desta enfermidade preexiste, segundo ele, um «temperamento místico», que ele define como:

«...um terreno onde podem arraigar-se, desenvolver-se, desabrochar e frutificar exuberantemente todas as ideias de um sistema de moral, falso ou verdadeiro. Uma vez possesso desse ideal de virtude, seja Deus, seja a pátria, seja a anarquia, seja a liberdade, seja o amor – o místico decide-se e, sem hesitações, envereda pelo caminho bom ou mau que o seu ideal lhe aponta, para prosseguir nele com uma tenacidade verdadeiramente heróica, com o sacrifício da própria vida. Herói, santo, profeta, messias, regicida, vidente, apóstolo, mártir, o místico é sempre o mesmo autómato do seu ideal de virtude.»⁶³

Poderá pensar-se que, abolida a dicotomia corpo/espírito, todas as outras afecções que foram minando física e mentalmente Laranjeira, prepararam, se é que não se trata de algo espontâneo e



«Commigo»
(Versos d'um solitario).

Misticismo em Manuel Laranjeira: a autodiagnóstico de um médico doente de santidade

inato, o tal terreno para a sementeira de sentimentos e ideais característicos do sujeito místico e o levaram, como acontece com todos eles, a uma transformação identitária, através de processos psicopatogénicos de focalização de tendências exacerbantes para a virtude e de eliminação de outras que se lhe opõem. Esta transformação, que Laranjeira descreve minuciosamente e Martocq sistematiza⁶⁴, pode, aliás, ser resumida, sem grandes disparidades, no seguinte excerto de Bastide:

«Pour ma part, je ne serais pas loin de faire consister le mysticisme dans un double sentiment, celui, d'une part, d'une dépersonnalisation, d'une désappropriation du moi: l'être se vide de toute pensée, de toute émotion ordinaire; il cesse de mener son existence habituelle. Mais, d'autre part, il ne se perd pas pour cela dans une inconscience absolue. D'autres émotions, d'autres pensées surgissent; seulement le mystique ne les sent plus comme siennes, elles lui apparaissent étrangères; il les subit passivement. Il n'est plus lui; il est autre. Il se dit déifié.»⁶⁵

E assim deificado, colocando-se no lugar do Deus que nega e renega, Laranjeira faz ouvir a sua voz sempre obsessiva, sempre interventiva, sempre sentenciosa e absolutista («O místico é um absolutista em tudo»⁶⁶ – escreve o ensaísta, escorado em Leuba), procurando a universalização da sua vontade, mais uma das tendências dos místicos, registada na sua tese.

Socorramo-nos, uma vez mais, para entender melhor, de um especialista laranjeiriano – Nuno Júdice:

«Sentimos em Laranjeira a presença obsessiva de uma consciência crítica que não hesita em passar à acção, de modo judicativo, perante o próprio sujeito que a possui. Essa consciência é o reflexo de um Ser ideal que ocupa o lugar de Deus – obrigando o homem (o ser "real") a desempenhar um papel predestinado. Uma chave para esta atitude estará no interesse dedicado por Laranjeira (embora no seu papel de investigador de assuntos médicos) à santidade, que ele considera uma doença. Achar-se-ia Laranjeira vocacionado a deixar-se contaminar por esse mal? Tudo, com efeito, parece indicar que sim (...).»⁶⁷

Esforçar-nos-emos ainda por entender que caminhos trilhou o nosso escritor para realizar o seu «misticismo sem Deus». Entretanto, porque este homem, como todos os homens, não se fez sozinho, embora a pouco e pouco se tenha afastado de tudo e todos para «ser o só», como um Deus, façamos, no capítulo seguinte, uma breve incursão através de algumas influências que terá eventualmente recebido.

Capítulo IV O Místico e os Místicos: a imitação como hipótese

Vários autores falam de um «misticismo de imitação». Bergson é um deles, não só referindo casos de estados mórbidos que são imitações de estados sãos, mas também aludindo à possibilidade de se «parodier le mysticisme».⁶⁸ Bastide menciona as dificuldades de estudo do fenómeno, a não ser recorrendo a biografias e hagiografias, pelo facto de os místico serem raros nos tempos modernos e, em vez de difundirem as suas ideias, se remeterem ao silêncio e à solidão. No que concerne aos Muçulmanos, segundo ele, «le mysticisme ne semble plus survivre que sous la forme d'un mysticisme d'imitation.»⁶⁹

Misticismo em Manuel Laranjeira: a autodiagnóstico de um médico doente de santidade

Poder-se-ia, pois, colocar a hipótese de o mesmo acontecer com Manuel Laranjeira, atendendo a que deixou bem explícitas na sua obra não apenas alusões a algumas figuras consideradas místicas, mas também expressões claras da sua profunda admiração em relação a elas, quase sempre traduzidas em rasgados e emocionados encómios.

Não apenas lê e estuda minuciosamente Marco Aurélio, que considera um místico afectivo, ao lado de Tolstoi, como, apesar de ateu refractário, se refere a Santa Teresa com um miúdo de respeito, enlevo e deleite:

«Um amigo trouxe-me hoje de Espanha o “Epistolário” de Santa Teresa.

Vou ver o que diz a divina amante de Jesus. Talvez que isso consiga dar-me à alma asas para voar da terra baixa e triste até às alturas imaculadas.

Para compensar-me de uns sorrisos que a dona C. hoje me despejou do alto da janela...»⁷⁰

Outro dos místicos (ou assim tidos por ele) é Guerra Junqueiro, por quem manifesta ilimitada simpatia e veneração, bem patente na adjectivação, por vezes superlativizada, que utiliza para qualificar o «supremo poeta» e a sua poesia. O artigo panegírico que escreveu sobre o autor de *Pátria* é revelador de quanto este lhe poderia servir de modelo para a sua ascese no caminho do seu ideal de virtude:

«...o altíssimo poeta da Pátria é essencialmente um poeta épico e um poeta místico. A *Pátria*, que é uma grandiosa epopeia nacional, é, no dizer do próprio poeta, um poema religioso. A *Oração à Luz* é o canto fervoroso duma epopeia panteísta, que faz recordar a grandeza dos cânticos sagrados, dos hinos védicos.

(...) A sua poesia é uma perpétua aspiração para uma atmosfera de perfeição mística e de grandeza heróica. Para o grande poeta, o sentido da vida é subir, é a ascensão ardente dos homens e das coisas até Deus, é o Ser percorrendo, fervoroso, a infinita escala da perfectibilidade moral.

(...) Como um místico, que combatia a vida da terra para edificar a vida do céu, como um santo que derrotara o homem carnal para purificar-se e criar o Homem divino, Guerra Junqueiro combate o mal para glorificar o bem, guerreia o injusto e a mentira para erguer a Justiça e a Verdade. Os místicos não se adaptam à realidade; adaptam-se ao Ideal.

(...) ele é um poeta essencialmente místico. Místico por temperamento, filho de uma raça mística e heróica, a sua obra de arte é uma efloração de misticismo épico.

(...) Ele exprime e resume, emblema vívido e humano, a nossa aspiração para uma vida superior. (...)

(...) Talvez a sua origem de raça, melhor a sua hereditariedade, explique um pouco o carácter da sua arte. Guerra Junqueiro é transmontano, o que de certo modo esclarece o espírito épico da sua obra; e a sua religiosidade transcendente, exuberante, talvez possa atribuir-se à influência do sangue judaico, esse sangue



Espinho - Rua Bandeira Coelho.



Espinho - Café Chinês, Assembleia e Passarela.

Misticismo em Manuel Laranjeira: a autodiagnóstico de um médico doente de santidade

que alimentou a alma de Spinoza, o filósofo sereno dessa religião ideal de que Guerra Junqueiro é o supremo poeta. »⁷¹

É de crer, todavia, que o seu modelo mais marcante (se é que uma personalidade férrea como a de Laranjeira se deixava submeter com facilidade a influências estranhas) tenha sido Antero de Quental, de tão proximamente paralelas as linhas dos seus percursos no tocante a aspectos da vida e da obra e – o mais flagrante – no que respeita à idiosincrasia e ao desfecho trágico de ambos.

De facto, Laranjeira fizera tenção, já a partir do ano de 1903, de centrar a sua tese, a apresentar na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, sobre as relações entre misticismo e consanguinidade no poeta de *As Odes Modernas*, chegando mesmo a elaborar o estudo genealógico da família Quental e dois questionários sobre os seus antepassados.⁷² Teófilo Braga foi testemunha desse interesse:

«Teve o Dr. Manuel Laranjeira a notícia de se acharem em meu poder as Cartas do P.e Bartolomeu de Quental, legadas pelo seu excelso descendente, o poeta Antero de Quental, à Academia Real das Ciências de Lisboa; desejou ele examiná-las para os seus estudos psicológicos em que andava interessado e em que era exímio. Numa digressão a Lisboa, deu-me a honra da sua visita, para a consulta destes documentos; conversámos, trocámos ideias, e depois da leitura de muitas cartas do fundador da Congregação da Oratória em Portugal, chegou o dr. Manuel Laranjeira à conclusão que o P.e Bartolomeu de Quental não era um místico, de temperamento contemplativo, mas um asceta, fazendo consistir a religiosidade na prática devocionista.»⁷³

«Laranjeira tivera como obra inspiradora a poesia de Antero de Quental»⁷⁴ – assevera Nuno Júdice. E isso é facilmente verificável: não só ambos se debruçaram sobre a análise da decadência dos povos⁷⁵, como as poesias de Laranjeira, «tão belas como as de Antero», segundo Teófilo Braga⁷⁶, se aproximam muito no aspecto formal e por vezes temático dos *Sonetos* anterianos. Isso acontece, por exemplo, ao ler o primeiro soneto de “A só”⁷⁷, com sonoridades que remetem para aquele «palácio da ventura»⁷⁸ do vate açoriano, onde o sujeito poético, abertas as «portas de ouro», encontra apenas, não ruínas, mas uma idêntica desilusão feita de «silêncio, escuridão e nada mais»:

«Quantos castelos vãos meu coração
fundou no vento incerto (que cegueira!),
desfeitos em ruínas e poeira,
ei-los todos dispersos pelo chão!...

Torres soberbas, torres de ilusão,
fundadas sobre a vida traiçoeira,
ardeu-me tudo, tudo; e da fogueira
restam-me as cinzas desse mundo vão.

Oh ruínas de quanto já ergui
com alma enfebrecida e desvairada!
cinzas mortas das torres que eu perdi!

dormi, oh coisas vãs, o eterno sono,
– como dorme uma lâmpada apagada
no meio duma nave... ao abandono.»

Ao lembrar que Unamuno escrevera que «nele, como em Antero, a cabeça e o coração travaram

Misticismo em Manuel Laranjeira: a autodiagnóstico de um médico doente de santidade

renhida batalha»⁷⁹, não podem ser ignoradas as repercussões do pensamento do suicida de Ponta Delgada no suicida de Espinho. É, de novo, Teófilo Braga quem nos elucida:

«O seu espírito foi contaminado por essas ideias pessimistas, que profundamente discutia; cultivou-as, absorveu-se nelas, e, como aconteceu a Antero de Quental, achou-se no suicídio por essa intoxicação determinista do ideal da morte, em que se inspirava e a que dava expressão estética.»⁸⁰

Como no caso de Guerra Junqueiro, Laranjeira nutria por Antero enorme admiração, como se depreende do artigo que sobre ele escreveu:

«(...) teve precursores como todos os os seres messiânicos. A luz suprema, porém, foi ele. Jesus prezava a Justiça e dizia: eu sou a Verdade. Antero, pregando a Verdade, poderia ter dito: eu sou a Justiça. (...) Morreu descrente. (...) Descrente – não. Insatisfeito – sim. Insatisfeito viveu ele sempre. Descontente era-o como todas as grandes almas que ardem no fogo de um Ideal. O Ideal matou-o, porque se não vestiu, sem perder a Pureza, de forma palpável. Ele mesmo disse ao partir:

*Depus do Ideal e da paixão
a forma transitória e imperfeita.*

Deus para Antero (..) era a Natureza; melhor: era o movimento eterno da matéria. Ele era um ateu na significação vulgar do termo. A sua obra, posto que genial, não passa de ser uma autobiografia: não pode ser a bíblia de uma nova religião, a religião da Humanidade – diz-se ainda. E daí? Também o Evangelho é a história da Vida de um homem. E contudo o Evangelho foi o código de uma religião. A obra de Antero, a história da sua Vida, será o Evangelho da nova Religião. (...) Morreu abandonado. Tanto melhor. Ele será, por mais que os fariseus e os bárbaros guinchem, o Só – o Homem.»⁸¹

Neste artigo ficaram também claramente expressas várias afinidades em múltiplos aspectos:

- idêntica concepção de Deus (Manuel Laranjeira sustentava que «no Universo não há Perfeição ou Imperfeição, Harmonia ou Desarmonia: há movimento da Matéria»⁸²;
- o carácter autobiográfico de ambas as obras;
- idêntica descrença, o mesmo ideal, a mesma sede de Absoluto;
- idêntica solidão até aos disparos fatais (como Álvaro de Campos, também ele escreveu no *Diário Íntimo*: «sou só, só.»⁸³)

Por tudo quanto se expôs, é iniludível que Manuel Laranjeira poderia ter incorrido numa simples



Vergada - Casa onde nasceu Manuel Laranjeira (demolida).
Desenho à pena de Orlando da Silva.

Misticismo em Manuel Laranjeira: a autodiagnóstico de um médico doente de santidade

imitação do misticismo.

Tentaremos ainda reunir alguns elementos que ajudem a entender o contrário, até porque, se tal tivesse acontecido, essa imprudência ter-lhe-ia saído muito cara e a sua morte não teria significado.

Parece, aliás, perfeitamente natural que um místico eleja outro místico como seu modelo, o que, no âmbito religioso, sucedeu com inúmeras figuras da Igreja, como no caso dos mártires que imitaram o mártir do Gólgota e nem por isso deixaram de ser sinceros na sua crença.

Notas

- ⁴⁹ Carta a António Carneiro, s/d, in *Cartas de Manuel Laranjeira*, p. 102.
- ⁵⁰ Idem, 7/01/1908, *Ibidem*, p. 103.
- ⁵¹ Manuel LARANJEIRA, «A Doença da Santidade», in *Obras de Manuel Laranjeira*. Vol. II, Porto, Edições ASA, 1993, p. 52.
- ⁵² Roger BASTIDE, *Les Problèmes de la Vie Mystique*. Paris, Quadrige/PUF, 1996, pp. 9 e 11.
- ⁵³ Carta a João de Deus Ramos, s/d in *Cartas de Manuel Laranjeira*, p. 47.
- ⁵⁴ Nuno JÚDICE, «Manuel Laranjeira: um eu conflitual» in *As Máscaras do Poema*, Lisboa, Arion, 1998.
- ⁵⁵ Luís Miguel QUEIRÓS, «Um Doente de Santidade» (sobre o Nome de Rua do Dr. Manuel Laranjeira, no Porto) in *Público*, 26/10/1997, p. 54.
- ⁵⁶ Manuel LARANJEIRA, «A Doença da Santidade», *op. cit.*, p. 45.
- ⁵⁷ Carta a Amadeu de Sousa Cardoso de 1/12/1905, in *Cartas de ML*, pp. 50 e 51.
- ⁵⁸ Manuel LARANJEIRA, «Guerra Junqueiro» in *Obras de Manuel Laranjeira*, Porto, Edições ASA, 1993, Vol. II, pp. 365 a 369 (artigo publicado na *Ilustração Transmontana*, Vol. I, 1908).
- ⁵⁹ Manuel LARANJEIRA, «Comigo», in *Obras de Manuel Laranjeira*, Vol. I, Porto, Edições ASA, 1993, p. 199.
- ⁶⁰ Manuel LARANJEIRA, *Diário Íntimo*, p. 69.
- ⁶¹ Henri BERGSON, *Les Deux Sources de la Morale et de la Religion*. 8.ª éd., Paris, Quadrige/PUF, 2000, pp. 241/242.
- ⁶² Cf. «Doença da Santidade» in *Obras de Manuel Laranjeira*, Vol. II, pp. 48 /49.
- ⁶³ Manuel LARANJEIRA, «Doença da Santidade» in *Obras de Manuel Laranjeira*, Vol. II, p. 35.
- ⁶⁴ Cf. Manuel LARANJEIRA, *op. cit.*, pp. 40 e sgts, ou Bernard MARTOCQ, *op. cit.*, «Tableau 2: Classification des Mystiques», p.255.
- ⁶⁵ Roger BASTIDE, *op. cit.*, pp. 11/12.
- ⁶⁶ Manuel LARANJEIRA, *op. cit.*, p. 63.
- ⁶⁷ Nuno JÚDICE, *Viagem por um Século de Literatura Portuguesa*. Lisboa, Relógio d'Água, 1997, p. 27 e sgts.
- ⁶⁸ Henri BERGSON, *op. cit.*, p. 242.
- ⁶⁹ Roger BASTIDE, *op. cit.*, p.16.
- ⁷⁰ Manuel LARANJEIRA, *Diário Íntimo*, em 19/05/1908 (na véspera fala da mesma dona C. como «mulher tão puta e tão desvirtuosa que me faz duvidar da própria virtude!»).
- ⁷¹ Manuel Laranjeira, «Guerra Junqueiro» in *Obras de Manuel Laranjeira*, Porto, Edições ASA, 1993, Vol. II, pp. 365 a 369 (artigo publicado na *Ilustração Transmontana*, Vol. I, 1908).
- ⁷² Este trabalho, ainda inédito, intitulado *Estudos para a família de Antero de Quental* foi incluído em apêndice na Dissertação de Mestrado em Literaturas Comparadas de Maria Clara Lourenço CAMPOS, *Manuel Laranjeira e o "Sentimento Trágico da Vida"*, Lisboa, Faculdade de Ciência Sociais e Humanas — Universidade Nova de Lisboa, 1994.
- ⁷³ Teófilo BRAGA, artigo sem título na 1.ª página da *Gazeta de Espinho* de 24/03/1912.
- ⁷⁴ Nuno JÚDICE, *Roseira de Espinho*. Lisboa, Quetzal Editores, 1996, p. 54.
- ⁷⁵ Cf. Antero de QUENTAL, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. 8.ª ed., Lisboa, Ulmeiro, 2001; Manuel LARANJEIRA, «Henrik Ibsen e Max Nordau» in *Obras de Manuel Laranjeira*, Vol. II, p. 263.
- ⁷⁶ Cf. Teófilo BRAGA, artigo citado na nota 65.
- ⁷⁷ Manuel LARANJEIRA, «Comigo» in *Obras de Manuel Laranjeira*, Vol. I, p. 198.
- ⁷⁸ Antero de QUENTAL, *Sonetos*, p. 80.
- ⁷⁹ Miguel de UNAMUNO, in Prefácio das *Cartas de Manuel Laranjeira*, Lisboa, Relógio d'Água, 1990.
- ⁸⁰ Cf. Teófilo BRAGA, artigo referido na nota 65.
- ⁸¹ Manuel LARANJEIRA, «Antero de Quental» in *Obras de Manuel Laranjeira*, Vol. 2, Ed. ASA — p. 327 (publicado na Revista Musical n.º 8, 15 de Setembro 1902).
- ⁸² Carta a Teixeira de Pascoais, 2/9/1904 in *Cartas de Manuel Laranjeira* — p. 34
- ⁸³ Manuel LARANJEIRA, *Diário Íntimo*, p. 159.



Fernando Pessoa e o movimento saudosista

Fernando Guimarães*

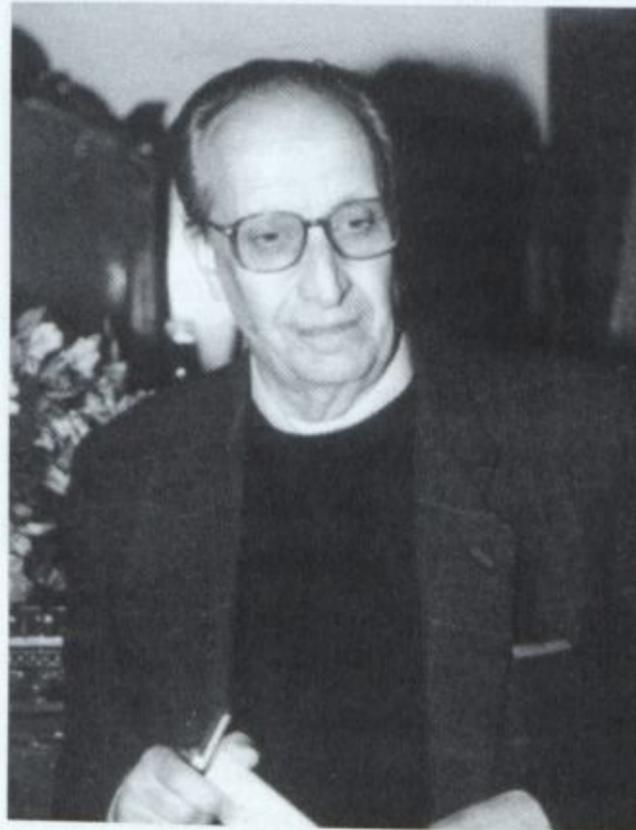
Em 1895, Eugénio de Castro (ao lado de Manuel da Silva Gaio, anima a edição duma “revista internacional”, «Arte»; em 1898, Teixeira de Pascoaes publica um dos seus primeiros livros mais importantes «Sempre»; em 1912, inicia-se a segunda série da revista «A Águia» sob a orientação deste mesmo poeta, que se apresenta como órgão da “Renascença Portuguesa” e do movimento saudosista; em 1915 é publicada a revista modernista «Orfeu», onde sobressaem nomes como os de Almada Negreiros, Mário de Sá Carneiro e Fernando Pessoa.

Num espaço de vinte anos, estas quatro datas – sucessivos momentos altos no desenvolvimento da nossa literatura – parecem marcar o modo paradoxal como três movimentos da nossa poesia se mantêm, ao mesmo tempo, próximos e afastados: o Simbolismo, o Saudosismo e o Modernismo.

Embora estes dois últimos movimentos não deixem de manter relações extremamente importantes com o Simbolismo, é neles que, em especial, iremos centrar a nossa atenção a partir de duas figuras que, de certo modo, os representam emblematicamente: Fernando Pessoa e Teixeira de Pascoaes. Estamos perante duas poderosas individualidades poéticas da primeira metade do século XX que, no entanto, passam ao lado uma da outra a certa distância, ora numa atitude de razoável entendimento, ora numa posição mais ou menos suspeitosa, cheia de mal-entendidos, reservas, ambiguidades¹.

Porquê?

Em 1912, o nome de Fernando Pessoa apare-

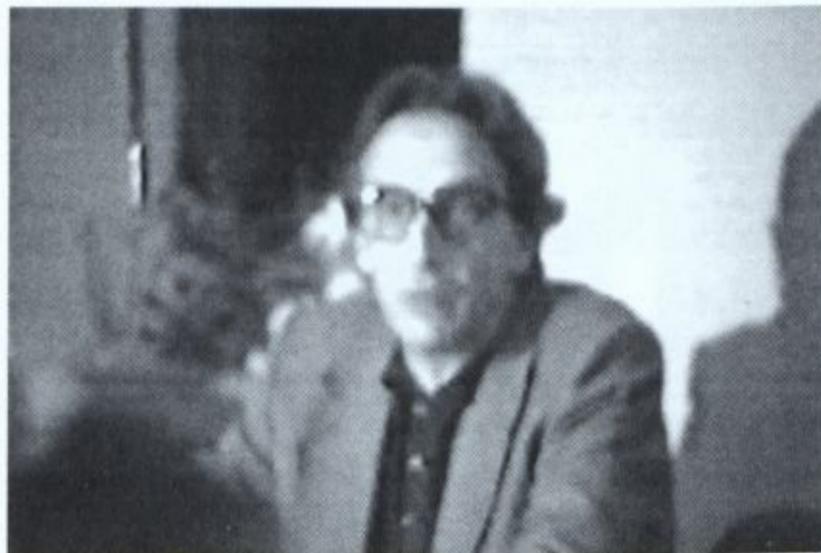


Dr. Fernando Guimarães.

cerá nas páginas de «A Águia» com uma série de artigos que, abreviadamente, poderíamos designar por “A Nova Poesia Portuguesa”; neles se analisam as mais modernas correntes poéticas nacionais desde o Simbolismo, o que lhe dá azo a apreciar a “elevação”, a “originalidade do tom poético” dos poetas mais recentes, que, tendo em vista os nomes ali citados – Teixeira de Pascoaes, Jaime Cortesão, Mário Beirão, António Corrêa d’Oliveira –, seriam aqueles que se louvavam do Saudosismo. Contudo, não deixa de, logo no artigo inicial dessa série, nos avisar que, embora seja “gente que se extrema” no panorama da poesia europeia, ela não é formada por individualidades comparáveis a

* Nasceu no Porto em 1928. É autor de vários livros de poesia, o último dos quais, intitulado «Lições de Trevas», obteve o prémio de poesia da Fundação Luís Miguel Nava de 2003. É também autor de livros de ensaio no domínio da história da poesia portuguesa, nomeadamente desde o Simbolismo até à actualidade, e, também, no da estética, como é o caso de «Artes Plásticas e Literatura - do Romantismo ao Surrealismo», saído em 2003.

Fernando Pessoa e o movimento saudosista



Dr. Fernando Guimarães, primeiro conferente das Comemorações da inauguração do primeiro Monumento a Fernando Pessoa.

“Miltons” e “Shakespeares”; uma individualidade deste jaez – e, como se sabe, Milton e Shakespeare serão os verdadeiros modelos que norteiam uma poética que Pessoa há-de assumir – não deixa de ser referida em “A Nova Poesia Portuguesa” em termos de um futuro que se anuncia próximo: “Deve estar para muito breve [...] o aparecimento do poeta supremo da nossa raça, e, ousando tirar a verdadeira conclusão que se nos impõe, [...] o poeta supremo da Europa, de todos os tempos”².

Conclusões como esta não-de contribuir para que os saudosistas tomem consciência de que Fernando Pessoa, ao apresentar-se efectivamente como defensor do movimento em que estavam empenhados, não deixa de o ser sob uma forma que acaba por se tornar demasiado incómoda e embaraçosa³.

Mas, noutros passos, era possível reconhecer que Pessoa e Pascoaes poderiam estar de acordo quanto a certas ilações, tais como as que, como o primeiro diz, “irão coincidir absolutamente com aquelas intuições proféticas do

poeta Teixeira de Pascoaes sobre a *futura civilização lusitana*, sobre o *futuro glorioso* que espera a Pátria Portuguesa”⁴.

Pascoaes não anda efectivamente longe deste ideal, quando assim se exprime numa passagem inicial de «O Espírito Lusitano ou o Saudosismo»: “Fazer reviver ao povo português a alma portuguesa é o que nós mais sonhamos, porque tal cousa é imprescindível para que Portugal viva, entre os outros países, uma vida própria e bela, independente, portanto. Mas não se imagine que *renascimento* significa apenas regresso ao passado. Renascer, já o escrevi algures, é tirar das fontes originárias da vida uma nova vida”⁵.

A geração de «Orpheu» e a de «A Águia» mostraram-se geralmente sensíveis quanto à possibilidade de se encontrar uma direcção projectiva, ou de futuro, no passado; o próprio Modernismo, ao surgir como um movimento de vanguarda, não recusa, liminarmente, uma tradição literária onde se procure e se possa encontrar o próprio veio de modernidade que atravessa toda a criação artística digna desse nome.

Este diálogo com formas, ou até fórmulas, que essa tradição veiculara torna-se por demais evidente. É o que acontece, por exemplo, com o que em Ricardo Reis se traduz num verdadeiro confronto com os modelos horacianos, renascentistas ou dos Arcades, ou com o que em “O Guardador de Rebanhos” de Alberto Caeiro nos permite, até certo ponto, evocar as bucólicas clássicas.

Não nos esqueçamos, também, como se mostrou Fernando Pessoa atento relativamente a um passado literário próximo, pelo modo como a sua obra se situa quanto ao Simbolismo. Quando, afinal parodicamente, nos fala de:

Fernando Pessoa e o movimento saudosista

*Em horas inda louras, lindas
Clorindas e Belindas, brandas,
Brincam no tempo das berlindas
As vindas vendo das varandas.*⁶

está, com efeito, a escutar e, ao mesmo tempo, a fazer-nos escutar as aliteraões dum Eugénio de Castro:

*Na messe que enloirece estremece a
[quermesse,
O sol, o celestial girassol, esmorece...
E as cantilenas de serenos sons amenos
Fogem fluidas, fluindo à fina flor dos
[fenos...]*⁷

E não será o caso da aliteração uma das *marcas* que há-de privilegiadamente testemunhar a capacidade da poesia surpreender na área dos seus significantes o que seria o próprio espaço capaz de revelar a especificidade do discurso poético? Mas se nos recordarmos de figuras tão importantes do nosso Simbolismo como António Nobre, Camilo Pessanha – cuja obra apenas será revelada, num conjunto significativo, pela revista modernista «Centaurio» – e Ângelo de Lima – que, nas mesmas condições, será revelado pelo «Orpheu» –, não podemos deixar de reconhecer como são muitos os fios que ligam a sua poesia à dos modernistas.

Talvez se possa mesmo dizer que é no desajuste entre a poética dos simbolistas e o Saudosismo que se acentuam algumas das diferenças que contribuirão, paralelamente, para afastar o Modernismo deste movimento. Mas antes de repormos esta questão, debruçemo-nos sobre uma passagem de «O Génio Português», onde Teixeira de Pascoaes aborda precisamente a questão de possíveis relações com o Simbolismo: “Há quem aproxime também a nova escola poética da escola simbolista

francesa, alegando que ambas procuram o mistério e se afastam das aparências reveladas e definidas. [...] Vê-se que o *Simbolismo* é feito de *nuance* e vago. [...] A *nuance* foi uma ilusão de alma com que os poetas simbolistas mascararam as Cousas. Foi uma poesia musical, por isso mesmo. [...] Ora o *Saudosismo poético* procura o *mistério* que difere da *nuance*: esta é o revelado tornado indeciso, e aquele é o não revelado ainda, a face que a vida não desvendou ainda ao nosso espírito. O mistério é o fundo da Vida, enquanto a *nuance* traduz o externo: é superficial”⁸.

É uma declaração de divórcio. O modo como tão enfaticamente Teixeira de Pascoaes se referiu ao papel que desempenha o *mistério* vem sobretudo ao encontro de um ideal que os saudosistas velada ou abertamente acalentaram, o do poder gnósico da arte, esquecendo, aliás, que ele não anda longe das próprias preocupações dos simbolistas que, a partir do Baudelaire das *correspondances*, também não se dispensaram de valorizar um conhecimento místico, o valor simbólico ou hieroglífico das coisas, “les mystères de l’analogie”. Fizeram-no, porém, sem que a sua – evidentemente, a melhor – poesia conduzisse o que representava tal dimensão gnósica a um nível marcadamente temático que, muitas vezes, favoreceria um desvio para o descritivismo e, sobretudo, para um desenvolvimento alegórico que acabava por pôr em questão o símbolo poético. A este desvio nem sempre escaparam ou se furtaram os saudosistas: o paralelismo analógico que, visível já em Antero de Quental, tantas vezes conduzia à alegoria⁹, a certos símiles, emblemas ou prosopopeias, e, concomitantemente, à profusão ou dispersão verbal que estas figuras mais favorecem que evitam; serão estes os



Teixeira de Pascoaes.
Pintura de Columbano.



Mário de Sá-Carneiro.
Desenho de Almada Negreiros.

Fernando Pessoa e o movimento saudosista



Walt Whitman.

maiores obstáculos a uma semantização diversificada, a qual representaria o único caminho para não comprometer o discurso poético enquanto tal, mesmo que se lhe atribua aquele poder gnóstico que anteriormente se referiu.

Fernando Pessoa teve disso consciência, e será talvez, à luz de razões como esta que há-de dizer que Teixeira de Pascoaes “sofre de pouca arte”. Com efeito, o Saudosismo afastava-se cada vez mais, no espírito de Fernando Pessoa, daquela “poesia nova” glorificada nas páginas de «A Águia».

Ao estudar a poesia de Pascoaes, Jacinto do Prado Coelho apontou o facto de, nela, se fazer sentir “a nostalgia do pensamento puro, independentemente das imagens vocabulares”¹⁰ que lhe serviriam de suporte; e apoia-se numa citação do poeta que traduz bem este seu ponto de vista: “Expressimos o que imaginamos pensar, isto é, o que pensamos falando, não o que pensamos em silêncio. Mas não expressimos o nosso pensamento verdadeiro, esse que nos foge das palavras e se perde no infinito da nossa intimidade”. Dir-se-ia, aqui, que se corre o risco de, pela fenda que é esse *fugir* das palavras, se escapar também àquele sentido de *complexidade* que Pessoa tão insistentemente preceituava.

A poesia de Pascoaes vive muito do ambíguo compromisso que se estabelece entre a consciência de que a verdadeira poesia tende para o indizível, confinando assim com o silêncio, e a contraditória entrega à expansão verbal, na sequência dum optimismo profético que lhe é tão característico, sobretudo quando nos fala da “alma lusíada”. E essa alma lusíada, seria, por sua vez, um também ambíguo compromisso entre o próprio sentido da espiritualidade – referido à superfície de uma realidade cultural

e histórica revelada pela “alma duma Raça” penetrada “por uma luz celeste, a Saudade”¹¹ – e o da subjectividade, sentido este referido à vivida intimidade dum eu que por esse sentimento de saudade se deixava envolver, comprazendo-se com o que nele havia de indizível, de inapreensível pela própria linguagem.

Pascoaes dirá: “Poetas, cantai os fantasmas; quero eu dizer, o que é eterno... cantai o que não existe”¹². Mas esta presença fantasmática foi assumida por Fernando Pessoa duma maneira diferente: não enquanto canto do que não existe, mas enquanto voz reveladora da própria ficção que há na existência humana quando ela se desdobra mediante uma linguagem criadora. O homem em vez de ser a “eterna emanção da Natureza”, a “vasta humanidade” de que falava Pascoaes¹³, transforma-se nas múltiplas consciências que criam os seus mundos de linguagem e que se desvelarão através da fragmentação do poeta nos seus heterónimos.

À personalização do universo ou do mundo através do que seria o apelo à sua consciência, Fernando Pessoa contrapõe a despersonalização mediante o texto, de modo que o que fora a consciência do poeta se dissolve no plano diversificado dessa textualidade. A construção intelectual que coincide com a expressão dos sentimentos, a distanciação do autor, o analtismo, a própria distorção dos estilos são algumas das marcas que acompanham o desenvolvimento da poesia heteronímica de Pessoa, o que, de resto, se mostrava em consonância com a reacção anti-subjectivista que, a partir da publicação do primeiro manifesto do Futurismo, em 1909, adquirirá um tom francamente polémico.

Fernando Pessoa não se afastará de tal caminho, optando por aquilo que, de acordo com uma sugestiva designação sua, seria a *poesia*



Desenho de João Abel Manta.

Fernando Pessoa e o movimento saudosista

dramática. Por isso, os heterónimos, em que divide a sua criação poética, “representam pessoas inventadas, como figuras em dramas, ou personagens declamando isoladas em um romance sem enredo”¹⁴. Este modo de sentir dramaticamente, que faz com que o poema, por sua vez, seja um “drama sem personagens”, representa a própria chave da heteronímia. Já não é num plano *antropológico* – como aquele que Leonardo Coimbra privilegiaria ao tentar desvelar a filosofia latente nos poetas saudosistas¹⁵ – que se deve procurar o sentido das propostas aqui feitas por Pessoa. O descentramento imaginativo, o recurso a processos analíticos que a heteronímia implica apontam, com efeito, noutra direcção.

Qual? Fernando Pessoa não se exime a dar uma pista. Referindo-se ainda à heteronímia, será em torno do bem conhecido exemplo de Shakespeare que tecerá estas considerações: “Supunhamos que um supremo despersonalizado como Shakespeare, em vez de criar o personagem de Hamlet como parte de um drama, o criava como simples personagem, sem drama. Teria escrito, por assim dizer, um drama de uma só personagem, um monólogo prolongado e analítico”¹⁶.

Este “monólogo prolongado e analítico” representa a unidade do poema que, agora, se abre para uma nova espécie de drama – ou trama – em que, como foi dito, a rede dos personagens se esbate completamente e se transforma na urdidura, no tecido do texto. Podemos dizer que a heteronímia pessoana está, com efeito, intimamente relacionada com a ideia de *construção* aplicada à obra poética, a qual não anda muito longe do paradigma de totalidade que tanto marcou, principalmente a partir de Mallarmé sempre que este defende a ideia da própria *arquitectura* do Livro total e absoluto,

a poética dos simbolistas.

“A arte é supremamente construção”¹⁷, dir-nos-á Fernando Pessoa. Mas, curiosamente, neste momento já não é do exemplo de Shakespeare que se serve. Outro nome, também ligado à literatura inglesa, será escolhido: Milton.

Nem sempre a importância de que se reveste Milton relativamente a Pessoa tem sido posta em devido relevo. No entanto, se procurássemos os nomes dos escritores mais frequentemente citados por Fernando Pessoa nas colectâneas «*Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*» e «*Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias*», as quais são uma espécie de *memórias* literárias, verificaríamos que ao lado de Shakespeare e, como seria de prever, de Whitman – nomes que aparecem citados, respectivamente, cerca 80 e 25 vezes – encontraríamos o nome de Milton, este com a particularidade curiosa de ser mais citado – a saber, 35 vezes – que o do tão influente Whitman.

Eis o que nos diz Pessoa: “Os três princípios da arte são: 1) cada sensação deve ser plenamente expressa [...]; 2) a sensação deve ser expressa de tal modo que tenha a possibilidade de evocar – como um halo em torno de uma manifestação central definida – o maior número possível de outras sensações; 3) o tom assim produzido deve ter a maior parecença possível com um ser organizado, por ser essa a condição da vitalidade. Chamo a estes três princípios 1) o da Sensação, 2) o da Sugestão 3) o da Construção”¹⁸.

A arte é, pois, construção ou, se quisermos usar outra expressão também adequada, um todo orgânico, um organismo. Seria, aqui, que Pessoa se encaminharia antes para uma estética, ou reflexão retórica de procedência aristotélica, o que, efectivamente, acabou por fazer dum modo explícito: “Toda a arte é criação, e



Fernando Guimarães no uso da palavra e um aspecto da composição da mesa.

Fernando Pessoa e o movimento saudosista



Milton.
Retrato por Jonathan Richardson.

está portanto subordinada ao princípio fundamental de toda a criação: criar um todo objetivo, para o que é preciso criar um todo parecido com os todos que há na Natureza – isto é, um todo em que haja a precisa harmonia entre o todo e as partes componentes, não harmonia feita e exterior, mas harmonia interna e orgânica. Um poema é um animal, disse Aristóteles; e assim é”¹⁹. Num outro passo podemos encontrar algo de semelhante, referindo-se agora ao Sensacionismo: “Há três princípios centrais no sensacionismo. O primeiro é que a arte é supremamente construção [...]; o grande princípio enunciado por Aristóteles de que um poema era um ‘animal’ ”²⁰.

É esta valorização da construção poemática que leva mesmo Pessoa a antepor Milton a Shakespeare: “Milton é ainda o grande Mestre da Construção em poesia. Pessoalmente, confesso que a minha tendência é cada vez mais a de colocar Milton acima de Shakespeare como poeta”²¹. A consciência de que o modo como se estrutura o poema – a sua construção - advém ou pode advir de uma análise que ao poeta é dado realizar a partir da própria experiência retórica está bem patente nesta outra passagem: “A única coisa que há de comum entre a ‘Ilíada’ e o ‘Paraíso Perdido’ é, à parte o serem ambas epopeias, o haver no poema de Milton a estruturação da epopeia, que, tal, começou em Homero. Se porém, se houvessem perdido todas as epopeias da antiguidade, poderia Milton aprender como se deve dispor a fábula num poema épico, pela leitura, quando não, pelo exemplo, em Homero e nos outros poetas épicos, por certo, pela doutrina, em Aristóteles, Longino ou qualquer dos retóricos da Antiguidade”²².

Como estamos longe de Pascoaes, quando este exorta os poetas a deixarem cantar o seu

coração, dado que será a partir de “ímpetos emotivos que a consciência se ilumina”²³. Nada mais distante duma poética pessoana – afinal uma poética do “fingimento” – que este vertical enraizamento emocional. E esta é uma das razões – além de outras mais evidentes – que certamente há-de levar Fernando Pessoa a dizer que “Pascoaes virado ao avesso [...] dá isto – Alberto Caeiro”²⁴.

E porque atrás falamos no poder que, segundo Teixeira de Pascoaes, a emoção tem de iluminar a nossa consciência, poderíamos recordar precisamente estes versos de Alberto Caeiro, porque se diria que, através deles, chegava até nós aquela luz oblíqua que, atravessando o próprio sentimento que desperta a finitude de tudo, não deixaria também de, à primeira vista, nos envolver com um sentido imediatamente afectivo:

*Creio que irei morrer.
Mas o sentido de morrer não me move.
Lembro-me que morrer não deve ter
[sentido.
Isto de viver e morrer são classificações
[como as das plantas.
Que folhas ou flores tem uma
[classificação?
Que vida tem a vida ou que morte a
[morte?
Tudo são termos onde se define.*

Estes termos onde apenas “se define” poderão ser, também, os termos onde tudo se define; mas sê-lo-ão através daqueles meandros inesperados e extremamente sinuosos em que, como acontece com a poesia de Pessoa, a ideia e a emoção, o abstracto e o concreto, o sentido e o pensado alcançam o próprio poder duma linguagem que tudo recupera e inventa.



William Shakespeare.

Fernando Pessoa e o movimento saudosista

Notas

- ¹ Um detalhado estudo deste verdadeiro desencontro entre os dois poetas foi feito por Jacinto do Prado Coelho em «A Letra e o Leitor», 2.^a ed., Lisboa, 1977, pp. 175 e ss.
- ² Ob. cit., p. 84.
- ³ Ao incómodo que decorria da intervenção crítica de Fernando Pessoa, que não se coibia de apontar o que considerava “certos defeitos de atitude na «Renascença» e em alguns dos seus autores” (“Vinte Cartas de Fernando Pessoa”, dirigidas a Álvaro Pinto e publ. em «Ocidente», vol. XXIV, n.º 80, 1944), juntar-se-á aquele que advinha da sua própria colaboração literária, como teria acontecido com “Na Floresta do Alheamento” – capaz de ser aos olhos de «A Águia» “ultra-excessivo, em matéria de requinte”, como Pessoa diz numa daquelas cartas atrás referidas – e com a projectada publicação de «O Marinheiro», que acabará por sair, mais tarde, no «Orpheu».
- ⁴ «A Nova Poesia Portuguesa», Lisboa, 1944, p.27.
- ⁵ Ob. cit., Porto, 1912, p.7.
- ⁶ “Saudade Dada”, in «Obra Poética», São Paulo, 1969, p. 134.
- ⁷ «Oaristos», Coimbra, 1890, p.37.
- ⁸ Ob. cit., Porto, 1913, pp. 22-23.
- ⁹ Importa notar que essas construções alegóricas conduzam a processos em que o desenvolvimento metafórico tende a ficar reduzido a um esquema comparativo mais ou menos desenvolvido, como acontece nesta passagem dum poema, cujo título deixa já adivinhar tais reduções comparativas: “A uma árvore e a minha irmã Maria” (in «As Sombras»). “E tu és, para uma árvore, minha irmã, / O que ela é para a terra. Quando choras, / Vejo fulgir o orvalho da manhã, / Em delicadas pétalas de neve / E o que, num ramo, é trémula avezinha, / Na tua face é riso”. O acordo, a *adequação* que salta à vista nestas correspondências – ou melhor, comparações – não coincide com o princípio, defendido por Fernando Pessoa em «A Nova Poesia Portuguesa», segundo o qual “a suprema verdade que se pode dizer de uma coisa é que ela é e não é ao mesmo tempo”, de modo que “uma afirmação é tanto mais verdadeira quanto maior contradição envolve” (p. 79), o que, se passarmos para o plano da criação poética, poderá encontrar paralelo em certas realizações em que a contradição, o contraste, a diversificação são levados tão longe como acontece nos seus poemas paulistas ou interseccionistas, e que pode mesmo culminar na atitude dum Alberto Caeiro, que, liminarmente, opta pela expressa e pura negação desse jogo comparativo.
- ¹⁰ «A Poesia de Teixeira de Pascoaes», Coimbra, 1945, p. 60.
- ¹¹ “Renascença”, in «A Águia», Porto, 1912, 2.^a série, n.º 1.
- ¹² «Verbo Escuro», Porto 1914, p. 2.
- ¹³ «Vida Etérea», Coimbra, 1906, pp. 101 e ss.
- ¹⁴ «Poemas Dramáticos», Lisboa, 1956, p. 26.
- ¹⁵ Há, com efeito, na poesia saudosista referências temáticas que apontam para uma redução ou, se se quiser, transfiguração de índole antropomórfica, que decorrem do modo como se privilegia, como já foi referido (e exemplificado na nota 9), correspondências a partir de uma referência humana. Este aspecto, aliado ao facto do Saudosismo dar ênfase à valorização romântica do eu criador, justifica a referida abordagem crítica de Leonardo Coimbra feita a partir de pressupostos de ordem antropológica, o que se pode entrever em passos como estes: “o verdadeiro artista é uma individualidade. Ergue-se na dialéctica artística até pessoa do universo, mas como pessoa e foco de acção, será original e próprio” («O Criacionismo (Síntese Filosófica)», Porto, 2.^a ed., 1958, p. 64); “quanto mais a ciência desumaniza o Universo, mais humanismo fica em resíduo para a arte [...]. Um grande poema, é, pois, aquele que mais humanismo contenha” (pref. a «Regresso ao Paraíso», in Teixeira de Pascoaes, «Obras Completas», vol. IV, Lisboa, s. d., pp. 29-30). Ora existe uma verdadeira consonância entre Leonardo Coimbra e a poética saudosista, o que foi reconhecido por Pascoaes: “O Saudosismo tem ainda um admirável Filósofo: Leonardo Coimbra, com a sua teoria do *Criacionismo*, segundo a qual o conhecimento que o homem tem das causas deriva, em parte, das próprias cousas e em parte do nosso ser subjectivo” («O Espírito Lusitano ou o Saudosismo», p. 12).
- ¹⁶ «Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação», ed. por Jacinto do Prado Coelho e Georg Rudolf Lind, Lisboa, 1966, pp. 107-108.
- ¹⁷ Ibid., p. 212.
- ¹⁸ Ibid., p. 138.
- ¹⁹ Ibid., p. 160.
- ²⁰ Ibid., p.212.
- ²¹ Ibid. pp. 138-139.
- ²² «Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias», ed. por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho, Lisboa: s. d., p. 371.
- ²³ «Páginas Íntimas...», p. 344.
- ²⁴ «Obra Poética», p. 239.

Poesia

*Maria Fernanda Calheiros Lobo**



Ausência

Parada. Demasiado perto de mim, era inevitável as lonjuras das tarefas ... e sofri. Ficaram as vozes dos tristes imprevistos. Achei-me crente sem destino, incapaz de cumprir promessas. Fiz luto de música, malograda nos meus projectos.

Jogo de Solidão? Não jogo.

Peguei na semente do sonho, deixei-me levar num vento, para aqui e ali. Pousei na sala, em frente a um vidro, que parecia verde, de tão verde ter para olhar. «Hable com Ella» a minha melodia. Ao som do seu bafo, escrevi:

*Meus, perdidos, horizontes de
sonhos e tarefas
Onde estais?
Verde, que eu toco com os olhos,
música, que me abraça na sala
Ajudem-me
Tenho pressa*

Porto 14/05/2003

* Universidade Sénior - Douro.

Platão à luz da sua *Ideia* sobre o Estado e o Direito* - III

H. Veiga de Macedo**

Visão Platónica

Quanto mais me *recordo*, mais ideias tenho,
Ou melhor *vejo*
A estrela de onde venho.

Lisboa, 1-12-1984

III

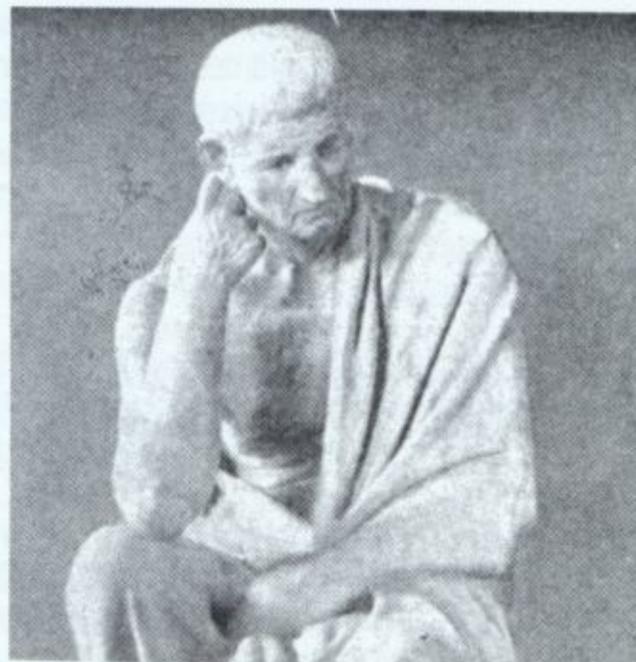
A LEI

15 – É sabido que Platão coloca os governantes sob a autoridade da Lei fundamental, da Constituição. Em *As LEIS*, diz que “a legislação e o estabelecimento da ordem jurídica são os mais perfeitos de todos os meios para realizar a *virtude*. Mas não considera leis as que não visem o bem geral da sociedade.

Estarão neste elenco de leis não reconhecíveis como legítimas as que procuram salvar interesses das classes sociais ou de partidos políticos. Para ele, o governo é servo das leis. Só quando tal aconteça, isto é, quando “a lei é senhora dos governantes”, é que um

Estado pode oferecer aos cidadãos uma verdadeira felicidade. “Só pode ser considerada justa e recta uma lei que atinja algo de eternamente belo e menospreze tudo o que, como riquezas ou coisas semelhantes, estiver desprovido de *virtude*.”

É corrente, assim, dizer-se que esta ideia do *bem* e do *belo* é fulcral no pensamento do filósofo dos Diálogos e das Cartas²⁵. O *belo* é sobretudo *simetria, harmonia, proporção*. Sobre o processo da elevação da alma até à beleza pura, Platão é admirável no Diálogo *BANQUETE*. Compreende-se, deste modo, que *Karl J. Friede-*



Aristóteles

* Conferência proferida, em 30 de Maio de 1995, na Faculdade de Direito, das Faculdades Integradas de Guarulhos, - São Paulo.

** Licenciado em Direito, antigo Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Ministro das Corporações e Previdência Social, Presidente do Instituto de Obras Sociais (I.O.S.) e Deputado à Assembleia Nacional em diversas Legislaturas.

25 - Entre as CARTAS de Platão, reveste-se de peculiar interesse, por referir aspectos marcantes na sua vida, a CARTA VII, dirigida aos amigos e parentes de Dion. Nela refere:

“Não me envergonho de proclamar Sócrates o homem mais justo do seu tempo [...] Uns acusaram-no de impiedade. Outros o condenaram e levaram à morte por ele não ter querido participar na detenção criminosa de um de seus amigos...”

Versão da “Revista Brasileira de Filosofia”, do Instituto Brasileiro de Filosofia - n° 48 - 1962.

Platão à luz da sua *Ideia* sobre o Estado e o Direito - III

rich considere Platão afastado do positivismo, pois, o Estado e as Leis constituem um objecto livre de especulação filosófica, podendo derivar, unicamente, da *razão* e da *ideia* do *bem*. Nesta perspectiva, até a lei justa não passa de uma aproximação maior em relação a essas verdades eternas.²⁶

16 – Para Platão, que por alguns “é, antes de tudo, um filósofo do Direito e da Política”, a origem da fonte do Direito não está na vontade daquele ou daqueles que, na “polis”, detêm o poder, mas na *ideia*. - Há quem prefira falar de *forma* ao pretender traduzir esta visão do filósofo, na medida em que a lei, portanto, o Estado, será tanto mais perfeito quanto mais participar da *ideia*, ou essa realidade objectiva e transcendente.”

Nem por isso Platão deixa de reputar relevante a missão dos governos na instauração da ordem jurídica, os quais, ao extraírem, dentro do possível, das *ideias* o sentido das leis, devem visar tornar feliz a comunidade e fazê-la participar na própria *ideia* do bem, como processo de melhorar a sociedade e aqueles que a constituem.

Daí que Platão atribua aos preâmbulos das leis a maior importância, em ordem a explicar aos destinatários os seus fundamentos e levá-los a obedecer-lhes por aceitarem a sua legitimidade e necessidade. E por certo não haverá jurista que não reconheça real interesse nesses

relatórios introdutórios, como preciosos auxiliares na fixação da “mens legislatoris” e da própria “mens legis”.²⁷

17 – No pendor do pensamento platónico em que é reservada ao Estado uma missão fundamentalmente educativa, as leis penais devem ter um fim terapêutico, isto é, devem procurar *curar* os delinquentes como enfermos que são, sem prejuízo de ter de fazer tudo o que for necessário se o criminoso o ameaçar, ou à sociedade, na sua integridade ou *saúde*.

O delincente não é assim para o filósofo uma consequência da degenerescência física, mas um deficiente intelectual ou mental, uma vez que a sua enfermidade consiste em não conhecer a *verdade*, o mesmo é dizer, a *virtude*.

São a este respeito fundadas as asserções de *Giorgio Del Vecchio*, em “Lições de Filosofia do Direito”, quando afirma que, em *AS LEIS*, se encontra notável base histórica. Anota o eminente professor italiano que há nesse Diálogo um maravilhoso tratado da génese do Direito. “*Transparece aí, igualmente, um conhecimento mais completo e rigoroso da realidade empírica do que aquele à luz do qual*” (dezenas de anos antes) *foi concebido e escrito o Diálogo A REPÚBLICA*”.²⁸

18 – Na linha deste discorrer, em volta das ideias jurídicas e políticas do *espadaúdo* Grego, acode-me ao espírito a recensão, de *Cabral*

26 - “Perspectiva Histórica da Filosofia do Direito”, de *Karl Friederich*, Zahar - Editores.

Aí, escreve-se:

“*Platão e Aristóteles criaram as bases de toda a posterior Filosofia do Direito*”.

27 - Possuo experiência vivida desta orientação, pois, durante os doze anos em que fui governante e autor de numerosos diplomas legais e propostas e projectos de lei, sempre as fiz preceder de relatórios que, além de terem sido publicados no “Diário do Governo”, e(ou) no “Diário das Sessões” da Assembleia Nacional, vieram, em boa parte, a constar de livros autónomos. É o caso, entre outros, da Reforma Geral da Previdência, da Lei nº 2092 sobre o Fomento da Habitação Económica, da Reforma Geral dos Tribunais do Trabalho, do Plano de Formação Social e, anos antes, do Plano de Educação Popular e da Campanha Nacional de Educação de Adultos...

28 - “Lições de Filosofia do Direito”, *Giorgio Del Vecchio*, já citado.

Platão à luz da sua *Ideia* sobre o Estado e o Direito - III

de Moncada, do livro de Alfred Verdross, "Grundzüge der Antiken Rechts und Staats Philosophie", editado em Viena, em 1946. Nele, Platão e ainda Aristóteles são apresentados como os mais genuínos representantes do pensamento grego neste campo das reflexões filosóficas sobre o Direito e o Estado, mas como expressão de um período de decadência e transição. Por isso, Platão surge nessa obra "muito mais democrático e liberal do que se pensava". Estava-se numa época em que a democracia grega começava a decompor-se e em que esta forma de governo acusava sinais evidentes de crise, com abusos, erros e desvios de vária ordem, como aqueles que levaram à morte de Sócrates.

A *REPÚBLICA* e, anos depois, *AS LEIS* surgi-

ram, na visão de Verdross, como doutrinas adaptadas às necessidades do momento, sem que Platão houvesse deixado de ser um democrata. E tanto assim é que, em *AS LEIS (NOMOI)*, os magistrados são eleitos pelo povo e não constituem uma aristocracia de nascimento.

O Estado platónico teria sido, por isso, apenas uma "ponte de passagem" para um Estado mais vasto em território e diferente pelo aparecimento dos Impérios, como o de Alexandre e, mais tarde, o romano.

19 – Luís Cabral de Moncada, o Mestre que sempre invoco, ou evoco, com saudade, acha que Verdross tem uma visão deslocada da filosofia platónica e que o pensamento de Platão só pode ser surpreendido dentro da *IDEIA* e da *EROS* do filósofo. Neste entendimento, a obra

29 - "Estudos Filosóficos e Históricos" - vol.II, págs. 379 e segs. - Edição da Universidade de Coimbra - "Acta Universitatis Conimbricensis" - 1954. (Este estudo vem também publicado no Boletim da Faculdade de Direito da mesma Universidade, vol. XXIII, pág. 158 - 1947).

São do Professor Cabral de Moncada estas palavras que completam a ideia a que me reporto no texto:

"Perante esta grandiosa concepção das coisas, a Ideia universal do Bem idêntica à Ideia de Deus, (nem o personalismo nem o transpersonalismo, como síntese dos dois), há que reconhecer que todas as discussões entre o Individualismo liberal e o Totalitarismo autoritário perdem, como questões teóricas de especulação, e sempre que qualquer deles queira aproveitar a lição dos gregos, todo o seu sentido e se tornam discussões inúteis." (Pág. 385).

30 - Foi no discurso de 11-5-1958, que Del Vecchio, ao receber o grau de doutor "honoris causa" da Universidade de Coimbra, exaltou Cabral de Moncada em termos lapidarmente expressivos. Ver "Boletim da Faculdade de Direito - volume XXXIV - pág. 265 - 1958.

Por se referir a Platão e ao saber e à experiência de Salazar, não resisto à tentação de reproduzir esta passagem do pensador italiano:

"Lasciate che mi soffermi ancora un istante su quel fatto, certamente straordinario e forse unico nella storia, che ho ricordato dianzi: proprio da questa classica sede degli studi, un professore, scevro di ogni ambizione politica e dedito solo all scienza e all' insegnamento, fu assunto d'un tratto all' i Governo dello Stato. Non si avverò forse così la massima di Platone, che voleva appunto affidata ai sapienti la direzione della repubblica? E l'esito non confermò forse splendidamente la giustezza di quella massima? Quel professore non solo restaurò le finanze dello Stato, ma ne ritormò la struttura, ne promosse lo sviluppo e lo tenne al riparo dalle più gravi crisi che perturbarono tanti altri Stati d'Europa e del mondo nel medesimo tempo."

(Deixai que me detenha ainda um pouco sobre aquele facto, certamente extraordinário e porventura único na história, que já antes recordei: daqui, desta clássica sede dos estudos, um professor destituído de qualquer ambição política e dedicado tão só à ciência e ao ensino, foi conduzido ao Governo do Estado. Não estará assim comprovada a máxima de Platão, que queria precisamente que se confiasse aos sábios a direcção da república? E o êxito não terá confirmado esplendidamente a justeza daquela máxima? Esse professor não só restaurou as finanças do Estado, como reformou a sua estrutura, promoveu o seu desenvolvimento e o tem resguardado das mais graves

Platão à luz da sua *Ideia* sobre o Estado e o Direito - III

de Platão não é produto de meros condicionamentos históricos, mas elevada expressão de toda a sua filosofia.²⁹

É perante este e outros profundos pensamentos de *Cabral de Moncada*, saudado, em acto público e solene por *Giorgio Del Vecchio*, como MAESTRO DEI MAESTRI,³⁰ que se podem abrir perspectivas claras a quem queira enfrenhar-se na obra de Platão, que continua a suscitar as mais diversas e díspares interpretações. Talvez isto não tivesse acontecido, em tão elevado grau, se, além dos Diálogos, houvessem chegado até nós as lições que ministrou na Academia, através de um ensino esotérico, destinado a um público com mais cultura, como também opina *José Ferrater Mora*.³¹

Não faltam autores que pensam de igual modo, como *León Thoorens*, que chega a dizer serem os Diálogos meros passatempos ou divertimentos sem importância, para só o seu ensino, o esotérico, não o exotérico, ser verdadeiramente relevante a seus olhos.³²

20 – Quando, há alguns anos, nas minhas lições sobre História da Filosofia e Filosofia do Direito, na Faculdade de Direito das Faculdades Integradas, iniciei a apreciação da obra genial

de Platão, emiti parecer de inteira concordância com quantos pensam que a Filosofia, a partir do fundador da Academia, ganhou foros de cidade e ficou Senhora de si mesma.

Lendo-se essa obra de uma riqueza doutrinária, estética e literária de perene valor universal, porventura nunca superada, não admira que *Bernard Shaw* houvesse dito ter acreditado sempre no progresso da cultura, através dos tempos, como uma certeza indiscutível, para um dia abjurar desse seu progressismo. Tinha lido Platão e logo se convenceu de que, se a humanidade produzira um tal pensador, forçoso era concluir que, desde então, a cultura não havia progredido em nenhum dos seus aspectos.³³

Creio que o dramaturgo inglês, Prémio Nobel, em 1925, tinha razão nesta homenagem prestada ao maior filósofo da História do pensamento.

Platão é, sem dúvida, acentua *Leonel Franca*, “o primeiro filósofo que tenta a sistematização geral de toda a filosofia. Na sua vasta síntese, achamos incluídas as verdades capitais do espiritualismo: - existência de Deus, espiritualidade e imortalidade da alma, distinção entre o sen-

crises que perturbam tantos outros Estados da Europa e do mundo.)

31 - “Dicionário de Filosofia”, *J. Ferrater Mora* - Edición Sudamericana - Buenos Aires - 5.ª edição de 1965 - Impressa em 1969.

32 - “Panorama das Literaturas”, *León Thoorens* - vol. I - págs. 316 e segs. - Edição DIFEL.

33 - Ver “História da Filosofia”, de *Rafael Gambra*. Tradução da edição espanhola “Historia Sencilla de la Filosofia”, de *Leonor Aires de Campos*. Edição da Tavares Martins - Porto 1970. Aí se escreve ainda:

“A filosofia de Platão constitui, de facto, um primeiro e notável esforço para ultrapassar o antagonismo e a parcialidade de Heráclito e Parménides. Nela, a experiência sensível e a inteligível salvam-se ambas com a admissão de dois mundos - dos quais aliás só um é verdadeiro e confere ao outro o sentido e o ser.” (pág. 97).

34 - “Noções de História da Filosofia”, de *Leonel Franca* - pág. 58, 21.ª edição - Livraria AGIR, Rio de Janeiro - 1973.

Ver, nesta obra, o Suplemento “O Pensamento Filosófico no Brasil de Hoje”, da autoria do *Padre Henrique de Lima Vaz*.

Ver ainda como o *Prof. Joaquim de Carvalho*, com as seguintes considerações, exprime a mesma ideia de *Leonel Franca*:

“...Platão foi levado a estabelecer a separação entre o inteligível e o sensível, ou por outras palavras, entre o Universal e Imutável de um lado e o particular e o deviente do outro, e a conferir às Ideias que exprimem, em contraste com a perpétua mobilidade e esvaimento das coisas sensíveis, o inteligível, o Universal, o Imutável e a Essência, isto é, a qualidade dos seres, a identidade e permanência necessárias à fundamentação da ciência que procuramos.”

Ver também o prefácio desse professor de Coimbra à “MetaFísica de Aristóteles”, pág. LVI - 2.ª edição - Atlântida MCMLXIX.

Platão à luz da sua *Ideia* sobre o Estado e o Direito - III

sível e o inteligível, noção de virtude e felicidade. [...] Pela elevação da sua teodiceia, pelo brilho incomparável e elegância inimitável do seu estilo, merecidamente o glorificou a Antiguidade com o sobrenome de *sublime e divino*.³⁴

*

21 – Escolhi intencionalmente, para encerrar estas considerações sobre Platão, o altíssimo pensador e doutrinador brasileiro que foi o autor de “A Crise do Mundo Moderno”, para, desse modo, o homenagear e, através dele, dizer do meu apreço por outros pensadores, e tantos são, que neste País se dedicaram ou vêm dedicando à reflexão filosófica. Sem especiais preocupações de ordem cronológica e, muito menos, de ser exaustivo, começo pelos estudiosos da Filosofia “na era do Brasil independente”³⁵, como *Frei Francisco de Montalverne, Domingos Gonçalves de Magalhães, Patrício*

Muniz, Gregório Lipparoni e, entre os escolásticos, Dom José Afonso Moraes Torres, José Soriano de Sousa, Vicente Cândido Figueira de Sabóia e o Cardeal Dom Joaquim de Albuquerque Cavalcanti Arcoverde.

Da corrente positivista, recordo *Benjamin Constant*, da “Sociedade Positivista”, *Miguel Lemos, R. Teixeira Mendes, Luís Pereira Barreto, Pedro Lessa, Manuel Amoroso Costa*, o de “As Leis Fundamentais da Matemática” e, já na linha do “materialismo evolucionista”, *Domingos Guedes Cabral, José Estelita Tapajós e Fausto Cardoso, José de Araújo Ribeiro, Tobias Barreto e Sílvio Romero* e, mais atreitos às teorias de *Spencer, Artur Orlando e Clóvis Bevilacqua.*

Fixemos também as figuras de *Rui Barbosa*, Patriarca da Inteligência brasileira, o jurista, sociólogo e filósofo *F. Pontes de Miranda e Djacir Menezes*, *Mário Lins, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athaide), Plínio Salgado, Tasso da*

35 - Ver “Noções da História da Filosofia”, de *Leonel Franca*, na Parte VII, “A Filosofia no Brasil”, págs. 264 e seguintes.

36 - *Ivan Monteiro de Barros Lins* pronunciou, em fins de 1937, uma série de conferências a propósito do III Centenário do “Discurso do Método”, sob o título “Descartes - Época, Vida e Obra”, reunidas em 1940 em livro, da “Amiel Editora”, que foi objecto de um longo e notável estudo do doutor *Arnaldo de Miranda Barbosa*, Professor de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, um dos espíritos mais brilhantes e cultos que conheci.

Desse ensaio, pelo real interesse de que se reveste, reproduz-se esta passagem final:

“O positivismo aceita um realismo dogmático e ingénuo. É, portanto, uma atitude incrítica, um recuo, para além da origem da Filosofia, até à mesquinha posição do *homo credulus*. O “primitivo” também não duvidava da sua experiência: acreditava nos augúrios e nos mistérios. Via o Mundo povoado de espíritos e de forças ocultas, vivia o maravilhoso, como num perpétuo milagre. Mas a crença do positivista é semelhante: acredita em forças da matéria, em leis que regem os fenómenos da Natureza, na relação entre o sujeito e os objectos, – e tudo isso é crença, fé nos dados dos sentidos, nas possibilidades da razão, na cognoscibilidade das coisas.

Se é legítimo insurgirmo-nos contra a ideia de um **Descartes positivista**, não é em nome de crenças religiosas ou de tradições políticas. O positivismo não pode atacar as “crenças” religiosas, apenas pode dizer que elas não são do domínio das ciências positivas. No fundo, para o verdadeiro positivismo, religião e ciências são duas formas de crença, que se opõem, mas que se não encontram. Também o positivismo, desligado das concretizações que sofreu nas diversas escolas, não se opõe aos valores tradicionais, nem os defende: tanto pode levar a um progressismo revolucionário como a um conservantismo improgressivo. Assim se explica que tantos partidos opostos nele se filiem. É em nome da Inteligência, que **Descartes** serviu, que nos devemos opor a essa ideia.

Por isso não pude ser lisonjeiro nestes comentários ao **Descartes** do Prof *Ivan Lins*. [...] Mas perdoe-se a minha rudeza pela honrada intenção que a ditou.”

Ver revista “Brasília” 1943, volume nº 2, do Instituto de Estudos Brasileiros, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – págs. 819 a 876.

Platão à luz da sua *Ideia* sobre o Estado e o Direito - III

Silveira, Gustavo Corção, Gilberto Freyre,” do luso-tropicalismo”, *Alexandre Correia*, o exímio tradutor da “Suma Teológica”, *Caio Prado Júnior*, de raiz marxista, *Ivan Lins*³⁶, da “estrita ortodoxia comtiana”, *João Cruz Costa*, de pendor historicista, *Luís Pinto Ferreira, Tarcísio Meirelles Padilha e A. L. Machado Neto*, um e outro prematuramente desaparecidos, *Euryalo Cannabrava, Romano Galeffi, Hélio Jaguaribe, Armando Câmara, Ernâni Mora Fiori* e os padres *Roberto Sabóia de Medeiros, Aloísio Mosca de Carvalho, Paulo Gaspar de Menezes, Francisco Leme Lopes e Francisco X. Roser*, e mais ainda os nomes de:

*Luís Washington Vita*³⁷, *Vicente Ferreira da*

*Silva*³⁸, *Alberto Guerreiro Ramos, Carlos da Silva Campos, “o empirista integral”, Miguel Reale*³⁹, o consagrado jurista-filósofo do “Tridimensionalismo do Direito”, e *Renato Cirell Czerna, Artur Versiani Velloso*, fundador da magnífica revista “KRITERION”, *Glásdtone Chaves de Melo, António Paim, Sílvio Macedo, Harold Barbuy*, o do “Problema do Ser”, e *Uribatan Borges de Macedo*, parente, segundo creio, do Prof. *Jorge Borges de Macedo*, uma das figuras mais representativas da cultura portuguesa.

Registem-se ainda, a título meramente exemplificativo, os nomes de *Roland Corbisier*, culturalista da linha de *Ortega Y Gasset*, *Fernando de Melo Gomide, Newton Carneiro*

37 - Sobre *Luís Washington Vita, Álvaro Ribeiro*, um dos mais profundos pensadores e filósofos portugueses deste século, escreveu estas justíssimas palavras, citadas por *Miguel Reale*, no volume 2, pág. 72, de suas “Memórias”:

“Nesta breve nota apreciativa, pretendemos distinguir a figura de intelectual de Luís Washington Vita entre as pessoas que, com maior cordialidade, têm contribuído para o intercâmbio da fraternidade luso-brasileira. Distinguimos aquele intelectual por ter sido até agora um dos raros, se não o único, escritor capaz de observar que na aparente “rotina” da vida portuguesa existe uma “aventura” de pensamento revelada no modo pelo qual um povo de antiquíssimas raízes adquire consciência da sua razão de ser, da sua autonomia cultural, isto é, da sua filosofia.”

38 - Sobre o pensamento de *Ferreira da Silva* (1916 - 1963), ver, por exemplo, o denso estudo “Sob o Signo dos Dionísios”, de *Gilberto de Mello Kujawski*, no livro “Perspectivas Filosóficas”, publicado em co-edição, com a Secretaria de Estado da Cultura, de São Paulo, quando era Secretário o dr. *Carlos Gandra da Silva Martins*, fundador, com outros intelectuais brasileiros e portugueses, e comigo próprio, da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes.

- Livraria Duas Cidades - 1983.

39 - *Miguel Reale* é grande amigo de Portugal com cujos intelectuais mais representativos tem mantido relações culturais e de amizade. Nos seus livros de “Memórias”, refere-se, com apreço, a *Álvaro Ribeiro, José Marinho, Delfim Santos*, (“simpatia à primeira vista dada a afinidade da inteligência e da sensibilidade”), *Joaquim de Carvalho, Sant’Anna Dionísio, Orlando Vitorino, Brás Teixeira, Afonso Botelho, Eduardo Abranches Soveral, António Carvalho, Mário Júlio de Almeida Costa, Inocêncio Galvão Telles*, “o grande civilista”, e outros mais.

Creio valer a pena reter esta passagem do volume 2 das “Memórias”, a pág. 266:

“Outra viagem, motivada pelo propósito de lembrar um grande espírito, foi a que fiz ao Porto, em 1977, a convite do Prof. Mário Júlio de Almeida Costa, para prestar homenagem póstuma a Guilherme Braga da Cruz, mestre exímio de História das Ideias Jurídicas em Portugal e não menos admirável cultor do Direito Privado. Nada mais justo do que essa reparação a uma das vítimas inocentes da chamada Revolução dos Cravos que, de início, foi dominada por um esquerdismo anarquizante que ameaçou a Terra lusitana de suas raízes ocidentais, essencialmente pluralista, para mergulhá-la na amorfia do modelo bolchevista onde o marxismo se reduziu, há muito tempo, a simples instrumento do imperialismo russo.

Senti, mais tarde, não ter podido comparecer a igual reparação feita a outro jurista eminente, Manuel Cavaleiro Ferreira, a cujas lições de Direito Penal, meu filho Miguel muito deve, quando ele preferiu o aconchego lisboeta à desordem que invade as universidades de Milão e Roma, no rescaldo estudantil da Primavera de Paris ...”

Platão à luz da sua *Ideia* sobre o Estado e o Direito - III

Affonso da Costa, do chamado “Grupo de Curitiba”, *Evaristo de Moraes Filho*, *Arcânjelo R. Buzzi*, *Gerd A. Bornheim*, *Emanuel Carneiro Leão*, aluno e discípulo de *Heidegger*, *Gláucio Veiga*, *Celso Lafer*, *Adolfo Crippa*, o do “Mito e Cultura”, *Roque Spencer Maciel de Barros*, *Teóphilo Siqueira Cavalcanti*, discípulo de *Miguel Reale*, *Paulo Mercadante*, *Francisco Alcântara Nogueira*, *Milton Vargas*, *Anna Maria Moog*, *Gerardo Majella Mello Mourão*, *Henrique Cláudio de Lima Vaz*, autor de um precioso estudo sobre a filosofia moderna brasileira, e *José Pedro Galvão de Sousa*, amigo inesquecível, preclaro humanista e estudioso e divulgador da filosofia tomista e, por último, *José Artur Giannotti* que publicou, como li entretanto, em “O Estado de São Paulo”, o livro “Apresentação do Mundo - Considerações sobre o

Pensamento de Ludwig Wittgenstein”, em que opõe os relativistas ao autor do “*Tractatus Logico-Philosophicus*”.

E como esquecer *Jackson de Figueiredo*⁴⁰, o fundador de “A Ordem” e do “Centro Dom Vital”, atraído à religião católica pelo espiritualismo desse outro inconfundível vulto da cultura, *Farias Brito*, “o maior pensador político do primeiro século do Brasil independente”, segundo o catedrático de Salamanca *Francisco Elias Tejada*, citado pelo Professor *Paulo Benevides* na sua notável “Teoria do Estado” e que, no juízo de *Sílvio Rabello*, fez da filosofia “uma aventura do espírito”?⁴¹

Só me falta acrescentar a este elenco bem incompleto de intelectuais de pendor filosófico o nome de *Gilberto de Mello Kujawski*, luminoso pensador na esteira de *Ortega y Gasset*, e meu

40 - Sobre este pensador brasileiro, filho de pais portugueses, li, há anos, um belo estudo de *Pedro A. de Melo*, “A Lição de Jackson de Figueiredo”, na Revista Brotéria - vol. XXVIII - Março MLMXXXIX, Lisboa, do qual respigo estes passos:

“Tendo um não sei quê de agostiniano, que o caracteriza bem acentuadamente, Jackson ardia em desejo de abraçar integralmente a verdade, sem meias medidas.

[...] No meio do seu tormento intelectual, só um espírito lhe pôde valer: Farias de Brito, pensador cearense de poderosa envergadura.”

[...] Por isso, Jackson ultrapassou os pontos básicos da sua teoria, chegando, depois de maduras e continuadas pesquisas, ao que ele chamava a síntese católica.

[...] Admirador de Leonel Franca, Ronald de Carvalho, Augusto Viatte e António Sardinha,” - um dos grandes nomes do Integralismo Lusitano - “e, uma vez convertido, entendeu, claramente, como Luís Veuillot, a necessidade de viver a vida cristã. [...] E é por isso que foi perseguido, já pelos inimigos declarados da Fé, já até por católicos nominais do situacionismo político.”

41 - “Teoria do Estado”, capítulo XVI “Farias Brito e seu Merecimento como Político”, de *Paulo Benevides*, Edição Saraiva - São Paulo - 1967.

42 - Comungando nesta admiração votada a *Leonardo Van Acker*, reconhecidamente de filiação tomista e bergsoniana, lembro que o Mestre em nota sua, na “Revista Brasileira de Filosofia”, n° 48, a pág. 516, ao comentar o livro do professor *Romano Gallefi* - “Publicações da Universidade da Bahia”, refere um aspecto curioso relativo a um apelo que, do Brasil, foi feito ao pensador francês *Jacques Chevalier*.

Aí, *Van Acker* escreve:

“Chevalier foi convidado para fundar em Porto Alegre [...] uma Universidade conforme ao espírito bergsoniano, em que o catolicismo fosse encarado como coisa do futuro, em vez de simples volta ao passado; surto vital, prolongando uma tradição viva, mas sempre ultrapassando as fórmulas e posições em que cada geração da humanidade tende a se fixar e fechar.”

E *Van Acker* revela:

“Proposta que Bergson achou extremamente interessante e digna de aceitação, mas que nunca principiou a ser realizada!”

Platão à luz da sua *Ideia* sobre o Estado e o Direito - III

ilustre amigo, que, nesta linha, para o Brasil está como *Julián Marías* para Espanha e, finalmente, *Leonardo Van Acker*⁴², mestre insigne que deixou marcas indeléveis em diversas gerações de discípulos, entre os quais, e por certo dos mais distintos e dilectos, o nosso *Doutor Adolfo Vasconcelos Noronha*, criador e impulsionador desta magnífica Casa de Cultura.⁴³

– *O Doutor Adolfo Vasconcelos Noronha*, a quem, pelos nobres ideais que nos aproximam e irmanam e também pelos seus múltiplos e aprofundados saberes, e pelo saber de os interligar, correlacionar e reduzir a sínteses conclusivas e definidoras, me apraz saudar calorosamente com aquele afecto que ganhou fortes raízes em meu sentimento.

E, ao fazê-lo, permito-me ainda dar-lhe testemunho do meu velho e sempre renovado reconhecimento por tudo quanto lhe fiquei devendo após a minha chegada a São Paulo, em fins de 1974.

– Reconhecimento esse agora se possível reforçado, por me ter incitado a vir, uma vez mais, ao Brasil do meu amor e paixão, para, aqui, neste *claustro* de mestres e de estudantes, votados ao estudo do Direito e da Filosofia do Direito, e empenhados na salvaguarda dos Valores do Espírito, falar de temas de base das nossas comuns preocupações académicas, em ordem a aprofundá-los nos seus diversos aspectos, sentidos e incidências, e naquela *pura e ascendente dialéctica* platónica, que encheu de luz; para

43 - Esta referência a alguns eméritos pensadores brasileiros não invalida o facto incontroverso de, no Brasil, ter atingido expressão bem mais alta o cultivo da literatura propriamente dita. "Isto é verdade," - afirma o professor da U.S.P., *António Cândido de Mello e Sousa*, - "tanto para o romance de *José Alencar*, *Machado de Assis* ou *Graciliano Ramos* e para a poesia de *Gonçalves Dias*, *Castro Alves* ou *Mário de Andrade*, quanto para livros de História e Sociologia, como "Um Estadista do Império", de *Nabuco*, "Os Sertões" de *Euclides da Cunha*, ou "Casa Grande e Senzala", de *Gilberto Freyre*. Ao contrário, pois, do que sucede noutros países, a literatura é aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenómeno central da vida do espírito."

- Ver "A Literatura Brasileira no Século XX", de *A. C. Mello e Sousa*, Comunicação apresentada ao "Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros", realizado em Washington, entre 15 e 20 de Outubro de 1950, sob o patrocínio da Library of Congress e Vanderbilt University. - Ver respectivas *Actas*, de 1953, a páginas 149 e seguintes.

- Sobre filosofia no Brasil, ver ainda, na revista "Atlântico", nova série, n.º 2 págs. 86 a 89, um breve estudo de *Orlando Vitorino*, em que se refere a obra, em espanhol, publicada na Argentina, "Filosofos Brasileños", da autoria de *Guillermo Frankovitch*. Ai, depois de se registar a afirmação de *Graça Aranha*, em 1921, no seu livro "A Estética da Vida", que considerava imprescindível que o Brasil tivesse uma filosofia própria, *Orlando Vitorino* mostra-se convencido, até pela leitura daquela obra em castelhano, de que o voto de *Graça Aranha* se cumprira.

Valerá a pena ver, por exemplo, a apreciação crítica objectiva, em boa parte favorável, que *Orlando Vitorino* faz a estes livros de autores brasileiros: "Seis Temas do Espírito Moderno" (Edições S.E.P. - São Paulo) de *Euryalo Cannabrava*, e "A Filosofia no Brasil" (Livraria Globo - Porto Alegre - 1946), de *Cruz Costa*, professor de Filosofia da Universidade de São Paulo. É também de *Orlando Vitorino esta palavra*: "Educados em filosofia por compêndios e métodos estrangeiros, os escritores não chegaram ainda à plena consciência de que as raízes da filosofia dos dois povos têm de ser procuradas na poesia e na filologia."

O mesmo autor falava, já então, da conveniência da realização de um Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia.

44 - A propósito da "ascensão dialéctica de Platão entre o mundo das ideias e o mundo das aparências mutáveis", *André Vergez* e *Denis Huysman* têm sobre ela esta definição:

"A ascensão dialéctica, por exemplo, é o itinerário pelo qual nos elevamos do mundo sensível ao mundo das ideias. No mais baixo grau, as simples impressões sensíveis (EIKASIA); um pouco acima, as posições mais

Platão à luz da sua *Ideia* sobre o Estado e o Direito - III

além das minhas pobres e descoloridas palavras, este encontro de impressivo e fraternal convívio.⁴⁴

*

A encerrar o presente estudo, não resisto à tentação de reproduzir o poemeto meu, *Visão Platónica*, de 27-7-1987, sobre o mesmo tema da *dialéctica ascensão*:

Neste silêncio aqui, nesta solidão,
Eu vejo mais, muito mais do que vejo.
É um ver
Que não é ver.

É mais que ver.
É uma *ideia*, uma inefável *visão*
(E não sonho ou emoção).
É um *olhar*
a *recordar*

Uns altos campos elíseos,
Lá nos celestes empíreos.
É bem no fundo de mim,
Na *consciência*,

Um despertar da *reminiscência*,
Uma *dialéctica* em *ascensão*.
Um *subir* à minha origem - à *estrela*
De onde vim.
É um ir *vendo*,
ou *conhecendo*,
O que, em verdade, *fui e sou*,
Por que *sou*
E para onde *vou*.

*

Por certo, viram já, ao meu lado,
Aqui em frente ao mar azulado,
Nesta algarvia tarde quente e bela,
Olímpico, profundo, soberano,
O grego Filósofo - o dos *largos ombros* -,
- O tal dos imortais *voos-assombros*:
O que, como bem poucos mais, tanto alargou,
Aprofundou
e sublimou
o pensamento humano.

Maio de 1995

estabelecidas (PÍSTIS); em seguida, o pensamento discursivo (DIANOIA) que constrói o raciocínio partindo de figuras, como fazem os geómetras, e, finalmente, em mais alto grau, o pensamento intuitivo, a iluminação directa pela Ideia (NOESIS)."

Ver ainda:

"Dialéctica" de Enrico Rambaldi, na Enciclopédia Einaudi, volume nº 10 (págs. 85 a 143) - Edição da Imprensa Nacional - Casa da Moeda - Lisboa - 1988, e Gilberto de Mello Kujawski, na obra já citada, no capítulo "A Filosofia não tem existência pública", de 1979, págs. 105 a 110, onde depois de falar de "uma obra-prima de reflexão (Introdução ao Pensar) de Arcânjelo R. Buzzi, e de Emanuel Carneiro Leão, se refere a Gerd A. Bornheim, autor de "Dialéctica", "um trabalho de fôlego como ainda não existia em português."

Nota Final: Este estudo tem a completá-lo um apêndice, ou segunda parte, em que se faz breve referência às obras e às tendências doutrinárias dos 100 pensadores brasileiros a que o autor se reporta na última parte do texto principal.

Poesia

Ilda Maria



“Grinaldas”

Níveas cascatas de ternura eu vi
Nimbadas de euforia, por entre o arvoredado
E grinaldas de luz a enfeitar a face do meu medo,
Cachos de vida branca e acetinada
Com perfumes de flor, beleza de jasmim
Ornar o pensamento dum ribeiro
E o som da água pura, esbranquiçada,
Metalizar os sonhos, qual sineiro.
Níveas cascatas de ternura eu vi
Tregar pelo céu distante,
Florações ridentes concebi
No deserto gritante,
Sol amarelo e lindo e tão brilhante
Como sonhos de prata
Beijar a face das flores bonitas
Como a sede do insecto que ela mata,
Bebendo nas floritas
Jeitos de esperança na verdura fina,
A desprender carícias de menina,
Fazer colheitas num trigal de neve.
Níveas cascatas de ternura eu vi
Num céu todo anilado
E grinaldas de sonho extasiado
Num sonho que afinal não conheci.

2-5-71

Crianças do Passado

Joaquim Máximo*

Decorria o início da Guerra Civil de Espanha. A vida por cá era muito mais sóbria, do que a de hoje, para quase toda a gente. Nós, então ainda crianças, notávamos que as pessoas mais velhas falavam baixo, umas com as outras, sempre com um ar muito preocupado. Só muito mais tarde viemos a saber que era com medo que a guerra passasse para o lado de cá. Mas naquela época não sabíamos. Por isso o bando de crianças a que pertencia, com idades de cerca de dez anos, vivia despreocupado. Havia o meu irmão. Havia o Gil, que era filho de um guarda da Penitenciária que existia na então pequena cidade onde vivíamos. Havia o David, que era filho do carvoeiro lá do bairro. Havia o Manel, que era filho do sapateiro. Havia um filho do Alípio, homenzinho que costumava desentupir as retretes e limpar a fossa lá de nossa casa. Havia o Monteiro. E havia o Chico Careca, que assim chamávamos porque o seu primeiro nome era Francisco e porque o pai o obrigava a ter o cabelo cortado à escovinha.

A maneira de viver das crianças daquele tempo era muito diferente da maneira de viver das crianças de hoje. Um dos costumes, comum a quase todas, ocorria no dia 1 de Novembro de cada ano. Começávamos por esvaziar uma abóbora do seu miolo e fazíamos-lhe uns cortes com o fim de conseguir uma imitação das ca-

vidades orbitais e da boca de uma caveira. Depois, quando anoitecia, enfiávamos-lhe dentro uma vela, que acendíamos, e íamos, de porta em porta, cantando:

Bolinhos e bolinhós,
Para mim e para vós,
Para dar aos finados,
Que estão mortos e enterrados,
Ali ao pé daquela Cruz,
Para sempre Ámen Jesus!
Truz! Truz!

E com este truz-truz batíamos com força à porta e continuávamos:

Senhora que está lá dentro,
Sentada num banquinho,
Faz favor de se levantar,
Para nos vir dar um bolinho!

Às vezes tratava-se de uma casa onde a senhora estava mal disposta e então, ao abrir a porta da casa, dizia:

- Fora daqui canalhada! Não dou esmolas para sustentar vícios! – E, depois de dizer isto, fechava-nos a porta na cara com toda a violência. E então cantávamos:

Esta casa cheira a unto!
Aqui mora algum defunto!



* Joaquim Máximo de Melo e Albuquerque de Moura Relvas nasceu em Coimbra e reside em Vila Nova de Gaia. Tem o curso de Engenharia Electrotécnica da Universidade do Porto.

Exerceu a actividade profissional na administração Geral dos CTT e obteve a especialidade de Instalações Exteriores de Transmissão; União Eléctrica Portuguesa, integrada depois na EDP; Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, como Professor Associado; Colégio de Gaia onde leccionou disciplinas relacionadas com a Electrónica Digital; actualmente rege disciplinas de Sistemas Digitais e Microcomputadores no ISPGAYA.

Faz parte da Direcção da revista Politécnica.

É membro da Ordem dos Engenheiros, da "American Association for the Advancement of Science", da "New York Academy of Sciences" e da "Planetary Society".

Crianças do Passado

Mas, se se tratava de uma senhora que nos dava qualquer coisa, normalmente um tostão, a cantiga era outra:

Esta casa cheira a vinho!
Aqui mora algum anjinho!

E, depois de completarmos a volta que tínhamos delineado, dividíamos igualmente por todos o produto da receita.

As crianças do passado não viviam com luxos e não tinham a inconcebível quantidade de brinquedos que as crianças de hoje têm. Nenhum de nós tinha brinquedos comprados, com exceção do único que, pelo Natal, nos dava o Menino Jesus, porque, naquele tempo, ainda não havia Pai Natal. Se queríamos brinquedos tínhamos de os fazer. Procurávamos cartolina branca onde desenhávamos casas e bonecos, que depois coloríamos com lápis de cor e recortávamos com uma tesoura de costura. Para armar as casas e a bonecada desenhada, utilizávamos uma cola que fazíamos misturando farinha de trigo com água e amassando a mistura. A cola comprada era, naquele tempo, cara. Também fazíamos papagaios de papel.

Os carros de pedais, que grande parte das crianças de hoje tem, eram praticamente desconhecidos para as crianças do passado. Nós também tínhamos carros, mas sem pedais, que fazíamos com a madeira de caixotes velhos. Como não tinham pedais, para eles andarem era preciso usá-los numa rampa que havia por ali perto. E também não tinham volante. Eram guiados por meio de um cordel forte, ligado às extremidades do eixo das rodas da frente.

Naquela época as crianças não tinham a televisão para se distraírem. Como distrações,

jogávamos o pião, o futebol e o berlinde. No pião substituíamos o bico por um prego para poder, ao jogar, rachar o pião dos outros. No futebol jogávamos com uma bola, feita por nós, com meias velhas. Só as crianças muito privilegiadas é que tinham possibilidade de ter uma bola de couro. No berlinde usavam-se três tipos de esferas (berlindes): de aço, de vidro e de barro. Normalmente só as crianças muito privilegiadas é que tinham berlindes de aço. É que provinham de rolamentos de esferas de rodas de automóveis, e os donos das garagens onde os pais deles iam concertar os carros só a estes os davam. Eu, o meu irmão, o Monteiro e o Chico Careca tínhamos berlindes de vidro que nos tinham sido dados pelo senhor Ventura. O senhor Ventura era o dono da Merceria Ventura, que abastecia de mercearia as nossas casas. Estes berlindes de vidro provinham de garrafas partidas de pirolitos. Um pirolito era um refresco engarrafado desse tempo, que custava cinco tostões e que se fabricava com sumo de limão, açúcar e água gasosa. O gargalo da garrafa tinha dentro dele uma esfera de vidro pequena (berlinde) que, pelo efeito da pressão do gás da água, se encostava no seu extremo, fazendo de tampa. O Gil, o David, o Manel e o filho do Alípio tinham, quando os conhecemos, berlindes de barro, que faziam, com barro húmido, moldados nas palmas das mãos e depois postos junto a umas brasas para cozer. Depois tiveram berlindes de vidro, dados por nós.

Embora todos os do nosso bando tivessem uma vida relativamente modesta, não nos podíamos queixar. Não passávamos fome, tínhamos onde dormir e tínhamos com que nos vestir. E não andávamos descalços. Eu, o meu irmão, o Monteiro e o Chico Careca usávamos botas

Crianças do Passado

Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História
Aveiro

de carneira com solas de pneu, que duravam muito tempo. Engraixávamo-las de tempos a tempos, com o sebo que, para esse efeito, havia na Merceria Ventura, para que durassem mais tempo. Os outros quatro do bando calçavam alpercatas de lona com sola de borracha. Mas havia por ali gente descalça que levava uma vida miserável. Tal era o caso de uma menina magrita, mas com os olhos muito vivos, esfarrapada, mais nova do que nós talvez uns quatro ou cinco anos, que víamos por ali de vez em quando, e que nos pedia uma esmola. Quando tínhamos alguma para lhe dar, ela metia-a numa saca velha e, depois de receber acidentalmente mais uma ou outra, ia levá-la a uma mulher, vestida de preto, com cara de grão de bico, que às vezes lhe batia e que, segundo soubemos mais tarde, não era sua mãe, embora tomasse conta dela. Soubemos também que a menina era órfã.

A partir de uma determinada altura, notámos que a mulher aparecia sem a criança. Depois de muitas hesitações, porque a mulher metia medo, resolvemos ir perguntar-lhe porque é que a menina não vinha agora com ela. E a mulher respondeu então, vociferando:

Morreu! E agora toca já tudo a andar daqui para fora!

E, depois de ter dito isto, levantou-se, com um ar ameaçador, do degrau onde estava sentada. E então é que fugimos todos.

No próximo Domingo é o dia de Finados do ano em que escrevo estas linhas, o que me fez ocorrer todas estas recordações. Não sei onde é a campa da menina e até, se calhar, nunca a teve. Não posso portanto ir visitar a campa, em homenagem à sua memória. Mas posso prestar essa homenagem de outra maneira. É dedicar-lhe este pequeno poema:

Menina sem Pais

Menina sem pais, de olhos brilhantes,
Andava na rua, pedindo uma esmola,
Que ela enfiava na sua sacola,
Mais esfarrapada do que era antes.

Mas toda a esmola, que recebia,
la p'rá megera que a explorava,
Por isso magra e doente andava,
E definhava de dia para dia.

Até que um dia deixou de aparecer.
É que, depois de muito sofrer,
Tinha-se apagado como uma vela.

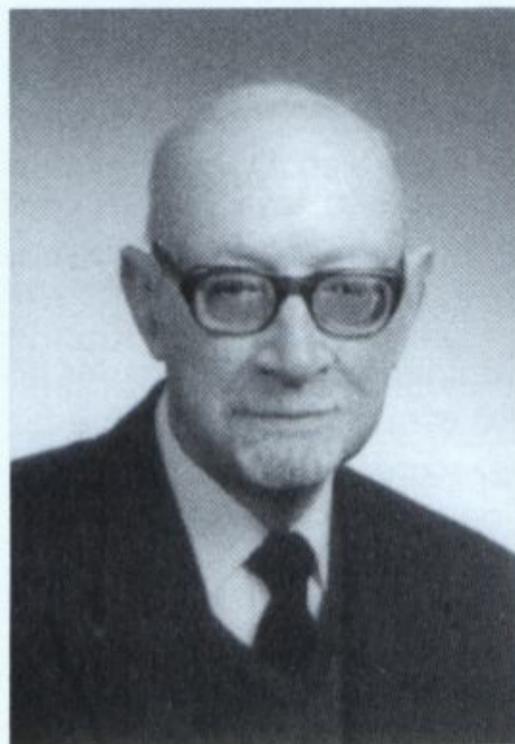
Então apareceu, no céu, de repente,
Estrela com brilho incandescente.
Não seria o brilho dos olhos dela?



Andersen - "A Menina dos Fósforos".
Des. Georges Lemoine. Contexto editora, Lda.

Poesia

*Edgar Carneiro**



O Sol é grande

O sol é grande
Encharca de luz viva
a gula dos sentidos.
A calma abre os ouriços
e os tálamos dilatam.
As aves voam baixo
na planura adusta
donde levanta a prumo
difundindo aromas
o turbilhão frenético
das asas

* Nasceu em Chaves em 1913.

Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra, foi professor dos ensinos técnico-profissional e secundário. De 1967 a 1974, dirigiu a Escola D. Pedro V, a primeira a funcionar em Fiães, neste concelho. Reside há 36 anos em Espinho; foi distinguido pela Câmara local com a Medalha de Mérito.

Tem 11 livros de poesia publicados, o último dos quais saiu a lume em 2003 e tem por título «Depois de Amanhã».

Evocações de uma Era *Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História* Aveiro

José Estevão Coelho de Magalhães - V

*Jorge António Marques**

O prestígio desta família, Bandeira da Gama, era advindo, em Aveiro, para além de outros factores, da circunstância do brigadeiro GONÇALO DA GAMA, ter sido o comandante do Regimento de Dragões, nesta nossa cidade.

Ora um determinado indivíduo, o tal visconde da Agueira, Joaquim Pacheco Telles, primo do falecido morgado Pacheco de Manselos, tutor das meninas, temendo a reacção dos BANDEIRAS, que não eram meigos, não, e isso provou-se na batalha de Toro, procedeu ao rapto das tuteladas, internas, então, no convento de Sá.

Não terá sido estranha a convivência da abadessa, daquele convento e mesmo a de dona Anna Telles - a tal que acompanhou as meninas ao convento - parente do Visconde, ou de uma dona Antónia Rita de Lemos Roxas e Menezes, titular, (sangue azul) recolhida, no célebre convento de Sá, natural da Mourisca, termo da Agueira e de Trofa, da qual Trofa, pelos anos de 1810 e seguintes, era dono - um último - PEDRO DE MELO BREYNER - senhor dos dízimos da barca da passagem, em JEFATE DO VOUGA, (foz da VACCUA).

Devo escrever, pois que este rapto, não teve aceitação e foi considerado um procedimento repulsivo. Desde logo, se viu nêlo, o propósito do Sr. visconde da Agueira, mais tarde confirmado pelas escrituras notariais - em minha posse, claro - e pelos quais documentos, se concretizou - ainda por cima de tudo - a indemnização que a mãe das meninas - a bondosa e sofredora dona Carolina da Gama Bandeira, teve de ceder ao faminto tutor.

A este estado de coisas, não fugia o célebre RODRIGO DA FONSECA, então ministro do reino e a quem a pobre e desolada mãe invocava - em vão - a

ajuda, para os seus males.

Rodrigo da Fonseca, senhor de grandes dotes intelectuais, era também, um indefinido, recolhido na sua concha de hipócrita. E José Estevão conhecia-o bem!

Era, por essa época, o hospital de Aveiro, propriedade da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA e instalado se encontrava, naquele belo edifício, ao lado da Igreja daquele nome, no início da Rua Coimbra - outrora, dita da Costeira.

Esse prédio tem uma interessante história e foi morada, ainda por aqueles tempos, do morgado Gabriel Mariz Balacó, célebre pelos seus calotes à mitra de Aveiro, dado que possuía os dízimos de capelas, na matriz de São Miguel. Era pai de duas prendadas meninas, muito lindas e que faziam furor e colocavam a cabeça à roda aos *finesses* de Aveiro, quando assomavam à sacada daquele solar. Iguavam, em beleza física e moral, a inditosa EDUARDA AUGUSTA, filha natural do João Carlos Osório, visconde de Almeidinha.

Mas eu reservo, desde já, este tema da Eduarda Augusta, para o descrever na TRAGÉDIA DA RUA DAS BEATAS.

Em 1888, exercia funções públicas, em Aveiro, um indivíduo conhecido pelo nome de Firmino.

Arnaldo Ribeiro, no seu democrata, o considerava um trampolineiro e dizia assim:

O Firmino apesar de ter sofrido, há dias, uma retenção de urinas, vê-se que não sofreu de igual mal na caixa craneana que pudesse resultar uma benéfica retenção de asneiras. O que esse idiota escreve sobre o acto eleitoral ultimamente realizado; as con-



Aveiro - Estátua ao tribuno.

* Investigador - Historiador.

Evocações de uma Era

Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História - Aveiro

OLIVEIRA



Aveiro - Estátua ao tribuno no tempo em que era resguardada por grades no dia da inauguração.



Aveiro - Casa, na antiga rua dos sombreiros, onde morou José Estevão.

siderações feitas, as mirabolantes votações que descobre por meio de chapeladas, processo tão conhecido e usado pela quadrilha, desde tempos remotos, é digno, tudo, muito digno de figurar no rol das inolvidáveis traficâncias que a velha trupe tem cometido. Para não afrontar amigos, não explica ele, por exemplo, como na Vila da Feira, aparecendo 180 votos para o deputado mais votado, foram contados 2.580 e 2.585 para os senadores democráticos Pedro Chavez e Elísio de Castro! É descabelada. Mas, sobre estas mirabolantes sortes é que nem pio dá o grande Cagliostro... eleitoral! Isso sim.

Trata-se evidentemente, de MANUEL FIRMINO DE ALMEIDA MAIA.

Homem muito polémico, tendo trepado ao cadeirão da política, neste Aveiro, sofreu, de igual modo, o acinte do panfletário Christo.

Homem Christo, o considerava um arribista, temperamento dúbio, político apoiado na fraude e no compadrio.

Foram afirmações cultivadas pelo grande homem - Christo - também, com defeitos graves.

À distância, no respeito que é devido aos mortos - como meros cidadãos - no tempo, há que reconhecer, em tudo, o fruto de uma época, causa de lutas partidárias e mesmo de inimizades pessoais.

Não se advogam, nos nossos dias, determinados procedimentos mas, infelizmente, frutificou uma escola indesejável.

Sendo natural a crítica, ao homem público, ultrapassa-se o razoável, quando se envereda pelo beliscar, na vida privada. Cada qual é quem é! E, se os actos cívicos, merecem repúdio, e são passíveis de aplicação da Justiça, então venha ela, a tempo e horas, aplicada, fria e cegamente.

Mas, naquele ano de 1888, HOMEM CRISTO tinha um inimigo a abater: Manuel Firmino!

O próprio José Luciano de Castro, o homem da nossa Oliveirinha do Vouga, vê-se envolvido nos ataques verrinosos do Christo, a quem acusava de proteger o Firmino, este, tido como tiranete, apoiado por JOSÉ EDUARDO DE ALMEIDA VILHENA.

Foi afirmação que excede a verdade.

JOSÉ EDUARDO DE ALMEIDA VILHENA era homem honrado, digno, e que procedia dos Vilhenas, de muito mérito, neste burgo de Aveiro, filho de Francisco António de Almeida Coelho e de D. Anna Luiza da Conceição Vilhena, esta, natural da Moita, concelho de Lisboa.

Faleceu, com 71 anos de idade, a 6 de Março de 1905 e sepultado ficou, em jazigo de família, em Aveiro. Foi casado com D. Elvira Machado de Almeida, com morada na, então, Rua de Entre-Pontes. Poderia ter-se afastado dos escritos, polémicos, sempre causa para os indesejáveis ataques que sofreu. Era cunhado do Manuel Firmino.

E, Vilhena, foi JOSÉ MARIA VILHENA BARBOSA DE MAGALHÃES, nascido na freguesia da Vera-Cruz de Aveiro, aos 30 de Dezembro de 1879, filho do Dr. José Maria Barbosa de Magalhães e de sua mulher, D. Maria José Vilhena de Almeida Maia Magalhães, neto, pelo lado materno, de Manuel Firmino Almeida Maia e de sua mulher, Dona Maria Arrábida.

José Eduardo foi um bom jornalista, acutilante, e os seus imensos méritos, salvaguardavam-lhe um certo mal querer, de determinadas facções. Era atacado e, beliscava-se com pessoa de bem e isso não foi aceite, pois José Eduardo Vilhena era prestável, sério.

Veio a exercer funções como Tesoureiro público e - note-se - não teve dificuldade, pelo seu muito prestígio, em Águeda, em conseguir o dinheiro para a caução exigida: 4.000\$00 (quatro contos). Essa fiança, foi-lhe concedida pelo célebre cônego fidalgo, MANUEL RIBEIRO DE MACEDO DA CÂMARA MOTA, decorria o ano de 1868, com escritura lavrada, no dia 25 de Novembro, daquele ano, em Águeda (NOTARIAL NÚMERO 337 - A FOLHAS 270)

Um dos pontos em que indicia mais o ataque do panfletário, a José Luciano, consistia no facto dele - Luciano - ter esbofetado o próprio seu pai.

E é, neste clima, tristíssimo, da política - ou politiquice - que monárquicos, republicanos, radicais e conservadores, vivem o estado da Nação e, de forma especial, o panorama do modo de se estar, nesta terra de Aveiro!

Evocações de uma Era Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História - Aveiro

Em 1888, já a comissão da estátua a José Estevão se encontrava em condições de a inaugurar.

Por motivos, nunca bem esclarecidos, Firmino de Almeida, logo após a sua ascensão ao cadeirão, dissolve a Mesa da Santa Casa da Misericórdia, estabelecendo uma comissão administrativa, colocando à cabeça do elenco, como presidente, o Sr. José Eduardo de Almeida Vilhena.

E, como principal acto da nova governação da Santa Casa, assiste-se ao despedimento do pessoal civil, daquela instituição.

Nada mau, para um começo de quem era detestado!

No lugar das destituídas dos seus cargos, ocuparam-se as famigeradas francesas - tidas por irmãs da caridade - vindas da idílica França!

Ora, o que se não deve ignorar - claro que não! - é que José Estevão, para quem o rapto de Sá foi uma afronta, abominou aquele que julgou como que um procedimento nada recomendável.

Eram, também, para a época, os pontos de vista - concordantes e discordantes - e a população de Aveiro beneficiou, imenso, com a entrega plena, o carinho, a dedicação dessas extraordinárias raparigas - ESPOSAS DE DEUS, IRMÃS DA CARIDADE.

Pelo meu lado, ocorre-me aquela figura diáfana, meiga, bondosa, símbolo da dedicação ao sofrimento. Ela era, sim, no hospital da Misericórdia de Aveiro, pelos anos 40, 50 e 60, a irmã PASCOALINA. Ó santa alma, que abdicava de tudo, para se colocar, em qualquer momento, ao lado do paciente.

Meu pai morreu, naquele quarto particular do Hospital da Misericórdia, tendo ao lado a irmã Pascoalina que não dispensou a presença, humana e amiga, do Padre Alírio de Melo! Era, eu, um menino, então acompanhado, naquele desenlace, pelo médico, esse extraordinário Homem de Aveiro, HUMBERTO LEITÃO. Tudo fica, à distância, mas não esquece!

Os meus detractores - aqueles que me convidam a sintetizar - tenham paciência.

Explicar estes temas, é prestar à história de



Aveiro - Antiga rua Larga hoje chamada de José Estevão.

Aveiro, o desenvolvimento que a própria cidade não deseja esquecida! Nem a própria Vila da Feira!

Continuo, pois, este apaixonante tema.

Com efeito, em 19 de Novembro de 1869, no periódico de JOSÉ ESTEVÃO, "REVOLUÇÃO DE SETEMBRO" (para além dos mais variados jornais de Lisboa) se podia ler: "Do convento de Sá, em Aveiro, saíram sem autorização nem prévio conhecimento de suas famílias algumas formosas meninas, que foram desinquietadas, não sabemos por quem, para se filiarem no grémio das irmãs da caridade. Devem ter chegado a Lisboa ontem para daqui seguirem para França. Duma sabemos que era senhora de pouca inteligência, mas o devotismo obceca as melhores cabeças e a velhacaria jesuíta sabe explorar e aliciar os corações melhor formados e as mais claras inteligências. À superiora do convento devem pedir rigorosas contas as famílias daquelas donzelas".

Mas quem eram as meninas retiradas ao convento de Sá, remetidas a Lisboa, com destino a França? Não eram, não, as meninas Mascarenhas, do tenebroso VISCONDE DA AGUIEIRA, ele, visconde, irmão da madrinha da mulher de JERÓNIMO PEREIRA CAMPOS. Eram, sim:

Uma, filha do Bacharel em Direito, ANTÓNIO AUGUSTO COELHO DE MAGALHÃES, sobrinha de José Estevão. Esta é, pois, a primeira.

Evocações de uma Era

Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História - Aveiro



Quinta de Espargo - Portão da casa solarenga onde morou o capitão-mor Manuel Santos Barreto e sua mulher D. Madalena.

A segunda era irmã do doutor José Pereira de Sousa e Sá, professor no Liceu de Aveiro, tendo, em França, sido atacada de loucura.

A terceira, era irmã do António Pinheiro, por alcunha o RATATONE, tia do não menos célebre dr. Jayme Duarte Silva, por alcunha o Mijareta, o Pulga da Rua do Sol ou, mais ainda, o RATA-SÁBIA. (grande advogado no conhecimento do foro). Conheci-o, ainda era eu criança. Aquela menina, irmã do António Pinheiro, faleceu em França.

A quarta menina, era irmã de Norberto Ferreira Vidal e tia do saudoso Bispo Dom João Evangelista de Lima Vidal. Esta, acabou por ingressar no lote das freiras admitidas no Hospital.

A quinta menina, essa, era a mais conceituada no grupo, por ladina e esperta. Chamava-se Henriqueta, por apelido Loureiro.

Um dos seus irmão, que vivia em Aveiro, escreveu-lhe - pessoa muito consagrada, pelos seus dotes morais e industrial honrado - determinada carta e, como resposta, obtivera da religiosa a missiva seguinte: "Meu caro mano do coração" - "A graça de Deus e de Nossa Senhora seja em nossas almas, e nos fortaleça para tudo que for do seu divino agrado permitir-nos. Querido mano, recebi a tua carta, com a qual muito penhora o teu amor, a esta para sempre grata e reconhecida, bem assim à querida mana, que com tanto desvelo roga a Nossa Senhora, pelo bem da minha alma, que é principal. Vejo quanto me dizes relativamente à minha saída da terra; meu mano não me recrimines; razões o fizeram necessário; quando não, eu teria o gosto de te ver e abraçar; eu sou filha da religião pelo que não sou de dispor coisa alguma, sacrifício que muito estimo. Caro mano, hoje como nunca está minha alma disposta quanto for a abandonar o mundo e a entregar-me toda a Deus, em cuja divina mão está todo o nosso bem. Querido mano, não te escandalizes, por quanto em meio da minha vocação religiosa eu jamais me esquecerei de todos os meus; não escrevo para o Brasil porque não me é possível; porém, peço-te para dares parte e me recomendes extremamente a meu padrinho e mano João; não esqueças uma lembrança extremosa da

filha para minha mãe e geralmente me recomenda a todos; aceita o amor que te consagra esta: TUA MANA DO CORAÇÃO. - Lisboa, Novembro de 1862".

Nota do autor: esta carta foi transcrita em "NOTAS DA MINHA VIDA E DO MEU TEMPO", volume IV, a folhas 11, de Homem Christo. - e de cujo texto, o autor a reproduz, neste seu trabalho, com a devida vénia, que Homem Christo lhe merecia.

Há em tudo isto, um embróglio que motiva conjecturas. Não ficou bem claro se aquela carta era a expressão da verdade, ditada pela Henriqueta ou, como pretende Homem Christo, a consequência da coacção dos padres de São Patrício.

Dá-se, em qualquer forma, o dito pelo não dito. Eis a questão, sem tirar nem pôr.

E isto, claro é, pelo documento notarial que se transcreve:

- PÚBLICA FORMA -

"Mano António - Bem sei que has-de estar muito escandalizado comigo e com razão mas, meu querido irmão, a carta que te escrevi não foi por minha vontade, foi para condescender. Oh, meu querido irmão, eu nunca tive vontade de ir para França; perguntaram-me se eu queria ir e eu disse que sim, mas depois arrependi-me e não o quis dizer; agora está chegado o tempo e eu estou morta por me ver em Aveiro com a nossa família.

Oh, meu querido irmão, peço-te que por alma da nossa mãe me venhas buscar no primeiro comboio que houver, porque eu de nenhuma maneira vou. Oh meu irmão não me faltes mas, quando vieres não digas cá que te escrevi, diz que me queres levar e que a nossa família está toda escandalizada, porque eu digo que quero ir contigo que já me não acho com forças para cumprir a regra da França. Adeus, meu irmão, não te escrevo mais porque tenho medo que dêem comigo a escrever. Não me faltes por amor de Deus. Sou tua irmã do coração - HENRIQUETA DO ROSARIO LOUREIRO - Logar do selo de estampilha de sessenta reis. Aveiro dois do décimo segundo mês de 1869 - O escrivão da Fazenda Leitão - Reconheço de

Evocações de uma Era

Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História - Aveiro

verdadeiro a letra e assignatura de Henriqueta do Rosário Loureiro, por ser idêntica a outra que existe em meu poder e cartório do que dou fé -.

Aveiro 2 de Dezembro de 1869. - Em testemunho da verdade - logar do signal publico - O tabelião José Leite Ribeiro. Nada mais continha a dicta carta que aqui fielmente fiz passar em publica forma, à qual me reporto, e que tornei a entregar ao representante. Aveiro 2 de Dezembro de 1869 - Eu José Leite Ribeiro a subscrevi e assignei em publico e raso, de que uso. Em testemunho de verdade - logar do sinal publico - o tabelião José Leite Ribeiro."-.

Nota: este tabelião exerceu a sua actividade em Aveiro, no período de 1847 a 1869, tendo-se fixado, posteriormente, em Lisboa.

Manda, a história das cartas transcritas, referir que a verdade ninguém a soube.

A primeira, ao contrário daquilo que se afirmou, não teria sido imposta, como imposta não foi a aceitação da menina HENRIQUETA, quando recebeu o convite da viajata a França, a essa "doce França". Pudera, não! Idade de sonhos, em que o coração de uma jovem, bate, estremece e tudo é manso, enquanto o amor não se torna labareda! Mas, é sempre amor, isso é!...

Há quem, ao amor, lhe chame um figo! Outros, o fruto de um anseio, o desejo, tornado mórbido, pela mera posse de um corpo! Eu não entendi, jamais, epítetos! Chamei ao amor, no meu arroubamento, na juvenil idade dos sonhos, um CAVALHEIRO, ILUSTRE! É que, à força, naquele tempo, ninguém ia! Caíam, na esparrela, as loucas, fiéis virgens, à manobra do traste! Eram as avezitas, lunáticas, entontecidas pelo olhar da víbora. Com excepções, claro. Quanto rapaz não cumpriu, por imposição dos pais!

Oh, a labareda do tal amor! E a Henriqueta era, de facto, a mais ladina, a mais sabida, a mais inteligente e matreira, daquele grupo das cinco moças. Era apetitosa e tinha apetites.

O que se torna claro, é o aproveitamento, naquele tempo, de determinados factos, em que, o nosso Homem Christo é mestre porque, em rigor, mestre e professor foi!

A segunda carta é o apalpar do pulso ao mano. Oh, Mano!

Tudo servia para desancar o Manuel Firmino!

A todos estes acontecimentos não escapou o frei BEIRÃO, homem influente, diabólico e, por isso mesmo, se aceita que, ainda, não tenha encontrado o regaço do Senhor.

Logo após a publicação da carta, em 19 de Novembro de 1869, no periódico de José Estevão - A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO - António Augusto Coelho de Magalhães fazia publicar uma sua carta, do teor seguinte: "senhor redactor: Pedimos ao governo que não seja imprevidente, e que abrindo os olhos e lançando a vista bem longe, ponha em acção todos os seus meios para impedir, fazer frustrar, essa cruzada diabólica que aí se levantou em todo o reino, e que escandalosa e arrojadamente trabalha, de certo com fins políticos, no infame plano de seduzir, por meio dos seus agentes, a mocidade inexperiente, e de recrutar raparigas para a arqui-confraria das irmãs da Caridade em França, chegando ao desaforo, de as arrastar à obediência e respeito, que devem a seus pais, induzindo-as primeiro nos princípios da doutrina a mais subversiva e atentoria desse respeito e acabando por as ir buscar à casa de educação, onde seus pais as têm, e depois de enclausuradas provisoriamente nas suas espeluncas e depósitos, as fizeram transportar, dizem eles, para os estabelecimentos das irmãs da caridade em França. Falamos assim e pedimos providencias, porque somos uma das vítimas de tão descarado desaforo e vítima sem que nem sequer nos dessem tempo de bater à porta da autoridade pública, e nem mesmo teríamos de saber a infame sedução que se urdiu, e negra traição que se pôs por obra, se não tivéssemos um amigo na província, que por obsequiosa benevolência se lembrou de nos prevenir que numa leva de recrutadas que marchou dali caminho de Lisboa, para aqui seguir para França, vinha uma filha que tínhamos



Quinta de Espargo, Feira - Rua de acesso à quinta, o palacete do capitão-mor Manuel dos Santos Barreto.



Espargo - Aspecto fronteiro da Igreja Matriz.

Evocações de uma Era

Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História - Aveiro



Eixo - Antiga rua Direita.



Eixo - Forno comunitário.

num recolhimento de educação, nessa terra da província!

Senhor redactor, grite bem alto contra esta pouca vergonha, que se não tolera nem nos povos selvagens. Diga que em S. Patrício (escadinhas de S. Crispim) aonde nós fomos, por insinuação confidencial de alguém, procurar uma filha que tínhamos na província donde havia fugido por sedução e esforço de alguém para assentar praça nas falanges das irmãs de caridade, encontramos, entrando de improviso e sem que fôssemos esperados, nem anunciados, as tais futuras irmãs da caridade, furtadas a seus pais, entre as quais estava a nossa filha, que ficou petrificada ao ver-nos, e que nem sequer nos beijou a mão, nem deu qualquer outra demonstração por gesto ou palavra de respeito que naturalmente devem os filhos aos pais.

Eram capitaneadas por uma abelha-mestra que tinha sido nossa hóspede em Lisboa por indicação da nossa filha recrutada. Logo que nos avistaram tocou-se uma sineta e a esse toque apareceu-nos de repente o Sr. padre Beirão, que era o comandante em chefe da devotíssima expedição e que, pelo desalinho e desbragamento em que nos apareceu, bem se via que estava nos trajos de quarto de cama. Caíram-nos as faces de vergonha quando se nos deparou aquele espectáculo!

O nome de Beirão era para nós um nome de respeito e veneração, porque essa família conta individualidades que a cobrem de todo o desaire que a irreflexão e o desacerto de alguns dos seus membros possam acarretar-lhe.

Esse nome foi a égide do Sr. padre Beirão; e nós, então e agora, temos a consciência do alto poder que ele teve sobre nós. Serviu de muito ao padre o nome da família.

Ficámos cegos para ver aquele, mudos para lhe falar com a severidade de que íamos dispostos a usar.

Desde logo nos conformámos com a amarga ideia de ficarmos sem filha e ficarmos sem ela mesmo sem fustigarmos o seu sedutor, caricatamente disfarçado; e depois de cobrirmos as faces com as mãos, deixámos a filha e o padre nos seus prepara-

tivos religiosos e dedicação à caridade, e viemos para casa mortos de desgosto pelo que tínhamos visto e não visto e mais do que isso, pela descrença de que, tendo cinquenta e quatro anos, chegassemos a ver estes desregramentos do que é mais corrente nos países em que vivem homens ilustrados e bem morigerados e em que os governos têm como primeiro cuidado e obrigação estabelecer e assegurar os meios de tornar impossíveis escândalos e abusos como este.

Senhor redactor, repetimos a recomendação: grite bem alto e não levante mão deste importantíssimo assunto que nós o acompanharemos quando e como pudermos."

Dizia-se que, à hora da morte da mãe, encontrando-se em Aveiro, após o seu regresso de França, a filha do bacharel António Augusto Coelho de Magalhães, instada por Mendes Leite, se recusa a ver a progenitora, alegando não ter família, porque a sua família é Deus!

A ser assim, e parece que o foi, o povo de Aveiro não esqueceu certos aspectos e não perdoou este procedimento. Porque, na verdade, ignorara outros mais lamentáveis!

Os factos decorridos, com as meninas Mascarenhas, havia agudizado os temperamentos.

E se é certo que, à força, ninguém vai, há que reconhecer um procedimento capcioso, em todo este processo.

Os pais colocam as filhas, naquele convento, tido como o melhor, na condição de educandas.

E pagam substancial mensalidade, a tempo e horas.

Em dado momento, são as educandas objecto de adulação, para seguirem outro rumo.

Aceitam, nessa idade dos sonhos, sem se perceberem das responsabilidades, mais tarde criadas.

Os pais ignoram este panorama.

E vêem-se sem as filhas, como facto consumado!

Há, pois, a legitimidade da revolta, com todas as consequências.

A vida monástica teve e voltará a ter, por certo, as

Evocações de uma Era

Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História - Aveiro

almas entregues às suas convicções, por aspectos vários, emergentes das vicissitudes da vida. A caridade, no aspecto do bem comum, na entrega ao próximo, é uma riqueza, nata no coração da mulher. Não seja ela mãe!

Logo, naquela época, mais aconselhável teria sido o convite às religiosas, desprendidas da vida terrena, sem as consequências, funestas, a que o desvio das educandas motivou.

Foi um rastilho tremendo. Uma vergonha, sem dúvida.

Mas, Homem Christo, sabia esgrimir a tal sua espada de oficial do exército, agora transformada na caneta ou na pena de pato!

E, no seu Povo de Aveiro, a tribuna livre desta terra, aproveita todos os momentos para esmagar o pobre do Firmino da Maia, tendo, por lema, o caso da sobrinha de José Estevão: "Não precisamos de ir buscar ao longe o que temos aqui ao pé da porta. Está na memória de todos o procedimento selvagem, brutal, anti-humanitário, da filha de António Augusto Coelho de Magalhães, da sobrinha de José Estevão!

- Minha filha!

- Não o conheço.

- Não conheces teu pai! O que te criou, o que tanto amor te dedicava!...

- O meu pai é Deus. Não tenho mais ninguém no mundo.

- Miserável!...

E quando o infeliz, ferido mortalmente, no seu coração de pai, crescia sobre a vítima do jesuitismo, a desnaturada filha desatou a tocar a sineta do hospício e a gritar por socorro contra quem lhe dera o ser...

Esqueceu-vos esta cena, ó aveirenses?"

Era infalível o efeito produzido por este naco de prosa.

E se as pedras não choraram, o efeito estava consumado, sem dúvida.

Em boa verdade, os aveirenses, se desconheciam esta passagem, no hospício de São Lázaro⁽¹⁾, atreitos



Eixo - Casa do Tombo.



Aveiro - Casa onde nasceu o Dr. Luiz Cipriano, pai de José Estevão e onde aquele faleceu. O prédio sofreu um corte e a rua foi rectificada.

como sempre foram, ao sentimentalismo, inclinados - e muito bem - para a defesa dos fracos e oprimidos - resolveram o caso à sua boa maneira. Como se verá.

O tribuno - tio da menina - a 9 de Junho de 1861⁽²⁾, pronuncia o seu célebre discurso que ocupou, pois, duas sessões da Câmara parlamentar.

Transcrevo os passos mais importantes:

⁽¹⁾ - O hospício de São Lázaro fazia parte, integrante, do Hospital de São José, em Lisboa, juntamente com os do Desterro e Rilhafoles (este, para dementes).

⁽²⁾ - A intervenção sobre as irmãs da caridade, por José Estevão, é alheia aos acontecimentos do Convento de Sá, visto que, aqueles, ocorreram em 1869 (Novembro).

Evocações de uma Era

Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História - Aveiro



Aveiro - Rua Direita, casa que pertenceu a José Estevão.



Aveiro - Plinto antes da colocação da estátua.

“Sou inimigo das irmãs da caridade porque as considero como um ataque ao princípio da família. A caridade atribuída a uma certa instituição, com o piedoso fim de educar crianças e tratar dos enfermos nos diferentes países da terra, é uma malícia ostentosa feita em nome de Deus. Este cosmopolismo não me parece necessário nem útil. Um pai desvelado, no último quartel da vida ou no vigor da idade, que tem todas as esperanças em que seus filhos ou filhas principalmente, sejam o seu futuro, vê que a fronte se lhe inclina para a terra, vê-lhe a tristeza no rosto, e inquire-a, interpretando por algum desregramento do coração essa tristeza:”

- Que tendes, filha? que mal vos preocupa o espírito?

“Nenhum, meu pai; falou-me Deus e a Deus entreguei a minha vontade e espírito, que deviam ser vossos. Sou de Deus que fez uma lima nas mãos dos seus obreiros, como se vós não fosses o melhor obreiro. Sou de Deus e vou em nome de Deus correr mundo, para limar as asperezas da rusticidade, ensinando os ignorantes, socorrendo os que sofrem, velando junto do leito dos enfermos”-. E o pai há-de deixá-la ir? Em nome de Deus, não!”.

Sabe-se que José Estevão, algum tempo depois, teria confidenciado que não pretendia insinuar que as irmãs da caridade não fossem úteis, necessárias.

Patente era o arrebatamento, tão próprio do ho-

mem, aberto e franco, que sentia aflorar, à pele, o sangue borbulhoso, incapaz de guardar, em si, a moinha dos desagavos.

Aquela parte do seu longo discurso foi, em boa verdade, a defesa da sua própria opinião pessoal.

O homem, senhor do dom da palavra, pleno de vitalidade, seguro dos seus pontos de vista, nos seus improvisos, pode, naturalmente, citar algo, que não seja compreendido.

José Estevão era crente, católico.

A sua condição de grão-mestre da maçonaria - isso era facto - não lhe subtraía o respeito e o temor a Deus.

Entenda-se: a maçonaria era um fruto da própria Igreja! Interpretada, consoante os quadrantes de interesses.

Não se ignora, não, que a irmã do tribuno, Maria Dorotheia - alma eleita, bondosa, profundamente cristã, considerada senhora de coração, pleno de bondade, jamais vira, em seu irmão, um anti-Cristo!

E a bondosa senhora, ao falecer, em 1892, com oitenta anos de idade, partiu para o regaço do Senhor, convicta da verdade.

Seu irmão foi um fogoso, em tema tão delicado. Na educação patriarcal do dr. Luiz Cipriano e sua mulher, dona Clara Miquelina, todos os filhos beberam os ensinamentos do bem, do amor ao próximo, da religião católica.

O clima político de Aveiro não era o melhor.

Se os dias, amenos e tépidos, decorriam, neste burgo, sentia-se o próximo estalar das hostilidades.

O tema das irmãs da caridade dividiu Aveiro.

Há que convir que o discurso de José Estevão, sobre este facto, se tornou, desde logo, polémico, causa de pontos de vista divergentes, controversos!

É evidente que Homem Christo, figura de facetas, mas aveirense de puro sangue, no carinho que lhe merecia a família COELHO DE MAGALHÃES, não desarma. Mantém a verrina, tão do seu agrado. Por isso era o emérito, o sublime panfletário!

O povo de Aveiro, amorfo, declinando a resolução

Evocações de uma Era

Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História - Aveiro

dos seus assuntos, por comodismo, também, começou a reagir. Saiu do letargo, da hibernação, deixou de ser o réptil de sangue-frio e, transforma-se no combatente.

E é isto, senhoras e senhores, que não vejo agora, nesta minha terra, já que todo e qualquer gato-sapato ri dos seus anseios, dos seus direitos, destrói o que Aveiro construiu, em apoio imbecilizado, a mentes vulgares, ou mesmo de pouco quilate!

Está a faltar, à gente de Aveiro, a garra, a determinação de homens do oitocentos.

Mas o tal fogacho, todo ele escrito nos periódicos, são causa de focos de incêndio, a breve trecho, como se vai descrever.

JOSÉ EDUARDO DE ALMEIDA VILHENA - escrevia, assim, no *Campeão do Vouga*, do qual era director:

“Julgam que a introdução das irmãs da caridade francesas nos asylos d’infância desvalida nobilita a geração nova, e é uma prova incontestável do nosso desenvolvimento moral e intelectual? Pensam que a civilização não caminha nem invalesce sem essas demonstrações menos reflectidas d’algumas senhoras piedosas, que prodigalizam devotadamente a estes estabelecimentos de beneficência o seu ouro e os seus serviços, acarinhando os orfãos da fortuna, e enxugando as lágrimas da fome? Enganam-se. A caridade é consórcia da civilização e viça em Portugal a despeito d’essas guerras de princípios, em que nos temos empenhado para vindicar os foros da nossa independência cívica.

Falamos com o desassombro da independência. Reprovamos a introdução das irmãs da caridade francesas nos asylos da infância desvalida. Reprovamos o requerimento que dirigiram ao trono as direcções das sociedades de beneficência de Lisboa, porque este documento veio a dar à questão uma outra face, apesar de que os signatários d’elle não valham mais que a lei, do que vale igual número de cidadãos. E reprovamos, finalmente, a inércia do governo, porque o governo devia ter prevenido esta última circunstância, e não trepidar quando a impaciência pública lhe apontava o caminho, e o impelia para ele.

O senhor Marquês de Loulé cruzou os braços, e deixou-se embuir das prestações dos áulicos.

Não fez bem. O tempo lhe mostrará que a verdadeira soberania se consubstancia só no direito e não nas apreensões de visionários e fanáticos. A religião de Cristo não se harmoniza com essas homilias refalsadas, que atormentam o espírito e depravam a consciência.”

Isto escrevia, no seu periódico “O CAMPEÃO DO VOUGA”, NÚMERO 648, DE 21 DE AGOSTO DE 1858, o seu director - o tal José Vilhena.

E, logo, Homem Christo, atento, pertinaz, incendiário, rebatia, dizendo: “mudaram de opinião e mudar de opinião não é vergonha. Engano! Os quadrilheiros da política portuguesa mudavam sempre, não de opinião mas ... de interesse.

Aquele José Eduardo Vilhena, parente do Firmino, o homem que Christo continuava disposto a abater, dizia, assim, no seu “Campeão do Vouga”, em 1 de Setembro de 1858 - número 651 - “Apagou-se o brilho da velha nacionalidade. As tradições gloriosas, que faziam o orgulho do povo português esqueceram já, ou foram renegadas pelos profetas desta nova Jerusalém. A geração por vir há-de erguer-se um dia magestosa e indignada no estrado da história para perguntar à raça *bastarda* o que fez à herança que recebeu impoluta das mãos generosas, que implantaram a árvore da liberdade nesta orla formosíssima do ocidente.

Já não há brios que resistam às inspirações da paixão, ou aos arrebatamentos da vaidade contrariada.

Mas o povo, esta verdade eterna que surge no meio dos baldões, e sorri, e salva dos abismos a coroa dos monarcas; o povo, cujo instinto o aconselha e dirige, arrosta de pé as considerações dos poderosos, e absolve-os do erro, mostrando-lhes toda a sua profundidade.

Quem vemos entre nós pronunciar-se abertamente contra a admissão das irmãs da caridade fran-

Evocações de uma Era

Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História - Aveiro



Aveiro - Praça Luiz Cipriano.

cesas nas casas do ensino da infância desvalida? Quem vemos legitimar os direitos das senhoras portuguesas e opor um voto espontâneo e ilustrado a essa pretensão injusta e ignominiosa? Quem se eleva a patentear ao trono a desaprovação mais categórica à importação do estrangeiro das filhas de S. Vicente de Paulo e frades lazaristas, importação que outras nações têm repellido, reputando-a nociva a inconveniente?

Quem tem salvado nesta questão deplorável a honra nacional, e falado a linguagem da independência e da verdade?

Foi o povo que subiu a tribuna da imprensa e daí proclamou a necessidade de subtrair Portugal a mais esta vergonha. Foi o povo que acorreu pressuroso a declinar a responsabilidade moral que lhe queriam impor, porque contavam com a sua aprovação tácita e que não reagisse a esse acto que só tem por sustentáculo alguns membros da classe elevada (assinado): "E. de Almeida Vilhena."

Manuel Firmino de Almeida Maia era casado com sua prima dona Maria Arrábida Vilhena de Almeida. E, por isso, cunhado de José Eduardo de Almeida Vilhena.

Se é certo que não conheci Manuel Firmino, da sua neta tenho gratas recordações, pois tratava-se de uma exemplar senhora e que vivia, na Rua do Gravito, ao tempo da minha mocidade, a espigar.

Vivia em casa contígua à que fôra a habitação onde nasceu meu bisavô, o Pedro Serrano, e onde, de igual modo, lhe nascera a prole, vasta, antes de se transferir para a sempre saudosa Rua da Fábrica.

José Luciano de Castro era preponderante ministro ao tempo destas ocorrências.

Tinha, como secretário, um homem de Aveiro - FRANCISCO DE ALMEIDA E BRITO - que havia sido colega de Homem Christo, no Liceu de Aveiro.

José Luciano, desde sempre, em Aveiro, foi considerado como um politiquero e era acusado de estar na origem destes grandes males, pela cobertura dada ao Firmino e ao Vilhena.

Entretanto, a estátua, já pronta, continuava a aguardar a pacificação dos ânimos, para a sua inauguração.

Mas, para isso e como condição, era necessária a demissão do Firmino, como governador civil, e a eleição da nova mesa da Santa Casa.

Francisco de Almeida e Brito manifestava o ardente desejo de ver sanado um terrível mal.

Consegue, finalmente, a eleição para a mesa da Santa Casa.

Acto concorrido, em 19 de Setembro de 1888. A este facto voltarei.

É preciso historiar determinado tempo e alguns factos, para se perceberem os meandros da politiquice.

Manuel Firmino procedia dos Coelhos de Almeida, homens arreadamente miguelistas, o que era um seu direito.

Eram, aqueles Almeidas dois irmãos: o Francisco e o Joaquim. Este Joaquim era assentista, o que significava fornecedor de víveres, à então guarnição militar de Aveiro, mediante o contrato estipulado, de determinada soma a que se dava o nome de "assentada". Talvez, por isso mesmo, teve a alcunha de "capitão", e o seu tratamento passou a ser o de Sr. Joaquim capitão.

Homem que engrossou os cabedais e, pelo dinheiro, passou a ter o seu único cartão de visita, que

Evocações de uma Era

Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História - Aveiro

o transpunha aos mais luxuosos gabinetes.

Esteve envolvido em célebre caso de morte, nas rixas entre o "COSPE-FORA" e o "ANTÓNIO DAS MÁSHORAS", por questões políticas, já que aqueles eram liberais.

O nosso Rossio fora palco da violência, e aos descatos se ligaram, também, os factos do triste Craveiro, de Eixo, miguelista de gema, um crime repulsivo, por uma questão política!

Ora, dentro das grandes amizades do Joaquim capitão, figurava José Luciano de Castro.

Era preciso à política, em Aveiro, um órgão escrito e, ele, surge pela influência e amparo de José Luciano.

Intitulava-se O CAMPEÃO DO VOUGA. Mais tarde veio a ser o Campeão das Províncias.

Como Director, teve Manuel Firmino e, depois, José Vilhena.

Ambos os jornais tiveram a sua sede em prédio que, era eu menino, conheci, interessante, de cor rosa-velho, rodeado de gradeamento, que circundava a subida para a actual rua do Gravito, onde, hoje, se situa um estabelecimento de modas, na esquina da Rua Agostinho Pinheiro.

Ali morou o conceituado advogado, dr. Neni, ligado à família Vilhena.

Mas a política tem o seu curso, as suas fases, os amigos e, logo de imediato, os inimigos.

A isso se chamava, no meu tempo de miúdo, o dançar na corda-bamba, espectáculo que eu admirava, naquele largo do Alboy, quando os saltimbanco, ali, se instalavam e montavam o seu arraial.

O equilibrista, trajando determinada veste, percorria, de um lado para ao outro, o arame ou corda, e, no seu centro, dançava um número especial. A isso se dava o nome de dançar na corda-bamba, ou bambão.

E, em determinado momento, surgiam os trampolinos que, sobre uma esteira, faziam as piruetas, as cambalhotas, as tais trampolinices.

Não admira, assim, que os políticos se servissem de exemplos, para conseguir os seus fins.

As verrinas escritas, pelos anos de 1850, são disso



Eixo - Casa solarenga do tempo de Manuel Coelho de Magalhães.

uma prova. «O Campeão das Províncias» que tanto devia - tudo, afinal, - ao José Luciano de Castro, dele dizia o seguinte, no seu número de 16 de Maio de 1863: "- o Sr. José Luciano é tido, geralmente, como um carácter safado, imoral e cínico. Pode ser grande a injustiça que lhe fazem, mas em Lisboa a sua reputação está abaixo de zero. Os ministros aproveitam-no como se fora um cão de fila porque arremete para os adversários com a impetuosidade de um hidrófobo."

Vejamos o uso do ferrete contra quem fundou e amparou o CAMPEÃO.

"Mas a imoralidade do governo deve aferir-se pela torpeza dos seus defensores.

Um d'elles (José Luciano) deputado e escritor público, levantou mãos sacrílegas contra o seu proprio pae, acto este que foi presenciado por uma parte dos eleitores do circulo por que primeiro foi eleito! Quem esquece os deveres filiaes para cevar, com espancamentos públicos, no autor dos seus dias o despeito de uma pretensão mallograda, está definido, e não pode iludir ninguém. A vilania da acção

Evocações de uma Era

Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História - Aveiro

classifica o homem, e põe a lume a ruindade dos seus instintos.”

Veremos, a seu tempo, o porquê destes ataques.

Como cônsul geral português, no Brasil, se encontrava o barão de Moreira. (1850)

Segundo se dizia, um corrupto e, por isso, fora acusado de ilegalidades cometidas no exercício das suas funções. Enfim, ontem, como hoje!

Alegava-se, mesmo, que somas avultadas giravam no ataque e na defesa.

José Luciano de Castro, na Câmara parlamentar, desfere forte ataque ao barão.

Mas o Campeão das Províncias, de imediato, escreve contra Luciano, o seguinte: “Era público e notório que a favor do consul se empenhavam cem contos de reis e que contra elle trabalhava igual quantia e disse-se, sem reboço, que o tal deputado (José Luciano) fora comprado para fazer no parlamento a virulenta acusação”. E prosseguia: “O tal deputado e escriptor anti-moedeiro teve a baixeza de se apresentar no tribunal a favor dos moedeiros!... e increpado particularmente pela vilania da acção, respondeu, tartamudeando, que era verdade ter sido uma vergonha o acceitar elle a procuração em semelhante processo, mas que se tinha pago da vergonha, exigindo vinte libras só para assistir a um inquérito de testemunhas.” - “Já se vê que para este vendilhão a honra e a vergonha estão no preço! Amanhã escreverá contra Deus se lhe pagarem bem.”

José Luciano de Castro resolve, finalmente, sair a terreiro, invocando as figuras célebres dos Brandões.

Ó, céus! Isto é de morte! Nem o bandarilhar de um touro miura poderia causar melhor e mais triste espectáculo!

NO JORNAL “O PORTUGUES” N.º 3020, de 26 de Maio de 1863, Luciano escrevia assim:

“O último número do Campeão das Províncias, jornal protegido pelos Brandões e quantos canibaes abrirem a bolsa para saciar as ambições dos bandidos da penna, das Mesalinas da Imprensa, dos mais

asquerosos pasquins do jornalismo português, publica um artigo diffamatorio, desbragado, impudente, contra o governo e particularmente em desabono do snr. deputado José Luciano de Castro. O melhor correctivo, a mais eloquente resposta às diatribes despejadamente calumniosas do rabiscador aveirense, é o silencio e o desprezo. Basta recordar-nos que n’aquelle mesmo jornal, não há ainda um anno, foi atrozmente offendido e torpemente calumniado o grande orador, cuja perda lamenta em perpetuo luto a tribuna portuguesa! Não é muito que o snr. José Luciano soffra as iras dos escriptores esfaimados, a quem o governo, em obséquio à moralidade publica, retirou a prebenda do orçamento que lhes alimentava a gula insaciavel O Campeão, como estava acostumado à espórtula de 50\$00 mensaes que lhe dava o snr. Rodrigo da Fonseca, e ao ouro com que os Brandões lhe pagaram os seus serviços, crê ingenuamente que ninguem pode defender uma causa de cuja moralidade está convencido sem estipêndio certo e paga larga.

Continue o Campeão no seu caminho que vae bem. Retiram-lhe a verba do orçamento, acabaram as comedellas do recrutamento, e é de crer que em breve acabem as da câmara.”

Soube-se, sempre, que, por artes mágicas, aquelas comedelas jamais acabaram.

Não se fina este romance, este escrito revelador de uma época, na qual, os actuais, foram bebendo.

A política, sem tacho, gera dissidentes. Hoje, são uma coisa, amanhã, outra.

São os homens do leme de nau inclinada que, quando o barco mete água, safam-se, rapidamente, como ratazanas de porão! Outros, caciques dessas ratazanas, rostos inefáveis, abandonam o Partido que os projectou, com valor, quase sempre insignificante, senhores de postas conseguidas, pelo Partido e, no qual se filiaram. Mudam, mas não abdicam dos tachos que rapam, até ao fundo do alumínio, marimbando-se para a sigla que abandonaram!

Mas “O PORTUGUES”, no seu número 3021, de 27 de Maio de 1863, mantinha a sua chama, que assava



Eixo - O belo remanso da Ribeira da Balsa.

Evocações de uma Era

Uma Terra, um Povo, uma Lenda ou uma História - Aveiro

o Firmino e o Vilhena: “O Campeão das Províncias, jornal assalariado pelos Brandões para toda a obra, no seu n.º de 23 corrente, referindo-se ao Portugues, escreveu meia duzia de calumnias tão vis e indecentes como nos parece ser o character dos seus redactores.

Se falámos do subsídio de 50\$00 reis mensais que o Campeão das Províncias recebeu do governo da regeneração, é porque é um facto público e notório.

A Revolução, aliada do Campeão das Províncias publicou ali o compromisso do proprietário do jornal aveirense, segundo o qual o Campeão das Províncias se comprometia a defender o governo regenerador pela módica quantia de 50\$00 reis cada mes. Lá barato era. Com pouco se contentava.

PORTUGUES não desce a justificar-se das acusações infames que lhe faz o jornal de João Brandão de Midões, jornal que ainda no seu último numero apresenta João Brandão como o pacificador da Beira, e como um homem de grandes serviços à causa da humanidade.”

Aproximava-se a queda do Manuel Firmino e do Vilhena? Seria estrondosa? Não houve queda não!

José Luciano de Castro não dava ponto sem nó, isso não.

Em 26 de Maio de 1863, é o José Luciano quem disserta da forma seguinte: “Snr. presidente, eu pedi a v. ex.ª e à camara, que me dessem a palavra para lhes dar conhecimento dum facto que me tem impressionado tão profunda e angustiosamente como nenhum outro da minha vida pública nem particular me havia ainda impressionado.

Num jornal de Aveiro, o CAMPEÃO DA PROVÍNCIA, n.º 1135, vem um artigo contra o governo, em que, depois de se fazerem as maiores acusações contra os srs. ministros, falla-se desfavoravelmente no meu nome, dirigindo-me calúnias que o meu próprio character e pundonor repellem e que são muito inferiores à minha dignidade. Vou lê-las à câmara.” Mas Luciano continua: “Espancar um pae!... Espancar

um pae!... Acusação tão torpe, miserável e infame que nem posso comprehender bem a significação d’estas palavras: Espancar seu proprio pae!

Levantar as mãos offensivas contra o auctor de seus dias! Que filho ousará commeter tão execrando attentado?!

Apello para o sentimento e para o coração de todos que me ouvem, amigos e adversários, e que todos digam se há alguém que possa ouvir pronunciar estas phrases sem que lhe estremeça o coração, e se lhe desvaire o espirito atribulado e perplexo diante de tão negra calúmnia?!” - E José Luciano prosseguia: - “Havendo n’esta camara um deputado que é proprietário do jornal que tenho na mão, admirame que não tenha vindo aqui tomar a responsabilidade d’estas arguições, visto que hontem fiz dizer a s. ex.ª que carecia da sua presença hoje n’esta camara para pedir-lhe explicações a respeito das calúmnias que são assacadas. S. ex.ª não compareceu infelizmente.”

“Pois a sua presença era aqui necessária, até mesmo para desagravo seu, para que elle respondesse pelo seu jornal e pelas arguições que me eram dirigidas. O snr. deputado a quem me refiro não compareceu, e eu abstenho-me de qualificar esta inqualificavel cobardia; pois que estou persuadido que é cem vezes cobarde o homem que não tem coragem bastante para sustentar as suas opiniões; e fa-lo quem não comprehende, nem tem a consciencia da sua honra, quem se recusa a dar explicações a um homem de bem, cuja reputação foi insidiosa e perfidamente ultrajada nas colunas do seu jornal, a um homem de bem, que mandaram apunhalar pelas costas.



Poesia

*Domingos de Oliveira**



Rio Cáster na Lavandeira.

Vendo passar o Cáster

Debruço-me na ponte a ver passar
o cáster. Mas já o cáster não
se debruça em mim. Meus olhos
com o tempo, perderam essa luz

a das águas, saber do ver
passar os rios. O rosto era claro
límpido, numa ponte perfeita
do que havia e se via.

Untuosas agora, de dejectos,
turbam os olhos que se esforçam
por estas águas nessas outras
em vão. Esse rosto. Em vão.

Uma lágrima cai. Inoportuna. E vai
nessa leva gomosa a do olhar
embaciado e sujo. E esses cães
dos cegos olhos, perdidos, latem.

* Nasceu em Silvalde, Espinho, em 1936. Fez o Curso do Magistério no Porto, onde veio a ser professor de Movimento e Drama. Dedicou-se vários anos ao teatro no *Teatro Popular de Espinho*, tendo trabalhado no *Centro Cultural de Évora*. Publicou poesia, *Cosmose*, 1965, e *Génesis Depois*, 1990, além de alguma colaboração em publicações diversas.

O cartão de visita de Pena Gabriel

*Celestino Portela**

António Marques Pena Gabriel nasceu no Rio de Janeiro, no dia 19 de Setembro de 1911.

Foi registado na Quinta Pretoria, Paróquia de Santo António, da Capital Federal do Brasil.

O assento de nascimento consta a folhas 162 do Livro 68, com o número 805.

A participação foi feita pelo pai, António Pena Gabriel, natural de Portugal, negociante, casado em Portugal com Maria Joaquina de Resende Gabriel, morador na Rua do Lavradio, nº. 113, no dia 22 do mesmo mês.

O nascimento ocorreu na sua residência, às 2,35 horas da tarde.

Neto paterno de José Gabriel e Maria Luisa, portugueses, ele falecido, e materno de António Ferreira Marques e Maria Joaquina de Resende Reis, portugueses e vivos, como consta do assento.

O assento foi rectificado pelo termo nº. 805, lavrado a folhas 174, do mesmo livro, no dia 23 de Setembro do mesmo ano, no sentido de tornar certo o nome do avô materno que é António Correia Marques. A rectificação foi feita em consequência do despacho do Doutor Juiz exarado na petição em que foi requerida.

O assento de nascimento de António Pena Gabriel foi transcrito na Conservatória do Registo Civil da Feira, sita no Edifício do Convento, no dia 29 de Outubro de 1929, tendo o número de ordem 25, e está assinado pelo Conservador Rufino Ferreira da Motta.

Um primeiro averbamento diz-nos que foi emancipado no dia 17 de Outubro de 1929, em processo que correu seus termos pelo Cartório do Terceiro Ofício do Juízo de Direito da comarca da Feira.

Um segundo averbamento refere que casou no Posto do Registo Civil de Tortosendo, concelho da Covilhã, no dia 2 de Fevereiro de 1939, com Dulce Helena Monteiro Pontífice.

Como consta de um terceiro averbamento este casamento foi dissolvido por divórcio decretado por sentença de 6 de Fevereiro de 1959, proferida no processo que correu seus termos no Tribunal da Primeira Vara Cível do Porto.

Da certidão não consta o "último" averbamento, o óbito, e não consegui localizá-lo na certidão de nascimento no Rio de Janeiro.

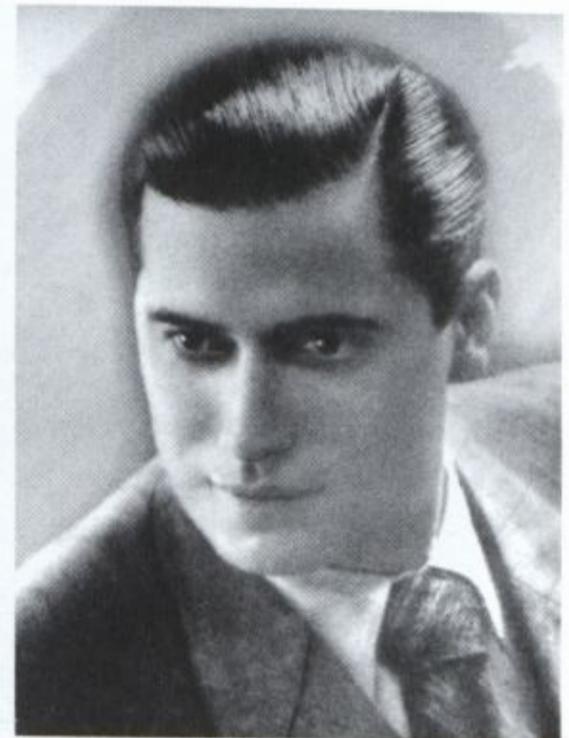
As circunstâncias trágicas que referem terem rodeado os últimos anos da sua vida no Brasil para isso devem ter contribuído.

Pena Gabriel foi senhor de grande fortuna, que viveu com muito fausto.

Em Vila da Feira, os pais possuíam, além de outros bens, a Quinta de Santo André que foi adquirida, em 1951, por Antero de Andrade e Silva, por 1700 contos, por escritura de 31 de Março, lavrada no cartório do Dr. Domingos Trincão.

Efectivamente Antero de Andrade e Silva comprou a propriedade aos pais de Pena Gabriel, António Pena Gabriel e mulher Maria Joaquina de Resende Gabriel, que também usava e era conhecida por Maria Marques Gabriel.

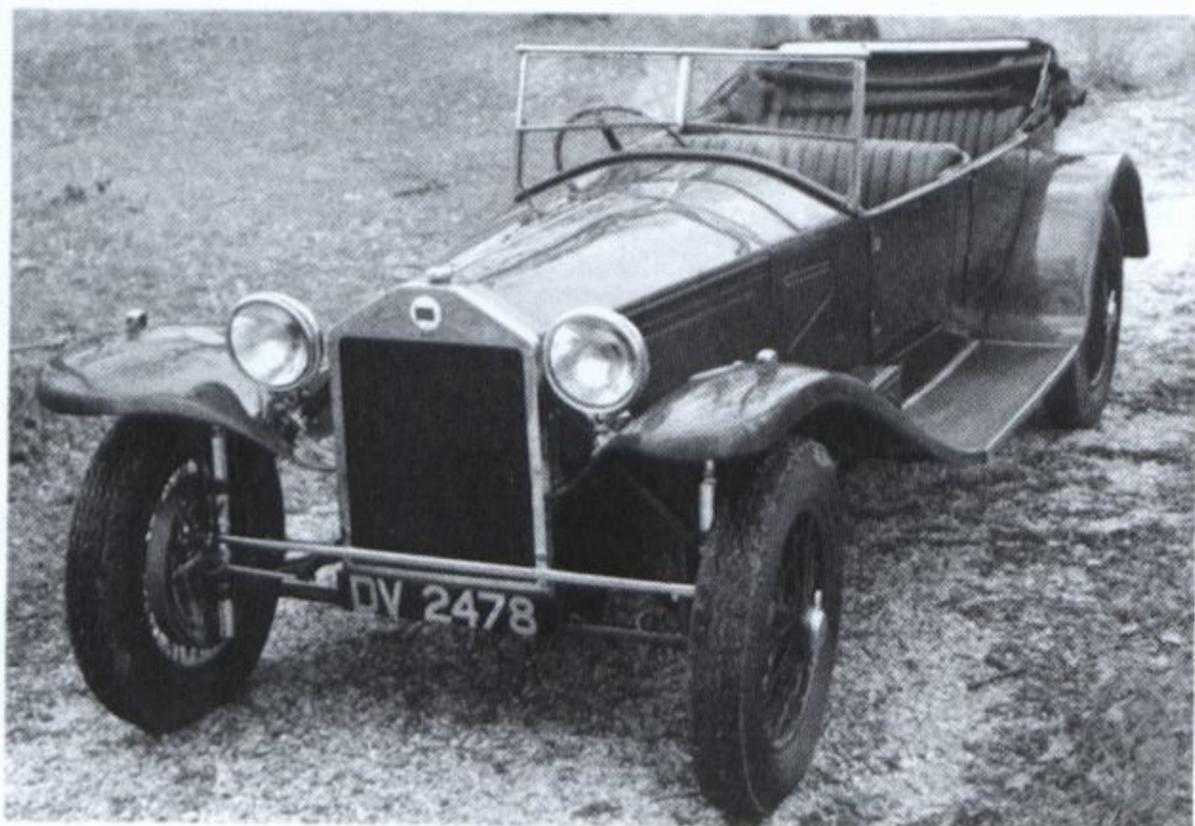
Por morte de Antero de Andrade e Silva, a propriedade foi dividida em cinco partes com as áreas respectivamente de 47.696 m², 29.278 m², 77.995 m², 51.093 m² e 20.000 m².



Pena Gabriel.

* Advogado.

O cartão de visita de Pena Gabriel



1928 - Lancia Lambda.

O prédio urbano, mandado construir pelo Antero Andrade e Silva, foi adjudicado ao filho que ficou com a parcela de terreno menor, anexa à casa.

Por várias vicissitudes passaram a casa e algumas das parcelas, que acabaram por ser adquiridas por importantes investidores imobiliários do nosso concelho que ali estão a fazer nascer uma Cidade Nova, tendo a casa sido adquirida pelo neto de Antero Andrade e Silva, João Andrade.

Mas Pena Gabriel foi pessoa que gozou de grande prestígio no nosso meio, tendo sido o 4.º Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, no período de 1936 a 1939, e Presidente do Club Desportivo Feirense no período de 1934/1935.⁽¹⁾

Além destas achegas para conhecimento de alguns passos da vida de um Feirense que serviu

a sua comunidade em actividades altruísticas, quero referir um curioso encontro de Pena Gabriel com Fernando Pessoa.

O facto é referido pelo Eng.º Francisco Peixoto Bourbon e vem publicado no n.º 3502 de “O comércio de Gaia” de 10 de Fevereiro de 1987, a quem o solicitei e que gentilmente me enviou por fotocópia.

É artigo que, com a devida vénia, transcrevo na íntegra.

« Lembro-me que um dia tinha vindo na companhia de António Marques Pena Gabriel no seu esplêndido Lancia e tínhamos feito a viagem Porto-Lisboa em tempo record. Pena Gabriel sabia as horas em que partindo do Porto e viajando a impressionante velocidade, para a época, encontrávamos as passagens de nível (que eram em elevado número) franqueadas à passagem de viaturas e peões. Ora, Pena Gabriel queria estar a determinada hora no Teatro Apolo para visitar uma bailarina que era deslumbrante de beleza e de distinção, que se chamava Mafalda.

E tudo correu pelo melhor e chegamos sãos e salvos, à hora prevista. Arrumado o carro, o que então não constituia problema de maior, dispunhamo-nos a ir banquetearmo-nos quando deparamos com Fernando Pessoa e eu apresentei-lhe o Pena Gabriel. Este rapou do cartão de visitas e surgiu uma originalidade que maravilhou Fernando Pessoa. Em lugar de usar cartões de visita avulso como toda a gente usava, Pena Gabriel mandava executar em carteira e arrancava ou destacava o cartão graças a um picotado. Ficava o talão na carteira, que julgo que era numerado, e Pena Gabriel, solícito, tomava, apressadamente, nota do nome da pessoa a quem havia entregado o cartão. Guardo, religiosamente,



Colectividades em que Pena Gabriel serviu.

⁽¹⁾ Luís Filipe Higinio - Clube Desportivo Feirense, 85 anos de História.

O cartão de visita de Pena Gabriel

um desses cartões como recordação. Como referi Fernando Pessoa ficou maravilhado com a ideia do Pena Gabriel. Este último queria, à viva força, convidar Fernando Pessoa para a refeição que prometia ser opípara, mas este, apesar de muita insistência, não aceitou.

Pena Gabriel era uma figura deveras curiosa. Com belíssima presença, alto, vestindo sempre de forma impecável, o pai era senhor de importante fortuna. Contaram-me, não sei se correspondendo à realidade dos factos, que o pai havia descoberto e explorado um negócio rendoso.

A extracção de paralelepípedos de granito para revestimento de estradas. O Estado havia-se lançado na construção de novas estradas e melhoria das existentes e era um grande consumidor. Mas Pena Gabriel exportava, ainda, muitos paralelepípedos para o estrangeiro — julgo que, nomeadamente, para Inglaterra.

Pena Gabriel era de uma generosidade sem par. Era louco por desportos e, entre os mesmos, o automobilismo era da sua especial simpatia.

Comprava os melhores e mais potentes carros para a época, na altura a que me reporto o seu enlevo era um Lancia Lambda. E era, na verdade, um grande volante. Julgo que era natural da Vila da Feira ou pelo menos suponho que era nesse concelho que o seu pai havia adquirido as suas mais importantes pedreiras.

Ignoro se ainda pertence ao número dos vivos. Há bastantes anos estando na casa Pompadour, na Rua Augusta, em Lisboa, vi o Pena Gabriel e, com o à vontade como se comportava, fiquei na dúvida se era o proprietário ou tinha interesses na dita firma que, como é sabido, se dedicava a cintas e “lingerie, para senhoras”. Se for vivo e, se por mero acaso, ler estas recordações pode ficar orgulhoso da boa impressão que causou ao nosso mais genial poeta. Muitas vezes ele me perguntou: então quando é que o seu amigo do Norte vem de abalada, até Lisboa?

Desta vez é que almoçaremos ou jantaremos juntos. Que ideia curiosa que ele teve, e ao mesmo tempo prática, quanto à distribuição dos cartões de visita. Mostra ser pessoa iminentemente prática e que, por certo, vencerá na vida. Nós, de modo geral, procedemos de forma estouvada e leviana na forma como distribuimos os cartões de visita e ele, como pessoa iminentemente prática que é, encontrou a forma correcta e certa. É um autentico ovo de Colombo mas era preciso inventá-lo e talvez venha a adoptar tão útil processo. Mas julgo que nunca o adoptou e verifiquei mesmo que Fernando Pessoa usava outro expediente: nunca tinha cartões de visita na carteira, haviam-se esgotado e estava procedendo à factura dos mesmos, mas segundo o processo português o que devia estar pronto em



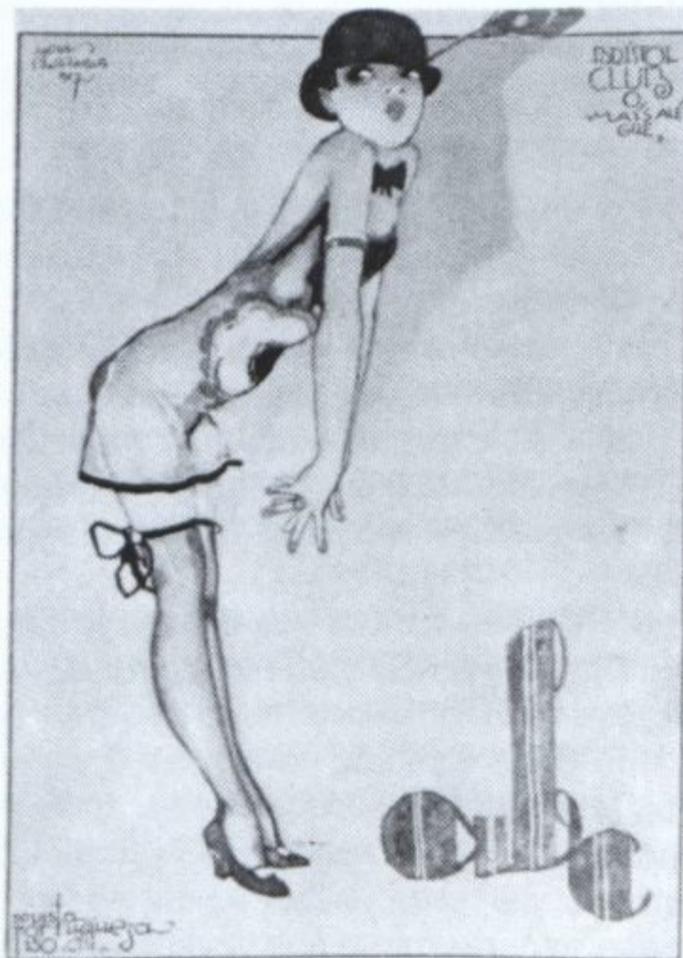
Lancia Lambda (1908-1927).

A invenção do chassis monobloco. Vincenzo Lancia foi um grande inovador e a sua principal obra foi o Lancia Lambda, um modelo equipado com um motor muito compacto com quatro cilindros em “V” uma arquitectura original na época - com 2,2 litros de cilindrada. Inspirado pela rigidez dos cascos dos barcos criou o primeiro chassis monobloco a que se referiu como “casco de aço”. Para além disto o Lancia Lambda contava com uma suspensão dianteira de rodas independentes que ia contra o princípio do eixo-rígido comum aos automóveis daquele tempo.

O cartão de visita de Pena Gabriel



Teatro Apolo 1865-1957.



"Bailarina, deslumbrante de beleza" que bem podia chamar-se "Mafalda"...

Desenho de Jorge Barradas, 1927.

poucos dias arrastava-se a entrega por semanas e até meses.

Desta forma mantinha o maior sigilo quanto ao endereço pois que era tão amante da sua privacidade que não desejava que ninguém soubesse onde morava.

E, caso de veras curioso, os cartões de visita de António Marques Pena Gabriel apenas indicava o nome e nada de morada ou telefone o que levava Fernando Pessoa a comentar: Ele além de prático é inteligente, qualidades estas que nem sempre andam a par.

E vem tudo isto a propósito para salientar que, por vezes, a actos insignificantes e que até podiam ser ridicularizados, Fernando Pessoa atribuía-lhes desusada importância e valor ».

E deste curioso artigo vemos melhor quem foi António Pena Gabriel, com os requintes, bons carros, a paixão da velocidade, personalidade marcante e influente, vestuário impecável, generoso, louco por desporto e por bailarinas deslumbrantes de beleza e distinção...

A Pompadour, na Rua Augusta, em Lisboa, e os Armazéns da Capela, na Rua dos Clérigos, no Porto, pertencem à Família Pinto de Lima, com raízes em Santa Maria da Feira, onde ainda conserva a belíssima casa sita na Rua Cândido de Pinho, n.º 25.

Natural, por isso, o relacionamento de Pena Gabriel com Pinto de Lima e que aí tenha sido visto pelo Eng.º Francisco Bourbon, e não apenas por essa casa se dedicar a cintas e "lingerie" para senhoras.

Embora um encontro breve foi marcante para Fernando Pessoa, ficando António Marques Pena Gabriel como mais um Feirense que conheceu pessoalmente o criador dos heterónimos e de alguns dos mais belos poemas do Mundo.

Índia terra mãe, das mil e uma noites aos contrastes chocantes - I

Augusto Santos*

Londres, 6 de Novembro de 1987.

A tão esperada viagem à Índia começou hoje em Londres. À noite, depois do jantar, que bem me soube dar um passeio por toda a zona de "Queensway". Agradável é ver todas as ruas de casas antigas e belíssimas tão bem restauradas, recentemente pintadas – parece até que cheiram a limpo tal é a sugestão – de muito bom aspecto a reflectir a enorme qualidade que os ingleses punham na sua maneira de viver; a sobriedade, a elegância, a comodidade, o arejamento que há naquilo tudo, onde não falta o imenso arvoredo nas ruas largas e compridas, dão-nos a tal sensação de qualidade de vida em que os ingleses são grandes mestres.

7/11/87.

O avião é Jumbo, como convém para estas viagens de longo curso. É um "mundo" lá dentro.

Os indianos parecem-me já higienicamente pouco escrupulosos, se compararmos com o nível da Europa Central: um casal com dois filhos, no chão polido e brilhante que mais parecia um espelho, da sala do aeroporto Heathrow, aqui em Londres. A senhora indiana dá à criancinha maior um grande pacote de pipocas que dentro de um minuto irá cair no chão e espalhar-se. Todos olharam com surpresa, como se não tivessem visto, e não fizeram o mínimo gesto de quem fica contrariado ou molesto.

Quando o enorme avião aterrou no aeroporto de Nova Dehli mais parecia um campo de batalha do que outra coisa. No que respeita à higiene, isto não era nada comparado com o que se iria ver.

10/11/87.

Nova Dehli - A zona das embaixadas, onde estão os edifícios do governo e o Palácio da Assembleia Nacional, é duma grande beleza. As áreas residenciais dos diplomatas foram planeadas para serem modernas, arejadas, habitadas por gente rica. As ruas são largas e há muita vegetação: árvores de grande porte, trepadeiras com flores de muitas cores em todos os jardins.

Edifícios há, de certas Embaixadas, que são verdadeiras maravilhas de arquitectura e até de história porque estão inspirados em grandes monumentos históricos e arquitectónicos da Índia.

O Hotel é o Ashok antigo, muito luxuoso, com as portas de madeira polida e muito grossa, salões vários e enormes, as salas de jantar, os bares, as salas de pequeno almoço são inúmeras. Muito de tudo, restaurantes nem sei quantos eram, (um deles era chinês e muito bom). Várias galerias com decoração sempre a propósito.

Pessoal bem treinado nas escolas hoteleiras que todos os países ditos do terceiro mundo têm e que se nota logo pela afabilidade e quantidade dos empregados. O turismo é quase sempre uma das principais indústrias destes países e as pessoas têm muito orgulho em serem empregadas da indústria hoteleira, o que é muito bom para eles porque quer dizer que um salário, embora pequeno, às vezes, é garantido. Faz-me sempre lembrar um pouco o que se passava aqui em Portugal há uns 30 e 40 anos atrás. Para os rapazes da província ser empregado bancário era o maior orgulho da família.

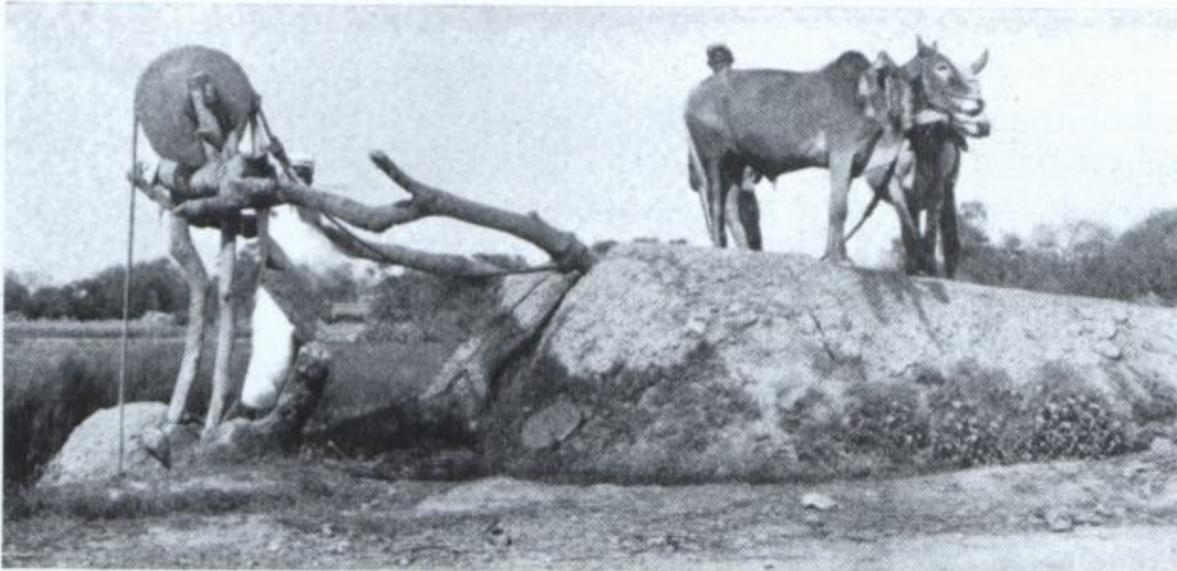
O nosso congresso (Congresso dos Tour Managers, Sindicato Internacional, com sede em Londres) é muito bem recebido. Éramos sempre convidados do governo, do Ministério de Turismo; havia sempre inúmeros banquetes, ora nos grandes salões, ora nos imensos e bem cuidados jardins dos vários hotéis de Nova Dehli. Mesas enormes com tantas iguarias e eu a passar fome porque não



Augusto Santos.

* Guia intérprete.

Índia terra mãe, das mil e uma noites aos contrastes chocantes - I



Na região que vai de Agra a Dehli vêem-se muitas destas noras primitivas.

suporto que tudo me saiba a caril. Enfim, lá vou depenicando aqui e ali.

Já me está a parecer que o povo indiano é um povo resignado. Aceitam quase tudo, acreditam muito no destino, se nasceram assim é porque tem de ser assim. Não fazem nada para o mudar e no entanto ele muda-se. Há povos que o mudaram; dão-lhe cada reviravolta que o destino coitado, às vezes, nem sabe de que terra é. O problema maior dos indianos é que há aqui umas castas e não há nada a fazer.

Os Parsis não são cremados porque adoram o fogo e se queimassem os corpos o fogo ficaria poluído, no entender deles, e se calhar até têm razão.

Os muçulmanos têm as suas próprias leis. Com tantas raças e castas que há na Índia, cada uma adorando deuses diferentes, com religiões tão opostas, temos que ter admiração por este povo que tem sabido conviver, apesar dos problemas com o povo Sikhe. Têm tido altos e baixos mas lá se vão aguentando há já uns milénios.

Até há católicos na Índia. Um exemplo que achei muito curioso. Nos famosos Templos de Khajuraho – que são únicos e belíssimos como vários outros que vi também no Nepal – têm no centro do templo uma representação do órgão masculino acoplado ao órgão feminino. Os crentes entram, tocam e levam a mão à frente, lembrando o gesto que as pessoas fazem nas nossas igrejas católicas com a pia de água benta. Isto é tudo feito com tanta naturalidade que nem choca nada. É bom não esquecer que na Índia há inúmeras igrejas católicas, sinagogas, mesquitas, isto já nem falando nos templos budistas, a maior parte talvez, shintoístas. Enfim de tudo!

Imagine-se que havia aqui um templo, por mais maravilhoso que fosse, todo decorado com figuras eróticas, nas mais variadas posições, setenta e tal, todas diferentes mostrando um prodígio de imaginação e que ainda por cima disto tudo, em frente ao altar, tivesse aquele tipo de “pia de água benta”. Então é que não havia Rossio que chegasse para tanta fogueira, devido à intolerância dos nossos.

Os hindús adoram as vacas, usando-as só para leite; os bois e os búfalos para lavrar os campos, puxar carros, etc.

De Dehli para Agra

Terra pobre, esquelida, agricultura em “courelas” muito pequenas; aqui e ali umas couves, uma pequena plantação de cana de açúcar que a guia se apressa a apresentar com alguma ênfase.

Passa-se agora perto de um templo que se vê à distância, à esquerda, e que está construído no lugar onde nasceu o deus Khrisna. Este Lord Khrisna gostava de tocar flauta e quando ele tocava as vacas (que são seres sagrados) vinham ouvi-lo.

Índia terra mãe, das mil e uma noites aos contrastes chocantes - I

Há também uma grande refinaria de petróleo construída, não muito longe do famoso TAJ MAHAL. O fumo está poluindo esta grande maravilha do mundo arquitectónico e o governo não pode mudar a refinaria porque custaria uma soma enorme, não tendo dinheiro para isso. (vai ter que ser a UNESCO algum dia) "may be?"

Aqui conduzem à esquerda: dos ingleses só herdaram o lado da condução, porque estes guiam numa maneira malabarista; não sei se é perícia, inconsciência e irresponsabilidade a mais e ainda por cima usam constantemente as buzinas dos veículos. É através das buzinas que se orientam. Pode imaginar-se o inferno que é e não admira os desastres que há.

Esta estrada para Agra faz-me lembrar a de Casablanca para Marrakesh; *aliás* nota-se uma certa semelhança entre os dois países, agora que a paisagem é idêntica.

É vulgar ver-se, à beira da estrada, empilhadas, umas formas redondas que mais parecem panquecas de farinha integral. Afinal são feitas de bosta de vaca que depois de secas são usadas como combustível para cozinhar. Estes discos fornecem um lume muito lento o que é óptimo para todos os cozinhados; sabemos nós que o lume lento faz a comida ficar melhor e além disso este combustível expele um fumo que afugenta os mosquitos (pudera) que é uma das muitas pragas da Índia.

Segundo a informação da nossa guia local, nascem neste país trinta e quatro milhões de crianças por ano e morrem dezanove milhões. Mesmo assim, imagine-se que sobrevivem quinze milhões que vão engrossar aquelas multidões de pernas fininhas e estômagos encovados que se vê por toda a parte.

Estão sempre a repetir o estado sagrado das vacas: aqui e além uma manada de vacas à sombra; às divindades ninguém quer que falte nada. Só têm que dar leite o que, diga-se em abono da verdade, com esta secura toda que se vê, (disse-nos a guia local que há sete anos que não chove uma gota de água aqui no Rahjastão), não deve ser tarefa nada fácil. São tão bem tratadas que lhes pintam os cornos de várias cores, põem-lhes colares de flores ao pescoço, passeiam-se pelo meio da rua e o trânsito tem que obedecer à vontade de suas divindades, o que não deixa de ser curioso.

Passamos por uma fábrica de imprimir tecidos e há dezenas e dezenas de sáris para trabalhadores (palavras da guia); suponho que ela quer dizer tecidos que não são de tão boa qualidade, porque tecidos de má qualidade e feios ainda não vi. Como todos estes tecidos rectangulares estão postos no chão a secar, parece uma imensa Mesquita forrada de tapetes orientais. Impressionante a beleza de todo este colorido!

Há inúmeras etnias, e muitos mais homens que mulheres. Em geral, as mulheres são muito bonitas (os homens nem tanto); feições mais agradáveis, sáris postos de maneira muito elegante, com toda a cintura livre entre o corpinho cingido e preto e a saia comprida. Os tecidos são belos e suaves, ondulando à mais leve brisa. A trança comprida, que cai sobre as costas é negra e lúzia como o melro de *Guerra Junqueiro*... só que estas não me parecem ter o sentido de independência e liberdade que o melro tinha.

A magreza, na mulher, dá-lhe um ar de elegância e no homem, um aspecto de malnutrido, de pouco saudável. Elas usam o cabelo liso e puxado para trás que acaba na trança; eles usam um excesso não sei de que gorduras que lhes acachapa o cabelo... parece-me uma solução pouco higiénica.

Têm a filosofia oriental; parecem ser pacientes e quietos, são gentis, emanam até uma certa

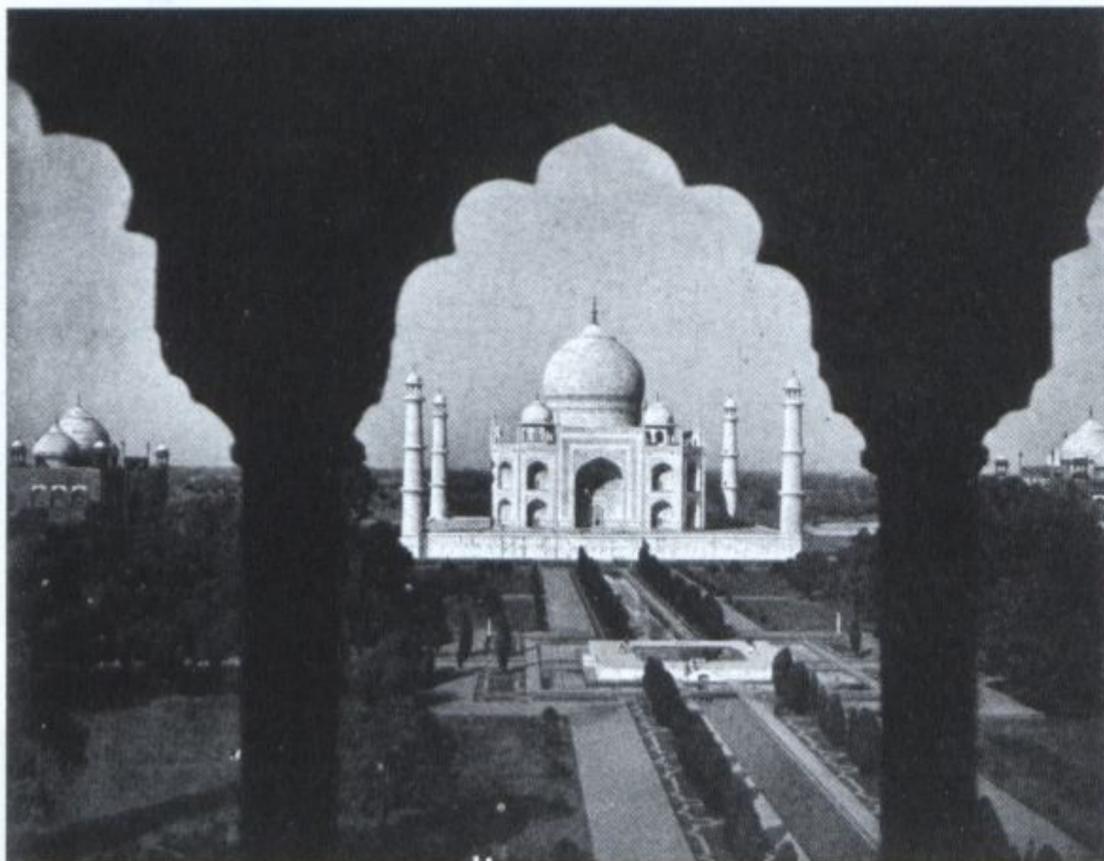


Rio Salvador em período de seca.



Dehli - a Mesquita Pérola, de mármore branco.

Índia terra mãe, das mil e uma noites aos contrastes chocantes - I



Agra - o Taj-Mahal, poema de amor realizado em mármore, visto da grande porta rubra que antecede os seus belos jardins

bondade à mistura com uma saudável ingenuidade que há já muito, infelizmente, se deixou de ver nos ocidentais. Já sei que muita gente tem experiências pouco agradáveis com os vendedores indianos em Hong Kong, Nova York e por esse mundo fora, mas também sei, e isto não serve de consolação, que o grande filósofo grego Platão na sua "República Ideal" punha os comerciantes em último lugar e os militares em primeiro. Vá-se lá saber, dos dois venha o diabo e escolha.

Posso muito bem estar enganado, mas tenho notado que os povos que foram colonizados pelos ingleses são em geral mais pacientes e até mais gentis que os que sofreram a colonização dos franceses. Um bom exemplo são os países árabes. Isto não quer dizer que os ingleses tenham sido melhor colonizadores que os outros. Colonizadores *bonzinhos* creio que nunca houve. Nem os portugueses estão isentos de críticas justas e terríveis segundo rezam as crónicas da Índia, da Etiópia, do Brasil, apesar do grande conquistador da Índia ter feito uma lei, que é até hoje lembrada. Nessa lei de 1500, Afonso de Albuquerque mandava que nenhum homem que descesse à terra tomasse mulher sem primeiro casar com ela. Fosse qual fosse

a intenção não deixa de ter um profundo alcance, isto tudo apesar das atrocidades.

São também conhecidas a violência e a carnificina deste nosso herói conquistador das Índias orientais (não confundir com as Índias Ocidentais, essas deixámos os espanhóis patrocinar a descoberta por um homem ensinado pelos portugueses). Convém não esquecer que Cristóvão Colombo era genro de Bartolomeu Perestrelo e que, por consequência, teve acesso à sua óptima biblioteca, aos escritos e conhecimentos de navegação deste.

Cada vez que levanto a cabeça do caderno reparo que não cabe uma mão-travessa entre o nosso incómodo autocarro e os camiões que passam em sentido contrário.

Estamos quase em Agra, já se nota maior movimento na estrada; peões, vacas, bicicletas, lambretas, carros, autocarros, camiões, carroças e tudo que possa ser utilizado como meio de transporte.

Por qualquer motivo ia preparado para não achar muita graça ao famoso Taj-Mahal. Em vez disso, quando me encontrei em frente daquela maravilha, a minha atitude foi de espanto. O impacto que tive foi impressionante. O edifício é duma beleza que eu nem sei bem descrever, parecendo-me que a qualquer momento se iria erguer em direcção ao espaço, tal é a leveza. A decoração é belíssima e nada carregada, os mármore dum grande esplendor, os desenhos muito suaves e incrustados de pedras duras e semi-preciosas tais como: Cornélia, Água e Jade, entre outras.



Em memória de “António Carneiro / António Luso”

Executivo LAF*

Morrer é só não ser visto.

F. Pessoa



30 de Novembro de 1982, Estalagem de Santa Maria - Fazendo a saudação em representação da LAF: Aurélio Pinheiro, Orlando Oliveira e esposa D. Guilhermina Oliveira e António Rebordão Navarro.

Foi com esta sensação que vimos teu corpo descer à sepultura efémera.

No mais continuarás connosco esta Aventura de até um dia...

António Luís dos Santos Carneiro nasceu em 24 de Janeiro de 1930, em Santa Maria da Feira, e faleceu no passado dia 30 de Janeiro, na sua residência.

Filho de um dos mais distintos e sábios escrivães de direito da Comarca da Feira, António Carneiro Júnior, Republicano

e Amigo do jornal «Correio da Feira» e do seu fundador, dele herdou a ponderação e o rigor que aplicou na vida.

Em 1952, emigrou para Angola radicando-se em Novo Redondo. Aí conheceu Teresa Leitão dos Santos, com quem casou em 1961.

Regressou a Portugal em 1975.

De espírito activo, sempre se dedicou à coisa da Arte, com especial incidência sobre o coleccionismo filatélico e de temática

* Liga dos Amigos da Feira.

Em memória de “António Carneiro / António Luso”



1 de Dezembro de 1982
- Em casa de Carlos Maia,
com D. Luíza Braga e
Padre Albano Alferes.

7 de Outubro de 1990
- Com Celestino Portela
na exposição “XIV Ibero-
americana’90”, no Pavi-
lhão da Lavandeira.



Santamariana e Angolana.

Em Novo Redondo, trabalhou na Rádio Clube, no Cine Clube e na organização de exposições filatélicas, destacando-se as grandes exposições de Quanza-Sul.

As saudades da Pátria fizeram nascer o pseudónimo “António Luso”, com que assinava os seus artigos e que continuou a usar após o seu regresso a Portugal.

Militante e activista político, foi a voz entusiástica dos Retornados em comícios e sessões de esclarecimento.

Foi sócio fundador da Liga dos Amigos da Feira, em cujas actividades participou sempre activamente. Os artigos que assinou para a revista “Villa da Feira” falam da sua paixão por Angola.

Sócio de algumas colectividades feirense, foi à Comissão de Vigilância do Castelo da Feira que, como dirigente e associado, prestou relevantes serviços, que “felicitou vivamente o Senhor Director António Luís Carneiro pela meticulosidade das contas e clareza elucidativa da sua exposição”¹

Foi candidato à Assembleia de Freguesia de Vila da Feira, nas eleições autárquicas de 1976.

Foi com uma enorme sensação de perda que o vimos partir para a eternidade.

A bandeira que colocámos a meia haste, breve acenava o adeus...

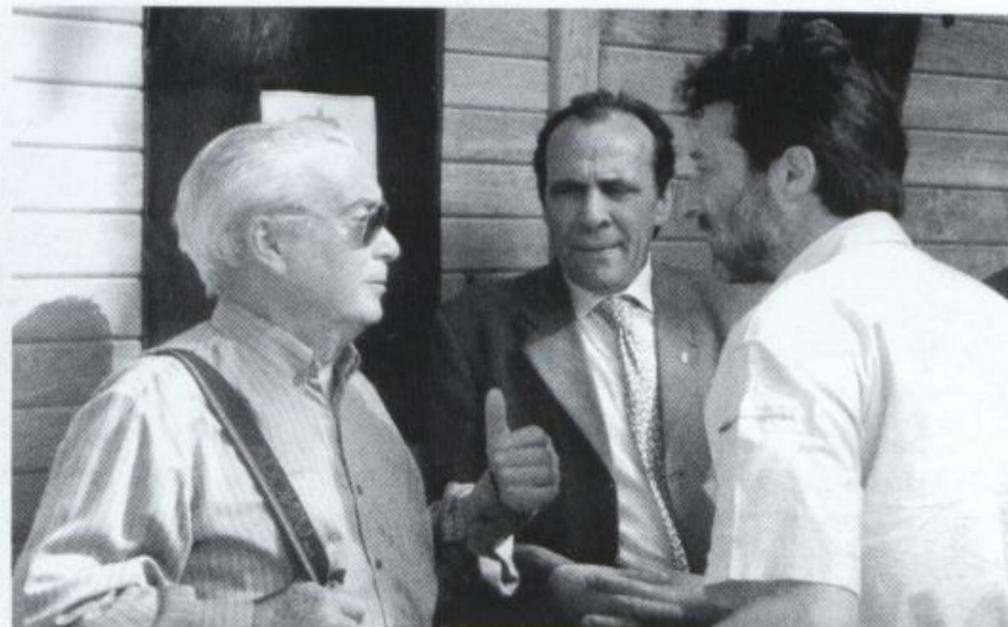
Para nós, que o sentimos presente, apenas um silencioso “até já”.

¹ Acta de 20-02-1988.

Em memória de “António Carneiro / António Luso”



12 de Julho de 2002 - Orfeão da Feira, apresentação do volume n.º 7, da Colecção Santamariana, “As Cinco Sentidas” de J. M. Matos Vila: António Carneiro e Anthero Monteiro, ouvem Ana Paula Portela a declamar Régio: “...Eu olho-os com olhos lassos, (Há, nos meus olhos, ironias e cansaços) E cruzo os braços, ...”



13 de Junho de 2002 - Na apresentação da revista “Villa da Feira - Terra de Santa Maria” no «Restaurante do Villa», Espaço Feira Medieval, com Joaquim Carneiro e Valdemar Campos Pais.



30 de Novembro de 2002 - No Castelo - Dia Triunfal LAF.



2003 - Procissão das Fogaceiras, António Carneiro em primeiro plano.



8 de Março de 2003 - 20.º Aniversário LAF, no Monumento ao Espírito Feirense, em S. João de Ver.

Em memória de “António Carneiro / António Luso”



8 de Março de 2003 - 20.º Aniversário da LAF - com Delfim Oliveira da Silva e António Joaquim (em cima). Na entrega do Diploma de Sócio Honorário a António Joaquim, pelo Dr. Fernando Sampaio Maia (ao lado).



7 de Julho de 2003 - Escola de Hotelaria da Feira, com Carlos Maia, na Homenagem ao Dr. Fernando Sampaio Maia.



12 de Dezembro de 2003 - Com Fernando Neves, na apresentação do livro “Do Alto da Piedade”.



14 de Junho de 2003 - Apresentação do livro “A Capela da Senhora das Necessidades” em Nadais - Escapães. Sinais de cansaço...



30 de Janeiro de 2004 - A bandeira no adeus...

Monumento a Fernando Pessoa - IV

*Executivo LAF**

Fernando Pessoa em Fiães

O programa da inauguração do Primeiro Monumento Nacional de Homenagem a Fernando Pessoa pretendeu criar uma dinâmica concelhia de interesse e curiosidade pelo Poeta.

Se tínhamos muitas localidades onde efectuar conferências escasseavam os especialistas de Fernando Pessoa e que se mostrassem disponíveis ao nosso convite.

Limitado ficou o programa que incluiu apenas palestras para os dias 26,27,28,29 e 30 de Novembro de 1983.

O ciclo foi iniciado em Fiães, a antiga "ULFILANIS VILLA" (Quinta ou propriedade de um indivíduo chamado ULFILA), no lugar junto ao morro do Castro, ficando logo abaixo o sítio da antiga Igreja, o Adro Velho.

Esta Igreja é mencionada num documento, datado de 1079, da sua doação ao Mosteiro de Pedroso, por CHÂ MOA SOARES "...et illas ecclesias de FIANES et PURZELI AD INTEGRAS".

Ao longo dos tempos vários são os topónimos que designam esta antiquíssima localidade: ULFILANIS VILLA – FIANES – FEAES – FYANS e FIÃES.

O "castro" de Fiães é o testemunho vivo da ancestralidade desta terra que remonta ao período neolítico.

Pinho Leal, 1873, descreve-nos assim Fiães:
"Freguesia, Douro, comarca, concelho a 8 Kilómetros a NE da Feira, 20 ao S do Porto, 300 ao N de Lisboa, 340 fogos

Em 1757 tinha 218 fogos.

Orago Santa Maria Maior ou Nossa Senhora da Assumpção.

Bispado do Porto, distrito administrativo de



Fiães - vista panorâmica.

Aveiro.

Situada em terreno acidentado, mas saudável e fértil.

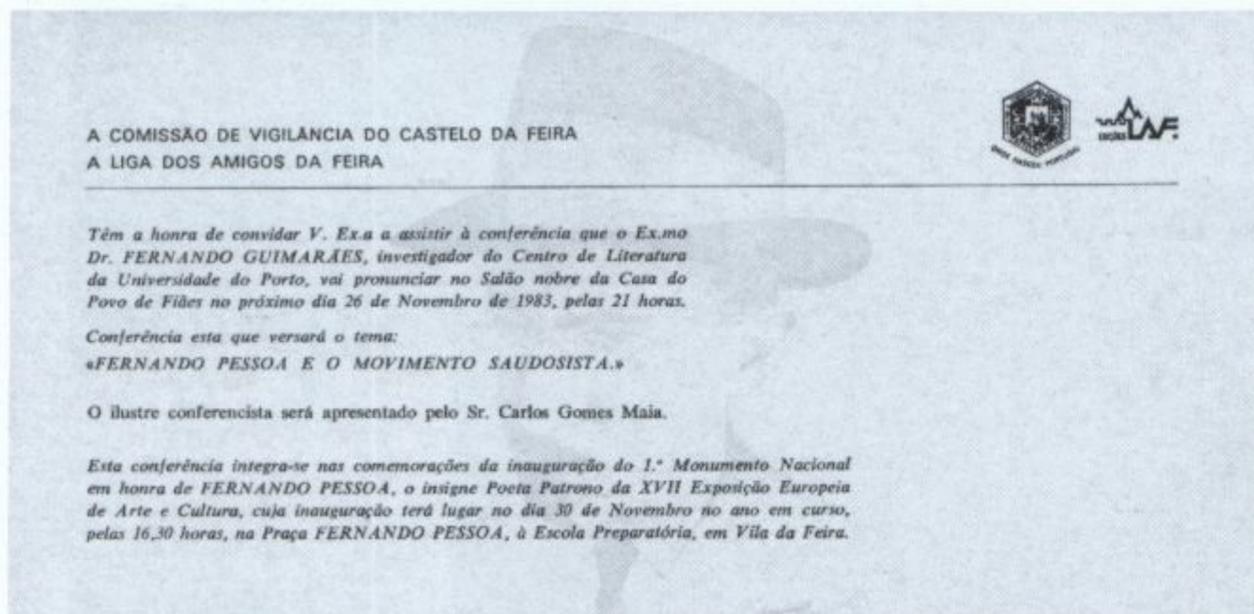
A mesma etymologia – «Fian, Fiãa, Fiaam, Fafia, Sfiãa e Fiada, é tudo o mesmo português antigo, significa vaso de barro chato e redondo, a que depois se chamou almofia. Servia antigamente para pagar certa medida de cereaes e também de manteiga, 16 fiães faziam um alqueire. É provável que aqui se pagasse este foro pelo que se diria, terra de Fiães (ou que paga Fiães). Ou que houvesse aqui oleiros que fabricassem fianes. A fian era quasi da forma de um alguidar e levava dois quartilhos»

Há aqui muitos artistas e bastantes negociantes, o que faz a terra sofrivelmente rica.

A Igreja matriz foi edificada no século XIV. É pequena, mas bonita.

* Liga dos Amigos da Feira.

Monumento a Fernando Pessoa - IV



Convite para a Conferência.

O convento de Crusios, de Grijó, apresentava o cura, que tinha 100\$000. O Portugal Sacro, diz que era apresentado pelos cônegos de S. João Evangelista (loyos) do convento de Santa Cruz, da cidade de Lamego; mas entendo que é erro”.⁽¹⁾

Fiães é hoje uma importante Cidade elevada à categoria de Vila por deliberação da Assembleia da República de 9 de Julho de 1985, e à categoria de Cidade por deliberação da Assembleia da República de 19 de Abril de 2001.

Com uma componente habitacional importante, possui estabelecimentos de ensino, associações culturais e desportivas, e um forte desenvolvimento industrial e social.

Tem jornal próprio, «O Activo», e o CDPAC tem publicado uma revista de grande qualidade, de textos e fotografias, que é uma fonte indispensável para o estudo de Fiães.

No plano cultural merecem relevo, nestes anos mais recentes, “Os Unidos de Fiães – Associação Recreio e Cultura” O “CDPAC – Comissão de Defesa do Património e Acção Cultural”, o

“Grupo Musical de Fiães”, “Os Fianenses – Grupo Dramático de Instrução e Recreio”, AMICAF - Associação dos Amigos da Cultura e Ambiente de Fiães, CCDF - Centro de Cultura e Desporto de Fiães, o C.D. Fiães, com grande projecção no voleibol e ginástica, e o S.C. Fiães, que se dedica ao futebol em vários escalões, e outras associações mantêm grupos cénicos e secções vocacionadas para o desenvolvimento cultural.

“Hoje é uma das freguesias grandes do Concelho, encontrando-se entre as maiores tanto em população como em desenvolvimento económico e cultural. Tem boas redes de comunicação, muita indústria”.⁽²⁾

Escola EB 2+3, que honram os seus patronos, D. Moisés Alves de Pinho e Coelho e Castro. A assistência médica está também garantida e o esforço por uma sã educação cultural vai frutificando.

Foi nesta freguesia que se iniciou a execução do programa preparatório e anunciador da Inauguração prevista para 30-11-1983.⁽³⁾

Em 19/05/83 foi contactada a Casa do Povo do Centro da Feira que, em ofício de 03/06/83, nos informou que:

“Comunica-se que foi autorizado o vosso pedido de cedência de uma sala para o dia 26 de Novembro próximo, a partir das 21 horas, para realização de uma conferência sobre Fernando Pessoa.

⁽¹⁾ Pinho Leal, Portugal Antigo e Moderno 1873 p.184 – V. III.

⁽²⁾ D. Moisés Alves de Pinho – Memórias – 1979.p.20.

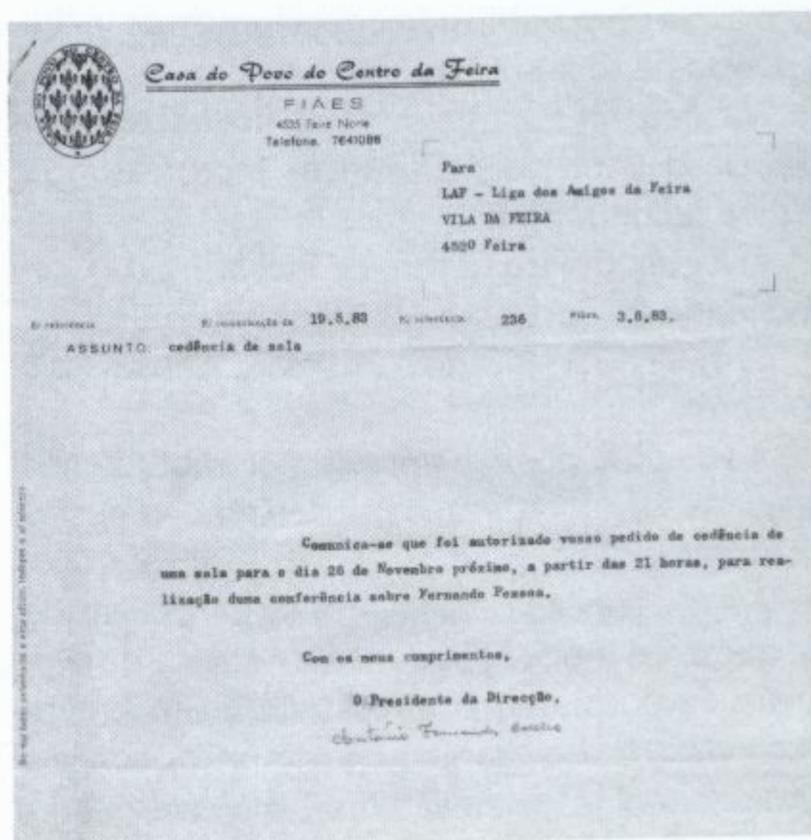
⁽³⁾ Bibliografia consultada:

– Actualidades Regionais – Santa Maria da Feira-1997

– Ulfillanis Villa - nºs 1-2 e 3

– Pe. Manuel A. Sá – Santa Maria de Fiães da Terra da Feira – 1940.

Monumento a Fernando Pessoa - IV



Ofício da Casa do Povo do Centro da Feira - Fiães, a comunicar à LAF autorização ao pedido de cedência da sala para a Conferência a proferir pelo Dr. Fernando Guimarães.

Com os meus cumprimentos,
O Presidente da Direcção
António Fernandes Coelho.

Após esta confirmação solicitámos ao Jornal «O Activo» a informação das personalidades e colectividades que poderiam estar interessadas na conferência sobre Fernando Pessoa.

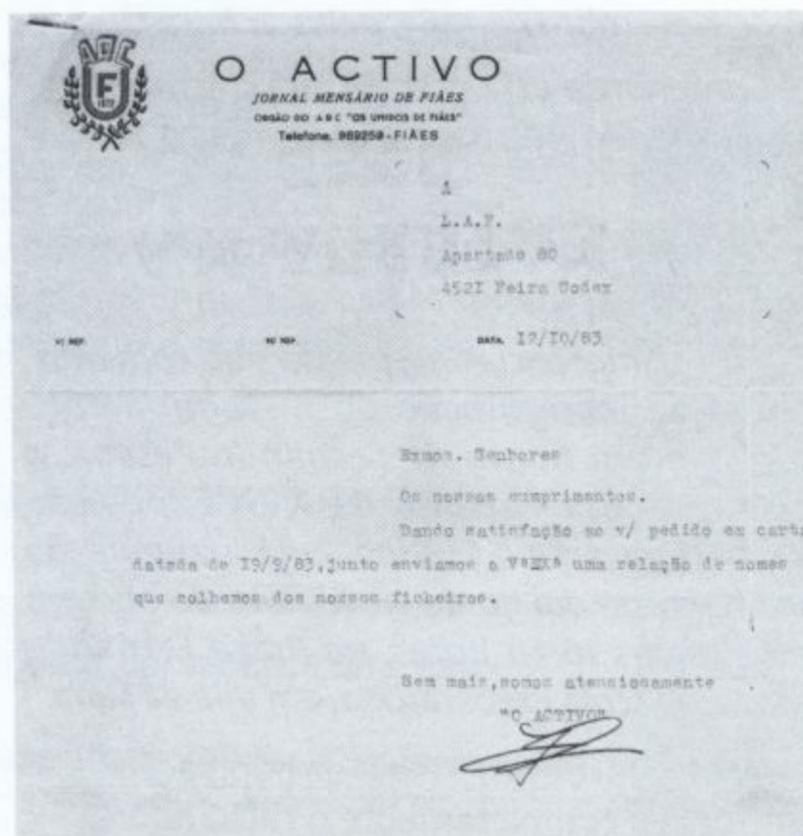
Recebemos em 12 de Outubro de 1983 o ofício do teor seguinte:

“Exmos. Senhores

Os nossos cumprimentos

Dando satisfação ao v/ pedido em carta datada de 19/9/83, junto enviamos a V.^a Ex.^a uma relação de nomes que colhemos dos nossos ficheiros.

Sem mais somos atenciosamente
«O Activo»”.



Ofício do *Jornal Mensário de Fiães «O Activo»*, dando os nomes para onde a LAF enviasse os convites.

Do programa geral constava:

FIÃES 26. Nov. 83”

Pelas 21,30 horas no salão nobre da Casa do Povo de Fiães, conferência pelo Dr. Fernando Guimarães, Investigador do Centro de Literatura da Universidade do Porto, subordinada ao tema: “Fernando Pessoa e o Movimento Saudosista”.

Foi editado um convite, que se transcreve:

*“A Comissão de Vigilância do Castelo da Feira
A Liga dos Amigos da Feira*

Têm a honra de convidar V. Exa. a assistir à conferência que o Ex.mo Dr. Fernando Guimarães, investigador do Centro de Literatura da Universidade do Porto, vai pronunciar no Salão nobre da Casa do Povo de Fiães no próximo dia

Monumento a Fernando Pessoa - IV

26 de Novembro de 1983, pelas 21 horas.

*Conferência esta que versará o tema:
«Fernando Pessoa e o Movimento Saudosista.»*

O ilustre conferencista será apresentado pelo Sr. Carlos Gomes Maia.

Esta conferência integra-se nas comemorações da inauguração do 1.º Monumento Nacional em honra de Fernando Pessoa, o insigne Poeta Patrono da XVII Exposição Europeia de Arte e Cultura, cuja inauguração terá lugar no dia 30 de Novembro do ano em curso, pelas 16,30 horas, na Praça Fernando Pessoa, à Escola Preparatória, em Vila da Feira.”

Grande foi o entusiasmo da população local que encheu completamente o salão nobre.

A apresentação do palestrante foi feita por António Carneiro nos seguintes termos:

“Senhor representante do senhor Presidente da Câmara

Senhor Presidente da Junta Freguesia

Senhor Presidente da Direcção da Casa do Povo do Centro da Feira

Minhas Senhoras e meus senhores

A ausência do sr. Carlos Maia, em Lisboa, em sessão preparatória do próximo congresso dos Monumentos Militares, fez cair sobre os meus ombros a responsabilidade, a honra e o prazer de vos apresentar o sr. Dr. Fernando Guimarães, o orador desta noite.

O conferente com que iniciámos as comemorações da inauguração do primeiro monumento nacional de homenagem a Fernando Pessoa, que vai ter lugar no dia 30 de Novembro, no 48.º Aniversário da morte do poeta, em Vila da Feira, por sua excelência o senhor Presidente da República, é também ele um inspirado poeta,

com a sua obra publicada em volume que inclui a poesia de 52 a 80

Nasceu no Porto, em 1928, licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas, é professor da escola secundária Rodrigues Freitas.

Investigador do Centro de literatura da Universidade do Porto.

Tem-se notabilizado como poeta, ensaísta e tradutor.

A sua obra poética encontra-se reunida nos seguintes livros: “Casa; o seu desenho”: Poesias Completas.

A sua obra ensaísta orienta-se para o estudo de questões teóricas, ligadas à estética, e da evolução da poesia portuguesa nos últimos cem anos, a partir de grandes movimentos como o Simbolismo, o Saudosismo ou o Modernismo. Nestes domínios publicou: “A poesia da Presença e o aparecimento do Neo realismo”; “Linguagem e ideologia”; “Simbolismo, Modernismo e Vanguardas”, “Poética do Saudosismo”, “A poesia portuguesa contemporânea e o fim do modernismo”, “Poética do Simbolismo em Portugal”.

É autor de um livro de narrativas “As quatro idades” e traduziu grandes autores como Byron, Shelley, Keats, Dylan Thomas e Elaine Freistein, e outros.”¹

Integramos neste volume a brilhante palestra proferida.²

¹ Texto revisto.

² Nas páginas 67 a 73.



António Carneiro faz a apresentação do palestrante.

Gastronomia e Vinhos na obra de Eça de Queirós

Álvaro Faria*

A Gastronomia

A gastronomia marca presença ao longo de toda a obra de Eça de Queirós. Há descrições avassaladoras de comida e refeições. Eça de Queirós é o escritor português cuja obra, em maior escala, menciona a gastronomia como parte da sua fabulação.

Estudiosos da obra de Eça apontam, como alusões de natureza gastronómica, o número de 2650 itens. Assim, foram encontradas, pelo menos, 603 citações a respeito, genericamente, de jantar; 235 citações sobre almoço, 179 sobre ceia.

Assim, podem ser classificadas as citações de natureza gastronómica em Eça de Queirós:

* Alusões alimentares genéricas, almoço, ceia, jantar, ágape, banquete, etc.

- Alusões a animais como comida.
- Alusões a alimentos de natureza vegetal.
- Alusões a preparações culinárias, de cozinha propriamente dita, caseira, comercial e industrial.
- Alusões a preparações de sobremesa, pastelaria, confeitaria, doçaria, sejam caseiras, comerciais ou industriais.
- Alusões a lacticínios em geral.
- Alusões alimentares em língua estrangeira.
- Alusões alimentares em contexto ficcional, histórico, religioso e erudito, comidas exóticas raras: neste contexto também se inserem citações de comidas com qualificativos histórico-geográficos de erudição, de identificação difícil e às vezes impossível, na forma em que vêm grafadas certas palavras: faisão de Lichtia(?), cabras de Getúlia, javalis, cordeiros de Tibure, tartarugas delicadamente preparadas em molhos da Campânia, moreias do lago Lustrino, lagosta nadando no azeite de Venafro.

Acentue-se que as referências gastronómicas se inserem na própria fabulação ou entram também de forma vigorosa na sua correspondência e em prosa corrente, crónicas, comentários. E ajudam o grande escritor nas linhas mestras da sua sensibilidade de prosador: fantasia, ironia, mordacidade, beleza estética.

Alguns jantares memoráveis

Em *O Crime do Padre Amaro* recorde-se o famoso jantar “*todo cozinhado pelo abade de Cortegaça*”. Participaram o Padre Amaro, o Cónego Dias, o Padre Brito, o



Eça de Queirós.

* Professor da Escola EB-2-3 - Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida e do Núcleo Escolar da Feira da Escola de Hotelaria do Porto.

Gastronomia e Vinhos na obra de Eça de Queirós

Padre Natário. Juntou-se a estes o Libaninho. Servia Gertrudes, “a velha e possante ama do abade”.

O jantar: “vasta terrina de caldo de galinha” (“sopa”); cabidela; “côdea de pão ensopado no molho”; (“a cabidela hoje saiu-me boa!... de tentar Santo Antão no deserto!”); “pires de pimentões escarlates”; “frescas malgas de azeitonas pretas”; vagens; broa; “nacos brancos de peito do capão recheado”, um bocadinho de asa; vinho da Bairrada em “bojudas canecas azuis”; arroz-doce, (“o arrozinho”); vinho do Porto de 1815, de que “não se bebe todos os dias”, castanhas molhadas no vinho, pão torrado, café (“todos cambaleavam um pouco, arrotando formidavelmente”), cigarros.

Em *O Primo Basílio*, há o sempre lembrado jantar do Conselheiro Acácio, para celebrar sua nomeação ao grau de cavaleiro da Ordem de Sant’Iago.

Em «*A Capital*», o jantar literário do Hotel Universal, oferecido por Artur Corvelo, que custou 22 libras.

Em *Os Maias*, João da Ega adiou o jantar no Hotel Central, para convertê-lo numa “*feira de cerimónia em honra de Cohen*”. Dele participaram, além do anfitrião, o banqueiro Cohen, Carlos Eduardo, Craft, Dâmaso, Tomás de Alencar. Como aperitivo, foi servido *vermute*. Os criados serviram as ostras. Vinho branco: Bucelas; peixe; “*sole normande*”; vinho tinto: St. Émilion; *poulet aux champignons*; ervilhas em molho branco: *petits pois à la Cohen*; *champanhe*; ananases, nozes; café; *chartreuses e licores*; *conhaque*. O texto toma 24 páginas do romance.

Em “*A Cidade e as Serras*”, a José Fernandes, uma noite, Jacinto anuncia “uma festa no 202”, por causa do Grão-Duque Casimiro, que lhe ia mandar “*um peixe delicioso e muito raro que se pesca na Dalmácia*”. Em vez de almoço, o Grão-Duque reclamou uma ceia. Serviu-se um *Porto de 1834*, envelhecido nas adegas do avô Galião. O primeiro serviço: *consommé frio com trufas*. Vinho branco, *Chateau-Yquem*. E esperava-se agora o “*peixe famoso da Dalmácia, o peixe de S. Alteza, o peixe inspirador da festa!*”. Eis que o mordomo “balbuciu uma confidência a Jacinto”: o elevador dos pratos, ao subir o peixe de S. Alteza, inesperadamente se desarranjou e ficou encalhado. Todos os esforços foram em vão: o peixe permanecia na travessa, em baixo, na treva, entre rodela de limão, “numa inércia de bronze eterno”. *O peixe foi abandonado. Serviu-se Chateau Lagrange (um bordeaux, St. Julien); o Barão de Pauillac (peça de carneiro que compreende a sela e as duas coxas); champanhe, ortolan (caça fina); champanhe coalhado em sorvete.*

Ainda em «*A Cidade e as Serras*», à chegada de Jacinto à quinta de Tormes, segue-se a primorosa narrativa do chamado “*jantarinho de Suas Incelências que não demorará um credo*”.

E na *Correspondência de Fradique Mendes*, a cada instante, em cartas, em conversas, se lastima Fradique de não poder conseguir “*um cozido vernáculo!*”.

Os vinhos

Em qualquer cenário - rico, fino, nobre, modesto, pobre ou tosco - as personagens de Eça servem ou sorvem vinhos, segundo os seus recursos e o seu estatuto social. O vinho que corre nas páginas queirosianas pode ser cintilante, claro, cor-de-rosa-desmaiado, digestivo e tónico, doce, do lavrador, carrascão, espumante, forte, negro, robusto, rosado, novo, velho, picante, raro, opiado,

Gastronomia e Vinhos na obra de Eça de Queirós

narcotizado, fresco, generoso, dourado, eucarístico...

Dos vinhos portugueses, os que mais aparecem na sua obra são o vinho do Porto (40 vezes citado, pelo menos), o de Colares (30 vezes), seguindo-se outros, como o Vinho Verde (mencionado em contexto da vida no Norte de Portugal), o vinho de Tormes, o vinho da Bairrada, de Torres Vedras, do Cartaxo, de Carcavelos, de Bucelas, de Setúbal (moscatel), de Palmela (Pedras Negras), da Madeira e o Malvasia.

Em «*A Cidade e as Serras*», Jacinto declara que o vinho de Tormes era “*um vinho fresco, esperto, seivoso, e tendo mais alma, entrando mais na alma, que muito poema ou livro santo*”...

Na ficção queirosiana, o vinho fino engarrafado que se bebia era em boa parte francês (os borgonhas, referidos 24 vezes) - Chambertin, Romaneé-Conti, Romaneé-Imperial, Chablis - os bordéus - Barsac, Sauternes, Margaux, Monton-Rothschild, St. Émilion, St. Julien, Château Lagrange, Château Léoville, etc., mas também espanhol, alemão italiano e até húngaro.

Aparecem vinhos com nomes nos dicionários bíblicos - de Safed, de Siquém, de Emaús, de Cesareia, e vinhos com sabor e cheiro de história grega e romana - vinho velho de Quio, de Thasos, da Rética, da Campânia. Vinhos do Antigo Egipto, vinhos medievais, vinhos de Chipre, da velha Cluna, vinhos de receitas caseiras de outros tempos - o hipocraz, o hidromel, o vinho quente com cravo e canela...



Eça de Queirós com o Visconde de Alcaide e Sousa Rocha.

Poesia

*Manuela Correia**



Terraço

Não quero a grande alameda
basta-me a praça redonda
toda deitada a jusante
onde o rio se prolonga

Não quero a torre mais alta
basta o patamar do meio
do outro lado da sombra
depois de um sol que não veio

Não quero pintar o céu
alguém já teve essa ideia
basta-me pintar o chão
onde um corpo se passeia

Não quero um jardim aberto
basta uma rosa vermelha
no degrau do pensamento
onde o tempo se ajoelha

Não quero saber se é cedo
basta que não seja tarde
pra eu chegar ao terraço
onde a minha vida arde

* Nasceu na aldeia de Cabrum, concelho de Vale de Cambra, em 1961.

Em Vale de Cambra, durante a frequência do liceu, aprendeu o gosto pela poesia. Iniciou a sua actividade profissional aos 18 anos e aí viveu durante anos. Actualmente exerce a sua actividade profissional no Porto e reside em Santa Maria da Feira, Vila Boa. Tem colaborado em muitas sessões e tertúlias de poesia.

Livros publicados: «As nuvens não são mais de algodão», de 2000

«Poemas Tri Angulares», de 2002

«Interlúdio d'Eros», de 2003.

Efemérides

Passagem do Senhor General Ramalho Eanes e esposa pelo Monumento a Fernando Pessoa

*Executivo LAF**

No dia 24 de Abril de 2002 o Senhor General Ramalho Eanes deslocou-se a Santa Maria da Feira para proferir uma palestra, a convite de um Partido Político.

O programa da visita integrou uma breve passagem pelo Monumento a Fernando Pessoa que inaugurara, em 30 de Novembro de 1983, como Presidente da República.

É essa passagem que aqui registamos e foi nesse dia que lhe endereçámos o convite a voltar a Santa Maria da Feira nas comemorações do 20.º Aniversário da Inauguração do Monumento, convite que prometeu pensar pois não queria um compromisso de imediato para um facto a ocorrer a mais de ano e meio de distância.

E confiámos que Sua Excelência estaria connosco a comemorar Pessoa, em 30/11/2003...

Enquanto se aguardava a chegada do Senhor General e esposa: Joaquim Carneiro, Orlando da Silva, Celestino Portela, Magalhães de Lima, Alberto Camboa, Eduardo Vaz de Oliveira e esposa D.ª Carmina, Carlos Maia e Fernando Sampaio Maia.



* Liga dos Amigos da Feira.

Efemérides

Passagem do Senhor General Ramalho Eanes e esposa pelo Monumento a Fernando Pessoa



A chegada do Senhor General e esposa.



Eduardo Vaz de Oliveira cumprimenta o Senhor General e D. Carmina cumprimenta a Dr.ª Manuela Eanes.



O Senhor General coloca um buquê na base do Monumento.



Magalhães de Lima recorda o tempo em que cumpriu serviço militar.

Efemérides

Passagem do Senhor General Ramalho Eanes e esposa pelo Monumento a Fernando Pessoa



Eduardo Vaz de Oliveira faz entrega da medalha-troféu comemorativa dos 90 anos da Comissão de Vigilância do Castelo, escultura de Irene Vilar.



Orlando da Silva entrega a "Fotobiografia de Manuel Laranjeira" de sua autoria.



Na despedida ficou em nós a certeza de que o Senhor General voltaria para o 20.º aniversário.

Poesia

*Maria Virgínia Monteiro**



Recado

que uma gaivota assim passe a voar-me
frente à janela
e tenha asas tão claras como se fora o eu sonhar
aquele sonho de, em tempo, ser assim, eu
como ela
asa solta, vela branca, rumo indeciso de
voar
como ser azul o sonho e tranquilo, qual a
breve
clareza do poente ou brisa quente do Sul
a planar tão levemente quanto a asa voa
leve
como uma linha de neve a debruçar o azul
e de ser leve e ser branca, a asa, tão levemente
e de ser branco e ser leve aquele sonho lunar
e de ser azul, de a olhar, a linha - mar do
poente
que recortada em "vermel" a luz conteste, solar
e ser olhar ainda azul, numa janela
onde, em frente
uma asa de gaivota, a esvoaçar, breve e
urgente
venha escrever o recado
que a luz virá apagar

Nasceu em Espinho em 1931.

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, tem trabalhos de poesia e prosa dispersos por jornais e revistas. Publicou: "Mulher de Loth", "Ribeiro teu Indício", "O Silêncio Todo", "Precário Registo", "As Cinzas e as Brisas, les Brises les Cendres" e, em França, "Ces Quelques Lettres Portugaises".

V.F. n.º 7, 2004 - p 126.

O Castelo da Feira e a Filatelia

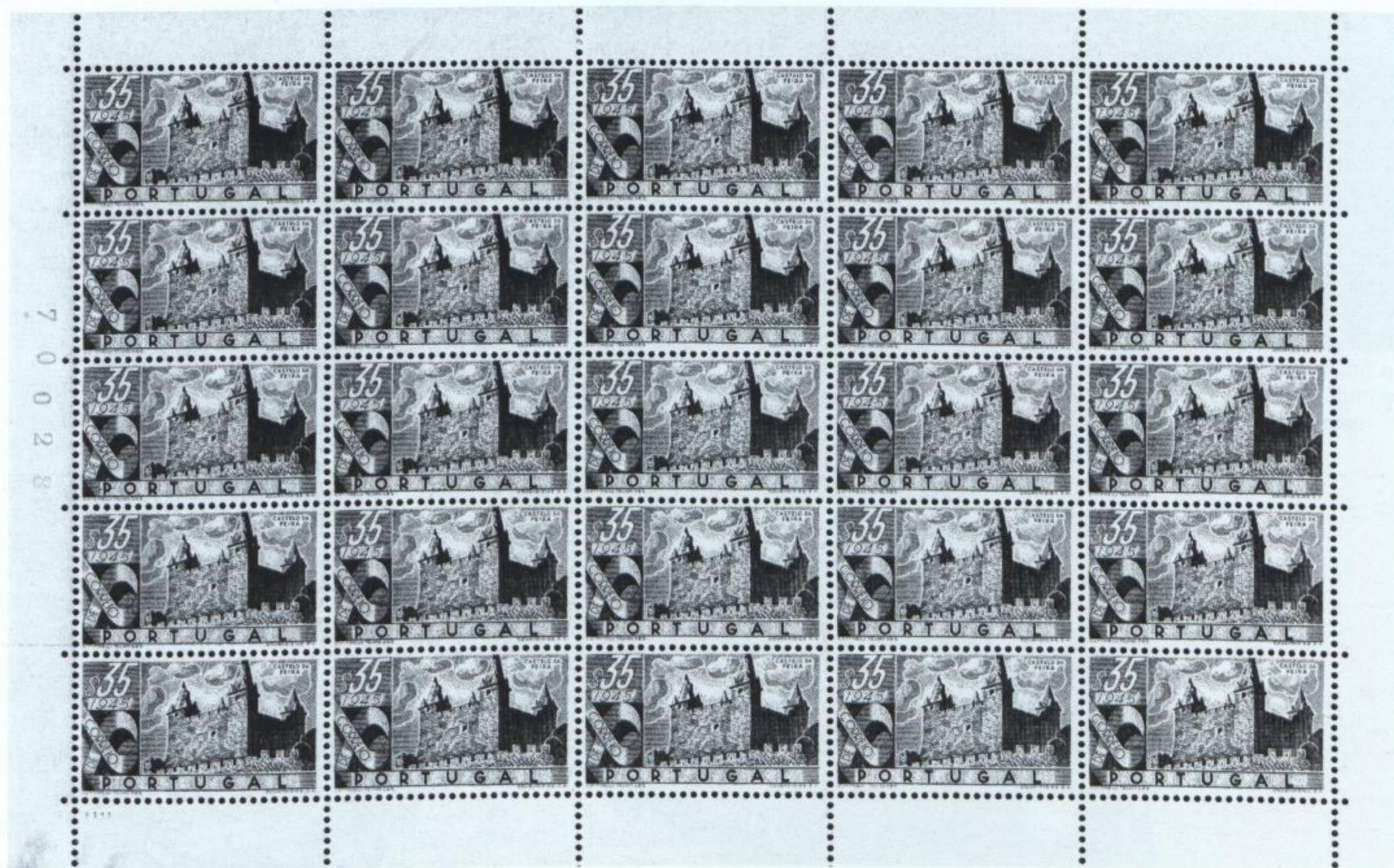
*Celestino Portela**
*Joaquim Carneiro***

B — SELOS

10 – Em 1 de Junho de 1946, integrado na Série Comemorativa “Castelos de Portugal”, apareceu pela primeira vez, em selo, o Castelo da Feira. Com a taxa de \$35, cor verde, papel liso e denteado 11 ¹/₂; teve a tiragem de 1.000.000 de exemplares, desenho do artista Cottinelli



Selo.



Folha.

* Advogado.

** Designer gráfico.

O Castelo da Feira e a Filatelia

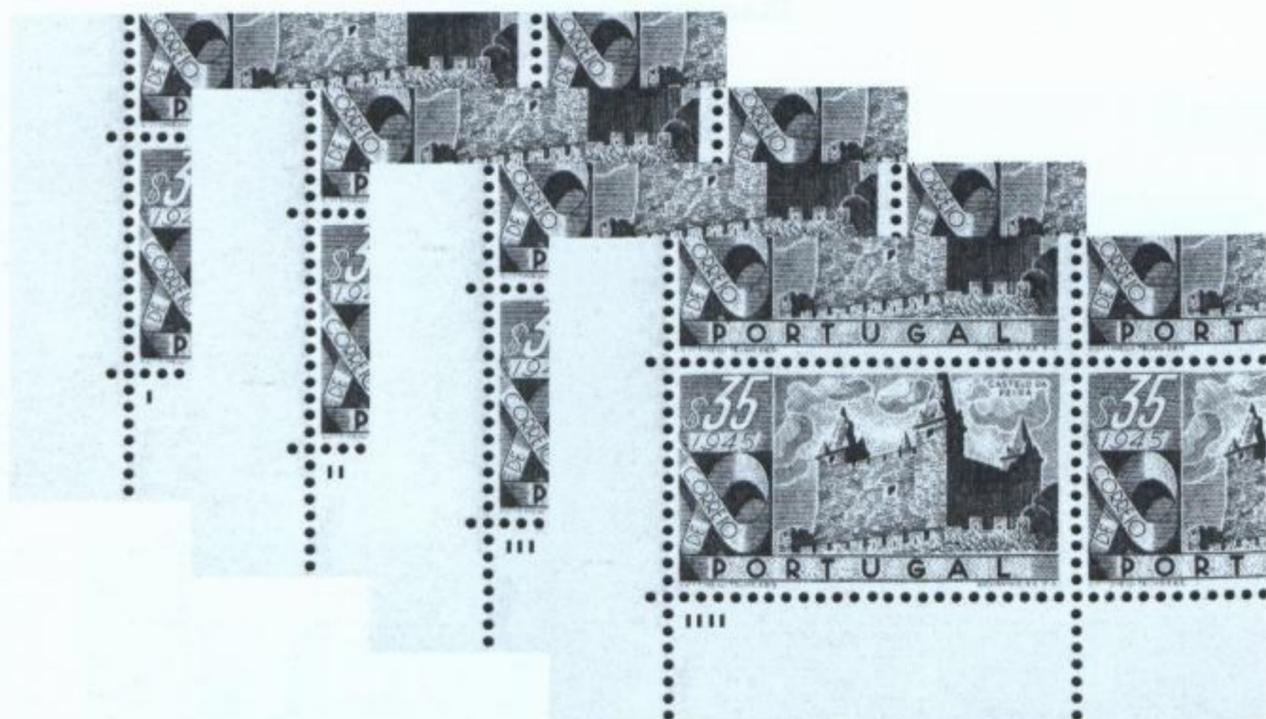


Fig. 1

Telmo, gravura a talhe doce de Karl Bickel e foram impressos por «Courvoisier SA», de La – Chaux de Fonds, na Suíça, em folhas de 25 selos. Foram utilizadas quatro chapas, numeradas de I, II, III, IIII, que se encontram impressos no canto inferior esquerdo de cada folha (fig. 1). Foram retirados da circulação em 7 de Agosto de 1950.

Este selo permitiu a obtenção de um postal duplo por aplicação nos postais anteriormente referidos, números 1/8 (fig. 2).



Fig. 2

A medalhística no concelho de Santa Maria da Feira - II

Celestino Portela*
Joaquim Carneiro**

II – Celestino Alves André é um jovem de 45 anos, nascido a 15 de Abril de 1959, em Coimbra.

Desde muito jovem revelou excepcionais qualidades para o desenho e a modelação, que são nele revelação de uma aptidão natural.

Frequentou a Escola de Artes Decorativas António Arroio e o Curso de Artes Visuais, em Lisboa.

Com um rigor escultural impressionante, cedo executou trabalhos de grande envergadura.

Cedo também desistiu de concursos públicos, quando teve conhecimento que, num concurso em que participou, o vencedor estava antecipadamente escolhido.

Grande a variedade de trabalhos executados, desde painéis pintados e esculpido no Regimento de Engenharia nº. 1;

Na Arquitectura e Urbanismo revelou excepcionais qualidades ao executar o Plano Director Geral de Obras do mesmo Regimento;

A vivência em Lisboa foi marcante e decisiva na sua obra, já pelas Escolas que frequentou, já pelos ateliers de Mestres em que conviveu, já pelos trabalhos de cópias que executou de obras do Museu Calouste Gulbenkian.

A escultura, a sua paixão maior, vai enriquecendo o País, pois tem trabalhos de grande vulto no Estádio José Alvalade, a Francisco Stromp, em Mira, ao Infante D. Pedro, em Nova York, à Rainha Catarina de Bragança, em Mira, aos Pescadores da Arte Xávega, em Cantanhede, ao Emigrante, em Ílhavo, ao Emigrante e em Cantanhede a estátua equestre do Marquês de Marialva.

Na arte difícil de esculpir cavalos, tem realizado vários trabalhos para ganadarias.

Mas a medalhística, a forma mais demo-

crática da escultura, que torna a obra de arte mais acessível, o seu curriculum é já de grande relevo, tendo executado medalhas para os Estados Unidos, Canadá, Espanha, Canárias, Bélgica, Itália e França e em Portugal cerca de uma centena.

É este escultor, amigo íntimo do nosso Mestre António Joaquim, que tem por ele uma admiração de encantamento, que dele fala com entusiasmo, calor, paixão, a quem a LAF pediu a execução de uma medalha de Homenagem a António Joaquim, e que acedeu com prazer espontâneo, manifestando a honra que tinha na sua execução.

É, até à data, a única medalha que executou para o Concelho de Santa Maria da Feira.

11 – No anverso, no lado esquerdo, um cavalete que segura a tela na qual o Mestre termina um quadro que representa um ramo de rosas,

a simbologia querida de Fernando Pessoa – Ricardo Reis !

“Prefiro rosas, meu amor, à pátria”

“coroai-me de rosas”

“as rosas amo dos jardins de adónis”

“circunda-te de rosas, ama, bebe e cala”

“ama as tuas rosas”

do imaginário religioso

“são rosas, Senhor”,

da sabedoria popular

“não há rosas sem espinhos”,

e da vida sonhada

“das rosas o perfume aspiro”.

A mão, que segura o pincel, dá os últimos retoques.



Celestino Alves André no seu atelier, junto à escultura do Prof. Doutor Ferrer Correia.

* Advogado.

** Designer gráfico.

A medalhística no concelho de Santa Maria da Feira - II



anverso



reverso

A outra mão segura dois pincéis e a paleta onde estão bisnagas e tintas. O dedo mostra a firmeza do segurar e que sentimos transmitida ao corpo e à inspiração.

No lado direito o busto do pintor, colocado sobre um plinto. A expressão de firmeza, de decisão e concentração estão bem vincadas nos relevos do rosto e pescoço.

Na face direita do plinto a assinatura do escultor em duas linhas: “Alves André / 2003”

Ao cimo o imperecível nome do Mestre: “António Joaquim”

À direita o nome da Terra Natal “Travanca” e a primeira das duas datas da sua biografia “1-6-1925”.

No reverso, imponente e altiva, a silhueta inconfundível do Castelo, segundo uma pintura de António Joaquim, à espátula.

O quadro foi soberbamente escolhido pois permitiu ao escultor todos os efeitos de beleza, harmonia e relevo que da pintura a óleo ou aguarela seria difícil de conseguir.

Em baixo o relevo de uma mesa em que vemos um pano e um vaso com outros utensílios do pintor, pincéis vários e a espátula.

Deitada sobre a mesa o pé de rosa, que inspirou o quadro pintado no anverso, significa a natureza, o real, como fonte de inspiração.

À direita a silhueta esbatida de uma árvore e nuvens que dão mais esplendor ao conjunto.

Ao cimo e à esquerda, a expressão simples: “Homenagem 2003”, representa a Homenagem sempre devida ao Mestre e o ano em que aconteceu esta com a cunhagem de uma medalha, a primeira que lhe é dedicada.

No plano superior, em letras mais reduzidas, em linha contínua a expressão “LAF” (emblema) - “Liga dos Amigos da Feira”, a entidade que Deus quis que sonhasse e que a obra nascesse pela mão hábil de outro Mestre, Alves André.

Módulo – 90 m/m

Tiragens: 1/200 a 200/200 em bronze e 25 estojos com exemplares em prata, estanho e bronze – 1/25 a 25/25.

10. P.A.

Postais do Concelho da Feira A - Postais Ilustrados

Ceomar Tranquilo*



20 - Postal

Villa da Feira - 6

Um dos lados do Castello
CMLXIX

As construções no interior.

O Paço dos Condes. Casas anexas.

O estado de ruína a que chegou.

20 a - Reverso do postal anterior.

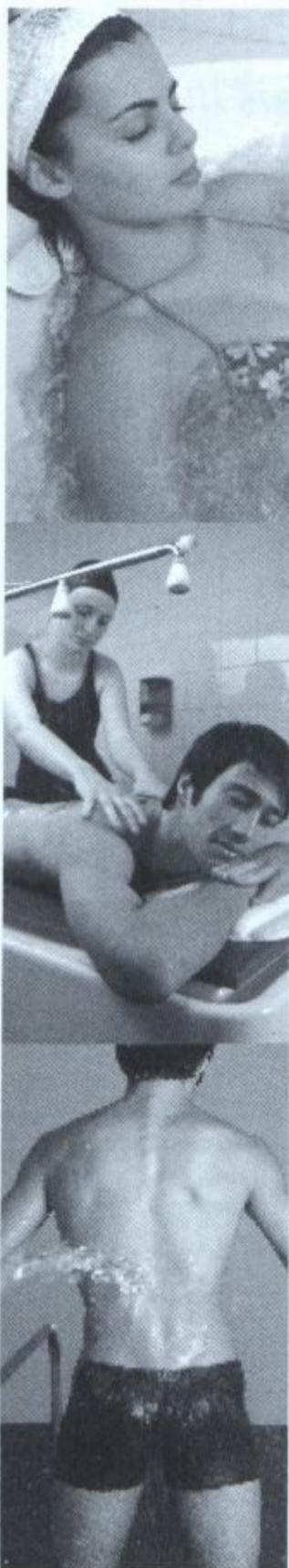
"mando-lhe esta pequena maravilha onde estou de passagem".

Datado de Vila da Feira,
16/11/907.



* Caminheiro por feiras, lojas e mercados.





TERMAS
DAS
CALDAS
DE
S. JORGE

termas s. jorge

santa maria da feira conquista a saúde

vocações terapêuticas

doenças crónicas
e alérgicas da pele
doenças crónicas
e alérgicas das vias respiratórias
doenças músculo-esqueléticas

tratamentos

e meios de cura

hidropinias
técnicas de orl./vias respiratórias
técnicas de imersão
técnicas de duche
técnicas de vapor
técnicas de fisioterapia



sociedade de turismo **santa maria da feira**

marcoções | balneário termal | 256 910 360 | época termal | 1 de Abril a 15 de Outubro



A Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira,
saúda e felicita os leitores da "Villa da Feira".



LAF

LIGA DOS AMIGOS DA FEIRA

Colaboram neste número:

Francisco de Santa Maria

Executivo LAF

Joaquim Carneiro

Artur Brandão

Maria de Jesus

Maria Adelaide Pires

António Rebordão Navarro

Domingos A. Moreira

Serafim Guimarães

Manuel Leão

Anthero Monteiro

Fernando Guimarães

Maria Fernanda Calheiros Lobo

Henrique Veiga de Macedo

Ilda Maria

Joaquim Máximo

Edgar Carneiro

Jorge António Marques

Domingos de Oliveira

Celestino Portela

Augusto Santos

Álvaro Faria

Manuela Correia

Maria Virgínia Monteiro

Ceomar Tranquilo



CONQUISTE O NOSSO TERRITÓRIO

*V*enha conquistar o nosso território sem batalhas. Abrimos-lhe as portas do Concelho de Santa Maria da Feira para que possa viver momentos de especial beleza. Entre numa exploração fascinante pelas nossas paisagens e descubra os tesouros que lhe oferecemos.



câmara municipal